

### 3 Genealogia da moral torcedora

#### 3.1 Arqueologias da violência

“Da guerra dos opostos nasce todo vir-a-ser...”  
Friedrich Nietzsche

A publicação em 1966 do livro de Michel Foucault, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, lançaria um desafio epistemológico no cenário intelectual internacional não apenas para disciplinas científicas como a Biologia, a Economia Política e a Lingüística. Ao lado das ciências da vida, do trabalho e da linguagem, as ciências do tempo — o historicismo, a historiografia de cunho positivista e os historiadores *tout court* — viram-se da mesma forma interrogados por uma crítica a suas categorias apriorísticas, a seus procedimentos usuais, a seus critérios de validação interna e a suas fontes tradicionais mais arraigadas. Embora ainda imerso naquele momento nas questões de fundo do estruturalismo, sob o impacto da obra de Lévi-Strauss na antropologia, de Lacan na psicanálise e de Barthes na semiologia, o filósofo francês começava a esgueirar-se dos termos estruturalistas habituais que dividiram antropólogos e historiadores das décadas de 1940, 1950 e 1960, com as polarizações entre evento e estrutura, diacronia e sincronia, continuidade e ruptura, cadeias de causalidade e cadeias de significado.

A proposição de uma nova classe de palavras, inspirada em conotações espaciais e na sugestiva metáfora arqueológica, o que seria aprofundado em sua obra seguinte, *A arqueologia do saber* (1969)<sup>1</sup>, fez Foucault preferir o *continuum* da história das idéias, seus “efeitos de superfície”<sup>2</sup> na *epistémê* da cultura ocidental, e concentrar sua análise em indagações de inspiração kantiana sobre os *a priori* históricos e sobre as condições de possibilidade do entendimento e do conhecimento do homem, seja o sujeito transcendental seja

---

<sup>1</sup> Cf. FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

<sup>2</sup> Cf. Id. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 12.

o sujeito empírico. À busca pelos estratos e substratos mais recônditos das camadas do saber — a analogia do arqueólogo que reconstitui a vida cultural de um povo a partir de seus traços materiais<sup>3</sup> —, correspondeu a identificação do momento em que, para o autor, a ruptura operada pelo Renascimento transforma o ser humano em sujeito e objeto da ordenação dos discursos. A demonstração se tornou possível quer através da invenção da positividade da antropologia no século XVI, quer através do desvelamento da “ilusão das origens”, tão cara a certos historiadores.

Com efeito, ao invés da definição de uma *origem*, que implicava nas noções de linearidade e de causalidade, a escrita de Foucault se iniciava com a prospecção de um *começo*, feito segundo ele de “surpresas” e “solavancos”, mais do que de “regularidades” e “monotonias”, e culminava com o reconhecimento das diferenças (o outro) em sobreposição às semelhanças (o mesmo)<sup>4</sup>; em vez de uma *história total*, em que tudo pode ser remetido a um centro originário, a um princípio regulador, a um núcleo gerador, o filósofo propunha uma *história geral*, capaz de captar as “configurações descontínuas do saber científico ocidental”<sup>5</sup>, com suas interações, dispersões, linhas de fuga e correlações entre os fenômenos mais díspares e variegados. Ao contrário da acepção comum dos historiadores quanto à idéia de *arquivo*, entendido como lugar onde se encontram alojados, organizados e indexados os documentos, a *arché* foucaultiana definia-o como o “sistema geral das formações e transformações dos enunciados”<sup>6</sup>, no qual é possível perceber as condições de possibilidade dos discursos inscritos em uma cultura, que depois vão se converter também em práticas discursivas, em regimes de exclusão, em tecnologias de poder, como no-lo mostram os estudos do autor sobre a loucura, a clínica e a prisão.

Em ensaio sobre os fundamentos de *Les mots et les choses*, intitulado “Arqueologia da arqueologia”, publicado por ocasião do lançamento do livro no final dos anos 60, o filósofo brasileiro Benedito Nunes propunha a idéia de

<sup>3</sup> Para uma diferenciação entre o passado tangível (arqueologia), o passado lembrado (memória) e o passado registrado (história), ver a obra de David Lowenthal. Cf. LOWENTHAL, D. **The past is a foreign country**. Cambridge: University Press, 1985.

<sup>4</sup> Cf. O'BRIEN, P. “A história da cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 49.

<sup>5</sup> Cf. NUNES, B. “Michel Foucault: genealogia do saber”. In: **Filosofia contemporânea**. Belém: EDUPA, 2004, p. 183.

<sup>6</sup> Cf. **ibid.**, p. 186.

que a ontologia de Heidegger era o verdadeiro paradigma da concepção de Foucault. Nas palavras do crítico paraense, eis o lugar da História no pensamento foucaultiano:

“Michel Foucault atribui à História posição singular entre as ciências humanas. Ela é um ‘*milieu d’accueil*’ relativamente às outras disciplinas. Estendendo a sua perspectiva às culturas e às sociedades, à linguagem e ao trabalho, a História revela a condição do sujeito humano, já situado num horizonte temporal. Sob esse aspecto, a realidade histórica depende da abertura do tempo, dentro do qual o sujeito e o objeto, levados pela mesma correnteza em que ambos flutuam, jamais podem coincidir numa forma definida de conhecimento. A qualquer momento, o conhecimento histórico pende do ajuste precário entre o que sucedeu *antes* e o que se passa *agora*, ajuste que se modifica pelo que vem *depois*. Pressupondo a sucessão dos acontecimentos, a gestação das coisas umas pelas outras e do homem por si mesmo, o conhecimento inclui o impensado. Em suma, a História ‘montre que tout ce qui est pensé le sera encore par une pensée qui n’a pas encore vu le jour’<sup>7</sup>.

Ante a apresentação dessas aporias, não seria surpresa esperar uma reação negativa de muitos historiadores franceses à obra *Les mots et les choses* e aos questionamentos que punham em xeque os princípios metodológicos e os paradigmas epistemológicos mais centrais daquele ofício, como ocorreu, por exemplo, com as observações críticas de Pierre Vilar<sup>8</sup>. A tais ataques, o conjunto da historiografia francesa da época, constituído tanto pelo marxismo quanto pela escola dos *Annales*, reagiria de três maneiras principais: a indiferença, a aceitação moderada e a confrontação<sup>9</sup>. A ignorância inicial em torno de sua obra nos anos 60, que incluiu o seu não-reconhecimento como um historiador *avant la lettre*, foi admitida pelo próprio autor, para quem sua obra fora recebida “com um grande silêncio por parte da esquerda intelectual francesa”<sup>10</sup>. Ao silêncio porém sucedeu, de um lado, uma assimilação de determinados aspectos de seu trabalho e, de outro, uma rejeição integral a seus

<sup>7</sup> Cf. NUNES, B. **O dorso do tigre**: ensaios. São Paulo: Perspectiva, 1969, p. 59, 67 e 76.

<sup>8</sup> Cf. VILAR, P. “A memória viva dos historiadores – testemunho”. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 283-285.

<sup>9</sup> Apud. O’BRIEN, P. **op. cit.**, p. 37.

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Apresentação de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 02.

postulados, com a alegação de uma ausência de método, de um menosprezo pelos dados e de uma obscuridade irracionalista<sup>11</sup>.

Não obstante, a posição marginal do pensamento de Foucault no campo historiográfico deve ser relativizada, uma vez que já em sua obra de estréia, *História da loucura* (1961), o autor recebera elogios de Robert Mandrou e de Fernand Braudel. Segundo este último, o caráter inovador do trabalho se referia a uma tentativa de remontar aos “misteriosos caminhos das estruturas mentais da civilização”<sup>12</sup>. Em abono a tal avaliação, Jacques Revel também apreciava a obra de Foucault de maneira positiva, considerando-a a mais marcante para os historiadores franceses desde a década de 1960, ao passo que Roger Chartier reconhecia a influência recebida do autor para a sua investigação das práticas e das representações culturais<sup>13</sup>.

Destarte, a existência de historiadores ora indiferentes ora céticos ora entusiastas das proposições de Foucault fez com que suas idéias fossem alvo tanto de resistências quanto de apropriações ao longo do tempo. Já nos anos concomitantes à publicação de seus livros, em que pese a acentuada reserva entre os profissionais da área, notadamente entre aqueles adeptos dos métodos quantitativos e aqueles que chamaríamos de historiadores *stricto sensu*, é possível observar ao menos a incorporação paulatina e parcial de sua terminologia e de seu vocabulário nos domínios da História e das Ciências Sociais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a utilização da palavra *arqueologia*.

De antemão, é necessário esclarecer que não se trata aqui de uma história dos conceitos à maneira postulada por Reinhart Koselleck. Elaborada no contexto intelectual alemão, a história dos conceitos, desenvolvida após a publicação da tese de Koselleck, *Crítica e crise* em 1959, quando começaram a ser levantados os aspectos práticos, teóricos e metodológicos desse novo campo historiográfico, o que resultou em um *Dicionário dos conceitos* (1972), situava o trabalho do historiador para além da hermenêutica ou da análise dos

<sup>11</sup> Nesta linha de raciocínio, seria o caso de especular se, obsedado pelo “elogio da loucura” de Erasmo de Roterdã, o autor não mais discernia entre uma “loucura sábia” e uma “loucura louca”. Cf. MERQUIOR, J. G. “Erasmo, pensador iluminista”. In: **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>12</sup> Cf. *ibid.* p. 45.

<sup>13</sup> Apud. HUNT, L. “História, cultura e texto”. In: HUNT, L. (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 9 e 10.

discursos. Ela propunha-se a indagar, amparada no tratamento seletivo das fontes lexicográficas, o momento em que determinadas palavras ultrapassam o sentido pragmático do instrumental cotidiano e assumem a forma de conceitos como Estado, Revolução, História, Economia, Sociedade, Classe, Ordem, etc. Estes são resultados de um processo de teorização e de reflexão em que fatos lingüísticos possibilitam a inteligibilidade de realidades históricas, não obstante a existência de variações semânticas e conotativas acionadas pelas forças diacrônicas. Assim, o que se procura fazer a seguir é tão-somente um acompanhamento das peripécias da recepção do termo no meio intelectual francês<sup>14</sup>.

Disposto a imprimir um conteúdo particular à arqueologia foucaultiana no terreno da historiografia, Michel de Certeau publica em 1975 o livro *A escrita da história*, pela mesma editora *Gallimard*, que publicara a obra de Foucault. Com uma narrativa fragmentada e avessa às totalizações, igualmente pródiga em expressões de cunho metafórico, o historiador francês, de formação religiosa, examinava a fabricação e a emergência do texto historiográfico à luz da clivagem estabelecida por Foucault no que tange à formação do mundo moderno. Se a verdade do texto até então estava assegurada pela autoridade religiosa, através da interpretação das palavras sagradas, o corte agora se dava por meio de um progressivo descolamento entre a realidade e a linguagem, entre o sacro e o profano, entre o presente e o passado, entre a escrita e a oralidade naquele que foi o grande período de transição medievo-renascentista.

Propenso a acolher, como o filósofo, as questões contemporâneas de sua época, em especial a psicanálise — leia-se o inconsciente —, e a etnografia — leia-se a alteridade —, Certeau analisava a maneira pela qual o discurso historiográfico moderno, dissociando-se do mito e da religião e associando-se à escrita científica durante os últimos quatro séculos do Ocidente, engendrava práticas significantes capazes de preencher o vazio dos lugares franqueados pela repartição dos saberes e articulava a veracidade da letra à eficácia de um novo poder emergente:

---

<sup>14</sup> Cf. KOSELLECK, R. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992, n.º 10.

“A arqueologia foi para mim o modo através do qual tentei particularizar o retorno de um ‘reprimido’, um sistema de Escritas do qual a modernidade fez um ausente, sem poder, entretanto, eliminá-lo. Esta ‘análise’ permitia, ao mesmo tempo, reconhecer no trabalho presente um ‘trabalho passado, acumulado’ e ainda determinante. (...) Esta lacuna, que assinala o lugar no texto e questiona o lugar pelo texto, remete, finalmente, àquilo que a arqueologia designa sem o poder dizer: a relação do *logos* com uma *arché*, um ‘princípio’ ou ‘começo’ que é seu outro. Este outro, sobre o qual se apóia e que a torna possível, a historiografia sempre pode colocá-lo ‘antes’, levá-lo cada vez mais para trás, ou ainda, designá-lo através daquilo que, do real, autoriza a representação, mas não lhe é idêntico. A *arché* não é nada daquilo que pode ser dito. Ela só se insinua no texto pelo trabalho da divisão ou com a evocação da morte. (...) A ‘razão’ científica está indissolivelmente casada com a realidade que retoma, como sua sombra e seu outro, no momento em que a exclui. Essa mobilização da historiografia nos limites que especificam e relativizam seu discurso se reconhece, ainda, sob a forma mais epistemológica dos trabalhos consagrados aos modos de *diferenciação* entre ciências. Também, nesse caso, Foucault tem valor de signo.”<sup>15</sup>.

À maneira do método arqueológico, Michel de Certeau estabelecia as conexões entre a produção do discurso historiográfico e a autonomia da política frente à esfera religiosa, o que podia ser percebido em obras como *O príncipe*, de Machiavel. As próprias origens dos arquivos modernos constituíam, para o autor, uma combinação particular de grupos de eruditos, de novos espaços (as bibliotecas) e de novas práticas (a classificação, a impressão e a reprodução). A emergência no Ocidente das coleções e dos colecionadores, que teve lugar na Itália com o patrocínio dos grandes mecenas, atendia à criação e à produção de novos objetos, em que o passado se tornava também uma “ficção do presente”<sup>16</sup>, satisfazendo por sua vez a necessidade de apropriação da história por parte de grupos familiares e de elites políticas. O autor assim discorria sobre os critérios operacionais da racionalização de um saber que passava a avaliar os elementos do passado dignos de lembrança e aqueles, ao contrário, destinados ao esquecimento, não-representados, não-classificados, soterrados como dejetos pela tradição ocidental.

Dentre esses elementos do passado pouco prestigiosos, ignorados ou rechaçados pelo controle da razão instrumental dominadora, um deles, o sentimento do medo, seria estudado por um colega de Foucault do *Collège de*

<sup>15</sup> Cf. CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 25 e 50.

<sup>16</sup> Cf. *ibid.*, p. 21.

*France*, Jean Delumeau, em livro publicado em 1978 sob o título de *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. O historiador francês, com formação escolar religiosa como Certeau, aluno de um colégio interno salesiano, investigava as causas do silêncio da tradição em relação à paixão aristotélica menos prestigiada na escala de valores do Ocidente, como observou Renato Janine Ribeiro. Em busca deste sentimento de insegurança, descrevia-se o contexto histórico em que, da Peste Negra às guerras religiosas, se deu a insidiosa escalada do medo na Europa, em meio à “aurora dos tempos modernos”<sup>17</sup>. Se os valores enaltecidos pela nobreza e pela burguesia ascendente na Renascença eram os mesmos da tradição clássica — a honra, a coragem, a valentia —, o autor destacava as possibilidades de focar o seu avesso, aquilo que poderia ser os negativos da História.

A operação de camuflagem do medo e de suas sombras — os temores, as covardias, as fraquezas — deu-se através do vasto caudal da literatura épica e dos romances cavalheirescos medievais, que apraziam tanto a fidalguia quanto a plebe. Enquanto Foucault situava seu exame nos subterrâneos do dito e do dizível dos enunciados científicos, com uma análise preliminar do sujeito no quadro de Velásquez, *Las meninas*, uma “representação da representação clássica”, em que o autor decifra uma miríade de olhares — do pintor, do espectador, dos personagens —, Delumeau por seu turno penetrava nos “móveis ocultos de uma civilização”<sup>18</sup>, valendo-se das mesmas fontes iconográficas, com alusão à fobia coletiva contida numa tela de Goya, *O pânico*, onde uma multidão amedrontada se dispersava em polvorosa, sem rumo, sob um céu sombrio. Aqui, a rigor, a incidência de Foucault na eleição de temáticas não-canônicas entre historiadores como Delumeau deve ser vista de maneira apenas indireta, ou oblíqua, uma vez que naquele momento a história das mentalidades já apresentava um considerável avanço e a historiografia dos *Annales* seguia firme com seus “novos objetos”, “novos temas” e “novos problemas”<sup>19</sup>.

Em outras ocasiões, o legado de Foucault no repertório de temas dos historiadores se confundia explicitamente com a fortuna do termo *arqueologia*,

<sup>17</sup> Cf. DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 18.

<sup>18</sup> Cf. *ibid.*, p. 22.

<sup>19</sup> Cf. NORA, P.; LE GOFF, J. (Orgs.). **História: novos temas, novos problemas, novos objetos**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, 3 vols.

podendo ser localizada em algumas outras notáveis obras historiográficas no final da década de 1970. Ainda a título de exemplo, a tese de doutoramento de François Hartog, defendida em 1979 e publicada em livro no ano seguinte com o título de *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, conteria, embora de maneira livre e incidental, duas alusões ao termo. Em uma passagem, depois de considerar a importância da visão como o sentido fundador da historiografia em seu alvorecer, o ato de ver – *hístor* – sendo a fonte privilegiada no fornecimento dos indícios que permitiriam ao historiador ao mesmo tempo testemunhar as guerras e distinguir o *visto* do *ouvido*, isto é, diferenciá-lo do ato de ouvir típico das histórias decantadas pelas musas na tradição homérica e hesiódica, o autor qualificava sua abordagem como “uma arqueologia do olhar” do historiador grego<sup>20</sup>. Em outro momento da narrativa, Hartog teceria explícitos elogios à obra *O nascimento da clínica*, segundo ele uma extraordinária “arqueologia do olhar médico” empreendida por Foucault, em que este põe em interrogação não apenas o estatuto do visível como as próprias condições de visibilidade<sup>21</sup>.

A influência do filósofo na França não se restringiria à Historiografia e se estenderia também ao âmbito da Antropologia. É pelo menos o que sugere a leitura do longo ensaio de Pierre Clastres, *A arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas* (1977), publicado na revista francesa *Libre* e reunido em coletânea póstuma com tradução homônima no Brasil<sup>22</sup>. Conquanto seja pouco plausível a filiação de Clastres ao âmago das questões foucaultianas, improbabilidade endossada pela ausência de qualquer menção ao autor no decurso do ensaio, o etnógrafo, que por seu turno foi aluno de Deleuze, conheceu Foucault no Brasil em 1965 e participou com Guattari das agitações estudantis de 68<sup>23</sup>, tinha o propósito de compreender a dimensão antropológica e filosófica do poder, com base na sua experiência com povos ditos primitivos. Em específico, sua atenção repousava na natureza da chefia indígena e no fundamento dos confrontos nas sociedades selvagens, após anos de pesquisas

<sup>20</sup> Cf. HARTOG, F. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 39.

<sup>21</sup> Cf. **ibid.**, p. 279.

<sup>22</sup> Cf. CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**. Prefácio de Bento Prado Jr. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

<sup>23</sup> Estas informações são dadas pelo filósofo Bento Prado Jr., em entrevista que consta da apresentação ao volume. Cf. **ibid.**, p. 24 e 26.



de campo feitas com aborígenes da América do Sul, notadamente com os índios Guarani, Yanomani e Guayaki. Como Foucault, o autor de *A sociedade contra o Estado* (1974) desviava-se na década de 1970 das formas elementares do estruturalismo — troca, comunicação e reciprocidade —, a fim de melhor entender os mecanismos políticos de funcionamento das sociedades regidas por visões de mundo não-ocidentais.

Se não é possível precisar o sentido exato do termo *arqueologia* tal como empregado no ensaio de Clastres, percebe-se ao longo do texto o intuito do autor de refutar, um a um, os enunciados e as representações mais generalizadas acerca dos grupos indígenas no que concerne ao ímpeto guerreiro. O interesse pela “forma ao mesmo tempo mais brutal e mais coletiva da violência”, a guerra, fazia o antropólogo debruçar-se sobre as três principais teorias vigentes no campo da etnologia a respeito da função do comportamento agressivo nas sociedades primitivas, a saber: a naturalista, a economicista e a estruturalista.

*Grosso modo*, a primeira, apresentada por Leroi-Gourhan, concebia o ato de guerrear como uma motivação e uma finalidade inerentes à espécie humana no provimento de seus meios de subsistência. Análoga à caça por alimentos na natureza, o uso da violência seria a técnica codificada da agressividade instintiva do homem, reveladora da sua condição animal. Já a segunda concepção, a economicista, formulada no século XIX por vários autores evolucionistas em suas variantes popular, erudita ou marxista, explicava a guerra nas sociedades primitivas com base na pressuposição da escassez de bens materiais decorrentes da incipiência das forças produtivas e do modo de produção doméstico. O conflito armado seria decorrência da necessidade de aquisição de produtos entre comunidades fragmentadas concorrentes, que se encontravam em estágios civilizatórios inferiores. A terceira função para a guerra entre os selvagens, elaborada por Lévi-Strauss em pequeno opúsculo dos anos 40, via os embates como resultado de interações entre povos cujo sistema de trocas não havia alcançado sucesso. Segundo a concepção estruturalista do ser primitivo, as trocas comerciais constituiriam guerras potenciais pacificadas e a guerra, desvios acidentais no sistema ideal de permutas materiais e simbólicas.

Dentre as teorias descritas, estranha apenas a ausência da explicação funcionalista, que no Brasil seria representada pela tese de doutorado do sociólogo Florestan Fernandes, *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (1951). Talvez em um deslize eurocêntrico, o antropólogo francês tenha deixado de considerar esta volumosa obra que passa da repercussão da guerra na estrutura psíquica para a análise das conexões com a estrutura social. Ao tratar do canibalismo como um “fato social total”, Florestan ressaltava que, em uma sociedade de guerreiros, a existência do inimigo era condição essencial para a produção e para a reprodução da vida social interna. Sem descurar de uma explicação geral para a teoria sociológica da guerra, seja Maquiavel, Karl Von Clausewitz ou William James, o sociólogo procedeu a uma meticulosa análise comparativa dos relatos legados pelos cronistas europeus que haviam entrado em contato direto com os tupinambá no litoral brasileiro ao longo do século XVI. Conforme sintetiza Roque de Barros Laraia no prefácio:

“Ao descrever a guerra tupinambá, o Autor fez uma minuciosa etnografia da cultura material bélica, da organização dos grupos guerreiros, do papel das lideranças, bem como das táticas utilizadas. Analisou detalhadamente a importância da vingança como principal elemento causal. Destacou a importância do ritual antropofágico como elemento central do processo de ‘destruição’ do inimigo e da satisfação ao espírito de quem está sendo vingado. Fez uma interessante comparação do ritual funerário com o ritual de execução, mostrando que enquanto o primeiro pretende ‘assegurar que a alma do morto atinja a região dos ancestrais’, o segundo pretende exatamente o contrário com a destruição da alma do executado por meio do esmagamento de seu crânio’.”<sup>24</sup>

Apesar da ausência da vertente funcionalista, o fundamento econômico que subjaz a cada uma das explicações alinhavadas é o ponto de partida para a crítica de Pierre Clastres. O deslocamento do argumento da esfera econômica para o plano político leva Clastres a reconhecer a quase universalidade e onipresença da violência na vida social selvagem. O autor estabelece aqui também uma antinomia entre a arqueologia da violência primitiva e as teorias modernas do Estado, sobretudo a vertente contratualista hobbesiana, que vê a guerra como um fenômeno negativo, um mal desagregador que impede a coexistência dos homens em sociedade. De modo inverso, para Clastres, a

<sup>24</sup> Cf. FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. Prefácio de Roque de Barros Laraia. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 13.

imanência da violência entre os primitivos não é um sinal da guerra de todos contra todos que justificaria a edificação de um ente tão mítico quanto fantasmagórico imaginado por Hobbes, o *Leviatã*, mas a satisfação de um desejo de autonomia frente ao estrangeiro. A realidade etnográfica tampouco constatava qualquer tipo de monopólio da força física, à Weber ou à Elias, por parte de um segmento diferenciado do corpo da sociedade, já que entre os índios o chefe da tribo é um representante destituído de atribuições de mando. A ausência de gradações hierárquicas e a indistinção entre comando e obediência implicariam no reconhecimento da positividade do ato de guerrear. Este se assentaria na manutenção de um ideal autárquico, expressão da vontade de preservação da soberania sempre ameaçada pela ingerência de vizinhos ou terceiros.

A vitalidade do modo de ser ameríndio, potencializada pela permanência das práticas guerreiras, mobilizaria um sistema de alianças feito de amigos e de inimigos, que teria por fim último não a troca, como queria Lévi-Strauss, mas a conservação da liberdade e da integridade. Neste sentido a paz não era nem esperada nem almejada, situando-se fora do horizonte de expectativas do selvagem. Se o índio quer a guerra é porque preza a liberdade, eis o silogismo clastriano. A ótica de Pierre Clastres veria tais ensinamentos em função da seguinte contraposição: quanto mais se atribuía ao Ocidente a beligerância motivada pela estratificação social, pela divisão econômica em classes e pela dominação política desde a descoberta do Novo Mundo, mais o antropólogo parecia admirar a realidade etnográfica da guerra entre os índios, que combateriam não para dominar outrem, mas para manter sua sociedade livre, indivisa e independente. Em suma, a exaltação da finalidade para a qual entrava em ação o espírito combatente indígena caminhava *pari passu* com seu duplo negativo, isto é, com o objetivo nada exemplar a que se consagrava a guerra no Ocidente. Hobbes quer súditos, enquanto Clastres, soberanos.

Assim, a alteridade especular de Clastres só poderia encontrar o *outro* fora dos domínios da civilização ocidental. Mas, quanto aos valores agonísticos e à sua relação entre meios e fins, pode-se citar estudiosos na França que, aproximando história e antropologia, se voltariam de igual maneira para a sondagem dos conflitos mais arquetípicos presentes nas mais antigas civilizações indo-européias. Esta seria de igual modo uma forma de encontrar

experiências distintas nas concepções de confronto, embora dentro dos quadros da formação do Estado no Ocidente. À margem do influxo da arqueologia, valendo-se mesmo desse termo em sua acepção mais tradicional e descartando portanto qualquer sentido heterodoxo, como o proposto pelos micropoderes de Foucault, uma floração de antropólogos helenistas do final dos anos 60 se dedicava a estudar o significado da guerra nas sociedades gregas com um viés histórico e estrutural. Em 1968, sob a direção de Jean-Pierre Vernant, vinha a lume a coletânea de pesquisas *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, para a qual colaborava uma equipe de estudiosos ingleses, norte-americanos e franceses como Moses Finley, Marcel Detienne, Pierre Vidal-Naquet, entre outros, inspirados nos estudos clássicos do sociólogo Louis Gernet sobre o mundo antigo<sup>25</sup>.

Embora bem mais afeito do que Clastres à voga lévi-straussiana, Vernant dedicava boa parte de sua atenção à questão da guerra na Grécia tendo como fulcro analítico as suas implicações na esfera política. Conquanto não excluísse a dimensão do comércio, da religião e do parentesco, a antropologia histórica de Vernant, indagadora das formas mentais e simbólicas do homem antigo, era congruente com a perspectiva de Clastres na medida em que a guerra não era percebida pelos gregos como uma anomia disruptiva, como um domínio à parte, mas como um dado constitutivo da realidade cotidiana, tal qual o nascimento e a morte. A guerra se apresentava às cidades-Estado como uma possibilidade sempre iminente. Igualmente orgulhosas de sua independência, as pequenas cidades gregas da época clássica viam a guerra como um fenômeno natural. A supremacia a que aspiravam os cidadãos de cada uma das *polis* não visava, segundo o autor, a uma dominação e a uma submissão da cidade circunvizinha, ao menos até o período em que Atenas, frente à guerra contra os persas, tentou impor sua hegemonia sobre os espartanos e os demais cidadãos gregos. Estes vivenciaram então uma experiência histórica singular frente à guerra durante período considerável de tempo.

Discorrendo sobre essa realidade, Vernant e seu grupo procuravam apresentar as mudanças nos tipos de enfrentamento que se sucederam do

---

<sup>25</sup> Cf. VERNANT, J.-P. (Org.) **Problèmes de la guerre en Grèce ancienne**. Paris: Mouton, 1968. A respeito da obra de Vernant, ver a dissertação de mestrado de Felipe Brandi. Cf. BRANDI, F. **Entre o mito e a história**: sobre o estruturalismo de Jean-Pierre Vernant. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura / PUC-Rio, 2001.

período considerado pré-político à época helênica clássica. A multiplicidade dos aspectos assumidos pelas formas de combates variava em conformidade com seu lugar, com sua função e com sua significação na sociedade. Na apresentação ao trabalho, Vernant extraía desta variedade dois momentos cruciais que equivaliam, por sua vez, a dois esquemas modelares contrapostos entre si, como será visto a seguir.

O primeiro momento, anterior ao século VI a.C., corresponde ao das epopéias de Homero, denominado também de pré-história política da Grécia. Ele era sublinhado como o período em que se presenciou uma ausência de fronteira entre a vingança privada e a guerra propriamente dita. Com o desconhecimento de organização judiciária baseada no princípio da *Diké* (justiça), que na iconografia grega se confundiria ainda com a figura de *Nêmesis* (vingança)<sup>26</sup>, as represálias eram situadas na esfera das relações comerciais inter-familiares e levavam à animosidade particular de umas perante as outras. O reconhecimento dos inimigos no comércio, sobretudo os estrangeiros, associava-se no vocabulário grego ao termo *xenos*, donde a palavra xenofobia. Uma sucessão de crimes, raptos de mulheres, expedições guerreiras e vendetas se seguia à deflagração das hostilidades, graças às quais se erigia aos poucos um sistema de oposições e de alianças familiares. Os sistemas de troca e a vivência da guerra tornavam a violência latente na sociedade, uma possibilidade constante, de modo que era difícil dissociar aos olhos dos gregos as forças do conflito e as forças da união. Neste sentido, mesmo a guerra e a paz não eram vistas como pares antitéticos.

Com base em Platão, estabelecia-se uma diferença entre a discórdia e a guerra como dois tipos de confronto principais: a primeira era aquela que dizia respeito às famílias em sua dimensão interna intragrupal e a segunda, aquela que punha em consideração as famílias em âmbito externo, inter-grupos<sup>27</sup>. O casamento entre membros de famílias opostas era uma das maneiras encontradas para arrefecer os ânimos combatentes ou ao menos para contornar a exacerbação de tais enfrentamentos de caráter privado entre parentelas rivais. As festas também possuíam eficácia integradora. Além disto, os ritos de

---

<sup>26</sup> Cf. HUIZINGA, J. *Homo ludens*: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 107.

<sup>27</sup> Cf. VERNANT, J.-P. *op. cit.*, p. 11.

iniciação masculina, com suas ambivalências entre o lúdico e o agônico, eram ainda outro recurso eficaz. Destinadas aos adolescentes, os efebos, as práticas rituais estavam inscritas no ciclo de socialização dos jovens na comunidade, pondo-os à prova e o situando-os na fímbria entre o jogo e a guerra:

“Des pratiques culturelles, qui se maintiendront à travers toute l’histoire grecque, témoignent de cette intime solidarité entre affrontement et association. Les rites dits de combats fictifs comportent souvent une signification guerrière, mais il en est qui débordent le domaine proprement militaire et dont la portée plus générale: dans le moment même où le groupe, rassemblé à l’occasion de la fête, affirme son unité, les luttes rituelles traduisent les tensions sur lesquelles repose son équilibre, la confrontation entre les éléments divers dont il est constitué. La fête grecque n’implique pas seulement, entre participants, des attitudes de communion; la lutte est une de ses composantes sociales et psychologiques essentielles (...). Ces batailles, qui ne sont pas toujours purement fictives – elles exigent parfois que le sang coule –, utilisent d’autres armes que celles de la guerre, le plus souvent des pierres et des batons (...). Mais dans tous les cas et quelle que soit son orientation, le rite possède une vertu d’intégration et de cohésion sociales. C’est à travers les luttes et compétitions que le groupe fait l’expérience de sa solidarité comme si, en lui, les liens sociaux se nouaient suivant les mêmes lignes que dessine le jeu des rivalités.”<sup>28</sup>.

O segundo momento, entre os séculos VI e V a. C., compreendia o âmbito da formação do espaço público da *polis*. Nele, para Vernant, a guerra é destituída de sua feição familiar, deixa de ser complementar às trocas matrimoniais inter-cidades e passa a ser atributo exclusivo dos diferentes Estados. De igual maneira, o *ethos* heróico presente nas poesias homéricas vê cessar a força inquietante da *hybris* mitológica, a função demiúrgica do guerreiro micênico se esvai, e a guerra se enraíza nas práticas institucionais da cidade. No lugar dos semideuses gregos, sobrevêm os hoplitas, soldados da infantaria pesada, que alargam a sua base na sociedade. Em substituição à elite formada por cerca de uma centena de nobres guerreiros, alinham-se milhares de camponeses em defesa da cidade, hostes que chegam a constituir um terço dos cidadãos e homens-livres da *polis*. A coragem e o furor dos heróis acedem à virtude dos hoplitas, que se caracteriza pelo autocontrole e pelo sangue-frio. A

---

<sup>28</sup> Cf. *ibid*, p. 12 e 13.

capacidade de refrear os impulsos entre os novos guerreiros faz-se mediante a disciplina e a intensidade dos treinamentos<sup>29</sup>.

As ligações políticas encerram uma natureza distinta dos antigos elos familiares no seio daquelas comunidades, o que traz implicações também para o tipo de interação com as demais cidades. O Estado, como é sabido, é antinômico à família, ele não se soergue na Grécia através de um somatório de círculos familiares concêntricos presentes em uma mesma localidade mas, ao contrário, a despeito delas. Tornando-se coisa pública, sob a responsabilidade exclusiva do Estado, a guerra deixa de se estabelecer na esfera dos indivíduos ou das rixas de grupos particulares. Diferente de Clastres, não se observa na antropologia histórica de Vernant uma mesma obsessão, por assim dizer, anti-estatal, uma vez que nesse momento não há separação entre o Estado e os habitantes das cidades. Ou seja, não se verifica um corpo militar especializado e preparado para a guerra, como o fora antes, quando o *ethos* guerreiro tinha o seu tônus especial, carregado de heroísmo. Na democracia ateniense, todos eram responsáveis pela defesa e pela proteção do território frente às ameaças externas.

Assim, ao invés de uma ruptura, há um prolongamento, uma homologia entre o Estado e o cidadão, da mesma maneira que o há entre o Estado e a guerra. Ser um soldado equivale a ser um cidadão, o que na Grécia de então significa ser aristocrata ou proprietário de terras recém-chegado do campo. A guerra é uma tomada de decisão coletiva, fruto de um debate público feito em Assembléia pelo conjunto dos membros do mundo cívico. Ela obedece, portanto, a regras preestabelecidas, que não prevêm estratégias secretas para surpreender o oponente no campo de batalhas. As táticas militares são ainda desconhecidas nesse período e somente passarão a ter importância com a formação das cavalarias. Salta à vista assim essa obediência civil nos conflitos a preceitos bem determinados, norteados por uma ética muito específica, símbolo das virtudes e das lealdades que devem presidir a arte do combate. Em

---

<sup>29</sup> As etapas da guerra na sociedade grega são expostas com cunho panorâmico e introdutório pelo historiador Marcos Alvito. Cf. ALVITO, M. **A guerra na Grécia antiga**. São Paulo: Ática, 1990, p. 25.

definição sumária, Vernant propõe que a guerra é a continuação por outros meios do jogo político dos Estados<sup>30</sup>.

A luta entre as cidades-Estado que pontilham a bacia do mar Egeu compreende um sistema auto-referenciado, que exclui por exemplo os bárbaros desse tipo de enfrentamento. Estes últimos que, como assinalava Niklas Luhman, seriam relegados no Ocidente à condição de “emblema da inferioridade cósmica”<sup>31</sup>. O ideal agonístico do homem grego não tem por fim o aniquilamento do adversário, mas simplesmente a afirmação da supremacia, com seus atributos honoríficos de prestígio, poder e status, de uma *polis* ante a rival. Assim ocorria entre Argos e Esparta, entre Atenas e Egina, entre Calcis e Eretria. Em virtude disto, a *paidéia* grega passa a incluir a aprendizagem da ginástica, sendo os exercícios físicos elementos indispensáveis à conformação do espírito e à pujança do corpo do cidadão-guerreiro<sup>32</sup>. Nos ginásios, tem origem tanto a figura do hoplita quanto a do flautista. O primeiro começa a aprender as evoluções coletivas e coordenadas em preparação para o combate, ao passo que o segundo, o tocador de flauta, é aquele indivíduo cujo som tem a incumbência de insuflar o ânimo dos combatentes, por meio do ritmo, da coesão e do estímulo à marcha nas batalhas.

Esse modelo esquemático proposto estará sujeito, como o autor mesmo admite, às nuances, às transformações e ao próprio devir histórico. No século IV a. C., o recrudescimento do mecenato guerreiro, a complexificação das falanges e a multiplicação das lógicas de violência empregadas pelas armadas navais, com suas demandas financeiras e com suas requisições por táticas mais sofisticadas, levam Vernant a afirmar que a guerra perde, desde então, a plenitude de seu sentido “político”<sup>33</sup>. Não que as cidades sucumbam. A mudança de escala e a entrada de novos atores provocam a eliminação das regras tradicionais do jogo, com a supressão da competição organizada em prol de uma competição generalizada, sobretudo em seguida à Guerra do Peloponeso narrada por Tucídides. A função guerreira volta a ser delimitada

<sup>30</sup> Cf. *ibid.*, p. 18.

<sup>31</sup> Apud SLOTERDIJK, P. **O desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 40.

<sup>32</sup> Sobre a Paidéia, ver a opulenta e completa obra do helenista alemão Werner Wilhelm Jaeger. Cf. JAEGER, W. W. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1989. A respeito da ginástica, ver o ensaio do cientista político Pierre Chambat. Cf. CHAMBAT, P. “La gymnastique, sport de la république?”. In: **Revue Esprit**. Paris: s.e., 1987, n.º 125.

<sup>33</sup> Cf. VERNANT, J.-P. **op. cit.**, p. 20.



como um fenômeno à parte, constituída por confrarias militares especializadas e por elites combatentes.

A similitude com o tipo de rivalidade característica dos Jogos Olímpicos pan-helênicos — em torno da qual Roger Caillois teorizou sobre a *âgon* grega — não tem mais o seu vigor metafórico. Sobre as Olimpíadas, assim se referia o historiador Paul Veyne: “Aux jeux Olympiques, seuls les Grecs participaient aux concurs athlétiques; les Barbares pouvaient y assister mais les femmes et les esclaves étaient exclus du public”<sup>34</sup>. Em lugar da lógica integrativa olímpica, a conquista da hegemonia, o afã pela destruição do outro até a morte — tal qual faziam os hebreus, os romanos, os hititas — e o desejo de dominação a qualquer custo do inimigo tornam-se imperantes. O cenário não mais arbitrado sob a invocação dos mesmos deuses afeta até mesmo a unidade da Hélade. Neste aspecto pelo menos, poder-se-ia dizer que as abordagens de Vernant e Clastres parecem convergir entre si, com a identificação de uma espécie de mito de nascimento da dominação imperial no Ocidente.

Independente de tais vicissitudes, o quadro esquematizado por Vernant é importante na medida em que ele apresenta, neste ponto, uma impressionante afinidade com outra obra a ser aqui enfocada, na qual volta a despontar a relação triangular entre a guerra, o jogo e a política. Os breves apontamentos sobre a guerra entre os gregos conduzem-nos à obra de Norbert Elias, autor que desenvolve para outro contexto histórico uma explicação muito aproximada do tipo de violência aqui exposto, seja em relação à Grécia antiga seja em relação à formação do Estado moderno no Ocidente.

Sociólogo de origem judia, aluno-assistente de Karl Mannheim na *London School of Economics*, Elias foi responsável por uma obra iniciada nos anos 30 na Alemanha, mas ofuscada pela segunda guerra mundial e pelo nazismo, que o obrigou a emigrar do solo alemão. Depois de passar por Paris e de tentar se radicar na capital inglesa, fixa-se em uma universidade de menor importância em Leicester na Inglaterra. Lá, vem a desenvolver uma série de reflexões sobre esporte e violência, amparado em seu sólido conhecimento acerca da cultura e da filosofia grega. Em específico, Elias analisa o *ethos* guerreiro e a virtude combatente conhecida como *arete* — busca da excelência

<sup>34</sup> Cf. VEYNE, P. “Olympie dans l’Antiquité”. In: **Revue Esprit**. Paris: s.e., 1987, n.º 125, p. 08.

—, que extrai do livro *A política* de Aristóteles, assim como sorvera da *poética* aristotélica os conceitos de *mimesis* e de *catharsis*.

Apesar da coincidência na abordagem da figura do guerreiro aristocrata, arquétipo caro também à análise de Nietzsche sobre a constituição moral do homem ocidental, a ausência do sociólogo nas reflexões dos pesquisadores do *Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes* pode ser explicada, entre outros fatores, pelo longo período em que seus livros ficaram sem tradução na França, o que ocasionou o desconhecimento de seu trabalho no cenário acadêmico francês até meados da década de 1980<sup>35</sup>. Em contrapartida, é intrigante a ausência do livro organizado por Vernant na obra de Elias, visto que este se vale de fontes francófonas sobre a Grécia antiga, como por exemplo Pierre Ducrey, da École Française d'Athènes, cujo livro *Le traitement des prisonniers de guerre dans la Grèce antique* data justamente de 1968, mesmo ano do volume de Vernant.<sup>36</sup>

A essa altura já sobejamente conhecida, a trajetória de Elias se inicia em 1933 com a publicação de um estudo sobre a sociedade de corte na França, no qual empreende uma espécie de etnografia da realeza no palácio de Versalhes. A obra tem prosseguimento em um duplo volume, publicado pela primeira vez em 1939 na Basileia, com a exposição da teoria do *processo civilizador*, em que o autor divisa um sentido específico para o conjunto de transformações observadas nos costumes e na moral entre os séculos XVI e XVIII. Com a diferenciação do percurso assumido pelo conceito de *kultur* na Alemanha e pelo conceito de *civilisation* na França, Elias põe em evidência as progressivas alterações no plano das sensibilidades e dos afetos, que dizem respeito à adoção de uma série de hábitos de etiqueta, ao autocontrole de impulsos instintivos e à internalização da repulsa a condutas agressivas. Essas lentas mutações de ordem comportamental eram não apenas veleidades idiossincráticas de determinados grupos sociais em busca de distinção; elas variavam em

<sup>35</sup> Em ensaio biobibliográfico, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes acompanha o itinerário intelectual de Norbert Elias, com base nas traduções francesas de sua obra. Cf. LOPES, J. S. L. “Esporte, emoção e conflito social”. In: **Revista Mana**: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, vol. 1, n.º 1.

<sup>36</sup> Cf. ELIAS, N.; DUNNING, E. **Sport et civilisation**: la violence maîtrisée. Avant-propos de Roger Chartier. Paris: Fayard, 1994, p. 198.

conformidade com a “ordem subjacente às mudanças históricas”<sup>37</sup>, que cunhavam um vetor, uma direção para o Ocidente, embora esse sentido não fosse planejado de antemão. A especificidade de tal processo era descortinada pelo autor em filigranas até então desconhecidas.

A proposta de Elias consistiu na articulação entre a psicogênese da vida afetiva em seu foro mais íntimo — o medo, a vergonha, a delicadeza — e a sociogênese do controle das emoções por parte do Estado moderno. Em contraposição à teoria sociológica de seu contemporâneo Talcott Parsons, que concebia a sociedade em equilíbrio homeostático, no qual a mudança era vista como uma anormalidade, a sociologia figuracional via o desenvolvimento social em termos sempre dinâmicos. Elias punha em foco o laço indissociável entre a esfera individual e a esfera social, com a interpenetração das estruturas da personalidade nas estruturas da sociedade, e vice-versa. Neste sentido, o autor revelou como, à medida que a classe de guerreiros feudais e de cavaleiros medievais foi se pacificando internamente na Europa, o Estado absolutista passou a assumir uma diretriz cada vez mais normativa e reguladora do direito exclusivo à violência.

Coube a Elias, em seqüência à definição weberiana do Estado como a organização dotada do monopólio da força física, a descrição esmiuçada das ligações factuais e das explicações estruturais que tornavam possíveis o entendimento daquela centralização do poder. Aveso a abstrações axiomáticas, o sociólogo recorria à experiência visceral do controle das emoções, tal como vivenciada pelos indivíduos, e à concretude histórica da formação dos Estados, tal como engendrada no longo prazo, para a demonstração das particularidades de cada processo social.

Em seguida à análise do caso francês e alemão, o sociólogo se concentrou na singularidade da matriz civilizadora inglesa, onde as monarquias absolutistas haviam mais rapidamente se unificado e promovido a consolidação das suas instituições. O exame do curso das desavenças seculares por parte de famílias aristocráticas que se opunham em lutas fratricidas pelo poder na Inglaterra foi seguido pela demonstração da pacificação das relações políticas, graças sobretudo à instituição do Parlamento, *locus* mediador das diferenças

---

<sup>37</sup> Cf. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, vol.1, p. 17.

entre os grupos partidários em litígio. De maneira gradual, a arte da palavra se sobrepôs ao uso da força entre os *Whigs* e os *Tories*, de sorte que a aceitação da alternância de poder permitiu-lhes a obtenção de certa estabilidade e a fixação de regras de convívio mútuo. Como soia acontecer nas demonstrações eliasianas, as mudanças no plano político-institucional tinham necessariamente de passar por exemplos empíricos, no caso, por correlatos afetivo-sentimentais que tornavam aquelas transformações formais inteligíveis no plano psíquico individual.

Enquanto na sociedade de corte francesa o cortesão era a personalidade que assumia o lugar do guerreiro, graças ao refinamento de atitudes próprias do *gentilhomme*, na vida britânica eram os *sportmen* os mesmos representantes das classes de proprietários rurais que levavam a estrutura do parlamento à concórdia. Responsáveis por práticas de fruição do lazer no campo através da invenção de uma série de atividades valorizadoras da performance corporal, que levavam os praticantes a uma tensão agradável, a uma excitação seguida pelo relaxamento controlado de suas emoções, os senhores de terra eram os primeiros a legislar sobre formas menos brutais de convivência com os oponentes. A orientação do tempo livre para as cavalgadas e as caças abolia nos passatempos esportivos a brutalidade dos confrontos físicos observados nos jogos populares medievais e obedecia à imposição de limites mais precisos nos sistemas de disputa, cada vez mais codificados.

A crescente codificação da civilidade permitia ao autor surpreender o nexo entre o que ocorria no mundo da política e o que sucedia no mundo do esporte. Segundo seu neologismo, havia uma “esportificação” do primeiro na mesma proporção em que uma “parlamentarização” do segundo. Esta cadeia de interdependências entre a política e a sociedade se estenderia ao meio urbano durante o século XIX, ultrapassando as fronteiras dos *habitus* de classe típicos da *gentry* rural aristocrática. A sociedade como um todo passava a ser regida pelo princípio da competição entre concorrentes em igualdade de direito e pela abdicação do emprego da força bruta na superação do adversário, como exemplificavam as regras dos esportes modernos inventados pelos jovens filhos da burguesia nas *public schools* das cidades britânicas. Ao universalizar e unificar suas leis após um acordo entre ligas compostas por clubes sociais e por círculos acadêmicos, as normas do jogo se tornavam passíveis de difusão não

apenas para o restante da Grã-Bretanha como para toda a Europa continental e também para as possessões coloniais britânicas em diversas partes do mundo.

Assim, depois do modelo de guerra descrito por Vernant no caso da *polis* na Grécia, com os primeiros rudimentos de um Estado centralizado e de uma consciência humana auto-referenciada, Elias identificava a Inglaterra como o país moderno em que a prática dos jogos lograva conter a violência e assimilar o espírito das leis políticas, constituindo-se em um simulacro da guerra. A associação entre jogo, guerra e poder era mais uma vez acionada. Graças a ela, a supremacia podia ser conquistada pelo mérito e sublimada pela vitória sobre o adversário, tornando-se a pedra angular da concepção moderna de esporte, em concomitância com o período de constituição das bases do Estado-nação na era industrial. O antropólogo Christian Bromberger assim se refere aos dois locais de nascedouro dos esportes modernos: “... il est profondément symptomatique que le sport se soit développé à deux moments de l’histoire où se levent les principes d’égalité et de démocratie, dans la Grèce antique et dans l’Angleterre des XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles.”<sup>38</sup>

A aproximação de Norbert Elias com a questão dos esportes se deu ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, quando na Universidade de Leicester orientou monografias sobre a história social do *rugby*, do *cricket* e do *football*. Sabe-se que o trabalho de orientação dessas teses no programa de Mestrado em Artes rendeu-lhe bons frutos nos estudos sociológicos ingleses, com a publicação da pesquisa *The established and the outsiders* (1976), em parceria com o aluno John L. Scotson. No caso dos esportes, em que pesem as resistências iniciais ao tema como objeto de pesquisa numa cadeira de artes, a inscrição do assunto na longa duração do *processo civilizador* britânico levou Elias a ensaios escritos no período de 1966 a 1972. Eles formaram a base para a coletânea de artigos compilados em *Quest for excitement: sport and leisure in the Civilizing Process* (1986) publicado junto com seu orientando mais próximo, Eric Dunning<sup>39</sup>. Na esteira do tardio reconhecimento de Elias, após o seu falecimento em 1990, a tradução sucessiva do livro se deu entre várias línguas de origem latina, primeiro em espanhol, *Deporte y ocio en el proceso*

<sup>38</sup> Cf. BROMBERGER, C. “De quoi parlent les sports”. In: **Terrain**: Cahiers du Patrimoine Ethnologique. Paris: s.e., 1995, n.º 25, p. 06.

<sup>39</sup> Cf. GEBARA, A. **Conversas sobre Norbert Elias**: depoimentos para uma história do pensamento sociológico. Apresentação de Eric Dunning. Piracicaba: Biscalchin Editor, 2005.

*de la civilización* (1992), a seguir em português, *A busca da excitação* (1992), e por último em francês, *Sport et civilisation: la violence maîtrisée* (1994)<sup>40</sup>.

Após conferência proferida na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em 1983, a recepção de Elias na historiografia francesa mostrar-se-ia cada vez mais acolhedora. Ela foi empreendida com sistematicidade por Roger Chartier, responsável por um cuidadoso *avant-propos* não só a *Sport et civilisation*, como a *La Société de cour* (1985), a *La Société des individus* (1991) e a *Qu'est-ce que la sociologie?* (1991). Na apresentação do livro, o historiador demarcava o ponto que lhe parecia crucial no trabalho sociológico de Elias. Em contraste com a maioria dos cientistas sociais, este fora capaz de captar o *socius* de forma dinâmica, sempre em função de seu lugar de inscrição nas configurações históricas particulares. Elias se mostrava refratário às generalizações e aos anacronismos comparativos verificados não somente entre sociólogos como também entre os próprios historiadores.

No tocante à sociologia do esporte, o autor apontava uma radical autonomização deste face aos jogos tradicionais, constituindo-se um fim em si mesmo, à parte dos ciclos agrários ou do calendário religioso das festividades rurais, o que inexistia em trabalhos anteriores publicados na Europa a respeito do assunto. Nos anos 30, o historiador batavo Johan Huizinga, que consagrou a expressão latinizada *homo ludens*, respaldava uma concepção essencialista do homem, de verniz hegeliano, com a atribuição de um sentido histórico-filosófico à esfera lúdica no Ocidente, que entrava em declínio com o advento da industrialização e com a emergência da seriedade no profissionalismo esportivo. Fundado em uma dialética ilusória e incapaz de perceber os reais fatores de mudança dos jogos nos diferentes tempos da humanidade, este historiador não entendia a profunda fissura operada pelo esporte moderno em relação a seu homônimo arcaico. Nos anos 50, o sociólogo Roger Caillois, crítico de Huizinga, incorria no mesmo erro com a criação de categorias universais, independentes da vinculação jogo a um estágio sócio-histórico determinado.

Dos ensaios de Elias, o artigo “La genèse du sport en tant que problème sociologique”, conhecido na França como “Sport et violence” em virtude de

---

<sup>40</sup> Não foi possível identificar a existência de tradução para o italiano, que muito provavelmente deve existir.

sua publicação com este título em 1976 na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, dirigida por Bourdieu, era aquele que melhor respondia à questão. Ali, ele se dedicava à contestação das genealogias simplificadoras e da “ilusão das origens” nos estudiosos do esporte. O autor mostrava em que medida a representação dos esportes amadores do final do século XIX, associados a uma espécie de renascimento dos Jogos Olímpicos grego-romanos, constituía um processo de “invenção das tradições”<sup>41</sup> por parte de seus idealizadores, corroborados nos estudos acadêmicos.

Ao lado do futebol profissional que se propagava como espetáculo da Inglaterra, o aristocrata francês Pierre de Coubertin concebia uma forma de competição entre nações civilizadas inspiradas no ideal olímpico de conagração entre os povos de diferentes Estados. A contrapelo da concorrência entre as potências imperiais, cada vez mais acirrada na Europa da virada do século XIX para o XX, a competição se colocava como uma alternativa que sublimava a possibilidade da guerra. Para tal, de acordo com Elias, a reivindicação de uma herança da Antiguidade criava a *illusio* de uma unidade que mascarava tanto o que haviam sido aqueles torneios aclamados por Píndaro quanto os jogos que eram os recriados por Coubertin em 1896. Para isto, estabelecia-se um hiato que elidia o longo período da Idade Média, quando era atribuído aos jogos populares um caráter brutal.

Se no momento em que são organizados os Jogos Olímpicos modernos imperava na sociedade a noção da clivagem entre comportamentos considerados civilizados e aqueles considerados bárbaros, Elias sublinhava o quanto o seu conceito de *processo civilizador* distava desses critérios de julgamentos etnocêntricos que atribuíam à civilização européia parâmetros de superioridade e relegavam os demais povos a uma condição de inferioridade. Embora pensasse a sociedade em contínuo movimento, leitor de pensadores do século XIX como Comte, Spencer e Marx, Elias defendia uma teoria do desenvolvimento à luz de dois critérios de civilização, que não eram classificações transcendentais nem escalonáveis, mas intrínsecas a cada sociedade: o primeiro mensurava o grau de autocontrole de cada indivíduo no uso da violência física; o segundo, interligado, avaliava o estágio de

---

<sup>41</sup> Cf. HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

organização da sociedade, notadamente o grau de centralização do poder do Estado. Assim, Elias, convergente com Clastres, observava nas sociedades tribais um elevado de controle da violência em âmbito interno, reservando-se as ações violentas quase exclusivamente ao ambiente externo.

Quanto às Olimpíadas gregas, Elias se empenhava em mostrar como a imagem edulcorada da Grécia antiga, em cujos vestígios escultóricos viam-se a representação do equilíbrio, da temperança e da harmonia, não era condizente com a realidade. A despeito da integração proporcionada pelos jogos entre as diferentes cidades-Estados, havia modalidades esportivas como o pancrácio, equivalente à luta livre contemporânea, que toleravam um alto nível de confrontação física direta, suscetível não raro de agressões e de ferimentos graves, sem exclusão até mesmo da morte.

Enquanto na modernidade os esportes estavam sujeitos a regras muito mais precisas, limitadoras dos contatos inter-pessoais, nos esportes antigos mantinha-se uma grande ambigüidade com a guerra, posto que os atletas eram os mesmos jovens enviados aos campos de batalha. Em confluência com Vernant, Elias situava como as armadas de cidadãos assistiram à ascensão e ao declínio de códigos de lealdade, em momento que antecedeu a emergência dos soldados profissionais nas legiões romanas. No caso do boxe, por exemplo, os lutadores compartilhavam uma ética do combate mais próxima da aristocracia guerreira do que da moral agonística dos competidores antigos. De acordo com o critério de bravura de então, a perda em uma luta era menos ultrajante do que a desistência dela. Prova de resistência física e de capacidade muscular, o sentido heróico da competição podia levar a morte aos paroxismos da glória. Deste modo, jogo e guerra se imiscuíam com reforços mútuos: o primeiro era uma preparação para o segundo, na mesma medida em que este era um exercício para aquele.

Ainda em tal contexto, o sociólogo destacava o boxe como a luta mais emblemática do treinamento agonístico grego, pois ele derivava do caráter original da guerra marítima inventada na Grécia antiga, que Elias estudara para um artigo sobre a gênese da profissão naval, publicada em 1950 no *British Journal of Sociology*. Segundo o autor, sob vários aspectos, a guerra travada no mar se contrapunha aos códigos de honra forjados na guerra terrestre.



O escrutínio de uma vasta gama de aspectos atinentes à constituição da violência no jogo, no esporte e na vida coletiva mais abrangente fazia Elias encaminhar uma difícil questão aos seus alunos na confrontação do sentido do *processo civilizador* no futebol: a escalada de violência entre os torcedores. Após a realização da Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, o fenômeno do *hooliganismo* avultou como um grave problema social nas décadas de 70 e 80. A visibilidade adquirida pelos *hooligans* se mostraria um fator de inquietação nacional, com crescentes brigas e desordens provocadas por eles nas tribunas de futebol, nas imediações dos estádios, nos *pubs* ou nos meios de transporte. Vistos pela sociedade como arruaceiros, bárbaros e vândalos, que descontavam suas frustrações pessoais cotidianas em dias de jogos, os valores apregoados por esses grupos pareciam colidir com todos os princípios racionais dos desportos desde a sua instituição na modernidade. Os públicos esportivos haviam sido forjados de maneira correlata à invenção dos espetáculos de massa, mas a busca da excitação – força motriz do ato de torcer – acabava por se sobrepor ao controle das emoções. A apresentação de uma justificativa para o caso propiciou aos alunos de Elias o esclarecimento de vários pontos ainda duvidosos acerca da teoria, uma vez que ela demonstrava a não-linearidade de seu conceito e a idéia da possibilidade de recorrência de movimentos em sentido contrário, processos de *descivilização*, em momentos e em épocas históricas precisas.

A equipe de pesquisadores incumbida de entender o assunto vai ter à frente o sociólogo Eric Dunning, primeiro orientando de Elias, leitor de *Über den Prozess der Zivilisation*, em um raro exemplar no original alemão, visto que o livro somente seria vertido em língua inglesa no ano de 1978. Este estudante propusera ao orientador, ainda nos anos 50, um estudo histórico-social do esporte e do lazer à luz da teoria do processo civilizador. Ele mesmo jogador universitário de rúgbi, Dunning já era àquela altura o respeitado diretor do *Centre for Football Research* da Universidade de Leicester e começava a trilhar um percurso intelectual próprio com a organização e com a publicação de seus próprios livros na década de 1970: *The sociology of sport: a selection of readings* (1971) e *Barbarians, gentlemen and players: a sociological study of the development of rugby football* (1979), este último em parceria com

Kenneth Sheard. Como resposta ao desafio de decifrar o aparente fracasso da aplicação do controle das emoções às torcidas britânicas, Dunning assinava em co-autoria com John Williams e Patrick Murphy, outros dois discípulos de Elias, o penúltimo texto do livro, que se dedicava de maneira exclusiva ao tópico: *La violence des spectateurs lors des matchs de football — vers une explication sociologique*.

Esse artigo se baseava numa conferência de Dunning de 1984, apresentada na *Royal Free Hospital* de Londres, que por sua vez era uma síntese dos argumentos apresentados em maior extensão ao longo da década de 1980 na forma de um tríptico: *Hooligans abroad — the behavior and control of English fans in continental Europe* (1984); *The roots of football hooliganism — an historical and sociological study* (1988); e *Football on trial: spectator violence and development in the football world* (1989). Em verdade, a trilogia de Dunning, Williams e Murphy, que teria sucessivas reedições na década de 90, era fruto de uma longa pesquisa, incluindo trabalho de campo, desenvolvida entre 1979 e 1982, e guardava algumas especificidades importantes. Feita sob encomenda oficial, ela se constituía de relatórios entregues ao deputado Norman Cherster, encarregado pelo Parlamento britânico e pela Liga inglesa de encontrar soluções para os distúrbios envolvendo os *hooligans* em toda a Europa. Sob os auspícios do *Social Science Research Council*, pertencente ao *Department of Environment*, e do *Football Trust*, as informações tinham por finalidade fornecer as bases para a compreensão do fenômeno e, logo em seguida, para a edificação de um programa de ação por parte do poder público e das autoridades esportivas competentes.

Em um parêntesis necessário, vale dizer que o primeiro desse tipo de relatos acerca das condições de segurança foi o *rapport* Harrington, publicado em Bristol com o título de *Soccer Holliganism*, no ano de 1968. Após a tragédia no estádio de Hillsborough, em abril de 1989, quando morreram esmagados noventa e cinco torcedores em virtude da superlotação, e do subsequente relatório desta vez redigido pelo lorde Taylor sobre os estádios ingleses, as praças de desporto na Europa iriam passar por profundas reformas estruturais, correspondentes por sua vez às expectativas por um novo tipo de público, que resultaram no remodelamento arquitetônico das arenas. Mas isto

não apenas em função da obra de arquitetos e engenheiros<sup>42</sup>. O recrutamento de quadros universitários oriundos das Ciências Humanas e Sociais para a proposição de políticas preventivas se disseminaria por todo o continente, com o apoio financeiro muitas vezes da União Européia e da UEFA.

A reunião de sociólogos, psicólogos, criminólogos<sup>43</sup>, juízes e policiais em colóquios internacionais teria certa frequência e culminaria em projetos conjuntos com o objetivo de erradicar ou ao menos de minimizar os danos provocados por esses torcedores conhecidos pela agressividade de suas condutas. Na França, passados dez anos da tragédia de maio de 1985, ocorrida no estádio belga de Heysel, inúmeros estudiosos dos mais diferentes países se reuniram para apresentar em seminário suas pesquisas, desdobradas no dossiê *Football, ombres au spectacle*, com o patrocínio dos *Cahiers de la Sécurité Intérieure de la France*. A mesma data fatídica seria lembrada em Bruxelas, local do incidente que vitimou quarenta torcedores italianos, com a publicação da obra *Quels supporters pour l'an 2000 ?*, dirigida por Manuel Comenron, psicólogo social e professor de criminologia da Universidade de Liège<sup>44</sup>.

No Brasil, o sociólogo Maurício Murad, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, representaria essa vertente que defende o estabelecimento de parcerias universitárias com as demais instituições da sociedade, reiterando o ponto de vista em seu mais recente livro sobre a violência e o futebol<sup>45</sup>. A fundação do Núcleo de Sociologia do Futebol da UERJ na década de 1990 daria início às atividades do Departamento, que teve como *marco zero* justamente uma pesquisa sobre torcidas organizadas. Nela, o professor preconizaria o cumprimento da prerrogativa institucional que atribui à universidade seu papel de extensão, consolidando o vínculo institucional com a sociedade, fundamento para o desenvolvimento de ações conjuntas com o governo do Estado do Rio de Janeiro, com a Polícia Militar e com o órgão gestor do Maracanã, a SUDERJ. No intuito de buscar saídas efetivas para a

<sup>42</sup> Cf. MIGNON, P. “Liverpool ou ‘le Kop va disparaître’”. In: **Revue Esprit**. Paris: s.e., 1994, n.º 202.

<sup>43</sup> Cf. LIMBERGEN, K. V. “Aspects sociopsychologiques du hooliganisme: une vision criminologique”. In: **Pouvoirs – Revue Française d’Études Constitutionnelles et Politiques**. Paris: s.e., 1992, n.º 61.

<sup>44</sup> Cf. COMERON, M. (Org.). **Quels supporters pour l’an 2000 ?** Bruxelles: Éditions Labor, 1997.

<sup>45</sup> Cf. MURAD, M. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 175.

questão — a curto, médio e longo prazo —, propunha-se uma combinação de medidas, de ações repressivas imediatas a intervenções sócio-pedagógicas num horizonte cultural mais ampliado.

De volta ao ponto, vale a ressalva de que a realização de estudos por parte do grupo de pesquisadores de Leicester acerca da violência entre os torcedores não era pioneira nem na Inglaterra nem fora dela. Embora esta produção seja a mais renomada na historiografia sobre o assunto, entre outros motivos, pela maior influência dos estudos ingleses entre nós, pelo fato de a Inglaterra ser conhecida como o epicentro de origem do futebol e pelo recente reconhecimento da obra de Norbert Elias no meio acadêmico, deve-se mencionar que no mesmo momento outros trabalhos também vinham sendo realizados. Era o caso da série de estudos coordenada pelo sociólogo alemão Gunter A. Pilz sobre o tema, que desenvolvia uma pesquisa concebida igualmente em três partes: *Sport et violence* (1981), *Représentation de la violence dans le sport* (1987) e *Les supporters: leur culture, leur comportement* (1988)<sup>46</sup>.

Já na Inglaterra, ao longo da década de 1970, à medida que a questão ganhou magnitude, foram sendo realizadas investigações por outras escolas britânicas, como a de Birmingham e a de Oxford. Em razão deste motivo, antes da abordagem do que para eles eram as raízes profundas do *hooliganismo* — o sentimento de prazer vivenciado nas brigas, o modelo encorajador de tal tipo de comportamento encontrado no meio de origem e o futebol como lugar privilegiado para essas manifestações — os alunos de Elias iniciavam seu ensaio com a exposição das explicações a seu ver mais superficiais consagradas ao fenômeno, dentre as quais se encontravam o consumo de álcool e a violência emanada do campo de jogo. Em seguida, os autores passavam em revista as teorias existentes sobre os *hooligans* no meio universitário, para logo depois demarcar as diferenças perante as mesmas, não sem mostrar as deficiências e as inconsistências teóricas que subjaziam a cada uma delas.

---

<sup>46</sup> Cf. PILZ, G. “Sociologia do esporte na Alemanha”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, n.º 23. Cf. também Id. “The transformation of the spectator behaviour in professional football: necessities, possibilities and limits of social reaction”. In: **Revista Esporte e Sociedade** <<http://www.esportesociedade.com/>>. Rio de Janeiro: n.º 4. Acesso em: 05 de dezembro de 2006.

A primeira corrente, fiduciária do marxismo, era personificada por três autores: Ian Taylor, John Clarke e Stuart Hall. O primeiro, autor do artigo *Soccer consciousness and soccer hooliganism* (1971), explicava a violência torcedora como uma espécie de revolta da classe trabalhadora contra o progressivo caráter burguês e internacional que o jogo assumia no final dos anos 60. Tratava-se de um movimento de resistência às mudanças em curso no futebol e, mais especificamente, uma reação à descaracterização do sentido de comunidade dos clubes ingleses. O segundo, responsável pelo texto *Football and working-class fans: tradition and change* (1978), também tributava o *hooliganismo* às transformações operadas pelo profissionalismo e pelo seu processo de *espetacularização*, a que adicionava a desagregação dos laços comunitários locais verificados entre os trabalhadores ingleses. Após a eclosão da segunda guerra mundial, as diferentes gerações proletárias deixaram de freqüentar os estádios juntas, como estavam acostumadas, o que propiciou o estabelecimento de um fosso cultural no seio das famílias operárias, separando jovens e adultos, pais e filhos. O terceiro, autor do ensaio *The treatment of 'football hooliganism' in the press* (1978), correlacionava o papel da mídia na criação de uma situação de “pânico moral” nos estádios ao aumento da inquietude nacional decorrente da deterioração econômica vivenciada pela Grã-Bretanha.

A segunda corrente, influenciada pela etologia e sobretudo por Desmond Morris, autor de *The soccer tribe* (1981), para quem tal esporte nada mais significava do que uma “caçada ritual”, era representada por Peter Marsh, E. Rosser e R. Harré, organizadores do livro *The rules of disorder* (1978). O grupo de Oxford tinha por mérito, ao contrário da primeira corrente explicativa que se atinha ao *holliganismo* de uma maneira muito genérica e de uma contraposição apenas inter-classes, compreender o sentido dos conflitos em sua dimensão intra-grupal. A impressão de anarquia e de desordem descrita pelos meios de comunicação acerca do comportamento dos fãs não era procedente e com isto a mídia acabava por ser uma espécie de caixa de ressonância, responsável pela amplificação dos distúrbios nos estádios. À parte a relação com os demais atores sociais envolvidos, tratava-se de saber por que os torcedores criavam o seu próprio conjunto de regras de enfrentamento, com a recorrência para isto a ritos nos quais a violência era um símbolo, uma metonímia. Dentre as

insuficiências apontadas pelos estudiosos de Leicester no modelo dos autores de Oxford, incluía-se a crítica a esta última consideração, que tendia a subestimar a possibilidade concreta de confrontos físicos diretos em função dos procedimentos de ritualização. Menos que pólos distantes, violência e ritual eram entendidos por Dunning, Murphy e Williams como manifestações separadas por um fio tênue.

A questão essencial para os seguidores de Elias era o entendimento das razões pelas quais jovens e adolescentes do sexo masculino pertencentes aos estratos sócio-econômicos mais baixos da sociedade, notadamente os saídos da classe operária, sentiam prazer em se bater. Da mesma maneira, era importante saber em que medida a formação de um estilo de vida nesse meio dependia do respectivo encorajamento ao comportamento agressivo em seu meio de origem. Por fim, era mister elucidar o significado do futebol como o espaço escolhido para a exibição de tais condutas. A fim de responder a essas indagações axiais, Dunning e seus colegas recorriam a um sociólogo descendente da escola de Chicago, Gerald Suttles, autor de *The social order of the slum* (1968) e *The social construction of communities* (1972), cujos trabalhos abordavam as especificidades das camadas inferiores da classe operária, de onde eram egressos os jovens que formavam as subculturas violentas e que pautavam seus valores em padrões viris de afirmação da masculinidade.

Ainda que a Escola de Chicago remonte à década de 1920 e à recepção da sociologia alemã de Tönnies, Simmel e Weber nos Estados Unidos, as obras inaugurais de Robert Park, *The city* (1925), e de F. Thrasher, *The gang* (1927), exerceram até pelo menos a década de 1970 considerável influência nos estudos sobre o fenômeno urbano nos EUA e, em consequência, em vários países do mundo como o Brasil<sup>47</sup>. Neste sentido, além de Suttles, é possível mencionar Martín Sánchez-Jankowski e seu ensaio “As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana”<sup>48</sup>. Na origem uma conferência proferida na ANPOCS, depois publicada na revista da mesma associação, este texto demonstra a aparente similitude de termos como grupos juvenis, galeras, bandos e gangues. A indistinção se funda em preconceitos que impedem a

<sup>47</sup> Cf. PARK, R. E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

<sup>48</sup> Cf. SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. “As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1997, vol. 12, n.º 34.

percepção de diferenças, questionamento também feito pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, ao criticar a metáfora das *tribos urbanas* na linguagem científica dos “pós-modernos”. Segundo Sánchez-Jankowski, enquanto a definição tradicional conceitua as gangues como associações pouco estruturadas de indivíduos que praticam atos ilegais e que apresentam um comportamento territorialista, o novo conceito por ele matizado considerava-as como grupos com estratégias específicas que visam à acumulação de recursos, não importa se lícitos ou ilícitos, de caráter quase privado, quase secreto e sem burocracia<sup>49</sup>.

Os representantes de Leicester extraíam de Gerald Suttles a expressão “segmentação ordenada”, que em muitos aspectos se assemelha ao “sistema de linhagens” descrito por antropólogos sociais britânicos como Evans-Pritchard. Em seu estudo sobre as comunidades de Chicago, Suttles sublinhava de que maneira as unidades territoriais costumavam articular suas identidades particulares com a atribuição de um peso considerável à idade, ao gênero e à etnia. Estas por seu turno se imbricavam com a estrutura maior da sociedade e com o jogo de construção das identidades contrastivas inter-comunitárias. O referido esquema de sociabilidade poderia obedecer à variação de escalas em nível local, regional ou nacional, com a tendência ao estabelecimento de associações bilaterais entre grupos que ora se opunham ora se aliavam. Tal modelo divisório-complementar de moradores de um bairro contíguo adjacente, que poderia se estender até mesmo a ordens de grandeza maiores, com polarizações entre cidades, regiões e países, dava origem a grupos vicinais de jovens do sexo masculino, formados na socialização em espaços públicos como a rua. Os laços de moradia adquiriam assim sentido e coesão à medida que se contrapunham aos demais grupos e à ameaça representada por rivais externos.

Ao lado das rivalidades criadas no convívio com seus pares em espaços públicos como a rua, a casa também constituía um lugar de destaque para a construção de um modelo entre os jovens adolescentes, espelhados nas condutas arbitrárias e violentas dos pais. O estereótipo do chefe de família da

---

<sup>49</sup> De fato, as torcidas organizadas brasileiras parecem situar-se na atualidade em um certo limbo, que as faz pender ora para a marginalização ora para a institucionalização: por um lado, apresentam um discurso pautado em projetos e programas assistenciais que ambicionam o reconhecimento e a legitimidade perante os demais membros da sociedade; por outro, vivenciam uma prática na qual os confrontos são estimulados e incentivados pelos próprios líderes.

classe operária mais baixa — algo aproximado à *personalidade autoritária* de Adorno —, é o daquele que exerce um severo controle sobre seus consangüíneos com base na força bruta e na separação bem clara entre os papéis masculinos e femininos. Este tipo é aqui evocado para explicar a sociogênese da “masculinidade agressiva”. Ao contrário dos círculos sociais, inclusive dos operários em melhor condição econômica, em que a violência causa repulsa e é condenada, esses jovens proletários encontravam uma emoção agradável na intimidação e no confronto com seus inimigos, sem gerar qualquer sensação interna de culpa. Como corolário, aquele que sobressaía nas lutas tornava-se respeitado, adquiria prestígio com seus colegas e ganhava status no meio de origem. Essa reputação crescia em importância porquanto ela se tornava a forma principal de visibilidade social. Por um mecanismo de estigmatização no trabalho e na escola, o trabalhador das classes subalternas é aquele que se sente alijado da sociedade envolvente e não divisa qualquer possibilidade de ascensão educacional ou profissional.

Destarte, a variação na frequência dos distúrbios e das brigas provocadas nos campos de futebol dependia em parte do grau de incorporação da classe trabalhadora na vida social britânica. Isto não implicava que a pobreza, o desemprego e a falta de perspectivas econômicas se refletissem de maneira imediata na produção e na reprodução das práticas de violência pois, no universo eliasiano, as causas e os efeitos variam sempre de acordo com interações complexas, nunca automáticas. Outrossim, a relação variável entre os *hooligans* e o grau de inserção social de frações da classe operária no processo civilizador podia ser constatada pelos autores na pesquisa empreendida junto aos arquivos da *Football Association* e dos jornais ingleses. Além da observação de que a figura do *hooligan* estava longe de ser nova, a coleta de informações nos periódicos e nos acervos oficiais mostrou a oscilação do comportamento violento nos estádios ao longo da formação do profissionalismo esportivo na Inglaterra. Com base nesse registro estatístico colhido nos documentos da imprensa, envolvendo incidentes entre grupos de torcedores, e à luz da interdependência entre sociedade e futebol, foi proposta uma explicação hipotética para os ciclos de violência nos estádios.

A reflexão sobre o material levantado revelou a existência de um movimento curvilíneo, em formato de um U, durante três tempos principais



esquadrinhados na longa duração do futebol inglês. *Grosso modo*, a violência apresentou no início da história do futebol profissional índices altos. Em seguida, houve um declínio e uma estabilização em patamares baixos, considerados toleráveis. Por fim, ela voltou a crescer em uma escalada ascendente. Longe de ser aleatória, a linha gráfica encontrava correspondência no nível de integração social e no estágio do processo civilizador que, como reiterava Elias, era uma mensuração mais técnica do que hierárquico-judicativa. O primeiro momento se situava no último quartel do século XIX e no início do século XX até a Primeira Guerra Mundial. Nesta fase, os periódicos registraram um número freqüente de brigas e *charivaris*. Segundo os autores, com a profissionalização do futebol em 1880, a entrada da classe operária nas tribunas dos estádios imprimiu um cunho emocional mais vibrante, aberto e infrene no acompanhamento do futebol, se comparado ao comedido público aristocrático de até então.

A segunda conjuntura correspondia ao entreguerras e aos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Nesta ocasião, há uma queda significativa no registro dos confrontos físicos nas partidas, resultante de uma série de transformações nas relações sociais, com a incorporação no pós-45 dos benefícios da política do *Welfare State* para boa parte da população da Inglaterra. Era uma época de “inclusão” da classe operária, o que ocorreu graças à organização dos sindicatos, com a conquista de várias melhorias nas condições de trabalho, e graças às ações do governo que, por sua vez, concedeu garantias trabalhistas, com a extensão de vários direitos civis às mulheres. Essa fase, também denominada pela imprensa como *idade de ouro*, tem início nos anos 20 e ficou marcada pela criação do mito do torcedor inglês como *gentleman*, quando o *ethos* aristocrático transforma-se em *ethos* nacional. O torcedor civilizado, protótipo da sobriedade inglesa, é forjado em contraposição ao torcedor de origem latina, do sul da Europa, mais conhecido por seu modo espontâneo e caloroso.

A passagem da segunda para a terceira conjuntura, na virada da década de 50 para 60, corresponde à mudança na configuração do público esportivo. Neste momento, assiste-se ao recrudescimento da violência nos estádios, em certos momentos de forma vertiginosa. Os *kops*, *ends* ou *terraces*, como eram chamados os locais mais baratos e mais vibrantes dos estádios, situados atrás

do gol, tornaram-se alvo de uma “topofilia”, para falar com o geógrafo inglês John Bale, entre jovens torcedores londrinos, que criaram ali torcidas como a *Inter City Firm*, do *West Ham United*. Junto a essa cultura juvenil em gestação, subgrupos urbanos já existentes, como os *mods*, os *rockers*, os *teddy boys* e os *skinheads*, transferem suas próprias lógicas de rivalidade para o futebol. Além da “segmentação ordenada”, a justificativa dos autores para a intensificação da violência compreendia a incidência desigual das taxas de incorporação social, aferidas mediante a educação escolar e o mercado de trabalho. Com isto, o contingente saído das frações mais baixas da sociedade volta a se expandir e a provocar tumultos. Em meados da década de 60, o núcleo duro do proletariado se apropria dos campos esportivos não apenas como lugar de sociabilidade, mas também como forma de enfrentamento com os pares rivais e como forma de manifestação do descontentamento perante a sociedade abrangente.

O fecho do ensaio contém indicações sugestivas que propiciam um gancho para a passagem rumo às questões da nossa pesquisa. O recurso à imprensa não se limita ao registro das informações fornecidas pela mesma. A suposição de uma transparência da realidade nos fatos relatados é descartada e a indagação recai no papel dos meios de comunicação na construção da imagem do *hooligan* e na fabricação do problema. Em primeiro lugar, os exemplos arrolados sobre conflitos descritos na imprensa, desde o limiar do século XX, permitiam dirimir qualquer idéia de ineditismo ao assunto. Em seguida, o acompanhamento retrospectivo das abordagens dos jornalistas esportivos acerca dos *hooligans* evidenciava o quanto o fenômeno ganhou repercussão nacional em razão do tratamento dado pela imprensa. A análise específica de tablóides esportivos populares como o *The Sun*, conhecido pela produção de matérias de teor sensacionalista, foi a base para a sustentação do argumento.

Na década de 1960, quando o jornalismo inglês de uma maneira geral passava por reformulações editoriais e estruturais, a concorrência entre tablóides pelo aumento de vendas se intensificou e, em muitos casos, o sensacionalismo fez parte de uma estratégia comercial para o crescimento da vendagem. A percepção de que as brigas entre os *hooligans* cativavam o público leitor desses diários esportivos levou os jornais à ampliação da cobertura relativa ao assunto. Às vésperas da realização da Copa do Mundo de

1966, os jornalistas alardearam um temor quanto ao comportamento dos torcedores ingleses e a visibilidade deles ganhou uma dimensão ainda maior. A generalização de um “pânico moral” na sociedade proporcionou um sentimento de decadência dos valores e este foi atribuído a um mal cuja responsabilidade era dos fãs de futebol. O jornal *The Sun*, a 8 de novembro de 1965, referia-se à situação da seguinte forma: “Soccer is sick at the moment. Or better, its crowds seem to have contracted some disease that causes them to break out in fury.”<sup>50</sup>.

A questão até então pontual tomou uma proporção nacional e extrapolou o cenário esportivo. A mobilização da polícia a fim de impedir os confrontos encontrou como solução paliativa a divisão territorial das torcidas nos estádios. Sem surtir efeito, a demarcação de territórios contribuiu tão-somente para a potencialização do conflito, na visão dos autores. A crise propagou-se também para fora do país e a imagem do torcedor inglês foi fixada no exterior através do estereótipo *hooligan*: um jovem pobre, mal inserido na sociedade, delinqüente na vida ordinária e consumidor excessivo de álcool.

Ao final do ensaio, os autores chegam à conclusão de que, embora o jornalismo esportivo não tivesse sido o fator decisivo para a emergência do fenômeno, a cobertura dos meios de comunicação havia desempenhado um papel ativo na construção da imagem do *hooligan* e na sua difusão em termos sensacionalistas. O trabalho da equipe de Leicester, com uma abordagem diacrônica da violência torcedora na imprensa, contribuiu para relativizar uma série de preconceitos que seus contemporâneos tinham acerca da questão. A proposição de uma escala temporal e de uma variação de suas configurações no decorrer do século XX permitiu uma nova perspectiva e um conhecimento mais apropriado do tema. A reconstituição do problema levou à utilização do jornal como fonte na busca por informações sobre o comportamento das platéias esportivas. Tal recurso mostrou, por um lado, as potencialidades da pesquisa em periódicos; por outro, deixou clara as suas limitações, que derivavam do caráter seletivo, tendencioso e moralizante de muitas das notícias.

Do ponto de vista da presente tese, esse último ponto é de suma importância. A questão dos critérios que norteiam o discurso da imprensa

---

<sup>50</sup> Apud. DUNNING, E.; MURPHY, P.; WILLIAMS, J. “Soccer crowd disorder and the press: some processes of amplification and de-amplification in historical perspective”. In: **Football on trial**: spectator violence and development in the football world. New York: Routledge, 1999, p. 120.

necessita, pois, de um exame acurado. Ele consiste de início na relativização da armadilha tal como posta pela antinomia *pós-moderna*, que se coloca da seguinte maneira: ou bem os meios de comunicação refletem a realidade, espelhando-a tal qual se supõe que ela é; ou bem a induzem, a engendram, a forjam de forma até certo ponto artificiosa. A complexa relação entre realidade e representação é um ponto nodal na historiografia contemporânea<sup>51</sup> e a abordagem das matérias sobre violência entre torcedores requer um procedimento cauteloso. Deve-se salientar antes de tudo a diferença, como bem observa o sociólogo francês Patrick Mignon, entre aqueles que criam o problema e aqueles que definem a situação como problemática<sup>52</sup>. Se nos ativermos ao segundo pólo, observa-se como o estudo iniciado pela escola de Leicester teria considerável aceitação em âmbito internacional, com a realização de pesquisas que se valem do material jornalístico ora como via de acesso às informações ora como análise de discurso na construção do objeto.

Na Argentina, a socióloga Mariana Conde publicou o artigo *La invención del hincha en la prensa periódica*. Vinculada ao grupo de pesquisadores da Universidade de Buenos Aires (UBA), a autora empreendeu uma análise serial da representação do torcedor argentino desde o final do século XIX através de dois importantes periódicos esportivos argentinos: a revista semanal *El Gráfico* e o diário *Crítica*<sup>53</sup>. Através deles, ela mostrou as formulações dos jornalistas sobre a imagem *hincha* e suas variações no contexto histórico nacional e na evolução do futebol argentino. Nos anos 50, em plena era peronista, a exaltação do torcedor ligava-se a uma concepção de bondade intrínseca ao povo; já nos anos 80, o surgimento dos *barra-bravas* fazia com que tal pureza se esfumasse e, em seu lugar, sobreviesse a execração dos torcedores, desordeiros por excelência. No Brasil, a mesma linha metodológica foi seguida pela socióloga Elisabeth Murilho, professora da PUC-SP, que defendeu uma dissertação de mestrado publicada em forma de artigo com o título *A violência no futebol e a imprensa esportiva*. Nela, a autora circunscreve as notícias publicadas no jornal

<sup>51</sup> Cf. FALCON, F. “História e representação”. In: **Revista de História das Idéias**. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000, vol. 21.

<sup>52</sup> Cf. MIGNON, P. **La société du samedi**: supporters, ultras et hooligans – étude comparée de la Grande-Bretagne et de la France. Paris: Institut des Hautes Études de la Sécurité, 1993, p. 42.

<sup>53</sup> Cf. CONDE, M. **op. cit.**

A *Gazeta Esportiva* dos anos 20 aos anos 90, com a observação das alterações da imagem do torcedor no decurso desse tempo<sup>54</sup>.

A pesquisa que realizamos nos arquivos do *Jornal dos Sports* não nos permitiu a mesma apreensão panorâmica das reportagens jornalísticas, nem tampouco a realização de gráficos com variáveis sobre o comportamento do torcedor. Isto se deveu, em parte, à ausência de emprego de métodos quantitativos, que necessitariam tempo e estrutura maior; em parte também ao quadro histórico mais restrito, que se concentrou no acompanhamento do período final dos anos 60 até o início anos dos 80 — embora tenham sido examinados vários outros momentos, anteriores e posteriores a este, como será visto a seguir; e em parte, ainda, devido ao alvo principal da tese, que diz respeito menos a casos genéricos de distúrbios no futebol e mais à formação de agrupamentos de torcidas organizadas no Rio de Janeiro.

O *Jornal dos Sports*, alvo da nossa pesquisa, foi fundado em 1931 por Argemiro Bucão e Álvaro do Nascimento, e comprado em 1936 por Mário Filho. O jornal pertenceu a este último por trinta anos e, durante esse tempo, a sua diretriz pareceu de um modo geral sempre enaltecedora da figura do torcedor. Mário Filho, militante em favor da profissionalização do esporte e da transformação do futebol em um espetáculo de massas, incentivou desde o início a formação de torcidas multicoloridas nas arquibancadas e estimulou a interlocução do jornalista esportivo com o torcedor, visto como seu potencial consumidor. Sob sua direção, o periódico esportivo teve grande projeção no país, não apenas por sua sede se encontrar na capital da República, o Rio de Janeiro, mas também porque muitos de seus cronistas esportivos eram também expoentes das letras nacionais, como Nelson Rodrigues, José Lins do Rego, Antônio Olinto, entre muitos outros. A condição de destaque no cenário nacional torna possível equiparar o *Jornal dos Sports* no Brasil ao *El Gráfico* na Argentina, ao *L'Équipe* na França e à *Gazeta dello Sport* na Itália.

O falecimento de Mário Filho em 1966 não provocou alterações imediatas no *Jornal dos Sports*, uma vez que este continuou sob a posse da família Rodrigues, primeiro com a viúva do jornalista, depois com o filho único. A situação permaneceu dessa maneira até o ano de 1972, quando a morte

---

<sup>54</sup> Cf. SILVA, E. M. da. **op. cit.**

de Mário Júlio Rodrigues retirou os direitos de propriedade do periódico da família. Este por sua vez passou às mãos da segunda mulher de Mário Júlio, Cacilda Fernandes de Souza, que recebeu o jornal como herança lavrada em testamento. Nos oito anos em que esteve sob a guarda da Sra. Cacilda, de 1972 a 1980, o *JS* assistiu a algumas transformações na sua concepção editorial e na composição de sua equipe de jornalistas, sem no entanto modificar de forma substantiva o tipo de relação cultivado com o leitor-torcedor. No início do decênio de 1980, o *Cor-de-Rosa* foi arrendado pela família Veloso, que por seu turno era ligada a uma rede de supermercados da cidade. De um lado, os Veloso deram continuidade a determinadas tradições criadas por Mario Filho; de outro, imprimiram mudanças bem nítidas no perfil do jornal. As alterações incluíam não somente a diagramação visual, mas sobretudo o leitor-alvo, o que consubstanciava a nova linha editorial assumida.

Nesse sentido, no correr dos anos 80, o *Jornal dos Sports* pareceu ganhar feições semelhantes, ao menos em parte, aos tablóides esportivos e aos jornais populares de que falava Eric Dunning em seu artigo, tal como o *The Sun*, com uma abordagem em certa medida sensacionalista. Verificou-se a perda do alcance nacional em prol de uma dimensão local mais provinciana, da mesma maneira que o universo multifacetado de variedades jornalísticas decresceu de forma sensível. Contudo, pode-se afirmar que o tradicional apoio e a marca de incentivo do periódico às atividades promovidas pelas torcidas continuaram em destaque. O canal de comunicação mais direto com os leitores-torcedores, a seção de cartas intitulada *Bate-Bola*, permaneceu em atividade. A política editorial que pautou o relacionamento do *Jornal dos Sports* com seu público, entendido de forma majoritária como o torcedor de futebol aficionado por seu clube e também como o seu principal cliente, continuou à primeira vista sem alteração.

Destarte, a figura positiva do torcedor foi uma constante na história desse periódico esportivo, independente das contingências de apropriação ou de destinação comercial do jornal. A caracterização geral desse personagem do universo esportivo realçou desde cedo a sua fidelidade clubística, a sua simplicidade e a sua abnegação de fundo religioso no acompanhamento dos jogos. No entanto, ao lado do torcedor considerado de maneira singular e isolada, é possível dizer que coexistiu também na história do futebol e da

imprensa esportiva a sua contrapartida negativa, o seu revés imagético. Isto quer dizer que a representação coletiva do torcedor circunscreveu também a imagem de um corpo compacto de indivíduos indistinguíveis entre si na paisagem dos estádios, uma *massa fechada*, conforme definiria Elias Canetti, com fronteiras definidas a despeito de sua arena a céu aberto<sup>55</sup>.

Essa massa freqüentadora das arquibancadas, conhecida pela denominação genérica de *torcida*, adquiriu acepções nem sempre favoráveis com o desenvolvimento do futebol. Se em âmbito individual era possível perceber uma visão simpática do jornalista que acentuava as características altruísticas do torcedor, o mesmo não se dá quando se considera a dimensão da coletividade. A reunião de torcedores em um estádio, para além do sentido de festa e de confraternização, foi vista com freqüência na imaginação dos periodistas de diversas latitudes sob o signo mais amplo daquilo que os europeus chamavam de “pânico moral”. A psicologia das multidões era expressa sob a forma do temido e enigmático comportamento das massas no futebol.

Na Europa, o tema se colocou desde o aparecimento sedicioso do “povo” na historiografia, após a eclosão das eras revolucionárias, descritas pelo historiador francês George Lefebvre em *O grande medo de 1789*<sup>56</sup> e pelo historiador inglês George Rudé em *A multidão na história*<sup>57</sup>. Os receios à inopinada entrada da turba na cena pública levaram muitos escritores a refletir sobre o fenômeno. A linhagem mais clássica sobre o assunto tem início com Gabriel Tarde (1843-1904) em *A opinião e as massas* e com Gustave Le Bon (1841-1937) em *A psicologia das multidões*, esta última traduzida para dezenas de línguas e publicada em centenas de milhares de exemplares. A tradição prossegue no século XX com as obras de Sigmund Freud, José Ortega y Gasset, Wilhelm Reich, Elias Canetti e Serge Moscovici. Em um esquema simplificado, é possível identificar duas linhas-mestras presentes nas ponderações desses autores. A primeira é a da *imitação*, segundo a qual o indivíduo imerso na massa age por contágio e propagação. O *homo vulgus*

<sup>55</sup> Cf. CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15.

<sup>56</sup> Cf. LEFEBVRE, G. **O grande medo de 1789**: os camponeses e a Revolução Francesa. Prefácio de Francisco Falcon. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>57</sup> Cf. JULIA, D. “A violência das multidões: é possível elucidar o desumano?”. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

difere do *homo sapiens* porquanto se deixa levar pela torrente volitiva, pelo torvelinho das paixões ou, como dizia Tarde, pela “cenestesia social”<sup>58</sup>. A segunda suposição é a da *regressão*, de Le Bon. Para este, o indivíduo regride à medida que se vê envolto entre seus pares. Em grupo ou no anonimato ele comporta-se de uma maneira; a sós, de outra. De modo irracional, inconsciente ou infantil, suas condutas são irreconhecíveis quando comparadas àquelas do cotidiano.

O advento da modernidade no limiar do século XX coincidiu com a conformação do futebol como espetáculo de massa e com o temor ante a perda de controle nas metrópoles européias, que assistiam naquela altura à ebulição de partidos políticos, sindicatos e movimentos revolucionários, sejam anarquistas, comunistas ou socialistas. O potencial disruptivo das grandes aglomerações urbanas foi desde então tido como uma ameaça constante, capaz de preocupar os governos instituídos e os seus respectivos técnicos, dentre engenheiros, arquitetos, magistrados, médicos, higienistas e muitos outros homens de ciência.

As platéias esportivas também vivenciariam esse estado iminente de convulsão social. De acordo com o historiador francês Alfred Wahl, a imagem amedrontadora das *classes perigosas* — teoria formulada por Louis Chevalier em 1978 a fim de descrever a vida social, política e literária da Paris *fin-de-siècle*<sup>59</sup> — se fazia presente desde os primórdios do futebol na Inglaterra, na segunda metade do século XIX: “Le jeu ne devait devenir ni travail ni exhibition devant un public formé des classes ‘dangereuses’”<sup>60</sup>. Já o estudioso escocês Herbert Moorhouse mostrava a ancestralidade do torcedor desordeiro, com base na legião de freqüentadores de estádios na Escócia, como o *Celtic Park* ou o *Hampden Park*, que em fins do século XIX já abrigava mais de

<sup>58</sup> Cf. TARDE, G. **A opinião e as massas**. Prefácio de Dominique Reynié. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XXII.

<sup>59</sup> Cf. ZALUAR, A. “Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (org.). **Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 28. No caso do Brasil, o fenômeno das *classes perigosas* foi estudado pelo historiador Sidney Chalhoub, com foco no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Cf. CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle-époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>60</sup> Cf. WAHL, A. **La balle au pied – histoire du football**. Paris: Gallimard, 1990, p. 25. Segundo o mesmo autor: “C’est en Belgique que sont nés, au cours des années 1920, les premiers clubs des supporters du continent. Ils gagneront ensuite le nord de la France”. Cf. **ibid.**, p. 33.



cinquenta mil espectadores<sup>61</sup>. De igual maneira a Dunning, recorria-se ainda aos jornais da década de 1890, como o respeitado *The Times*. Ao perquirir as origens do termo, localizava-se o vocábulo *houlihan*, designador dos traços de insociabilidade de uma família irlandesa que vivera na Londres Vitoriana oitocentista, passando a designar atividades grupais juvenis, o que dava uma coloração mítica à sua narrativa de origem. A 30 de outubro de 1890, era possível colher a seguinte passagem no jornal londrino:

“O que temos a ver com o *hooligan* ? Quem ou o que é responsável por seu crescimento ? Toda semana, algum incidente deixa claro que determinadas zonas de Londres são mais perigosas para o transeunte pacífico do que as recônditas regiões da Calábria, Sicília ou Grécia, outrora clássicos refúgios de bandoleiros. Todo dia, em algum tribunal, são narrados detalhes de atos de brutalidade, cujas vítimas são homens e mulheres inocentes. Enquanto o *hooligan* maltratava unicamente o *hooligan* – enquanto ouvíamos falar dos ataques e contra-ataques de bandos, ainda que por vezes munidos de armas mortais -, a questão era bem menos premente do que é agora... Não há como olhar sem inquietação, contudo, para a insistente recorrência de explosões de violência por parte de marginais, o sistemático desrespeito à lei por parte de grupos de garotos e rapazes que representam o terror da vizinhança em que habitam. Nossos *hooligans* vão de mal a pior. Eles são uma degeneração no organismo político, sendo a pior circunstância o fato de estarem se multiplicando e que as juntas educacionais e a prisão, os magistrados da polícia e os filantropos não parecem contribuir para regenerá-los. Outras grandes cidades podem contribuir para se livrar de elementos mais perniciosos ao Estado. Não obstante, o *hooligan* constitui uma odiosa excrescência de nossa civilização.”<sup>62</sup>.

A penetração dessas idéias e desses temores no Brasil não tardaria, encontrando uma especial pregnância nos apontamentos dos jornalistas esportivos. Os cronistas do *Jornal dos Sports*, em que pese a tradição de enaltecimento do torcedor, pareceram conviver com esse espectro nos mais variados tempos e expuseram com frequência suas preocupações a respeito. Criado na década de 1930, como foi dito, o *Jornal dos Sports* surgiria no momento em que o país alavancava as suas bases industriais e configurava com mais nitidez a sua fisionomia urbana. No mesmo período, o futebol tornava-se um esporte profissional e inscrevia seu lugar junto ao avanço dos meios de

<sup>61</sup> Cf. MOORHOUSE, H. F. “Les foules de Glasgow”. In: *Sociétés & Représentations*. Paris: s.e., 1998, n. ° 7, p. 193 e 194.

<sup>62</sup> Cf. BUFORD, B. **Entre os vândalos**: a multidão e a sedução da violência. São Paulo: Companhia das Letras, p. 20..

comunicação de massa, notadamente os jornais, as revistas e o rádio. Os estádios de futebol remodelavam sua infra-estrutura arquitetônica de modo a abrigar cada vez mais contingentes de torcedores que afluíam aos campos. A organização do evento requisitava um planejamento maior, o que acionava a intervenção das autoridades esportivas e dos interessados na promoção do evento. Os diários esportivos eram os mais destacados nesse sentido, com a invenção de concursos e com a criação de atrativos para animar a participação dos espectadores.

A acomodação da *assistência* cada vez mais volumosa nos estádios era uma preocupação freqüente das crônicas esportivas e os organizadores pareciam cientes da magnitude assumida pelo espetáculo. Assim, já no início dos anos 40, durante a disputa da Liga Carioca, uma polêmica em torno da estrutura das arenas esportivas seria enfocada pelo *Jornal dos Sports*<sup>63</sup>. Ela se daria no mês de setembro de 1943, logo depois de um incidente trágico ocorrido em um jogo do Flamengo no estádio do São Cristóvão, clube da zona norte da cidade, situado à Rua Figueira de Melo. No dia do jogo, as arquibancadas de madeira não resistiram à superlotação e cederam, o que resultou na morte de oito torcedores. O desabamento gerou uma discussão acerca dos estádios de pequeno porte, mais característicos dos clubes da zona norte e do subúrbio. A propósito, desde a década de 1910, Mário Filho já registrava problemas nos estádios suburbanos. Em suas remotas recordações, os jogos dos times da zona sul em Bangu costumavam causar transtornos, em virtude do deslocamento dos torcedores pela via férrea. O traslado provocava inúmeras brigas e apedrejamentos, em uma recepção pouco amistosa por parte dos moradores da localidade.

Em face do acontecimento trágico, o presidente da Federação Metropolitana de Futebol (FMF), Vargas Netto, sobrinho do presidente da República e ele próprio cronista do *JS*, muito próximo de Mário Filho, decretou a interdição dos estádios com arquibancada de madeira. O decreto autorizava apenas as praças de esporte dotadas de infra-estrutura de cimento, com argamassas mais resistentes, tais como existiam nas Laranjeiras, em São Januário, em General Severiano e na Gávea. O incidente contribuiria ainda para

---

<sup>63</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 21, 23 e 30 de setembro de 1943.

a idealização de uma solução a longo prazo, que consistiria na construção de um estádio da prefeitura do Distrito Federal, o Estádio Municipal do Rio de Janeiro. Isto ocorreria no final da década de 1940, quando foi construído o Maracanã, marco de uma nova era de praças de esporte monumentais, capazes de receber públicos da ordem de cento e cinquenta mil torcedores.

A medida de Vargas Netto não impediu a continuidade no registro de distúrbios em estádios pequenos. No início dos anos 50, mais um incidente ocorreria, desta vez no campo do Olaria, na Rua Bariri. Conforme o relato do jornal, “Tradição de violência é antiga em Bariri”, os fatos não pareciam ser novos nem episódicos. Desta feita, o problema se referia menos às dimensões do estádio e mais à conduta dos torcedores do Flamengo, insatisfeitos após a inesperada derrota de seu time.

No final dos anos 60, as confusões transcorridas no campo do Olaria ainda permaneciam vívidas na lembrança de um jornalista. Depois de relatar em nota os distúrbios da torcida do América em um modesto jogo contra o Campo Grande, as reminiscências de um cronista o enviavam à remota partida<sup>64</sup>: “Em 51, o Flamengo foi a Bariri. Era uma festa a presença do mais querido e muito sururu ocorreu nas arquibancadas. Valia tudo, ou quase tudo: garrafadas, pedradas, cascas de laranja. Policiamento como sempre deficiente e só depois de muito tempo os ânimos serenaram.”<sup>65</sup>. Esses incidentes causavam indignação por parte dos editores do jornal, que se valiam de seu espaço destacado para decretar campanhas pela moralização do esporte: “Guerra à violência” era o título do editorial do *JS*, pouco depois das confusões descritas pelo cronistas. A avaliação dos conflitos que “maculavam” o futebol compreendia um diagnóstico, a impunidade, e uma solução, a penalização exemplar<sup>66</sup>.

A identificação das causas daqueles acontecimentos não parecia ter efeitos imediatos. Apesar dos apelos e dos alertas dos especialistas esportivos, a situação se prolongaria até os anos 70, quando o governo militar deu início a um ciclo de construção de estádios, sobretudo na região Nordeste do país. Em 1971, a reinauguração do estádio do Bahia, a Fonte Nova em

---

<sup>64</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1967.

<sup>65</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1967, p. 04.

<sup>66</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1967.

Salvador, contou com a presença do presidente Médici e da equipe do Flamengo na festa de abertura, levando uma multidão à partida. A superlotação gerou inúmeros transtornos e acidentes, que culminariam com a interrupção do jogo. Os editores do periódico relataram os transtornos ocorridos nesse tom metafórico:

“Multidão em pânico não raciocina, vê apenas o perigo que o medo coletivo gera e dá dimensões irreais. Avança como uma boiada em estouro para o precipício. Não pára um instante para analisar uma ordem ou uma denúncia, simplesmente age em grupo, perdendo sua individualidade.”<sup>67</sup>.

A sucessão de desastres não se limitaria ao âmbito regional nem aos estádios brasileiros. A repercussão de tragédias em estádios de todo o mundo era digna de nota nos jornais brasileiros. Qual uma catástrofe natural, os acidentes nos estádios ecoavam como uma pungente metáfora a lembrar todo o furor dos cataclismos da natureza, com sua “força estranha”<sup>68</sup>. Os incidentes trágicos que ocorriam nas praças de esporte fora do país inquietavam sobremaneira os jornalistas, temerosos de sua repetição no Brasil. O relato de desabamentos seguidos de mortes ganhava destaque nas manchetes do *Jornal dos Sports* e conformava uma cronologia de acidentes chocantes. Um dos mais conhecidos foi a tragédia ocorrida na partida entre Peru e Inglaterra em 1964, que resultou na morte de trezentos e vinte torcedores, seguido em 1968 por outro incidente fatal na cidade de Buenos Aires. Em 1971, dois meses antes da tragédia na Fonte Nova, o jornal informava na primeira página um grande desastre no exterior, desta vez no estádio de Ibrox, na Escócia: “Estádio superlotado desaba e mata 66”<sup>69</sup>. A fatalidade ocorrera durante um jogo entre o Celtic e o Rangers, com oitenta mil assistentes, quando a arquibancada de concreto cedeu, o que resultou, além das mortes, em cem feridos.

As explicações para os acontecimentos trágicos no futebol a que se referiam essas matérias não se resumiam à imagem avassaladora e indômita das forças naturais. Elas derivavam também daquele comportamento típico do homem imerso na multidão. As justificativas podiam ser encontradas em um

<sup>67</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 06 de março de 1971, p. 05.

<sup>68</sup> Cf. ARAÚJO, R. B. “Força estranha”. In: *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, s.e., 1982, n.º 1.

<sup>69</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1971, p. 01.

passado longínquo e apareciam expressas em antigas matérias do jornal. No início dos anos 50, o *Jornal dos Sports* seria responsável por uma série de reportagens dedicadas ao assunto. Ela vinha assinada por um obscuro cronista do jornal, que não parece ter tido uma carreira longa no periódico de Mário Filho. A caudalosa matéria de Inezil Penna Marinho, publicada no ano 1953, traduzia com fidedignidade a visão espectral das manifestações populares no esporte. Nela, era possível perceber como a interpretação acerca da psicologia das massas do início do século continuava na ordem do dia, penetrando os domínios públicos dos estádios de futebol. Ao todo, quatro extensos artigos punham em interrogação as multidões no esporte, seu vulto, suas características, suas origens. Os textos assinados por Inezil vinham publicados ao longo de toda a primeira semana de novembro daquele ano, embora sem grandes projeções no corpo do jornal.

Sob a chamada geral de *A Torcida — Esse Gigante*, a série vinha dividida em quatro longos capítulos: “1 – Classificação das multidões”; “2 – Características das multidões”; “3 – O comportamento da torcida”; “4. Documentário”. A leitura mostra que não seria preciso nenhuma escavação arqueológica dos discursos, nem tampouco qualquer dedução de teorias científicas inscritas de forma sutil ou diluída nas narrativas jornalísticas. A filiação teórica vinha estampada com todas as letras no texto do repórter. Conquanto muito alentadas, as matérias são transcritas na íntegra a seguir, pois reproduzem *ipsis litteris* a teoria vulgarizada por Gustave Le Bon e aplicada desde então com frequência ao torcedor de futebol. Como se pode aferir, a concepção era subscrita e reiterada também por cronistas de esporte de meados do século XX:

“A Torcida — esse gigante”. “1 – Classificação das multidões”: “Gustave Le Bon (‘Psychologie des foules’) classificou as multidões em dois grupos: heterogêneas e homogêneas. As primeiras são as anônimas – como as ruelas – e não anônimas – jurados, assembléias parlamentares, etc – e as últimas abrangem, na ordem de complexidade crescente, as seitas – políticas, religiosas, etc. – as castas – militar, sacerdotal, etc – e as classes, burguesa, por exemplo. A torcida é uma multidão no sentido do grupo heterogêneo e anônimo: os indivíduos que a compõem são suscetíveis de reações psicológicas uniformes. A multidão se caracteriza, assim, pela perda da individualidade da pessoa no grupo; é um ser provisório formado de elementos heterogêneos que por um instante se unem, traídos pela força irresistível de um sentimento ou interesse comum. A

personalidade consciente se desvanece, os sentimentos e as idéias de todas as unidades são orientadas em uma mesma direção. Forma-se uma alma coletiva, transitória sem dúvida, mas que apresenta caracteres muito definidos. Pouco aptas para o raciocínio, as multidões são, ao contrário, muito aptas para a ação. As civilizações, assim o afirma Gustave Le Bon, não tem sido criadas nem guiadas senão por uma pequena aristocracia intelectual, nunca pelas multidões; estas não têm poder para criar, mas somente para destruir. Raul Briquet ('Psicologia Social') escreve: 'Para que o grupo passe ao estado de multidão, são precisas quatro condições: a) — objetivo comum para o comportamento de todos os indivíduos; b) — razões idênticas de ação; c) — fator emotivo externo, representado por determinado grupo ou indivíduo que o simboliza, e em relação ao qual a multidão alimenta sentimento de medo, hostilidade ou vingança; d) — líder, que consolide as aspirações da coletividade e lhe guie a ação. O líder não é obrigatoriamente personificado. Na multidão formada em derredor da vítima de um acidente, o sentimento geral de simpatia pelo sofrimento alheio é a imagem que reativa a emoção'. Para Gustave Le Bon é fácil comprovar o fato de que o indivíduo em multidão difere do indivíduo isolado, mas bem difícil se torna descobrir as causas dessa diferença. Eis as suas próprias palavras tentando explicá-las: 'Diversas são as causas que determinam os aparecimentos desses caracteres especiais na multidão, e que os indivíduos isolados não possuem. A primeira é que o indivíduo em multidão adquire pelo só fato do número, um sentimento de poder invencível que o leva a ceder a instintos que só, seguramente os teria refreado. Essa falta de freio se dará tanto mais quanto o anonimato implica a irresponsabilidade: o temor, o sentimento da responsabilidade, que retém o homem, desaparece inteiramente. A segunda causa, o contágio, intervém igualmente para determinar as multidões a manifestação de caracteres especiais e, ao mesmo tempo, sua orientação. O contágio é um fenômeno fácil de comprovar, mas não explicado, e que é preciso unir os fenômenos de ordem hipnótica, que estudaremos a seguir. Numa multidão, todo o sentimento, todo ato, é contagioso, e contagiosos até o ponto do indivíduo sacrificar muito facilmente seu interesse pessoal ao interesse coletivo. É esta uma atitude muito contrária a sua natureza, e da qual não é quase capaz o homem senão quando toma parte de uma multidão. Uma terceira causa, que é muito mais importante, determina nos indivíduos em multidão caracteres especiais, às vezes completamente contrários aos do indivíduo isolado. Quero falar da sugestibilidade, na qual o contágio mais intenso é somente um efeito. E conclui: 'Desvanecimento da personalidade consciente, predomínio da personalidade inconsciente, orientação por via da sugestão e contágio dos sentimentos e das idéias num mesmo sentido, tendência a transformar imediatamente em atos as idéias sugeridas: tais são, pois, os principais caracteres do indivíduo em multidão. Não é o indivíduo mesmo, é um autômato em quem a vontade não prepondera. Assim, pelo só fato de formar parte de uma multidão organizada, o homem desce muitos degraus na escala da civilização. Isolado, seria talvez um indivíduo culto, em multidão, é um bárbaro, isto é um impulsivo. Tem as espontaneidades, a violência, a ferocidade e também os entusiasmos e os heroísmos dos seres primitivos.'<sup>70</sup>

\*

<sup>70</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS, 05 de novembro de 1953, p. 05.

“A Torcida — esse gigante”. “2 – Características das multidões”: “O que sempre domina na alma das multidões não é a ânsia de liberdade, mas a de servilismo. E, se ampliarmos as proporções dessa irreprimível necessidade de obediência, veremos muitos povos renunciarem a sua própria liberdade e escolherem – ó ironia! – pelo direito democrático de voto aquele que os há de tiranizar. A ânsia de obediência é tal que as multidões instintivamente se colocam a serviço de quem se lhes impõe, do mais hábil no mando, do mais audacioso na escolha de seus objetivos, do menos escrupuloso na seleção dos meios que levam aos fins colimados. Segundo Raul Briquet, três são as características do comportamento da multidão: o predomínio do inconsciente, definido pela hiperemotividade e raciocínio elementar; a sugestibilidade e a irreprimibilidade do desejo e ação. O predomínio do inconsciente se traduz com o transporte da multidão pelo sentimento; ela se arrebatada na excitação emotiva, mas não raciocina. O indivíduo renuncia à própria personalidade e quer, sente e age com a maioria. A segunda característica da multidão – sugestibilidade – se identifica pela onda contagiosa que a tudo domina e a todos impede raciocínio claro. E a ‘reação será tanto mais intensa quanto maior o número de pessoas nas quais se verifica’. A irreprimibilidade de desejo e ação leva a multidão a agir impetuosa e agressivamente, exigindo a satisfação de seus desejos, sejam estes de que natureza forem. A multidão apresenta sempre uma sangüissedência inconsciente, que se traduz pelo desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Porto Carrero se refere a tal fato quando lembra aqueles que julgam que só com muito sangue as coisas endireitam. Martin conta certo caso verificado em cidade do sul dos Estados Unidos, onde foi linchado o jurado cujo voto provocara a absolvição de um réu negro; este escapara à punição, mas aquele pagara em seu lugar. É interessante assinalar o aspecto psicológico da vingança, que não é apenas individual, mas também coletiva e, aí, em grau muito mais elevado. A indignação pública contra o réu nos primeiros momentos que sucedem o crime é quase insopitável, o ódio ao delinqüente se avoluma e o povo deseja que ele sofra, que pague imediatamente pelo crime cometido. O linchamento é a manifestação coletiva do desejo de vingança. Os caracteres gerais das multidões denominadas criminosas são exatamente os observados em todas as multidões: sugestibilidade, credulidade, mobilidade, exageração dos sentimentos bons e maus, manifestações de certas formas de moralidade, etc. É interessante assinalar que na multidão não existe responsabilidade pessoal e é justamente disso que muitos indivíduos se aproveitam para dar expansão a instintos recalcados pelas contingências da vida social, pelo temor ao castigo correspondente a tais ações. O indivíduo espera que na multidão não será reconhecido e que ninguém se animará como responsável. Persuade-se de que seus atos ficarão ocultos por não ser possível punir a todos os participantes.”<sup>71</sup>.

\*

“A Torcida — esse gigante”. “3 – O comportamento da torcida”: “A torcida nada mais representa que uma multidão em que cada um dos indivíduos que a compõem perde a sua personalidade, a sua vontade individual e adquire as características que identificam aquele grupo. O torcedor é, em geral, um indivíduo habitualmente morigerado, que

<sup>71</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1963, p. 05.

trabalha durante toda a semana, cumpre fielmente as suas obrigações, obedece às ordens de seus superiores, é incapaz de ofender uma pessoa a quem não conhece e nada lhe fez e muito menos de agredi-la: afável, bem educado na acepção comum da expressão. Mas, quando na multidão, como integrante da torcida, ele sofre transformação radical. É capaz de dirigir os maiores insultos ao juiz ou aos jogadores da equipe adversária, atirar-lhes garrafas ou pedras, agredi-los se tiver oportunidades e estiver em boa situação; torna-se exaltado, perde inteiramente o controle sobre si mesmo e não lhe será impossível deprender o estádio, o ginásio ou a piscina, incendiá-los e até matar aqueles que se opuserem aos seus intentos ou se tiverem se transformado em alvo de sua ira. Só conhece uma justiça: aquela que emana das suas mãos. O juiz é quase sempre a vítima escolhida, é o alvo da sua ira, o motivo de sua vingança. Toda a tempestade de seus sentimentos, todo o tumulto de seu interior tem por causa, geralmente, a figura do juiz. Dificilmente poderá reconhecer que o mesmo agiu de modo imparcial; julga sempre que prejudicou o seu clube propositadamente, que é um 'ladrão', que estava 'comprado' e outras coisas semelhantes. Não raciocina com lucidez e é vítima de grande número de erros de percepção pela paixão que o domina, pelo partidarismo que lhe impede analisar os fatos como são, perceber os objetos da sensação sem lhes. Vê coisas que não existem, deturpa os fatos, protege inconsciente, subconsciente ou conscientemente os interesses de seu clube e dos jogadores que integram a equipe deste. Raramente reconhece as faltas praticadas por tais jogadores, ainda quando são flagrantes e incontestáveis. Como em toda a multidão, também existem instintos sanguinários na torcida. Ela prefere o jogo bruto, as intervenções violentas, as jogadas perigosas numa sede de sensações, num desejo de fortes emoções. Não raro anima os jogadores a que machuquem ou inutilizem os adversários. Frases como estas são bastante comuns nos campos de football: 'Dá-lhe duro', 'Quero ver sangue!', 'Arrebente-lhe a canela!', 'Tira de campo, inutiliza logo!', 'Aleija esse desgraçado'. E isso nos faz lembrar os jogadores circenses tão do agrado dos romanos, em que o sangue era elemento indispensável. E quanto mais sangue, maior o prazer suscitado. As corridas dos aurigas, embora assaz emocionantes, foram cedendo lugar aos combates entre os gladiadores, os quais terminavam quase invariavelmente com a morte de um dos contendores. 'Ave César, imperator, morituri te salutant' era a saudação dos que tinham de matar para não morrer. E, se por acaso algum deles caía vencido, desarmado, impotente, e clamava perdão a César, este indagava do populacho a resolução, sempre assim expressa: 'Mata! Mata!'. E o imperador baixava o braço, gesto seguido do golpe de misericórdia do vencedor daquele dia, que não estava livre de ser o vencido no espetáculo seguinte. E os próprios combates entre os gladiadores foram sendo substituídos por outros números mais extravagantes, como lutas entre feras reconhecidamente inimigas, entre homens e feras e, finalmente, pelos massacres aos cristãos acusados por Nero como incendiários de Roma. Após a Revolução Francesa, as praças onde se erguiam as guilhotinas viviam apinhadas de gente que ali ia unicamente para ratificar a sangüissedência insopitável. Os melhores lugares eram disputadíssimos e as mulheres que se ocupavam ali horas a fio, fazendo crochê, enquanto o espetáculo não começava. E bem ufanas se mostravam quando suas roupas ficavam salpicadas pelo sangue dos condenados, ao rolares suas cabeças nas cestas que as



recolhiam. Cerremos por um instante os olhos e procuremos reconstituir a cena de um espetáculo no Coliseu. Transportemo-nos agora para qualquer de nossos estádios durante uma partida de football. Que pouca diferença existe entre os espetáculos públicos que vinte séculos de civilização separam! Os gladiadores substituídos por jogadores, que ao invés de lançarem a rede sobre a antagonista como os reciários, devem levar a bola ao ‘goal’ contrário; as arquibancadas são as mesmas e a multidão de espectadores nada mudou. Apenas, mais humanizada, disfarça talvez os seus instintos primitivos não exigindo a morte dos vencidos; compraz-se com uma cena de pugilato entre os jogadores, ou entre estes e o juiz, com a jogada violenta que fratura a perna de um adversário ou lhe arrebeta o supercílio. E quando tais cenas não são possíveis, a sua insatisfação é tanta, que não raro os elementos que a compõem são obrigados, eles próprios, a se transformarem em gladiadores romanos. Tais são as cenas que se nos deparam, muitas vezes, nos campos de football. Como vemos, a torcida não mudou muito nestes últimos dois mil anos.”<sup>72</sup>.

\*

“A Torcida — esse gigante”. “4. — Documentário”: “Há que assinalar os casos em que a ‘torcida’ não se conforma com a derrota da equipe da sua predileção e procura desagradá-la com manifestações hostis aos vencedores, que vão desde as vaias até as pedradas e outras formas de agressão. Um telegrama de ASA Press, procedente de São Paulo, e publicado no JORNAL DOS SPORTS, de 10 de abril de 1946, noticiava o seguinte: ‘Já se encontra nesta capital, de regresso de sua recente e vitoriosa temporada em Porto Alegre, a delegação do Palmeiras. Todos os seus integrantes se mostram satisfeitos com a execução e com o tratamento recebido por parte dos dirigentes gaúchos. Contudo, não deixam de lamentar o ambiente sobremodo carregado que cercou o ‘match’ de encerramento com o Internacional, com cuja derrota não se conformou a ‘torcida’ local, tomando uma atitude de tal modo hostil que, ao final, a polícia teve de entrar em campo para proteger os jogadores alviverdes, sendo que Rodrigues e Mantovani ficaram sem poder sair do gramado cerca de hora e meia’. Julgamos interessante ilustrar com mais as seguintes notícias escolhidas entre as dezenas que possuímos e que seriam suficientes para constituir um grosso volume. ‘Na estrada Rio — São Paulo, ao regressarem em automóveis, do campo do Bangu onde venceram o clube local, os jogadores do Vasco da Gama foram apedrejados por torcedores exaltados que não se conformaram com o resultado da partida. Foi atingido por uma das pedras o jogador do quadro de aspirantes, o guarda civil Almir Nunes Ribeiro, de 25 anos, casado, morador à Rua Getúlio, 209, o qual sofreu um sofrimento contuso no supercílio direito, sendo socorrido pela Assistência do Méier (Publicado no ‘Diário de Notícias’ de 14-9-1943). NOTÍCIAS ARREPIANTES A RESPEITO DE UM ESPETÁCULO DEPRIMENTE. Eis outra notícia publicada pelo mesmo jornal: ‘Ligeiras ocorrências foram assinaladas na tarde policial, domingo, em Guaratinguetá — Um morto e 14 feridos — O juiz ameaçado — Impotente a polícia para manter a ordem, tendo perdido a vida um inspetor — Indignação em Taubaté. S. Paulo, 13 (Asapress) — chegaram a esta capital notícias arrepiantes a respeito do espetáculo

<sup>72</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1953, p. 07.

deprimente em que degenerou a disputa do clássico encontro realizado em Guaratinguetá, entre as equipes da A. A. Guaratinguetá e do E. C. Taubaté, na decisão do campeonato regional de football. RECEPÇÃO MUITO ‘DURA’... Os excursionistas (sic) taubateanos foram recebidos a pedradas pelos aficionados do clube local, o que deu origem a sérios incidentes que precederam outros conflitos mais graves, ocorridos durante o desenrolar da partida, que foi muitas vezes interrompida e truncada por ‘encencas’ que envolveram mais de 500 pessoas. ‘OU APITA OU MORRE’... A polícia local foi impotente para manter a ordem ou sequer controlar a situação que cada vez mais se agravava. O juiz da peleja foi obrigado a levar o jogo a termo, pois foi apedrejado quando tentou suspender a partida e ameaçado de morte, caso se negasse a continuar apitando. 14 FERIDOS E UM MORTO. Antes, durante e depois do jogo foram muitas as ocorrências de ordem policial que deslustraram a tarde ‘esportiva’. Quase seria mais razoável dizer que ‘ligeiras ocorrências esportivas foram assinaladas naquela tarde policial’... Nesses acontecimentos, verdadeiramente brutais, teve-se a registrar um balanço espantoso: 14 feridos e um morto. O morto no conflito é um inspetor de Guaratinguetá. TIROS E OUTRAS COISAS. Durante os conflitos foram disparados muitos tiros. Os automóveis de Taubaté foram alvejados repetidas vezes. O diretor da Rádio Taubaté, que viajava num deles foi ferido à bala. O carro de transporte coletivo da ‘Pássaro Marrom’, que transportava os jogadores de Taubaté, foi baleado e depredado. Em consequência desses tristes acontecimentos, o povo de Taubaté está profundamente indignado, esperando-se que na primeira oportunidade haja represálias mais graves. Os excursionistas regressaram a Taubaté em automóveis, conduzindo pessoas feridas que se apresentaram com as roupas em ‘frangalhos’. E para concluir apenas esta inserta em O GLOBO de 11-6-1945, edição das 11 horas, página 10: ‘ASSASSINARAM O JUIZ: Crime revoltante cometido por jogadores e ‘torcedores’ de um team italiano. MILÃO, 11 (A.F.P.) – ‘O juiz foi torturado e, em seguida, ao ‘match’ que esse clube realizou com um team de football de uma cidade vizinha, realizado em Ocelliano’. Esta foi a informação publicada pelo jornal ‘Corriere Lombardo’, acrescentando que os assassinos do juiz assistiram a sua agonia, lançando-o, em seguida, numa fossa do cemitério. O mesmo jornal informa que seis jogadores da equipe convidada saíram gravemente feridos, tendo sido aberto inquérito. Tais notícias constituem uma pequena amostra dos desvarios a que o football pode levar a ‘torcida’.<sup>73</sup>

Os longos relatos acima evidenciam de maneira paradigmática a crença arraigada nas versões deterministas de fundo arcaizante. Segundo o cronista, os impulsos arcaístas do comportamento humano em grupo apresentavam toda a sua cruel “sangüissedência”. Tão antigos quanto os relatos bíblicos, esses impulsos podiam ser localizados quer no Velho Testamento quer nas tragédias gregas quer até mesmo nesses textos correntes de jornais do século XX. Deste

<sup>73</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1953, p. 11.

modo, por sua quase onipresença, essas narrativas receberam a atenção de ciências humanas como a antropologia e a psicanálise, estando em alguns casos presente em seu próprio discurso. O mimetismo instintivo e a natureza mimética do desejo eram remontados por Freud em *Totem e tabu* (1913) ao parricídio da “horda primitiva”, um termo extraído por sua vez da leitura Darwin. Com elogios também a Le Bon, o pensamento freudiano interpretava de um modo psicanalítico o material recolhido por etnógrafos e etnólogos, na medida em que Freud tinha à disposição textos tais como *O ramo de ouro* de James Frazer e o verbete sobre o tabu, do antropólogo Northcote W. Thomas, publicado na Enciclopédia Britânica.

Já o ensaio “Psicologia das massas e análise do eu” (1921)<sup>74</sup> tinha como fonte a alma coletiva de que tratou Gustave Le Bon no seu conhecido livro. A remissão de Freud vai à crucificação do líder da multidão como mito da gênese da cultura, como origem fundadora da civilização, revelando de que modo as impurezas da sexualidade advinham de sua relação com atos violentos. A função sacrificial consistia, pois, na “purificação”<sup>75</sup> da violência, na identificação de um bode expiatório, no apaziguamento da explosão terrificante em que vítimas e culpados criavam um sistema de rivalidades crescentes. A religião primitiva, tema de Freud também em *Moisés e o monoteísmo*, consagrava-se dessa maneira ao objetivo de impedir a reciprocidade e a escalada da violência. O sacrifício impunha assim uma transferência coletiva no seio da comunidade, mediante a canalização da agressividade em uma única vítima, forma encontrada nas sociedades ditas sem classes e sem sistemas judiciários para expiar as tensões internas.

Essas considerações eram assimiladas e redivivas com toda pujança no meio esportivo, reverberando igualmente em âmbito nacional. Ventriloquos da fobia coletiva, cronistas esportivos como Innezil nada mais faziam do que atualizar, nos estádios de futebol do Brasil, os rituais de sacrifício e o obscurantismo teorizado por diversos autores, nas especulações em torno da iminência de um retorno ou de uma regressão ao barbarismo recalcado que tanto atemorizou a Europa no último quarto do século XIX. À maneira das

<sup>74</sup> Cf. FREUD, S. **Psicología de las masas**. Madri: Alianza Editorial, 2005.

<sup>75</sup> Cf. GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990, p. 53 e 76.

aglomerações políticas, civis ou religiosas, a turba esportiva agia de modo intempestivo, buscando a satisfação de suas vontades e extravasando seus desejos reprimidos.

Por um lado, os acontecimentos em campo sugestionavam as ações dos torcedores, que apresentavam um baixo grau de tolerância frente aos resultados adversos. Concebida nos moldes olímpicos do *fair-play*, a prática do futebol cedo era desvirtuada de sua característica original, de sua vocação primígena, de sua força motriz. Na ótica daquele cronista, os lances em campo ativavam o potencial convulsivo das massas nas arquibancadas. Os diversos atores do futebol — jogadores, juizes, técnicos e dirigentes — também eram tidos em certos momentos como co-responsáveis pelos incidentes, pois serviam de centelha à irrupção da cólera do público. Assim, a postura violenta no gramado contribuía, de forma mimética, para impelir a conduta inflamada dos espectadores nas tribunas.

Em 1967, o noticiário relativo a um encontro entre equipes européias e sul-americanas, válido pelo torneio intercontinental recém-criado, mostrava como o caráter antidesportivo não era exclusivo aos torcedores e provinha do exemplo dos excessos dos jogadores em campo. Isto contribuía para a desconstrução da imagem cultivada pela imprensa brasileira acerca da decantada sobriedade dos povos britânicos. Em “Fleugma e violência”, os editores do *Jornal dos Sports*, arautos e guardiões dos princípios desportivos, descreviam as arbitrariedades do jogo, emitindo opiniões sobre o significado do encontro entre equipes internacionais:

“No jogo seis expulsos, cusparadas, socos, pontapés e uma agressividade mútua que os comentaristas declaram jamais ter sido visto no futebol internacional. Fora do campo, críticas severas, principalmente por parte dos jornais ingleses e escoceses. Nos clubes, penalidades sem exceção, com multas aplicadas aos jogadores dos dois times. Foi nesse clima e é com essa repercussão que está existindo uma página triste da história do futebol, protagonizada pelo Racing, da Argentina, e o Celtic, da Escócia, ao decidirem o título mundial de clubes em Montevideu. Inicialmente, devemos lamentar que o esporte ainda seja palco de fatos assim, estendendo o temor ao que espera a Taça Mundial, tão comprometida pelos incidentes que, ano após ano, se sucedeu em sua disputa. São contribuições negativas para o futebol, já atingido por uma onda de violência que se generaliza nos campos da Europa e da América do Sul. Mas o que aconteceu em Montevideu tem, para os brasileiros, outro significado. Prova que, apenas de alguns arranhões — logo combatidos com energia — o

futebol recebe no Brasil todo um tratamento ainda pautado na disciplina esportiva, provando também que a fleugma britânica, que tanto se horrorizou na Copa do Mundo com o procedimento sul-americano, se transforma em fúria com muita facilidade. Dependendo evidentemente das circunstâncias — como, por exemplo, a de ganhar um título a qualquer preço, mesmo o da violência. (Editorial JS – Ênio Sérgio e Paulo Ney Dória).”<sup>76</sup>.

As considerações gerais sobre desordens e tumultos traziam implícita a concepção de uma teoria funcionalista do futebol e de sua correspondente ameaça anômica. De tempos em tempos, o futebol parecia ser acometido por crises, responsáveis pelo rompimento da estabilidade na vida esportiva. A concepção geral era a de que havia forças ocultas que conspiravam contra os ideais dos esportes. Tais forças retiravam as bases em que se sustinha o equilíbrio precário dos esportes. As sanções pareciam ineficazes para impedir as infrações ao sistema igualitário e meritocrático do futebol, epifenômeno das leis da sociedade de mercado, tal qual analisada pelo austríaco Karl Polanyi logo após a Segunda Guerra mundial, em *A grande transformação*<sup>77</sup>. Mas um limite tênue pendulava entre a regulação e a desregulação dessas leis que separavam então a civilização da barbárie, a regeneração da degeneração, a cooperação do conflito, a igualdade da hierarquia, a estabilidade da instabilidade. A possibilidade iminente de rompimento dessa cadeia que unia diversos elementos contrários deixava os comentaristas sempre alertas para os riscos da anomia. A função mais ancestral do jogo, a sublimação da guerra, era lembrada com frequência pelos jornalistas.

A dimensão primitiva sagrada dos torneios era evocada em um editorial do final dos anos 60, intitulado “Esta guerra nem sempre santa”. Nele, os editores delineavam a fronteira limítrofe entre o lúdico e o agônico, que os contendores se encarregavam de representar em campo:

“Foi Ondino Vieira, o uruguaio que tanta contribuição deu ao futebol brasileiro, quem classificou o campeonato de guerra. Na interpretação elástica do termo, é exatamente uma guerra: de tática, de técnica, de influência, de prestígio, de favoritismo e – especialmente – de nervos. É a guerra do campeonato carioca que hoje vive as suas primeiras batalhas. E, de todas as que foram até hoje deflagradas, é a única com prazo fixo. Começa hoje e termina improrrogavelmente no dia

<sup>76</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1967, p. 04.

<sup>77</sup> Cf. POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

marcado, caso não haja necessidade de um combate extra, mas de pouca duração, uma semana, se muito. É a única também em que os adversários, mesmo lutando entre si, têm valores diferentes. A guerra do campeonato condensa as próprias paixões humanas. Tem emoção, riso, choro, maldade. E o suborno, onde entra ? Muito mais no folclore, certamente, do que na vida real. Guerra de pouco sangue, embora suada e sofrida. Guerra sim — mas sempre esporte, com suas irradiações sadias e total penetração nas camadas mais jovens do povo: até crianças dela já participam na torcida das arquibancadas e no calor de suas vibrantes exibições nos campos. Vai começar a guerra. É a guerra, amigos. Escolham seus soldados preferidos, empunhem as sagradas bandeiras dos clubes e gritem à vontade pela vitória. Só um pode ganhar, entre fortes e fracos. Ao fim da luta, entretanto, sobrará a certeza de que nada no mundo se compara ao espetáculo do futebol. (Equipe JS).<sup>78</sup>.

A conceituação dos esportes como um “antagonismo em equilíbrio” – o termo é de Gilberto Freire – compreendia a enumeração dos fatores que concorriam para as disfunções do sistema. Em seguida à exposição de seus sintomas mais genéricos, cabia uma sondagem das causas específicas que cumpria analisar e desbaratar. À parte a influência nociva emanada do campo, o comportamento da torcida era analisado pelos jornalistas em função da sua relação com a polícia. Estas consistiam sobretudo na contenção das transgressões entre torcedores nos estádios. Em 1968, por exemplo, pouco depois do editorial acima citado, o *Jornal dos Sports* discorria sobre medidas mais rígidas na fiscalização feita pelo policiamento no Maracanã, com vistas a contornar a antidesportividade crescente no estádio, tal como considerada na matéria “Polícia não quer nem olé”<sup>79</sup>. As iniciativas não parecem ter surtido efeito duradouro, pois o tema voltaria à baila um ano depois. Desta vez era o cronista José Castelo, em sua coluna *O jogo da torcida*, quem abordava o tópico: “O ódio não faz campeão”<sup>80</sup>. Na crônica, escrita em forma de libelo contra a intolerância, a questão girava em torno da agressividade da torcida do Flamengo que, mesmo com a vitória do time sobre o até então bicampeão carioca, Botafogo, queimara bandeiras alvinegras ao final do jogo.

José Castelo endossava o colega Fernando Horácio, que em sua coluna também discorria sobre a ação intolerante dos rubro-negros. Interpelado sobre a queima de bandeiras, o conselheiro do Flamengo, Ivã Drummond, justificava-

<sup>78</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 09 de março de 1968, p. 06.

<sup>79</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 08 de junho de 1968, p. 05.

<sup>80</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 06 de junho de 1969, p. 02 e 04.

se dizendo que em 1969 a “guerra” entre as torcidas havia assumido proporções jamais alcançadas nos campeonatos anteriores. E concluía: “É palavrão em coro, são agressões e tudo mais”<sup>81</sup>. No decorrer da década de 1970, tal procedimento se intensificaria. Além da campanha contra a queima de bandeiras, Luiz Bayer, em sua “Seção Câmara”, defendia o fim dos foguetes nos estádios, após o incidente de um petardo que atingiu uma criança<sup>82</sup>. De ornamento da festa, os fogos de artifício haviam se tornado para muitos utensílios bélicos. Em 1974 o mesmo colunista voltava a tecer considerações sobre a conduta torcedora, referindo-se aos “novos métodos de torcer” nos estádios. À “ridícula cena de queima de bandeiras”<sup>83</sup>, somava-se a prática da destruição das faixas das torcidas adversárias. A esta inovadora “metodologia”, juntavam-se os “estribilhos chulos” que apareciam nesse momento também nas arquibancadas, com vistas a detratar os torcedores do time adversário<sup>84</sup>.

A sucessão de avaliações críticas dos cronistas teria algumas exceções à regra, que ficariam a cargo dos irmãos Rodrigues no *Jornal dos Sports*. Na década de 1970, as antigas crônicas de Mário Filho sobre o aparecimento da multidão nas praças esportivas eram reproduzidas. Em um delas, fazia-se a descrição até certo ponto idílica das Laranjeiras em 1936, um estádio multicolor com a profusão de lencinhos abanados pelos torcedores, quando o jornalista promoveu o primeiro concurso entre torcidas do Fluminense e do Flamengo. Enquanto as crônicas saudosas de Mário Filho eram reeditadas no jornal<sup>85</sup>, a fim também de fixar o seu nome como o de um vulto criador entre as novas gerações, o seu irmão Nelson Rodrigues comentava jogos da atualidade cuja magnitude ultrapassava a lembrança dos primeiros tempos do futebol no Rio de Janeiro. Ao narrar a partida semifinal do Campeonato Brasileiro de 1976, disputado entre Fluminense e Corinthians, o cronista tricolor dava foros épicos à famosa *invasão corintiana*, com a presença das massas no futebol, segundo ele, um fenômeno recente na história da humanidade<sup>86</sup>.

Se os torcedores eram, na maioria das vezes, os protagonistas da violência que tanto repugnava os comentaristas, em determinadas ocasiões

<sup>81</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 10 de junho de 1969, p. 05.

<sup>82</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1970, p. p. 04.

<sup>83</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1979, p. 04.

<sup>84</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1974, p. 04.

<sup>85</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de abril de 1976, p. 03.

<sup>86</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1976, p. 16.

também eles podiam ser as vítimas, os alvos das agressões. No final dos anos 70, os jornalistas relatavam as queixas dos torcedores que eram assaltados com frequência à saída do Maracanã. A insuficiência do policiamento fazia das imediações dos estádios um lugar de medo, mal-iluminado, abandonado e rondado por “pivetes” que geravam um clima de insegurança entre muitos espectadores<sup>87</sup>. Em maio de 1980, após mais uma rodada dupla no Maracanã, com mais de cem mil espectadores, uma situação extrema: a torcedora Cristina de Albuquerque Faria, de quinze anos, integrante da Raça Rubro-Negra, reagiu a um assalto na saída do estádio e morreu esfaqueada. A morte teve grande repercussão na imprensa, com pesares dos torcedores dos diversos times na seção de cartas *Bate-Bola* e com matérias do *Jornal dos Sports* sobre o caso. Na semana subsequente ao incidente fatal, os repórteres do *JS* interrogavam as autoridades competentes, o chefe do policiamento e o gestor do Maracanã, que prometiam a implementação de um novo esquema de segurança no entorno do estádio<sup>88</sup>.

Dois anos antes, em setembro de 1978, uma cobertura com destaque na manchete do jornal abordaria a violência policial contra o chefe de uma torcida organizada. A discussão fora levantada após as denúncias de agressão e de intimidação sofrida pelo líder da Raça Rubro-Negra, Cláudio Cruz, que levou o caso ao presidente do Flamengo, Márcio Braga. Este por sua vez divulgou a acusação e convocou a imprensa na Gávea, onde os jornalistas entrevistaram e fotografaram o torcedor. Após a matéria na primeira página do *Jornal dos Sports* e a repercussão entre as emissoras de televisão da cidade, o inquérito terminaria nos tribunais de Brasília, com o afastamento dos dois soldados do sexto batalhão da Polícia Militar. Eles haviam espancado Cláudio e o colega chamado Rogério, depois de achacá-los e pressioná-los a confeccionar as camisas da torcida em uma malharia de sua preferência. Ante a resposta negativa de Cláudio, os policiais o agrediram e o perseguiram. Além das ameaças, os policiais passaram a instigar os torcedores não-uniformizados, que assistiam às partidas sentados, a arremessar garrafas nos componentes da Raça.

---

<sup>87</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 10 de maio de 1989, p. 07.

<sup>88</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 10 de maio de 1980, p. 07.



Isto porque estes tinham recém-iniciado a tradição de assistir aos jogos em pé, o que gerava muita discórdia naquele setor das arquibancadas<sup>89</sup>.

Mas, longe de ser apenas vítimas, no início dos anos 80, os torcedores eram também agressores e matérias sobre sua agressividade começariam a proliferar da Europa para o Brasil. O foco principal era aquele personagem que ficava conhecido em âmbito internacional como *hooligan*. Mesmo o encomiástico Nelson Rodrigues, em sua coluna *Bom Dia*, ponderava já em 1978 sobre os arroubos de violência que campeavam na Inglaterra<sup>90</sup>. Com base em fotos divulgadas pela agência de notícias AFP (*Agence France Press*) para o todo mundo e também para o Brasil, o *Jornal dos Sports* reproduzia em primeira página, no ano de 1981, imagens dos “temíveis” torcedores do Glasgow, que haviam provocado uma série de distúrbios em estádios europeus, no *Camp Nou* de Barcelona, na *Wembley* de Londres e no *Parc des Princes* de Paris<sup>91</sup>.

No ano seguinte, às vésperas da Copa do Mundo de 1982, outra manchete alarmante na segunda página dizia: “Violência — em Londres torcedor é morto a facadas”<sup>92</sup>. Na matéria, aventavam-se com receio possíveis ações *holligans* na Espanha, por ocasião do torneio mundial, em um problema que, de acordo com o periódico, se agravara nos últimos dez anos, quando vários incidentes vinham sendo protagonizados pelas turmas do Tottenham, do Glasgow Rangers e do West Ham. No final de 1982, após a realização da Copa, aquele comportamento não parecia ter sido controlado; ao contrário, ele parecia ter-se alastrado por boa parte da Europa, como dizia um repórter no texto intitulado “Violência dos torcedores deixa alemães apavorados”<sup>93</sup>. Na matéria, o jornalista recorria ainda a um sociólogo para explicar a crescente “descarga de tensões” de que o meio esportivo era palco<sup>94</sup>. No final da década de 1980, após a tragédia no Hillsborough Stadium, o cronista Roberto Porto evocava no *JS* uma experiência pessoal vivenciada em 1978, quando sozinho no interior de um trem em Londres quase foi espancado pelos *hooligans*<sup>95</sup>.

<sup>89</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 20 e 22 de setembro de 1980, p. 03 e 01.

<sup>90</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1978, p. 14.

<sup>91</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1981, p. 01

<sup>92</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 03 de maio de 1982, p. 02.

<sup>93</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1982, p. 09.

<sup>94</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1982, p. 09.

<sup>95</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 02 de maio de 1989, p. 02.

A influência nefasta daquele tipo de torcedor não demoraria a alcançar também os campos da América do Sul. Depois de acolher as informações enviadas da Europa, o *Jornal dos Sports* absorvia também as notícias provenientes dos periódicos esportivos da Argentina. Em 1984, a violência parecia já ter extrapolado os níveis de tolerância dos jornalistas argentinos e parcelas consideráveis dos torcedores portenhos eram vistos como um mal, um problema a ser banido do futebol. A questão se ampliara de tal maneira que o *JS* resolvia transcrever na íntegra as reportagens enviadas por *El Gráfico*. A indignação dos periodistas argentinos e brasileiros voltava a enfocar o “pânico moral” instaurado pelos nocivos torcedores. Ao menos, este era o tom principal da matéria intitulada *O auge da violência*, com a seguinte apresentação transcrita pelo *JS*:

“Isso é tudo o contrário daquilo que queremos e sentimos. É a anti-história ou o antidesporto. Chega-nos como uma punhalada, como uma traição, porém aconteceu. Nós, os homens que fazemos *El Gráfico*, sentimos que a festa se transformou em drama e que contá-lo e mostrá-lo é cumprir uma lei — a primeira — que ainda que nos doa é inevitável. Quando você virar esta página, irá se encontrar com essa verdade. Não a tema, ajude a exterminá-la.”<sup>96</sup>.

Se as manchetes, as reportagens especiais, os editoriais e as colunas esportivas eram os lugares principais onde se expressava, em termos muitas vezes eivados de juízo de valor, o discurso jornalístico sobre toda esta variada gama de condutas violentas nos esportes, em especial aquelas promovidas pelos torcedores, é possível encontrar no *Jornal dos Sports* um outro canal de expressão e um outro ângulo de visão muito particular do assunto. Ele dizia respeito à coluna de cartas dos leitores, a tradicional seção *Bate-Bola* do *Jornal dos Sports*. Ao absorver o impacto das matérias veiculadas no dia a dia do periódico e ao introjetar o respectivo crivo moralizante de muitos jornalistas, os torcedores submetiam suas cartas à publicação pelos editores da coluna. Com eventuais ressalvas e comentários dos responsáveis pela edição em complemento às cartas, os leitores estabeleciam sob essas condições uma maneira livre e espontânea de intercambiar mensagens. Um peculiar diálogo entre eles era travado nas centenas de cartas publicadas a cada semana.

<sup>96</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1984, p. 05.

Com efeito, podia-se observar a elaboração de narrativas sobre acontecimentos variados, seja em seqüência a temas levantados pela imprensa, seja em decorrência de episódios vivenciados pelos torcedores nos estádios. Um acompanhamento das cartas publicadas entre o final da década de 1960 ao início dos anos 80, das quais selecionamos um número ínfimo abaixo, revela o desenvolvimento e a verbalização desses códigos de interlocução, em seus mais diferentes matizes. Um gradiente de interações e tensões sob a forma de comentários podia ser identificado. Havia cartas em que a influência dos temas problematizados pelos cronistas podiam ser identificados com nitidez. A queima de bandeiras, que tanto repúdio causou nos jornalistas do *JS*, é um exemplo.

O tema foi abordado em uma carta de 1969 por um desavisado torcedor do Flamengo que resolveu ir ao Maracanã. Trata-se do testemunho de um alagoano que, em visita à cidade do Rio, foi assistir a uma partida entre seu time e o Botafogo. No relato, o flamenguista ressalta as agressões sofridas à saída do jogo por parte de um grupo de botafoguenses que havia tentado tirar à força sua bandeira, como vem exposto na carta “Apanhei pra burro”:

“Estando de passagem pelo Rio, resolvi assistir ao jogo entre Botafogo e Flamengo. Ao terminar a partida, eu e meu primo resolvemos tomar um trem que nos levaria a Campo Grande. Mas qual não foi a nossa surpresa, pois à nossa frente um grupo de alvinegros resolveu tomar as nossas bandeiras. Como levamos cascudos, pernadas e socos, sem que nossas bandeiras fossem danificadas. Estou com os olhos que não vejo nada, por causa dos hematomas, e o corpo todo moído de pancada, mas sigo para Alagoas com mais duas bandeiras que me foram presenteadas por torcedores fanáticos, iguais a mim. (Carlos André dos Santos, Alagoas).”<sup>97</sup>.

Em uma linha menos testemunhal, um leitor valia-se no mesmo ano da coluna *Bate-Bola* como veículo para reflexões mais abstratas sobre a sua percepção do fenômeno da violência nos estádios. Esta era vista no futebol como sintoma de problemas globais mais graves e mais amplos da sociedade. Já outro torcedor, por sua vez, preferia escrever para a coluna no intuito de relatar a surpresa com os comportamentos agressivos observados pela primeira vez em um estádio. Neste caso, a dicção de revolta nas observações do torcedor

<sup>97</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 07 de junho de 1969, p. 04.

acompanhava de forma bem próxima o timbre indignado dos comentaristas esportivos. A invocação dos preceitos éticos dos desportos era sucedida pelo ramerrão apelativo que clamava pelo fim da violência no futebol brasileiro. Cada um destes aspectos pode ser observado respectivamente nas cartas “Conservação da paz” e “Grotesco”:

“Há uma atmosfera carregada, respira-se, come-se, bebe-se violência. É claro que as causas são complexas, têm reflexos sócio-econômicos, biológicos, genéticos, ecológicos, etc. Mas quem sabe poderemos evitar que viesse para o futebol ? Cabe aos líderes da torcida, aos mais velhos, deterem os ‘vampiros’.”<sup>98</sup>.

\*

“Foi revoltante e, sob todos os aspectos, condenável a atitude de alguns torcedores do Flamengo no jogo com o Botafogo que, tomados por uma explosão de cólera realmente demoníaca, queimaram bandeiras alvinegras, atirando-as contra o desprotegido pessoal da Geral, expondo-o a enorme perigo. Não é possível que num país onde se joga o melhor futebol do mundo aconteçam cenas grotescas e ridículas como essas. Revoltei-me a ponto de ir embora e não ver o jogo. Como torcedor do Flamengo que sou, fiquei, confesso, envergonhado com o que vi: cenas de pugilato, agressões permanentes, palavrões em grande escala, num total desrespeito às demais pessoas que, como eu, pagam ingresso para torcerem por seu time predileto e não para serem agredidas de maneira pusilânime e covarde como ocorreu. Atitudes verdadeiramente criminosas de torcedores mal educados e que não possuem o menor vínculo com a coletividade. Penso que deveria haver no Código Penal um artigo que punisse com o maior rigor a torcedores que comprovadamente queimassem a bandeira do rival. O que faz a grandeza do esporte é o respeito às cores adversárias, o cavalheirismo recíproco, e não o que se presenciou no Maracanã, um espetáculo torpe, degradante, aterrador. Fica aqui o meu apelo às autoridades deste País para que passem a observar rigorosa vigilância nos grandes jogos pois, do jeito que a coisa anda, com o Mário Filho se transformando numa verdadeira praça de guerra, receio que chegue o dia em que nós, torcedores equilibrados, não possamos comparecer aos jogos sob pena de não mais regressarmos aos nossos lares. (Eduardo Bonetti – Piedade – GB).”<sup>99</sup>.

Além da indignação com o hábito de atear fogo em bandeiras de outros times, atingindo um bem simbólico e material da torcida adversária, o costume de demarcar território entre torcedores de diferentes clubes nos estádios dava origem a inúmeros desentendimentos. A entrada de torcedores na arquibancada portando camisas de time pelo setor distinto de sua torcida justificava práticas

<sup>98</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de abril de 1973, p. 02.

<sup>99</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1974, p. 02.

de agressão. A delimitação dos espaços nas arquibancadas gerava não só provocações mútuas como alianças circunstanciais entre grupos de torcedores uns contra os outros, o que era favorecido pelas rodadas duplas, isto é, pelos dois jogos disputados em uma mesma tarde no Maracanã. Os comentários na coluna de cartas se apressavam em anunciar quem havia levado a melhor na briga da rodada anterior. As cartas permitiam ainda perceber como os linchamentos não ocorriam apenas nas dependências do estádio. Fora dele, como davam a entender os leitores, o encontro de grupos de torcedores adversários levava a atos de covardia considerados típicos de vândalos que atacavam em bando. Essas questões podiam ser notadas, entre outras, nas cartas intituladas “Violência”, “O mais popular” e “Vandalismo”:

“... quero focalizar os linchamentos que vêm acontecendo sob comando das Torcidas Jovens contra aqueles que caem na infelicidade de entrar na torcida errada. (Moacir Spinelli Vaz).”<sup>100</sup>.

\*

“Como torcedor do clube mais popular, fico triste ao ver as demais torcidas se unirem para torcer contra o meu Vasco. Em todas as partidas, urubus, pós-de-arroz e cachorrada reúnem-se para formar um complô contra o Almirante. Mas tudo tem limite e no jogo contra o Palmeiras, a torcida vascaína colocou para correr alguns mesquinhos pós-de-arroz, que chegavam a subir cinco degraus da arquibancada de uma só vez. (Amâncio César).”<sup>101</sup>.

\*

“Atitude das mais covardes a de um grupo de torcedores rubro-negros (urubus), quando agrediram a pontapés e pedradas, à saída do Estádio Mário Filho, o automóvel onde se encontravam a nossa colega Marly Pedroso, sua filha e mais duas crianças. Até quando continuarão estas cenas de vandalismo ? Sim, porque está virando rotina ao final de cada jogo em que participe o Flamengo, a agressão física e moral aos torcedores adversários. Gostaria que fossem tomadas providências, pois senão saberemos revidar esse vandalismo. Existe aquele ditado: quem com ferro fere, com ferro será ferido. (Régis Henrique).”<sup>102</sup>.

A troca de acusações entre os missivistas não era rara e ensejava discussões acaloradas. Os atos covardes de linchamento eram denunciados com constância na seção *Bate-Bola*. Em resposta, os torcedores do Flamengo se mobilizavam para desagrar ou minorar o peso das acusações de vandalismo que recebiam. Desta maneira, as citações nominais dos missivistas imprimiam

<sup>100</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1974, p. 02.

<sup>101</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1968, p. 04.

<sup>102</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1973, p. 02.

um caráter inter-pessoal ao debate. A inveja e a covardia eram sentimentos centrais em torno das quais giravam muitas das discórdias, seguidas sempre de prolongadas réplicas e trélicas. As contestações à torcida adversária eram secundadas por versões próprias dos fatos. Na bruma de opiniões, onde era difícil discernir a versão da realidade e esta da quimera, cada qual defendia o seu ponto de vista como o mais verdadeiro e autêntico. Nas cartas “Muito amor” e “Condeno a violência”, integrantes de diferentes torcidas organizadas defendiam os colegas rubro-negros, ao passo que os vascaínos retrucavam os argumentos dos flamenguistas, propondo a revanche em “Garrafas vazias”:

“As torcidas organizadas do Flamengo não são núcleos de maus torcedores, mas de gente que tem muito amor ao seu clube e ao esporte, principalmente ao futebol. Não concordamos com as acusações que nos dirigem os invejosos de nossa força, grandeza e organização. As torcidas organizadas não podem ser responsabilizadas por atos de torcedores fanáticos e isolados, que os praticam por detrás de nossas faixas ou dezenas de degraus abaixo do local onde nos concentramos no estádio. A Flamar, por exemplo, é formada em sua maioria por estudantes, todos com grandes amigos entre os componentes das torcidas adversárias. (Jair da Silva, Méier).”<sup>103</sup>

\*

“...quero dizer a essa moçada da Barra da Tijuca (Marly Pedroso) que condeno todo e qualquer ato de violência, venha de onde vier, e que não é somente na Torcida Jovem do Flamengo que existem bagunceiros. (Francisco Ferreira, Campinho).”<sup>104</sup>

\*

“Em que pese aos representantes de algumas facções da torcida do Flamengo virem a público inocentar os seus adeptos, a verdade é que as cenas de vandalismo continuam se repetindo a cada dia em que o Flamengo atua no Mário Filho. Sabemos perfeitamente que esse tipo de manifestação é própria de quem já começa a se ver ameaçado pela força popular do adversário. E como o adversário é um Vasco acordado, o medo torna-se maior ainda. Agora, fiquem sabendo os mocinhos responsáveis pelos acontecimentos de domingo último no encerramento do jogo Vasco-Fla, quando esses covardes que só atacam em bando tentaram arrancar a bandeira das mãos de um torcedor pertencente à Força Jovem do Vasco, além de agredi-lo a socos e pontapés. Fiquem sabendo os rapazinhos que nós da Forjova estamos apurando o fato e já que não existem mais garantias para se ir ao estádio, vamos voltar à época da justiça pelas próprias mãos. Então vamos ver quem tem garrafas vazias para vender... Guerra é guerra. (Régio Henrique – Forjova – GB).”<sup>105</sup>

<sup>103</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1974, p. 02.

<sup>104</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1973, p. 02.

<sup>105</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1974, p. 02.

A licenciosidade da seção *Bate-Bola* tornava a troca de ameaças explícitas e fazia dessa coluna um lugar de reivindicação da autodefesa, bem como da defesa da honra própria. Uma tribuna livre, para não dizer libérrima, era aberta a vários tipos de confrontação e de modulação verbal. Se por um lado podia-se verificar uma maioria de cartas que autoproclamavam a superioridade do clube e da torcida, existiam contudo cartas menos arrogantes e cheias de si. Torcedores de um mesmo time, mais tolerantes para com a autocrítica, podiam tecer questionamentos a um membro de sua torcida, de modo que rixas internas também ocorriam na seção. Muitos, por exemplo, encaminhavam ao *Jornal dos Sports* severas críticas a determinados integrantes de torcidas organizadas do clube, que promoviam a violência no seio do grupo de maneira deliberada. Respalado pela observação *in loco* feita na frequência e na vivência nos estádios, um jovem torcedor vascaíno publicava “A outra forma de torcer”, onde discorria sobre problemas de comportamento na torcida do Vasco, enquanto, de igual maneira, um botafoguense questionava o teor das cartas de uma colega missivista do mesmo clube, indispondo-se com a postura da leitora-torcedora do Botafogo, Áurea Maria, expressa na carta sugestivamente intitulada “Ódio”:

“Venho fazer um protesto contra a Torcida Jovem do Vasco. Sou vascaíno doente e venho notando certas coisas que só servem para desmoralizar o clube. Por isso posso criticar alguns componentes da Torcida Jovem, que vão ao estádio apenas para brigar ou fazer confusão. Eu, particularmente, posso citar alguns nomes dos torcedores que estão agindo dessa forma: Baiano (chefão), Valfrido, Português e Lampião. O fato é que o Eli é boa pessoa mas não tem pulso suficiente para comandar a Torcida Jovem do Vasco, que no início era uma torcida bacana, mas que agora virou bagunça. Sei de vários torcedores que não vão mais ao estádio inconformados com o procedimento de alguns componentes da Torcida Jovem. Meu irmão é um deles e jurou que não volta mais a prestigiar os jogos do clube desde o dia que viu dois torcedores serem agredidos e terem suas camisas rasgadas por este pessoal já citado. Parece que está claro, estas pessoas agridem os próprios torcedores do Vasco e a Torcida Jovem já não conta com a maioria das moças que tinha no início. Faço um apelo para os vascaínos de coração para que não participem da Torcida Jovem do Vasco porque o nosso clube merece coisa melhor. (Renato, o vascaíno de Cascadura — Rio — GB).<sup>106</sup>

\*

“Sou botafoguense, mas sou contra as cartas de Áurea Maria. Ela não escreve nada de útil para o nosso clube, e só visa promover-se à custa

<sup>106</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1973, p. 02.

do Botafogo. As cartas de Áurea Maria só falam em Flamengo, e é por isso que os rubro-negros dizem que nós temos inveja da torcida deles. Deixe os urubus em paz, Áurea, e trabalhe com eles pela grandeza de nosso clube. O ódio nada constrói, só destrói. (Beth Winter, Catete, GB).<sup>107</sup>

Amores, ódios e uma destrutividade em potencial estavam em jogo na constelação de cartas do *JS*. As desavenças e as ameaças incitavam os torcedores à marcação de encontros e de desafios através da própria coluna. Em “Caçada humana”, um irado torcedor citava o nome daquele que estava à procura:

“Estou contando os dias, horas e minutos para ver o jogo Fluminense x Botafogo e cruzar com o Nelsinho, Valter Veloso e a bichonilda, Paulo Rogério Araújo. Quero ver se ele cumpre o que prometeu. Não adianta correr, nem se garantir com seus machos, pois irei até a sua casa, em Niterói, lá onde você se esconde. (José Carlos Rodrigues Barbosa). Comentário *JS*: “Isso é o que se chama violência velada.”<sup>108</sup>

O complemento até certo ponto irônico do *Jornal dos Sports* ao final da carta mostrava a necessidade de intervenção do periódico em alguns casos. Já em dezembro de 1968 a apresentação da coluna era estampada com a advertência intitulada “Sem bronca”: “Pedimos aos que nos escrevem que evitem adjetivos ofensivos ao referirem-se a torcidas de clubes. Evitem-nos o trabalho de censores.”<sup>109</sup>. Embora não seja possível averiguar se havia efetiva censura ou corte em passagens de determinadas cartas, pode-se especular que em certos momentos a total liberdade na coluna tornava-se problemática, como no caso acima, em que se prometia “justiça pelas próprias mãos” ou uma versão do preceito bíblico “olho por olho, dente por dente”. É bem provável que os editores encarregados da seleção das cartas recebessem também correspondências de baixo-calão, pouco convenientes à publicação em um órgão de imprensa, haja vista a crescente elevação do tom e da troca de insultos dos torcedores entre si.

Sem embargo, isso não impede a constatação também de que existiam leitores menos irascíveis e temperamentais, que tentavam ao contrário

<sup>107</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 15 de março de 1970, p. 06.

<sup>108</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1972, p. 02.

<sup>109</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1968, p. 04.



contornar as polêmicas, vendo a coluna de cartas do *JS* como o lugar ideal para isto. Muitos propunham, por exemplo, o estabelecimento de um tratado de paz, um “armistício” entre os torcedores adversários por intermédio da coluna, que resultasse em um menor número de confrontos nas arquibancadas. Outros utilizavam a coluna para marcar pontos de encontro entre torcidas nos bares das imediações do estádio, a fim de chegar à concórdia por meio da conversa e do diálogo, como faziam os vascaínos da TOV em relação aos rubro-negros da Flamante e da Torcida Jovem, após uma confusão ocorrida no clássico da semana anterior. Encontravam-se ainda missivistas que teciam considerações mais genéricas sobre os confrontos físicos entre torcedores, recorrendo para isso às experiências bem sucedidas de convívio em outros domínios populares, como o das escolas de samba:

“Cada vez mais fico convicto de que essa coluna é o maior veículo de integração nacional, devido à facilidade que dá aos leitores de todos os rincões de publicar nossas opiniões, queixas, retificações, e principalmente nossas convicções clubísticas, num diálogo franco e honesto. (Hélio Emiliano Moreira, Belo Horizonte, Minas Gerais).”<sup>110</sup>.

\*

“Tratado de paz”: “Venho pedir às torcidas do Flamengo e do Botafogo para assinar um tratado de paz. Não é possível que as duas maiores torcidas jovens se odeiem assim.”<sup>111</sup>.

\*

“Conversação de paz”: “Quero comunicar à torcida do Flamengo que o pessoal da torcida do Vasco, após o jogo de ambos os times, estará no bar perto do portão 18 para conversar e fazer as pazes. Tudo isso diz respeito à briga entre a Flamante e a Jovem, que bateram em certos rapazes da Torcida Organizada do Vasco. (Rogério Peitinho).”<sup>112</sup>.

\*

“Se, como ficou demonstrado, foi possível no samba a convivência sadia de adversários, por que não levar essa coexistência pacífica para as arquibancadas, tornando as torcidas menos agressivas em relação às outras ? (Francisco das Chagas).”<sup>113</sup>.

Convém advertir que a *pax torcedora* estava longe de ser a tônica preponderante da seção *Bate-Bola*. O lema latino *Si vis pacem para bellum* (se quiser a paz, prepara-te para a guerra) parecia encontrar especial acolhida entre os torcedores e, para lembrar um outro termo de origem latina com eco no

<sup>110</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1967, p. 04.

<sup>111</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 03 de junho de 1969, p. 04.

<sup>112</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1973, p. 02.

<sup>113</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 06 de março de 1981, p. 02.

imaginário das torcidas, *provocare* significa de maneira literal “chamar para fora”<sup>114</sup>. Os apelos de pacificação eram pouco eficazes e, à medida que o tempo passa, as cartas tornam-se cada vez mais provocativas, contundentes, virulentas, quer de pessoa a pessoa, quer de grupo a grupo. De espontâneas, variando ao calor da hora, as ameaças se intensificavam, tornando-se mais precisas, premeditadas e direcionadas. Os ressentimentos e os rancores de umas perante as outras pareciam assim se cristalizar. As ocasionais queimas de bandeiras e de faixas, as episódicas brigas seguidas de linchamentos, as ofensas morais que descambavam em agressões físicas assumiam um caráter menos aleatório. As torcidas se identificam como inimigas, anunciam ataques e justificam contra-ataques. A inimizade gerada por brincadeiras, pilhérias ou injúrias ganha a proporção de ódio pessoal, mais freqüente e sistemático. Isto vem expresso em missivas enviadas pelo Departamento de Relações Públicas de cada torcida, com as denúncias da depredação dos materiais e dos símbolos por parte das torcidas rivais.

Nesse sentido, uma longa carta do representante do departamento de comunicação da Força Jovem do Vasco abordava a danificação daquilo que no jargão da torcida é denominado “patrimônio” do grupo. Deixando subentendida a autoria e a responsabilidade do ato vândalo — a destruição dos instrumentos de percussão da torcida —, as acusações se entrecruzavam com uma variedade de outras informações:

“Força Jovem”: “Muitos estão calando as suas bocas, mas ainda vejo pessoas ligadas à imprensa deste Estado que, insatisfeitos com as sucessivas vitórias do time da Cruz de Cristo, ao invés de analisarem mais uma vitória do Vasco, ficam preocupados em achar justificativas para a derrota do time Y, concluindo sempre que o Vasco não jogou bem e sim o time Y jogou mal. Mas os números mostram a atual campanha do Vasco: defesa menos vazada, ataque mais positivo, líder isolado do campeonato (sem dados numéricos, afirmo) com maior renda neste campeonato, pois é esmagadora a supremacia de sua torcida sobre as adversárias. Sexta-feira passada, quando preparados para reparar nossa bateria no maior estádio do mundo, levamos um susto, uma tristeza enorme invadiu nossos corações, pois o que tentaram fazer foi ‘calar a força jovem do Vasco’... ‘Um grupo de pessoas penetrou em propriedade Estadual (Mário Filho) e se apoderou de toda nossa bateria que se encontrava no estádio, insatisfeitos atearam fogo no restante do material’... só se esqueceram

<sup>114</sup> Cf. MARTINS, L. R. “A atividade do espectador”. In: NOVAES, A. (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 393.

que nós da Força Jovem temos um patrimônio neste setor, muito invejado, até por Escolas de Samba, o que esses vândalos conseguiram foi nos dar ao trabalho de voltar a São Januário e reparar nossa bateria naquele estádio e transportá-la para o Mário Filho, além de ter sido um aviso para o policiamento constante que é designado para o Mário Filho. Lamentamos profundamente este ato infeliz de pessoas infaustas que dentro em breve poderão receber sanções impostas pela justiça. Infelizes... se por vandalismo, ódio, despeito ou inveja... tentaram nos calar. Não nos afetou em nada, muito pelo contrário, pois atos como este só nos dão uma vontade interior de continuar lutando nas arquibancadas pela Cruz de Cristo, como fizemos, pois este é o objetivo de nossa facção, 'Entusiasmo, disciplina e respeito, isto é a Força Jovem do Vasco' (título de uma recente reportagem de um jornal deste Estado). Quem espera consegue, muitos estão aguardando, muitos reclamam, cadê minha camisa da Força Jovem ? – calma, calma... já chegou nova remessa de nossas camisas e estão à venda – o preço é Cr\$ 50,00 (barato 'pacas'). Você já tem o hino do Vasco em disco ? Se não tiver aproveite a oportunidade, pois a Força Jovem estará vendendo este disco, domingo, para você aprender a letra toda, pois após o jogo contra o Botafogo (última rodada do campeonato), vamos homenagear este clube, que muitas alegrias nos dá, cantando seu hino e disparando sua nova buzina... bi... bi...bi... (Depto. Relações Públicas Força Jovem).”<sup>115</sup>.

O tom velado das denúncias deixava no ar o destinatário principal a que a mensagem era endereçada. No mesmo diapasão, o relato dos líderes da Torcida Jovem do Botafogo externava sua indignação, mas não explicitavam quem era os “covardes” e os “invejosos”, igualmente autores dos atos de vandalismo, desta vez perpetrados contra sua agremiação. Em 1983, uma alentada carta de três comandantes da torcida alvinegra, João Fernando Kassa, Arnaldo Costa Filho e Márcio Maciel, intitulada “Revolta”, referia-se à invasão de sua sala no Maracanã. A alusão sempre indireta aos responsáveis, por meio da terceira pessoa do plural, um “eles” enigmático, faziam os enraivecidos missivistas dizerem que não era a primeira vez que a sede da torcida era arrombada e depredada. O cenário encontrado eram bandeiras rasgadas, peças de bateria furadas, material de exposição arrancado e faixas roubadas. Até o próprio mimeógrafo da torcida, com o qual se rodavam os informativos, tinha sido destruído. Tal como o departamento de comunicação da Força Jovem do Vasco, ao invés da reação esperada, a retórica dos botafoguenses não cogitava, ao menos em público, qualquer retuque ou resposta “na mesma moeda”. Ao contrário, como forma de realçar o poderio, anunciava a contrapartida imediata

<sup>115</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de maio de 1977, p. 02.

de confeccionar duzentas novas bandeiras, o dobro do número que até então tinham<sup>116</sup>.

Não seria, porém, muito difícil descobrir quem eram os responsáveis pelos ataques à sala dos botafoguenses ou a quem se referia o missivista oficial da Força Jovem do Vasco. O acompanhamento seriado e retrospectivo da coluna mostra como, em 1981, dois anos antes da invasão e da depredação, o torcedor João Fernando Kassa, o primeiro dos rapazes alvinegros citados acima, comentava os freqüentes arrivismos e as constantes provocações que partiam dos rubro-negros:

“Fatos sobre o jogo”: “Fui ao Maracanã neste sábado à noite e vibrei com a vitória do Botafogo, que, mesmo sem cinco titulares, poderia ganhar de mais. Nossa torcida estava menor do que salário mínimo (pequeníssima). Mas, mesmo assim, muito gritou. Fiquei atrás do gol, à direita das Tribunas, com a rapaziada da Jovem. Resultado: saí do estádio sem voz e com as mãos doloridas. Desta vez, palmas à ‘Folgada’, que agitou bastante. Estava no mesmo plano da Jovem. Não sei qual é a de uns torcedores do Flamengo. Neste sábado, mais uma vez, saíram de seus lugares e foram comprar briga com a Jovem. E se deram mal. Aliás, gostaria de fazer um protesto: prenderam Luís Cláudio, irmão do Luciano, um dos líderes da Jovem, só porque foi defender o espaço pertencido à torcida do Bota. Isso me fez lembrar de brigas no Mineirão, há anos atrás, entre cruzeirenses e atleticanos. Os guardas chegavam e batiam nos cruzeirenses, pois eram atleticanos, assim como quase toda a Belo Horizonte. Neste jogo, deveriam prender alguém do Flamengo, se é que não prenderam, e não do alvinegro. (João Fernando Kassa).”<sup>117</sup>.

Os aspectos que sobressaem da transcrição das cartas e dos comentários dos jornalistas — um número mínimo de uma infinidade deles, que se repetiam *ad nauseam* no periódico — permitem o fechamento dessa seção com duas considerações de ordem teórica. Uma se relaciona à destruição dos bens materiais e simbólicos das torcidas, desencadeadora de uma série de rixas e vendetas entre os grupos, e a relação que é possível fazer a partir dela com algumas proposições conceituais de Elias Canetti acerca do homem na multidão e da massa como lugar de desaparecimento das diferenças. A outra diz respeito à questão dos valores e à sua aplicação no campo da violência esportiva, o que

<sup>116</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 29 de março e 01 de abril de 1983, p. 02.

<sup>117</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1981, p. 02.

nos reenvia ao autor do início do capítulo, Michel Foucault, e às suas reflexões sobre o método genealógico extraído da leitura de Nietzsche.

Na opulenta obra *Massa e poder* (1960), que antecedeu o romance *Auto-de-fé*, vencedor do prêmio Nobel de Literatura em 1981, o escritor de origem búlgara Elias Canetti se dedicava à análise minuciosa das propriedades e das características fundamentais do conceito de massa. Nos exórdios do livro, o autor reconhecia a existência de uma ânsia da coletividade para atos destrutivos. Ele acreditava na existência de uma inclinação inerente à massa para a destruição de objetos, dado o seu caráter de “coisas quebradiças”, capazes de produzir ruídos e sons cujo barulho é prazeroso, como o tinir dos vidros e o espatifar-se das louças. De acordo com o escritor, as massas são iconoclastas na medida em que a destruição de símbolos significa tanto a explosão de suas descargas emocionais quanto a abolição de fronteiras estabelecidas por portas, vidraças, grades, platibandas, muros: “aos olhos da massa nua, tudo parece uma Bastilha”<sup>118</sup>. Essa tendência à destrutividade se agrega ao seu recurso mais impressionante: o fogo. Atear fogo em objetos é a ação e o símbolo mais vigoroso existente para a massa, seja pela atração envolvente que exerce – “anel de rostos fascinados” ante a chama e suas labaredas<sup>119</sup> –, seja pela capacidade aniquiladora que tem, como comprova a experiência do incêndio. Assim como a massa, depois da erupção e da devastação de tudo que lhe é hostil, o fogo tende a dissolver-se em sua autoconsumação.

Conquanto muito universalizantes e preliminares, essas postulações de Canetti sobre o fenômeno da massa nos parecem apropriadas para pensar as características mencionadas de forma recorrente entre as torcidas, tais como vistas acima pela ótica do *Jornal dos Sports*. Uma mesma sanha pela destruição de objetos e pela ultrapassagem de fronteiras pode ser observada nas crônicas dos jornalistas e nas cartas dos torcedores, o que serve como justificativa para inúmeras controvérsias e brigas. Nos relatos, os atos destrutivos tinham como alvo preferencial as bandeiras, as camisas, as faixas, as sedes, os instrumentos musicais, enfim, todos os objetos que compõem a identidade simbólica, material e territorial das torcidas organizadas. O exemplo das salas incendiadas,

<sup>118</sup> Cf. CANETTI, E. *op. cit.*, p. 19.

<sup>119</sup> Cf. *ibid.* p. 27.

das bandeiras enxameadas e do território invadido no espaço livre das arquibancadas a que se fez referência nas páginas precedentes parece se coadunar com o sentido primordial da simbologia e da potência ígnea na definição conceitual de Canetti. Conforme observou, o fogo representa o elemento mais forte, mais exuberante e mais antigo na economia psíquica das massas, aspecto que não passou despercebido também ao filósofo Bachelard nos devaneios de sua *psicanálise do fogo*<sup>120</sup>.

Ao lado da destrutividade e da combustão das massas em Canetti, a breve amostragem das cartas acima nos remete também à questão dos valores em Nietzsche e à genealogia do poder em Foucault. Recapitulando, os leitores-torcedores do *Jornal dos Sports* criavam através dessas cartas um sistema recíproco de ameaças e revides, de agressões e defesas, de covardias e vinganças, de honras e humilhações. Este sistema passa a compor o mosaico de relações entre facções de torcida, como no-lo permitem ver as últimas cartas transcritas. Do mesmo modo que a dialética do senhor e do escravo postulada por Nietzsche em sua apropriação de Hegel, as cartas dos leitores configuravam uma espécie de genealogia da moral torcedora, cujo ponto de origem era obscuro, cuja reconstituição no tempo era difícil precisar. O fato é que o discurso dos fortes, dos superiores, dos vencedores do mundo esportivo parecia querer subjugar, sem compaixão, os fracos, os inferiores, os derrotados do imaginário torcedor. Parece-nos oportuno lembrar a aristocrática *vontade de poder* e sua congruência com a cosmovisão das torcidas organizadas, porquanto estas apresentam os mesmos “afetos ativadores da vida”: ódio, orgulho, agressividade, crueldade, força, dominação, coragem<sup>121</sup>. A contrapelo dos ideais ascéticos típicos da moral cristã, os valores destes grupos preconizavam o mais aguerrido, o mais valente, o mais destemido.

Ainda a título de ilustração, vale observar como essa postura de auto-suficiência pode ser percebida no tom direto, cruel e provocativo das invectivas fulminantes de um rubro-negro não-identificado, que assinava em nome de sua torcida organizada. Em “O superior”, o anônimo torcedor mencionava um

<sup>120</sup> Cf. BACHELARD, G. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>121</sup> Cf. VIEIRA, M. C. A. *O desafio da grande saúde em Nietzsche*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 24. Cf. também PIMENTA, O. “Lendo Nietzsche à luz do futebol”. In: *Mediação*. Belo Horizonte: Universidade FUMEC / FCH, 2004, n.º 4.

conjunto de superlativos atribuídos ao seu clube e a correspondente inveja suscitada entre os torcedores oponentes:

“Esta carta é endereçada a vocês que, quando vêem e sentem na carne o peso da derrota, ficam vermelhos e transfigurados. A vocês que mordem os lábios de inveja ao verem milhares de bandeiras rubro-negras saudarem o Mengão. A vocês que roem as unhas quando a rede de seu clube é estufada e uma explosão é ouvida. A vocês que colocam as mãos na cabeça, em desespero, quando o maior passa da defesa ao ataque. A vocês que são capazes de apostar fortunas num clube que não é o seu, só porque jogam contra o Fla. A vocês, pobres ignorantes, que nunca souberam respeitar o seu superior, no caso, o Mengão. (Torcida Flamante, GB).”<sup>122</sup>.

Um veículo público tornava-se assim palco para difamações, infâmias, reparações, idolatrias e exaltações de toda espécie. Em tal espaço, nasciam os códigos de rivalidade, que ganhavam sentido nos embates estabelecidos através das cartas ou dos jogos, acirrando-os e potencializando-os. A seção *Bate-Bola* possibilitava uma comunicação codificada de um subgrupo específico de leitores-torcedores, que davam vazão a toda sorte de sentimentos como inveja, soberba, arrogância, ojeriza, desonra e desdita. Sem constrangimentos, ali se ofendia e se defendia o orgulho próprio; sem pudores ou pudicícias, ali se gozava e se menosprezava o adversário; vítimas ali se queixavam, algozes não se intimidavam, combatentes se entrincheiravam, brigas se seguiam ao transbordamento de ódios mútuos. Ao entabular conversas por escrito, as cartas apresentavam uma agressividade verbal que podia anteceder ou suceder os enfrentamentos físicos. Em várias oportunidades, o torcedor-leitor parecia pouco disposto a um sistema de parentesco jocoso, à maneira proposta por Radcliff-Brown, que se mantivesse em níveis de camaradagem amistosa tolerável. O escárnio, o deboche, a zombaria e o sarcasmo logo se prolongavam no menoscabo do outro sob a forma de xingamentos e impropérios. Salvo exceções, a troca não visava o reconhecimento nem sequer o consenso; ela era o estopim para a sede de vingança anunciada.

Quanto a Foucault, autor com que este capítulo foi aberto, se deve ressaltar aqui a inflexão do método arqueológico para o genealógico, inspirando-se desta feita na terminologia de Nietzsche. A mudança

<sup>122</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 04 de julho de 1970, p. 06.

metodológica é operada no conjunto de sua obra a partir dos anos 70, quando o autor se distancia em definitivo do estruturalismo e passa inclusive a considerar-se a si próprio um “anti-estruturalista” por excelência, porquanto se diferencia dos antropólogos de sua época, que haviam banido o acontecimento das estruturas do pensável e do inteligível<sup>123</sup>. Em verdade, a guinada já estava prenunciada em 1969, com a publicação de *Arqueologia do saber*, e pode ser atribuída também às transformações culturais por que passa a França desde o impacto de maio de 68, quando as lutas cotidianas passam a revelar as “malhas mais finas da rede do poder”<sup>124</sup>, para além do ramerrão estrutural-marxista althusseriano em torno da ideologia, da repressão e da dominação. Ao método arqueológico privilegiado até então, que se propunha a desvendar *como* os saberes apareciam e se transformavam, sucede o método genealógico, que estabelecia como ponto de partida o *porquê* de seu aparecimento e de sua transformação. Conforme sugere o professor Roberto Machado, trata-se de situar o surgimento e a mudança dos saberes nas relações de poder e de incluí-los na genealogia da política, compreendida além e aquém do Estado.

A transversalidade entre saber e poder torna-se o ponto decisivo para Foucault, materializado em estudos específicos como *Vigiar e punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976), primeiro volume de sua trilogia sobre a história da sexualidade. O modo de apreensão do poder em Foucault tem diferenças radicais com relação à Ciência Política, em particular aos autores contratualistas ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII. Isto porque sua genealogia não compreendia uma teoria sistêmica geral e porque o poder estava longe de ser para ele um objeto natural, palpável, uma coisa, sendo antes de tudo uma prática social, constituída historicamente. Sua divergência face aos cientistas políticos radica também no fato de que estes entendem o poder e o Estado como uma sinonímia indissoluta. O interesse foucaultiano desvia a mecânica do poder da centralidade do aparelho estatal e o realoca na multiplicidade dos micro-poderes locais e no seu exercício específico, fragmentário, molecular, circunscrito a pequenos halos de ação. O Foucault *pós-moderno* dos anos 70 rechaça o método dedutivo que vê o Estado como

<sup>123</sup> Cf. FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Apresentação de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 05.

<sup>124</sup> Cf. **ibid**, p. 06.



órgão único repressivo, onipresente no corpo social, cujos tentáculos se desdobram do centro à periferia, do macro ao micro.

A questão se situava, pois, ao largo do esquema tradicional que via a progressiva concentração de poder no Ocidente, das monarquias absolutas à emergência dos Estados-nacionais. O autor mostra a ausência de um ponto localizado de poder nas sociedades contemporâneas. A mobilidade de suas redes torna-o capaz de produzir-se e de reproduzir-se a si mesmo nas malhas mais invisíveis, nos gestos e nos comportamentos mais sutis, nas atitudes e nos hábitos mais inusitados, nos discursos mais inauditos. Refuta-se assim a reificação do poder e sua derivação formal abstraída da ciência do direito e das formas jurídicas, em prol de uma concepção que o acentua como *práxis*, como dinâmica dos confrontos ou como relação de múltiplas forças, dispersas na sociedade.

O poder em Foucault detém-se menos no modelo da economia política e mais no modelo da guerra. Ora, poder é luta, é afrontamento, requer empenho, força e estratégia. É violência que, em um aforismo, Heráclito dizia ser “pai e rei de todas as coisas...”. Ele não consiste, pois, em um contrato, em um acordo tácito entre suas partes consensuais, em um lugar vacante a ser ocupado por dois respeitosos concorrentes, mas em um exercício contínuo, em uma disputa ferrenha e permanente que se institui graças a um modo de ação. Enfim, é menos um conceito e mais uma prática. Deste modo, eis por que a gênese do saber, amparada nas relações de poder, converte-se em uma genealogia da política em Foucault, autor de um pensamento de cunho filosófico que terá desdobramentos na sociologia francesa das décadas de 70, 80 e 90 com a obra de Pierre Bourdieu.

Assim, a possibilidade de se fazer aqui uma genealogia ou uma arqueologia da violência entre torcedores de futebol nos leva à busca por uma via alternativa a Norbert Elias e às formulações da Escola de Leicester sobre as brigas entre os *hooligans* ingleses. Não se trata de justificá-la, como fazem os eliasianos, em termos de uma falha descivilizadora na introjeção da repulsa à agressividade nos estratos mais baixos da sociedade britânica. Em outras palavras, não se trata de uma incapacidade temporária do Estado na concentração do poder de reprimir e de irradiar a dominação por todo o corpo social. Nas lentes moleculares de Foucault, o poder é gerado como prática,

como força intrínseca de quem o instaura; logo, ele existe na dispersão, na invisibilidade, na distribuição potencial e na sua súbita canalização por segmentos da sociedade. Assim como não cabe identificar um núcleo central de irradiação, não cabe apontar uma origem, um *marco zero* para o fenômeno da violência, no caso aqui em questão, para o comportamento agressivo dos torcedores organizados.

Em que pesem as boas intenções didáticas do professor Yves Michaud, a violência não seria explicável por uma decomposição etimológica:

“Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e portanto a potência, o valor, a força vital.”<sup>125</sup>

O *Nietzsche* de Foucault é aquele que contrapõe a genealogia — em gênero, número e grau — à idéia de uma origem, remota, localizável na ancestralidade do tempo histórico:

“A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’. (...) O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem — é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história nos ensina também a rir das solenidades da origem. A alta origem é o ‘exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial’: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã. (...) Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para

<sup>125</sup> Cf. MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1986, p. 08.

conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma.”<sup>126</sup>

As palavras nietzscheanas de Foucault nos encorajam a dizer que seria vã a tentativa de buscar as origens da violência nas reportagens do *Jornal dos Sports* ou em qualquer outro meio. Por mais que se recenseasse e se recuasse no tempo, seria inútil tentar descobrir “quem atirou a primeira pedra” entre os torcedores de futebol, ou seja, quem incitou a rivalidade e a antipatia entre adeptos de clubes diferentes, tornando-a uma briga feroz, renhida, uma inimizade por assim dizer mortal... Não obstante, a leitura das cartas dos leitores-torcedores do *JS* permite trilhar um caminho em que a violência adquire visibilidade ao mesmo tempo como um modo de ação e como uma prática discursiva. Isto porque, quando Foucault investiga a gênese dos discursos que se convertem em saberes, ele não diferencia ciência de ideologia, opinião de verdade, conhecimento douto de conhecimento vulgar. O saber emerge tal qual o poder, a partir de pontos centrífugos não localizáveis em um espaço-tempo previamente conhecido. Desta forma, a violência entre os torcedores de futebol compreende uma junção de discursos e atos, de espaços e tempos que se retro-alimentam. A seção de cartas do *Jornal dos Sports* é apenas uma das vias de acesso, aquela escolhida aqui para descortinar esta genealogia.

Enquanto os jornalistas se preocupavam em estampar sua revolta e sua indignação ante as incognoscíveis, as inexplicáveis atitudes bárbaras e beligerantes dos torcedores nos estádios, em surtos aparentemente espasmódicos e irracionais destes últimos, a cristalina coerência, racionalidade e motivação para o combate pareciam se desenrolar ali, sob as vistas dos cronistas, debaixo de seus olhos, nos espaços criados pelos próprios editores do jornal através daquelas cartas assinadas todos os dias pelos seus leitores. Àqueles que porventura considerassem tal espaço de menor importância, uma mixórdia de idéias disparatadas, um festival de truísmos tetricos, um imbróglio de narrativas taquigrafadas, uma babel de línguas descontraídas, surpreenderia, em uma rápida visada, a quantidade, a seriedade e a variedade

<sup>126</sup> Cf. FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: **Microfísica do poder**. Apresentação de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 16, 18 e 19.

dos temas e dos valores que entravam em jogo naquele lugar público, centro por excelência da *vox populi*. O caos opinativo parecia guardar paradoxalmente uma lógica, uma ordem, um sentido apreensível na dinâmica comunicativa de interpelação e resposta dos missivistas. Os torcedores estabeleciam uma conversa por escrito que parecia ter conseqüências práticas, concretas, desdobradas quer no âmbito discursivo quer no âmbito da vivência das emoções nos estádios.

A seção não se restringia, em vista disso, a um mero dispositivo retórico em que cada torcedor queria sobressair tripudiando verbalmente o outro. A genealogia da moral entre os torcedores, tal como o poder em Foucault, nada mais era do que efeitos de uma relação de força violenta, acionada e verbalizada, teorizada e concretizada, cuja gênese podia ser encontrada ali também, naquele anódino espaço, ante-sala dos encontros nos estádios, no contexto específico de um meio de comunicação de massas, com um perfil, com uma história, com um conjunto de características muito particulares.

### **3.2 Da aventura: caravanas e narrativas de viagem**

A concepção dualista que enfatiza as experiências da rotina e da aventura na vida coletiva apareceu esboçada no pensamento social brasileiro em um dos primeiros capítulos da obra de estréia de Sérgio Buarque de Holanda. Em 1936, o ensaio *Raízes do Brasil* surgia no cenário intelectual com a proposição de uma interpretação do passado como fundamento para a compreensão do destino histórico nacional e como desvendamento das “sobrevivências arcaicas” presentes na nossa sociedade. Para isto, o autor buscava decifrar as características mais marcantes da cultura brasileira, por meio da investigação das especificidades dos seus antepassados ibéricos e da sua formação colonial. Ao contrário de Gilberto Freyre, autor em 1933 de *Casa-Grande & Senzala*, que tivera sua formação intelectual no ambiente anglo-saxônico, Sérgio Buarque passara em 1929 uma temporada de trabalho e estudo na Alemanha e o contato com aquele meio universitário ensejou ao autor a idéia de escrever um livro de cunho ensaístico sobre “o corpo e a alma do Brasil”. A vivência dos últimos anos da República de Weimar, grande pólo de efervescência cultural, literária e boêmia da Europa central, a que fora enviado como

correspondente de *O Jornal* por Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia *Diários Associados*, facultou ao jovem jornalista e talentoso crítico literário assistir aos cursos de história na Universidade de Berlim, onde assistiu às aulas de Friedrich Meinecke, um marco na sua maturação acadêmica<sup>127</sup>.

Depois de entrevistar o romancista Thomas Mann; depois de assistir ao filme *O anjo azul*, do diretor Joseph Von Sternberg, onde estrelava a atriz Marlene Dietrich; depois de colaborar para a revista *Duco*; depois de traduzir as legendas para o português da película expressionista *Berlin, sinfonia de uma metrópole* (1926), de Walter Ruttmann; e depois de ler pensadores germânicos ligados aos círculos do poeta Stefan George, como Ernest Kantorowicz, Sérgio Buarque entraria em contato com o trabalho de um dos mais notáveis egressos do neokantismo, fundador da Sociedade Alemã de Sociologia: Max Weber. O pensamento weberiano, em especial seu critério tipológico das formas de dominação e sua abordagem original do papel da religião na sociedade, com estudos originais sobre as teodicéias na história do protestantismo, do judaísmo e do budismo, estabelecia uma série de categorias abstratas que exacerbavam alguns aspectos da realidade a fim de tornar comparáveis e compreensíveis certos tipos de ação social e de *psicologia* social.

A par da experiência da viagem à Europa, que havia permitido a Sérgio, segundo suas recordações do surgimento do livro<sup>128</sup>, uma percepção mais distanciada do Brasil, uma compreensão do país em sua totalidade, os tipos-ideais de Weber haviam-lhe fornecido um instrumental analítico capaz de pensar a história, a sociedade e a psicologia social brasileira através de pares de opostos, tais como elencava Antônio Cândido: trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano, burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo<sup>129</sup>. Sem maniqueísmo, ao contrário, com agudo senso de refinamento, o autor mostrava como as *formae mentis* da Europa mediterrânea católica eram ordenadas em contraposição às da Europa nórdica protestante, da mesma maneira que a unidade da península Ibérica se decompunha em sutis oposições

<sup>127</sup> Cf. BARBOSA, F. de A. (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. Cf. também DIAS, M. O. L. da S. (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda: historiador**. São Paulo: Ática, 1985. Cf. ainda RICHARD, L. **A República de Weimar (1919-1933)**. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1988.

<sup>128</sup> Cf. PRADO, A. A. “No roteiro de *Raízes*”. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>129</sup> Cf. CÂNDIDO, A. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 240.

entre portugueses e castelhanos, observadas em seus antecedentes históricos e na colonização da América.

O segundo capítulo do livro, *Trabalho & aventura*, onde o autor citava nominalmente Weber, apresenta os traços nacionais baseados em um cotejo entre dois modelos de ação antitéticos abstraídos do mundo das idéias, que conduzem e orientam sua percepção da realidade. O tipo do trabalhador adquiria valor na sociedade moderna com o advento da moral puritana nos países da Europa setentrional, cujas bases precípua eram a rotina, o esforço metódico e a disciplina ascética. Avesso ao trabalho regular e à atividade utilitária, o tipo do aventureiro caracterizava-se pela errância, pela ausência de estabilidade, pela conquista de riqueza auferida com um mínimo de dispêndio de energia. No reino da aventura, o espírito do colono não visava a aquisição dos meios necessários à configuração de uma ordem sistêmica e estável, que lhe garantisse o provimento de compensações futuras; inclinava-se mais à satisfação imediata de seus primeiros fins. Este último tipo havia modulado em grande parte a dinâmica da colonização portuguesa no Brasil, caracterizada por certo desleixo e abandono. Talvez por isto o adventício tenha se valido menos da imposição de sua própria ordem econômica e mais da apropriação de técnicas nativas rudimentares, tais como elas se davam entre os ameríndios, seja no cultivo da terra, seja nas incursões dos bandeirantes pelo interior.

Se a ciência compreensiva de Max Weber é a referência capital, não se deve esquecer, na composição de tal tipologia, o legado, direto ou indireto, de uma vasta gama de outros autores oriundos da mesma filosofia neokantiana. Embora Sérgio Buarque, em momento posterior a *Raízes do Brasil*, vá se afastar da sociologia e do ensaísmo, dedicando-se com mais exclusividade à monografia e ao *métier* de historiador, como mostra Robert Wegner<sup>130</sup> e como comprova o longo estudo de 1974 dedicado a Leopold Von Ranke<sup>131</sup>, pai do positivismo historiográfico, para quem a história é a ciência do único e a

<sup>130</sup> Remeto ao texto já citado no segundo capítulo. Cf. WEGNER, R. “Da genialidade à poeira dos arquivos: Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1940”. In: SENTO-SÉ, J. T.; PAIVA, V. (Orgs.). **Pensamento social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005. Na inversão de trajetórias demonstradas por Wegner, vale acrescentar que é Gilberto Freyre quem se aproxima da idéia de aventura na década de 1950, durante a sua viagem à África portuguesa, como é possível aferir em seu caderno de notas, espécie de diário de bordo publicado em forma de livro com o nome de *Aventura e rotina*.

<sup>131</sup> Cf. HOLANDA, S. B. de. “O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke”. In: **O livro dos prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 175 e 176.

filosofia, o universo das leis genéricas e abstratas, seria o caso de lembrar o nome de Georg Simmel, de quem Weber foi amigo e leitor, com quem Sérgio Buarque pode-se dizer que teria certas afinidades eletivas do ponto de vista temático e estilístico.

Mais conhecido como sociólogo, graças à sua recepção nos Estados Unidos, Simmel é em última instância um filósofo, como é possível ver na seqüência de publicações *Filosofia do dinheiro* (1900), *Kant e Goethe* (1906), *Schopenhauer e Nietzsche* (1907), *Problemas fundamentais da filosofia* (1910) e *Rembrandt: ensaio de filosofia da arte* (1916), de onde advém sua abordagem formalista da sociologia, concebida à maneira de uma “geometria social”<sup>132</sup>. Professor na Universidade de Berlim durante quinze anos, entre 1885 e 1900, onde Sérgio estudaria algumas décadas depois, Simmel era reconhecido por seus alunos como um virtuose da palavra, um exímio orador, conquanto pouco sistemático para as exigências acadêmicas. Coube a ele dar à filosofia um caráter menos de tratado e mais de ensaio.

Pensador da modernidade, Simmel procurou alargar os “âmbitos cósmicos e anímicos” relegados pela metafísica tradicional e romper com seus dogmas absolutos, sem perder o rigor, a unidade e a profundidade do pensamento. Assim, podia-se interrogar a respeito de questões relativas à moda, à cultura feminina e ao sexo na mesma proporção em que continuava a indagar-se sobre a arte e a ciência, a moral e a religião. O denso ensaio *A aventura*, matriz do tipo-ideal aqui focado, é emblemático do quilate das reflexões de Simmel e do manancial de temas que palpitam em sua curiosidade intelectual<sup>133</sup>. A forma simmeliana, chamada por Leopoldo Waizbort seu “panteísmo estético”<sup>134</sup>, define a aventura como uma vivência que se desprende do contexto e da totalidade do fluxo vital. Suspensa dele, o afastamento de determinados conteúdos do encadeamento e dos círculos homogêneos da vida proporciona a sensação de uma posição à margem do *continuum* da existência. A dimensão onírica da aventura, para Simmel, é proporcional ao estranhamento

<sup>132</sup> Ainda no mestrado, tive a oportunidade de assistir aos seminários do curso ministrado pelo professor Luiz Costa Lima, consagrado à análise das reflexões filosóficas de Simmel, com a leitura integral do primeiro e do quarto livro acima citados. Cf. SIMMEL, G. **Rembrandt: ensayo de filosofia del arte**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1950.

<sup>133</sup> Cf. Id. **Sobre la aventura: ensayos filosóficos**. Epílogo de Jünger Habermas. Barcelona: Ediciones Península, 1988.

<sup>134</sup> Cf. WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 75.

e à recordação distanciada que se tem dela na centralidade do processo vital. Dada sua condição insular, o aventureiro é aquele que responde em estado puro à distância da firmeza e ao alheamento da estabilidade por assim dizer continental.

A ligação seqüenciada entre os acontecimentos do dia a dia perde com a aventura a sua função, adquirindo um sentido em si próprio, com valor apenas no presente, autônomo e independente dos nexos causais mais ordinários que atam o indivíduo ao ontem e ao amanhã, ao passado e ao futuro. Por outro lado, não bastam para Simmel, na caracterização da aventura, a acidentalidade e a excentricidade frente ao curso da vida. Ela consiste em uma dupla configuração, pois se a aventura foge à lógica cotidiana e às relações racionais entre causas e fins, ela guarda também um elo transcendente e misterioso com essa mesma necessidade vital. O autor utiliza o paralelo do caráter aleatório das apostas em um jogo de azar, cuja ausência de sentido em si é suprida pela espirtuosidade do jogador, que reveste os lances de uma oculta coerência interna. Por extensão, o caráter acidental da aventura só adquire significado pleno para o aventureiro na medida em que as experiências excepcionais comunicam algo à essência da vida. Um envolvimento peculiar se opera assim do acidental-exterior ao necessário-interior.

As grandes categorias vitais articulam-se, em Simmel, através desses dois componentes que se enlaçam de maneira ora fragmentária ora total. A aventura da vida e a vida aventureira se interpenetram de maneira assemelhada à criação nas obras de arte, com sua abrupta delimitação entre um começo e um fim; à paixão nos sonhos, com sua corrente de sensações fugazes destinadas ao esquecimento; e ao azar nos jogos, com seu sistema de apostas que podem levar, num átimo, a ganância do indivíduo do pedestal à ruína. A síntese desses elementos deixa perceptível a tensão constitutiva das duas partes antinômicas. O trabalhador estabelece uma relação orgânica com o mundo, empregando sua energia na produção de artefatos humanos, enquanto o aventureiro funda uma relação inorgânica com ele, expressa mediante o gesto conquistador e a astúcia no aproveitamento das oportunidades que vêm e vão. O primeiro produz a sensação de maior proteção contra os perigos, ao passo que o segundo faz da conquista um ato triunfal decorrente de suas próprias forças. Tal procedimento torna extremos no âmago da vida os sentimentos de atividade e de passividade,



de dado e de conquistado, de fortuna e de virtude. O estilo aventureiro se fia, pois, na força e na sorte como dois élanos diante das incertezas do triunfo, das obscuridades do destino e dos riscos da morte.

Se a aventura é um estilo de vida que pode ser associado a uma variedade de conteúdos vitais, o principal deles na ótica de Simmel é a dimensão erótica, são as configurações do amor. A conquista e a gratuidade, a auto-suficiência e a dependência do outro estão presentes nos relacionamentos amorosos. A força conquistadora depende das faculdades e iniciativas individuais, mas a sorte, com a intervenção de elementos externos não controláveis, imponderáveis à vontade do indivíduo, é requisito para a consumação do amor. Ainda que o homem e a mulher enamorados, o rapaz e a moça apaixonados lidem com esses dois pólos de maneira distinta, um se posicionando de modo mais ativo e o outro de modo mais passivo, em um amplo leque de intercessões combinatórias, os dois fatores atuam conjugados forçosamente na vida amorosa. O amor é aventura para Simmel porquanto ele é capaz de ultrapassar a corrente homogênea da vida e assim penetrar nos instintos mais secretos do homem.

A ventura amorosa estabelece dessa maneira uma relação específica com o tempo, em uma dupla perspectiva: tangencial e central. Por um lado, ela apresenta a sua faceta arrebatadora, com o entusiasmo e a fulguração de um momento, a irrupção luminosa de um instante, um encontro inesperado e intenso, passível porém de um desencantamento súbito; por outro, aquela iluminação fugidia pode se revelar também perene, estável, madura, como um dom de eternidade e de ubiqüidade, de onde deriva a crença da predestinação mística entre duas pessoas ou entre duas almas.

Para além de todo e qualquer conteúdo aventureiro, a sedução primordial da aventura consiste em ser ela uma *forma de experimentar*, que põe os instintos vitais em tensão com as forças externas extremas, de um lado, e com as fontes íntimas de energia do homem, de outro. Para Simmel, os jovens, com seu estilo próprio, auto-referenciado, são aqueles que experimentam a vida em um ritmo, em uma intensidade e em uma paixão tal que a forma acaba por sobressair ao conteúdo, ao contrário dos velhos, cuja aproximação com a aventura se dá de maneira apenas acidental e conteudística. Os idosos, quando muito, entram em contato com o espírito aventureiro de maneira limitada,

epidérmica e parcial, não sendo a aventura adequada à idade avançada e ao seu modo de vida, que tende ao recolhimento, à estabilidade e à autoproteção de seus próprios limites, já sobremaneira conhecidos e traçados. A oposição entre jovialidade e velhice remete o autor à diferenciação entre o que chama de espírito romântico e de espírito histórico.

O romantismo contém essa demanda juvenil que clama pelos excessos e pelo extravasamento do fluxo contínuo da vida, tornando-os mais visíveis, mais latentes, mais palpantes. A inquietude da subjetividade romântica revela a premência pelo aproveitamento mais imediato da vida, sendo esta experimentada como um presente incondicional, como um *aqui e agora* inexorável. Já o ânimo histórico é capaz de ver as coisas sob um prisma objetivo, reflexivo e retrospectivo. Ele se plasma de maneira mais cabal durante a velhice, quando a história se transforma muitas vezes em visão de mundo e passa a governar as ações humanas com sobriedade e ponderação. Em compensação, o ânimo romântico dos jovens do *Sturm und Drang* quer usufruir os acontecimentos da vida em sua dotação máxima, em sua natureza mais frenética. “Argonautas da humanidade”<sup>135</sup>, os jovens não se cingem nem ao passado nem ao futuro, porquanto não visam à fruição moderada da *physis*, matéria da vida, mas à disposição para testar os limites que a fazem vibrar com mais vigor.

Em que pesem as distâncias de idade entre diferentes segmentos da sociedade, a aventura tratada por Simmel, mais do que uma condição etária, é uma condição humana. Sua *filosofia da vida*, segundo Heidegger um termo tautológico<sup>136</sup>, afirma que todos os indivíduos estão aptos a alcançar o “umbral da aventura”<sup>137</sup>, se se considera a sua característica mais importante, qual seja, a de ser um desprendimento extraordinário do contexto global da vida, um fragmento da existência cuja excepcionalidade não é mero acidente ocasional mas algo dotado de significação para a mesma fonte vital de onde emana. A aventura torna-se assim um modo de vivenciar uma dualidade inerente ao homem, que pende entre a determinação e a liberdade, entre o cálculo e o

<sup>135</sup> “Os jovens são os argonautas da humanidade.”. Cf. LEÃO, E. C. “Juventude e tóxico”. In: **Aprendendo a pensar**. Petrópolis: Vozes, 1991, vol. 1, p. 42.

<sup>136</sup> Cf. MORAES FILHO, E. de (Org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>137</sup> Cf. SIMMEL, G. **Sobre la aventura**: ensayos filosóficos. Epílogo de Jünger Habermas. Barcelona: Ediciones Península, 1988, p. 24.

acaso, entre o forçado e o fortuito. A lição simmeliana da aventura consiste, pois, em apontar esta experiência como reveladora da posição do homem no mundo:

“Somos los aventureros de la tierra; nuestra vida está penetrada de un extremo a otro por las tensiones que caracterizan la aventura. Sólo cuando éstas se hacen tan poderosas que dominan la materia en cuyo seno se desenvuelven, se produce la ‘aventura’. Pues ésta no consiste en los contenidos que se ganan o se pierden, se gozan o se sufren con ella: todo esto nos es accesible en otras formas de vida. Lo que hace de una simple vivencia una aventura es otra cosa, a saber: la radicalidad que se siente como tensión de la vida misma, como exponente del proceso vital, con independencia de su materia y de sus diferencias; que el volumen de estas tensiones sea lo bastante grande como para hacer que la vida se remonte más allá de esa materia.”<sup>138</sup>

De forma sumária, poder-se-ia concluir esse ponto dizendo que o pensamento de Simmel se situa na interseção entre a dimensão religiosa, que confere ao cosmo um sentido previa e plenamente estabelecido, e a dimensão laica da modernidade, que percebe o homem e a experiência mundana em meio ao esboroamento de significados atribuídos a esse mesmo universo. Em outras palavras, o esvaziamento do *telos* põe o homem moderno diante de sua própria tragicidade, capaz de produzir uma série de impasses e de *trompe-l’oeils* na visão universal do processo de racionalização e de secularização do mundo ocidental. Sua concepção da vida pode ser resumida ainda em consonância com uma frase lapidar de Weber, no encerramento de sua aula inaugural na universidade de Heidelberg, em 1908, muito conhecida por seu título, *A política como vocação*: “Ciertamente, toda la experiencia histórica confirma la verdad: que el hombre no hubiese logrado lo possible si no hubiese luchado una y otra vez por lo imposible.”<sup>139</sup>

As digressões do pensamento filosófico de Simmel orientar-se-iam sempre pelo dualismo *forma-matéria*, por um viés de fundo psicológico que pode de ser observado acima através da díade vida-aventura. Suas linhas-mestras se desdobrariam como imperativos categóricos de sua sociologia e teriam como ponto de partida algumas indagações inspiradas em Kant: como é

<sup>138</sup> Cf. *ibid.*, p. 26.

<sup>139</sup> Cf. WEBER, M. *Ensayos de sociología contemporánea*. Apresentação de Wright Mills. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1972, p. 159.

possível a sociedade ? Quais os *a priori* lógicos para a coexistência na vida social ? O que a separação entre a subjetividade e a objetividade revela a respeito da “tragédia da cultura moderna” ? Essas interrogações seriam desenvolvidas naquela que, ao lado das mais de quinhentas páginas de *Filosofia do dinheiro*, é sua obra maior, *Sociologia* (1908), composta de dez capítulos e treze excursos.

A ciência da sociedade seria pensável para Simmel como uma resultante das ações e das reações entre os indivíduos, como um fruto das interações humanas, como um processo que denomina *sociação*. Esta última categoria inclui a dimensão da competição e do conflito, vista por ele como uma forma pura, cuja função não é nem patológica nem nociva para a vida em grupo, mas positiva para qualquer coletividade, condição necessária e indispensável a mudanças que visem à obtenção do próprio consenso. Algo semelhante à percepção de Durkheim acerca do enfoque relacional e comparativo do crime no contexto da sociedade francesa do final do século XIX. Em vez de uma pesquisa histórica em torno das origens da violência, da busca por um ato violento original, o funcionalismo durkheimiano perseguia a relação da criminalidade com a norma, associando as necessidades de penalização e sanção dessa prática à auto-regulação da sociedade<sup>140</sup>.

Se a sociologia simmeliana encontraria acolhida nas universidades norteamericanas desde a década de 1920, sua filosofia teria uma relação sinuosa, ziguezagueante, com a tradição germânica ao longo do século XX, em particular com alguns autores ligados à Escola de Frankfurt, malgrado o inegável prestígio que o gênero do ensaio teve entre eles como forma de expressão lítero-filosófica. Isto pode ser observado nos comentários que acompanham as edições posteriores das obras de Simmel, como a coletânea *Filosofia do amor*<sup>141</sup>, em cujo posfácio Gyorgy Lukács reputava-o como um “homem inteligente e bem dotado”<sup>142</sup>, embora em outras ocasiões o crítico húngaro, mais afeito à matriz hegeliano-marxista, observasse em termos negativos seu vitalismo irracionalista à Schopenhauer e à Nietzsche. Vale notar que, em sua juventude, o autor de *História e consciência de classe* e *Assalto à*

<sup>140</sup> Cf. DAMATTA, R. “Os discursos da violência no Brasil”. In: **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 176 e 177.

<sup>141</sup> Cf. Id. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>142</sup> Cf. MORAES FILHO, E. **op. cit.**, p. 12.

*razão: trajetória do irracionalismo de Schelling até Hitler* fora aluno de Simmel e freqüentara os colóquios privados realizados na casa do seu então professor, em companhia de Ernest Bloch, outro discípulo cético. Theodor Adorno também se revelaria ambíguo em relação ao autor, ora considerando a obviedade do idealismo psicológico de seus ensaios ora tratando o ensaísmo simmeliano como precursor na introdução de novos objetos para a abordagem filosófica.

Dada a ausência do texto em português, a consulta à versão espanhola da coletânea aqui explorada, *Sobre la aventura*, levou-nos ao epílogo “Simmel como intérprete de la época”, assinado por Jünger Habermas, em que este empreende um balanço retrospectivo acerca da relação conturbada do autor com o pensamento crítico frankfurtiano. Este entende Simmel como um pensador cujas premissas não são mais válidas, mas cujas análises têm conseqüências ainda vigentes na modernidade. Trata-se de uma figura típica do *fin de siècle*, anterior ao trauma da Primeira Guerra mundial, partícipe dos conceitos básicos da cultura neokantiana, dividida entre ética e estética, entre liberdade e necessidade, entre espírito e natureza, entre forma e matéria:

“Simmel, de este modo, se sitúa del lado de acá del abismo que se va a abrir entre Rodin y Barlach, entre Segantini y Kandinsky, entre Lask y Lukács, Cassirer y Heidegger. Escribe sobre la moda de manera *diferente* a Benjamin. Y sin embargo es él quien establece la conexión entre moda y modernidad, quien impacta al joven Lukács hasta en la elección de sus títulos, quien inspira a Benjamin observaciones acerca del ámbito de experiencias rebosante de sugestión, rico en contactos y de acelerado movimiento que es la grand ciudad, es él quien altera los modos de percepción, los temas, el estilo de escritura de toda generación de intelectuales. ¿Cómo se explica el potencial de incitación mostrado en la época de Weimar por parte de un hombre tan profundamente arraigado en el históricamente ilustrado siglo XIX? Pienso que Simmel debe su sorprendente, aunque muchas veces anónima, influencia al diagnóstico de base filosófico-cultural de la época, que desarrolló por vez primera en el capítulo final de la *Filosofía del dinero* (1900). En el ensayo sobre “Concepto y tragedia de la cultura” prosiguió la elaboración de esta teoría de la época contemporánea y en su tardía exposición acerca del “Conflicto de la cultura moderna” la subordinó a una cuestionable metafísica de la vida.”<sup>143</sup>.

<sup>143</sup> Cf. SIMMEL, G. **Sobre la aventura**: ensayos filosóficos. Epílogo de Jünger Habermas. Barcelona: Ediciones Península, 1988, p. 277 e 278.

Ao assinalar as influências de Simmel sobre Walter Benjamin, Habermas deixa de pontuar, no entanto, aquelas que dizem respeito à concepção de rotina e de aventura. A tipologia do aventureiro se faz presente no ensaio de Benjamin de 1936, intitulado *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*<sup>144</sup>. Enquanto Simmel analisava a relação entre vida e aventura, Benjamin concentra-se na ligação entre vida e palavra. Ambos por sua vez se fundam em um mesmo pressuposto, que é a transmissão da experiência no solo da cultura. A vivência no seio de uma comunidade tradicional repousa em uma mesma analogia: a forma da narração equivale à forma do trabalho típica da era pré-capitalista. A arte de contar e de ouvir histórias acerca dos acontecimentos vividos é uma prática integradora. Para além da voz do narrador, ela compreende uma totalidade perceptiva que articula mão, alma e olho. Ela é análoga à tradição do trabalho artesanal, em que o sentido da obra não está alienado de quem produz os artefatos. A narração é uma forma de “artesanato da palavra”, uma vez que confere unidade à partilha de experiências entre diferentes gerações.

Ao qualificar sua época como o período de declínio no intercâmbio de experiências, efeito entre outros das ações traumáticas da guerra de trincheiras na Europa, às vésperas da eclosão de um genocídio ainda mais devastador, o *Sohoah* — Holocausto —, este pensador, de origem judia como Simmel, identificava dois tipos principais de narrativa que acompanharam o homem ao longo da história. Ambos tinham por base a oralidade e se amparavam na autoridade da velhice, segundo ele, estágio-mor, ápice da vida. O acúmulo de experiências dava ao ancião a capacidade de aconselhar os mais jovens, em um ciclo de ensino-aprendizagem que se perpetuava de geração a geração, de pessoa a pessoa. O primeiro tipo era o da tradição, próprio daquele indivíduo que contraiu um vasto repertório de histórias contadas a partir da sua própria vivência no torrão natal. O segundo era o da aventura, típico do viajante que conheceu terras e mares, povos e paisagens distantes, cujas estórias ele narra a seus conterrâneos quando de seu regresso. O reino narrativo teria esses dois representantes arcaicos, esses dois narradores anônimos encarnados na figura

---

<sup>144</sup> Cf. BENJAMIN, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994, vol.1.

do camponês sedentário e do marinheiro comerciante. A aventura seria uma forma de conhecimento, posto que o navegante é portador de um saber vindo de longe, capaz não apenas de aprender como também de ensinar.

A genuína narrativa para Benjamin é quase sempre acompanhada de um senso prático, de uma dimensão utilitária. Neste sentido, Nicolai Leskov é uma exceção na galeria de escritores do século XIX. Contador de histórias à moda antiga, seus contos são fruto de uma sabedoria contraída em viagens comerciais empreendidas pelo interior da Rússia, onde encontrou no florilégio das lendas folclóricas e das tradições populares a forma ideal para transmitir seus conselhos e suas lições de vida: “a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro.”<sup>145</sup>. As sentenças instrutivas e morais dos episódios narrados por Leskov têm, contudo, uma característica mais importante. Elas não são explicações cerradas nem informações acabadas; seu inacabamento essencial dá, ao contrário, um amplo espaço de liberdade para a interpretação do leitor/ouvinte. O caráter sugestivo de uma história se realiza em sua abertura interpretativa. Somente ao receptor da obra cabe fazê-la; somente a este é dado completá-la. Se aconselhar é “menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma estória que está sendo narrada”<sup>146</sup>, então Leskov pertence a uma estirpe de narradores cujo primeiro expoente foi Heródoto.

As *Histórias* de Heródoto — ele próprio viajante, cronista, homem de “inexaurível curiosidade” — são a matriz de uma diferença substantiva entre explicação e narração, entre verificação e sugestão:

“Cada vez que se pretende estudar uma certa forma épica é necessário investigar a relação entre essa forma e a historiografia. Podemos ir mais longe e perguntar se a historiografia não representa uma zona de indiferenciação criadora com relação a todas as formas épicas. Nesse caso, a história escrita se relacionaria com as formas épicas como a luz branca com as cores do espectro. Como quer que seja, entre todas as formas épicas a crônica é aquela cuja inclusão na luz pura e incolor da história escrita é mais incontestável. E, no amplo espectro da crônica, todas as maneiras com que uma história pode ser narrada se estratificam como se fossem variações da mesma cor. O cronista é o narrador da história. Pense-se no trecho de Hebel, citado acima, cujo tom é claramente o da crônica, e notar-se-á facilmente a diferença entre quem escreve a história, o historiador, e quem a narra, o cronista.

<sup>145</sup> Cf. **ibid**, p. 221.

<sup>146</sup> Cf. **ibid**, p. 199.

O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente o que faz o cronista, especialmente através de seus representantes cronistas medievais, precursores da historiografia moderna. Na base de sua historiografia está plano da salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios, e com isso desde o início se libertaram do ônus da explicação verificável. Ela é substituída pela exegese, que não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas.<sup>147</sup>

As artes benjaminianas da memória — “a memória é a mais épica das faculdades” — provêm da naturalidade e da simplicidade do narrador, que as conta e as reconta de maneira sucessiva, tal qual Scherazade em *As mil e uma noites*, dando origem a uma série sempre renovada de versões e de interpretações. Ao lado das histórias de Heródoto, os contos de fada também representam um dos primeiros esforços da humanidade na libertação das forças opressivas do mito, cujas narrativas sempre amedrontaram o homem. Sabe-se que o *tempo* na mitologia se manifesta como uma divindade ambígua, igualmente aterrorizadora: pai dos homens, provedora de suas necessidades, inevitável destruidora de seus próprios filhos. Segundo Panofsky, em seus estudos de iconologia, *Kronos* é um voraz tirano, um deus monstruoso provido de três cabeças (passado, presente, futuro), quatro asas (as estações do ano) e doze plumas (os meses)<sup>148</sup>. Já de acordo com Benjamin, a estratégia humana para a superação desse medo da mitologia originária se desdobrou em dois aspectos da coragem: a astúcia e a arrogância. Aventura e relato se encontram, pois, na bravura, nesse processo de encorajamento do homem, da mesma maneira que história e crônica convergem para a reminiscência, cuja deusa Mnemosyne é fundadora da cadeia da tradição.

O papel da narração e o entendimento da história como uma “obra aberta” seriam questões da obra de Benjamin que receberiam especial atenção por parte de uma crítica de origem francesa, Jeanne Marie Gagnebin, radicada no Brasil e professora de filosofia da PUC-SP. Se naquele ensaio Benjamin se atinha a Heródoto para pensar a temática do narrador no Ocidente, sua exegeta iria explorar em um artigo a dimensão da viagem e dos seus respectivos relatos

<sup>147</sup> Cf. *ibid.*, p. 209.

<sup>148</sup> Cf. NUNES, B. “Tempo e história: introdução à crise”. In: **Crivo de papel**. São Paulo: Ática, 1998, p. 131.



na poesia épica de Homero: “A memória dos mortais — notas para uma definição de cultura a partir de uma leitura da *Odisséia*”<sup>149</sup>. Para tal, a filósofa aponta de início Adorno e Horkheimer como autores responsáveis por uma renovação da interpretação da viagem de Ulisses frente à visão corrente que vigiu até o início do século XX. Ao invés da descrição de um itinerário geográfico preciso e objetivo, a viagem descrita por Homero ganha nas novas pesquisas um sentido subjetivo com a alegoria de uma trajetória que se inicia com a perda de rumo e a desorientação do navegante e culmina com a retomada do sentido, por meio do retorno à pátria, à ordem familiar e política. A leitura dos autores de *Dialética do esclarecimento* sublinhava na *Odisséia* a construção exemplar do sujeito racional, que requeria um domínio progressivo da natureza externa e interna do homem, uma soberania do “*self*” face às tentações e às ameaças do mito.

A despeito da importância dessa apreciação dramática feita pelos filósofos de Frankfurt, a autora opta pela abordagem apresentada pela escola francesa, segundo ela mais antropológica, histórica e humanista, composta por autores como Pierre Vidal-Naquet, François Hartog e Tzvetan Todorov, da mesma maneira renovadores da fortuna crítica de Homero. A condição humana aparece nas peripécias de Ulisses sempre em tensão com o inumano e com o mítico, territórios tão aterrorizantes quanto sedutores, por cuja provação tem de passar o herói a fim de alcançar a sua própria humanidade. O errante personagem que aspira reencontrar Penélope em sua terra natal tem de atravessar ilhas fabulosas, onde são desconhecidos os mortais e para onde ele é arrastado à sua revelia. Nessas misteriosas paragens, a luta principal travada por Ulisses é pela manutenção da memória contra a grande sedução do esquecimento do regresso, sua “feliz embriaguez” no rio Letes<sup>150</sup>, que ocorre também com a ingestão da flor de lótus, droga “doce como mel”. Esquecer significa aqui deixar de cantar e de contar histórias, significa deixar de ser humano, olvidando-se do presente e do futuro, qual um animal ou um ente atemporal divino.

<sup>149</sup> Cf. GAGNEBIN, J. M. “A memória dos mortais: notas para uma definição de cultura a partir de uma leitura da *Odisséia*”. In: PAIVA, M.; MOREIRA, M. E. (Orgs.). **Cultura, substantivo plural**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil; São Paulo: Ed. 34, 1996.

<sup>150</sup> Cf. WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 36.

Ao seguir o primeiro dos helenistas citados, Vidal-Naquet, a autora define a condição humana através de três características básicas: a agricultura, o ritual do sacrifício e a hospitalidade. As sociedades monstruosas são aquelas em que não há leis, não há *themis* (direito entre famílias de uma tribo), como a terra dos Ciclopes em que não se verifica o cultivo de grãos, o culto a divindades ou a construção de navios — instrumento primordial de comunicação para os gregos, a partir dos quais se pode receber e ser recebido. A consumação da troca se dá por meio de oferecimento de presentes aos hóspedes, como instrui Ulisses a um monstro: “Zeus é o vingador dos suplicantes e dos hóspedes, é o deus da hospitalidade, que acompanha os estrangeiros e quer que os respeitem.”<sup>151</sup>. Sem qualquer receio, porém, os ciclopes afirmam sua ausência de reverência aos deuses, expressa por meio da recepção hostil ao estrangeiro, do desrespeito às regras mínimas de hospitalidade e do não reconhecimento do *xenos* como um amigo com quem se estabelecem relações de troca. Os desembarques relatados por Ulisses requerem sempre, portanto, o procedimento cauteloso de assuntar se se trata de lugar cujos seres são violentos (*hybristai*) ou hospitaleiros (*philoixeinoi*).

O realismo homérico, cuja perfeição narrativa é destacada por Auerbach ao acentuar o detalhe da cicatriz percebida por Ulisses em sua ama quando de sua volta a casa em Ítaca<sup>152</sup>, não deixa de apresentar, em várias oportunidades, a associação entre o temor aos deuses e o respeito pelo estrangeiro como pré-requisitos para definição da humanidade. O ser humano é aquele que tem a capacidade de entrar em comunicação com o outro, com aquele que vem de fora, com aquele que aparenta uma estranheza radical, o que encerra sempre uma relação ambígua com a alteridade, conforme acentua Gagnebin. Ela recorre, para isto, ao étimo latino descrito por um linguísta de origem francesa: “De acordo com Benveniste, o *xenos* corresponde ao futuro radical latim de *hostis*, que dará tanto a palavra *hospes*, hóspede, amigo, como também *hóstis*, inimigo, marcando bem a ambigüidade dessa relação que pode ser o início de

<sup>151</sup> Cf. GAGNEBIN, J. M. *op. cit.*, p. 111.

<sup>152</sup> Cf. AUERBACH, E. “A cicatriz de Ulisses”. In: *Mimesis* — a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2001. Vale dizer que a obra *Mimesis*, de 1946, fora escrita por Auerbach, autor de origem judia, em seu exílio na Turquia. Cf. GUMBRECH, H. U. “Pathos da travessia terrena: o cotidiano de Erich Auerbach”. In: SALOMÃO, J. (Org.). **Quinto colóquio UERJ**: Erich Auerbach. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

uma aliança duradoura ou, então, de uma guerra.”<sup>153</sup>. O autor citado faz alusão por seu turno ao *Essai sur le don* de Marcel Mauss, que descreve, por sobre a aparente gratuidade e espontaneidade dos presentes, a codificação da troca em um sistema de recíprocas obrigações de dar e receber, manifestações obrigatórias dos sentimentos.

A narração dos lugares da Odisséia em que Ulisses foi bem recebido faz a filósofa se deter na análise da maneira específica pela qual o personagem retribuía os presentes ofertados por seus anfitriões, durante os banquetes seguidos aos rituais de sacrifício. Aos belos presentes correspondiam belas histórias, que se valiam da narração em ritmo envolvente e em uma sucessão de aventuras na viagem ao Reino dos Mortos. Elas revelavam o personagem principal não apenas como um contador de casos, inventados ou vividos, mas como um aedo completo, mestre conhecedor das regras de estilo, da mnemotécnica e das conveniências do vocabulário. A autora frisa por fim a íntima ligação entre o herói Ulisses, cuja experiência deriva da superação de várias provas, e o narrador Ulisses, cuja sabedoria consiste não somente em saber viajar, mas em saber relatar as suas viagens. Contar histórias seria o belo presente do viajante a seus anfitriões, uma recompensa aos inúmeros desvios de rota pelas ilhas do mito e da ficção, permitindo-lhe um honroso regresso a Ítaca. Assim, a importância do canto poético é equivalente à grandiosidade do feito do herói.

Seguindo as lições de Vernant, a autora finaliza o ensaio com a observação de que a jornada de Ulisses representa o reconhecimento, na cultura grega, da mortalidade como condição humana fundamental. Por serem mortais, caberia aos vivos manter sempre viva a chama da lembrança e das ações gloriosas dos mortos.

Assim, após uma rápida incursão ao significado da vida e da aventura na filosofia simmeliana da modernidade; após uma abordagem resumida da aventura e da arte narrativa de Benjamin no tocante à era pré-capitalista; e após breves considerações sobre o caráter heróico da humanidade no alvorecer da poesia épica antiga — com a associação entre a hospitalidade e a arte de contar histórias —, poder-se-ia avançar a discussão com a análise do conceito de

---

<sup>153</sup> Cf. GAGNEBIN, J. M. **op. cit.**, p. 114.

viagem no período moderno, momento que assinala uma mudança radical face à herança cristã-medieval.

A mudança compreende a passagem da viagem sob a égide da peregrinação cristã e dos seus modelos de cruzada — agostiniana, paulina ou franciscana<sup>154</sup> — para a viagem regida pelo espírito da exploração científica, pelo prisma do “desvelamento do indivíduo”, pelo reconhecimento da subjetividade e da alteridade no Ocidente. Longe de ser uma demarcação clara e rígida, haja vista a imaginação dos navegantes modernos, absorta na leitura dos diários fantasiosos dos cronistas medievais desde a Alta Idade Média, como comprovam as influências do *Livro das Maravilhas*, de Marco Pólo, sobre o genovês Colombo e da *Viagem de Ultramar*, de John Mandeville, sobre o português Vasco da Gama, uma ruptura crucial na mentalidade do missionário e do conquistador vai ocorrer entre o final do século XV e o início do século XVI<sup>155</sup>.

A esse propósito, o filósofo Gerd Bornheim dedicou um instigante ensaio intitulado *A descoberta do homem e do mundo*<sup>156</sup>, onde analisa toda a latitude do conceito de descobrimento na história ocidental, tendo como ponto de partida a diferença entre o que considera a concepção de viagem na era moderna e na era pré-moderna. Cumpre dizer que, embora omitido pelo autor, o título do texto é extraído de um capítulo do livro do historiador suíço Jacob Burckhardt, professor e amigo de Nietzsche na Basileia durante a década de 1860. O livro clássico chama-se *A cultura do Renascimento na Itália*<sup>157</sup>, que trata, grosso modo, das especificidades histórico-culturais da emergência das cidades-Estado naquele ponto singular do mediterrâneo, onde floresceram as repúblicas de Veneza, Florença e Milão, fornecedoras de um novo ideal de homem para a Europa.

<sup>154</sup> Cf. COSTA, M. T. da. **Caminhando rumo ao céu** – viagens na vida e vida como viagem: peregrinações de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura / PUC - Rio, 1997.

<sup>155</sup> Cf. TODOROV, T. “Viajantes e indígenas”. In: GARIN, E. (Org.). **O homem renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 231 e 232. Cf. Id. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, vol. 1. Cf. ainda HOLANDA, S. B. de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>156</sup> Cf. BORNHEIM, G. “A descoberta do homem e do mundo”. In: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>157</sup> Cf. BURKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália**. Apresentação de Peter Burke. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Em certa passagem da obra, Burkhardt aborda a figura do cosmopolita como a do indivíduo exilado, protótipo do desterrado que, por força das circunstâncias de ordem política, é obrigado a migrar e a se adaptar em outros lugares e entre outras gentes, tal qual o exemplo emblemático, já no século XIV, do poeta toscano Dante Alighieri. Banido de sua terra natal por partidários dos guelfos, partido inimigo, o guibelino segue o rumo da cidade de Florença, onde decanta na *Divina comédia* as peripécias de seu próprio exílio, que o faz vaguear pelo Inferno, pelo Purgatório e pelo Paraíso, com a invocação e a companhia de sua fonte latina de inspiração, Virgílio<sup>158</sup>. Em outra passagem, o historiador suíço refere-se a um outro extremo da experiência da viagem. As navegações de Américo Vespúcio, um outro protótipo do *hommo viator*, expressam a retomada do ideal clássico de ser humano, cuja viagem não se destina ao enriquecimento nem à sanha argentária, mas à conquista da glória do próprio nome, à maneira dos homens da Antiguidade greco-romana. Como observa Burkhardt, o navegador veneziano logra seu intento de imortalidade gloriosa, apressando-se em batizar um imenso continente com sua própria alcunha, pouco depois da repercussão da obra *Mundus novus* na Europa.

Gerd Bornheim, por sua vez, se concentra no exame do impacto na Europa dos feitos dos grandes descobrimentos e, sobretudo, na transformação do sentido ontológico da viagem nos tempos modernos, com base na experiência das navegações ultramarinas do século XVI. Se no período medieval o ato de viajar era norteado sob a égide cristã da busca do mesmo e do igual, previamente conhecido na *via crucis* ascendente e purificadora do fiel peregrino, na era moderna o navegador europeu passa a cultivar as maravilhas e os espantos da descoberta do *outro*. Inaugura-se então na história moderna do Ocidente o estatuto ontológico da alteridade, que se estenderia até o período contemporâneo. O contraste entre a parte singular de uma cultura com uma totalidade mais abrangente acentua o sentido de pertencimento a uma unidade com dimensões jamais vistas, com proporções jamais imaginadas. A nova universalidade coloca em jogo as relações entre identidade e diferença, entre o eu e o outro, entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, entre a cultura ocidental e

---

<sup>158</sup> Cf. AUERBACH, E. “Farinata e Cavalcante”. In: **op. cit.**.

a cultura não-ocidental, sendo a viagem o modo pelo qual o homem moderno experimenta a curiosidade e o fascínio da alteridade.

Se, por um lado, a antropologia científica ultrapassou a miríade de exotismos — diluída no canibal de Montaigne, retemperada no bom-selvagem de Rousseau, sempre acionada nas expedições de viajantes como os calvinistas franceses Jean de Lery, André Thevet, Auguste de Saint-Hilaire ou como os bávaros alemães Hans Staden, Spix e Martius, Alexandre Von Humboldt —, por outro, essa mesma antropologia ficou atrelada durante muito tempo ao viés etnocêntrico do racionalismo de Gobineau, do evolucionismo de Darwin ou do primitivismo mágico de Lucien Lévy-Bruhl<sup>159</sup>. Talvez em virtude disso, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, no pórtico de *Tristes trópicos*, espécie de longo relato de memórias de sua expedição ao Brasil central durante a década de 1930, quando acompanha com pesar a desintegração de sociedades indígenas como os Caduveo e os Tupi-Kawahib, os Bororo e os Nambikwara, expressa na primeira linha de sua primeira frase a irada sentença: “Odeio as viagens e os exploradores.”<sup>160</sup>

De toda forma, os primeiros bosquejos da disciplina na segunda metade do século XIX, em sua busca por uma alteridade radical, constituíram um auspicioso indicativo do embrionário reconhecimento desse conjunto de diferenças que se opõem entre os julgamentos universais e os relativos, dessa pluralidade de povos que faz repensar a unidade e a indivisibilidade humana, desse jogo de relatividades que se compõem e se decompõem em identidades culturais particulares. Ainda de acordo com os *insights* e com as observações espirituosas de Gerd Bornheim, em decorrência da magnitude do processo dos grandes descobrimentos na história do Ocidente, o navegador moderno encontraria sua culminância numa caricatura do século XX. Esta apresentaria, como corolário do modelo de navegante moderno, duas figuras a um só tempo emblemáticas e caricatas da contemporaneidade: o turista e o astronauta.

As digressões em torno da diferença semântica entre a viagem pré-moderna e a viagem moderna e suas respectivas concepções temporais e

<sup>159</sup> Cf. GOLDMAN, M. **Razão e diferença**: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl. Rio de Janeiro: Grypho, 1994.

<sup>160</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 11.

espaciais salientam os traços religiosos de devoção que até então integravam o espírito cristão. Uma vida votiva e fiel saltava à vista quando se abordava o tema das cruzadas evangelizadoras de conversão do *outro* — o pagão sem fé, sem lei nem rei — ao *mesmo*, ao igual, ao filho de Deus. As experiências de viagem cristã estavam atreladas, de certa maneira com mais propriedade, à vivência coletiva que buscava não a alteridade, mas o encontro do igual em suas mais diversas rotas de peregrinação pela terra, através das romarias e das caravanas. À tarefa de fundo altruístico que norteia a ação desses peregrinos, associavam-se viagens e narrativas cujos princípios eram a busca do ordinário, não do extraordinário, a busca do mesmo, não do diferente, como acontecia na aventura e nos atos de heroísmo. Ir ao encontro do já conhecido, reencontrar o já esperado, eram pois incumbências das missões cristãs. Deste processo, é claro, não se excluem o sofrimento e a abdição. A *ideologia missionária* do sofrimento, nessa perspectiva, estava relacionada também à idéia militante de combate cristão.

Esse ponto é definido nos seguintes termos pelo antropólogo Luís Felipe Baeta Neves, em sua interpretação dos sermões do padre Antônio Vieira:

“Como os sofrimentos podem ser bons sofrimentos e a morte pode ser boa morte, está franqueada uma *ideologia missionária destemida*, combativa, que sabe que o que importa é a fiel perseguição de bons fins porque são estes os seus próprios juízes derradeiros.”<sup>161</sup>

As reflexões do antropólogo neerlandês Johannes Fabian também vão ao encontro das idéias de Gerd Bornheim. O livro *Time and the Other: how anthropology makes its objects*<sup>162</sup> estabelece uma cadeia de oposições entre identidade e alteridade, entre origem e destino, entre experiência religiosa e experiência científica de viagem. O antropólogo amplia o horizonte da discussão, contrapondo as peregrinações, as cruzadas e as missões cristãs à viagem filosófica dos iluministas e ao processo de secularização do Tempo

<sup>161</sup> Cf. NEVES, L. F. B. “Palavra, mito e história no sermão dos sermões do padre Antônio Vieira”. In: RIEDEL, D. C. (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1988, p. 183.

<sup>162</sup> Cf. FABIAN, J. *Time and the Other: how anthropology makes its objects*. New York: Columbia University, 1983, p. 6.

instaurada pela burguesia do século XVIII. Os *philosophes* do Iluminismo questionam a plenitude temporal outrora absoluta e, em seu lugar, preenchem o vazio deixado com uma tripartição cronológica em que se abre passado, presente e futuro<sup>163</sup>. À luz do cristianismo, a viagem é vista como uma expansão contínua da evangelização, uma escalada incessante de incorporação dos infiéis às primícias do tempo e do espaço litúrgicos, desde sempre conhecidos pelo missionário. Já sob a ótica burguesa, a viagem é o meio de expansão dos sentidos através da ampliação de experiências e de percepções sensoriais na vida terrena. Elas possibilitam o encontro de um *outro* tempo e de um *outro* espaço, algo radicalmente novo na sua história. Os rudimentos de uma relatividade histórica, geográfica e, por conseguinte, cultural, estão aí presentes.

Enquanto o antropólogo Johannes Fabian contrapõe a perspectiva religiosa da viagem à perspectiva científica, a historiadora Melissa Calaresu faz um outro oportuno contraponto em seu ensaio *Looking for Virgil's tomb: the end of the Grand Tour and the cosmopolitan ideal in Europe*<sup>164</sup>. Tendo como fonte de pesquisa uma série de guias de viagem que proliferaram no mundo europeu do Setecentos, junto à fermentação de uma rede de edições, de tipografias e de livros, muitos deles clandestinos e à margem do circuito oficial, conforme desvendara Darnton em *O Iluminismo como negócio*, a historiadora estabelece alguns matizes para a distinção da idéia de viagem na Europa. Grosso modo, ela parte das nuances entre um *ethos* aristocrático de viagem e um outro que se poderia chamar de burguês. O *Grand Tour* é o modelo de viagem que deriva de uma prática ilustrada, institucionalizado em diversas cortes europeias, com vistas à educação e à formação cultural dos filhos das elites. Ele é implementado com a finalidade de alargar os horizontes dos jovens aristocratas através de visitas a lugares considerados centrais da cultura europeia, tal como Nápoles, onde se encontrava o túmulo do poeta Virgílio.

Em paralelo ao crescimento do interesse pelas viagens, desenvolve-se um sistema codificado de orientação para as atividades turísticas, os *guidebooks*,

<sup>163</sup> Cf. FALCON, J. F. C. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 2004.

<sup>164</sup> Cf. CALARESU, M. "Looking for Virgil's tomb: the end of the Grand Tour and the cosmopolitan ideal in Europe". In: ELSNER, J.; RUBIÉS, J.-P. (Orgs.). **Voyages and visions: towards a cultural history of travel**. New York: Reaktion Books, s.d.



tais como o *Historical and critical description of Italy*, de 1766, assinado por Jerome Richard, e o *Voyage of a Frenchman in Italy*, de 1769, escrito por Joseph-Jérôme de Lalande, membro da Academia de Ciências francesa. Os livros continham referências acerca dos lugares mais aprazíveis, das melhores rotas, dos mais belos sítios e das conveniências mais importantes para o périplo. O registro das viagens era feito pelos próprios peregrinos por meio do hábito de escrever cartas e diários no decorrer do traslado, facultando a membros da juventude inglesa, francesa e alemã a passagem de temporadas de inverno em Roma, em Nápoles ou na Sicília. As capitais do mundo antigo eram as preferidas dos guias de viagem, acompanhados de mapas e de ilustrações a fim de orientar o *grand tourist*. Impregnado por essas leituras, o viajante ia ao encontro do que lia nos livros, preparando-se para contemplar a paisagem natural e os monumentos da arquitetura clássica, seja o Vesúvio sejam as colunas de Pompéia.

O modelo do *Grand Tour* surge ainda na Renascença, quando se desenvolve o gosto pela leitura dos textos gregos e latinos, com a disseminação de livros gerada também pelo advento da imprensa, que extrapola o círculo de autores avalizados pela escolástica. Esse momento passa a preconizar também as peregrinações, não mais a locais onde jaziam tumbas de pontífices, santos ou quaisquer representantes da hagiografia cristã, mas a esses centros de referência da sensibilidade humanística da Europa, como as cidades que celebravam as grandes obras humanas e a memória dos grandes poetas, dentre os quais o já citado Dante. O século XVIII, com o Iluminismo e com os seus déspotas esclarecidos, impulsiona ainda mais esse tipo de viagem, a tal ponto que ele transforma o próprio sentido inicial conferido pela aristocracia e passa a abranger os valores do cosmopolitismo ilustrado da época, estendendo-se à *Bildung* dos românticos, como Goethe em sua *Viagem à Itália*.

A transformação ocorre não apenas em razão do desenvolvimento das vias de acesso, da facilitação dos meios de locomoção, da multiplicação de guias de viagem e da diminuição das fronteiras nacionais, ainda bem demarcadas pelos limites das fortificações feudais durante o Renascimento. A mudança ganha impulso de igual maneira graças a alguns princípios iluministas

que começam a ser implementados, tais como a busca da tolerância perante o outro, a ampliação dos hábitos cortesês e a diluição do provincianismo.

Mas os roteiros fixados nos guias ocasionavam também tensões para a definição de um sentido iluminista das viagens. Algumas antigas certezas morais ainda condicionavam os juízos de valor e as visões de mundo cosmopolitas. As teorias já consolidadas eram postas à prova, com as observações feitas pelos viajantes nesses deslocamentos territoriais. A exacerbação das diferenças vinha estampada nos próprios estereótipos presentes nos guias de viagem e em muitas representações feitas acerca do sul da Europa, em especial a imagem dos italianos. Em vários relatos partilhava-se a crença de que o caráter de uma cultura derivava de determinismos climáticos. A relação entre as variações do meio geográfico e as inclinações raciais era vista como decisiva para a avaliação da essência e do temperamento de uma comunidade. Por isto, muitos apontamentos de viagem reforçavam os estereótipos já existentes sobre os povos mediterrâneos, em particular os napolitanos: indolentes, inconstantes, desocupados, ignorantes. Na ótica dos viajantes, Nápoles, a terceira maior cidade da época, atrás apenas de Londres e Paris, tinha uma população composta por uma multidão de pobres, por uma massa de indigentes, por uma “escória” de lazarentos.

A relação triangular entre clima, têmpera e povo, presente já em antigos como Hipócrates, era popularizada na época pela obra de Montesquieu, *O espírito das leis* (1748), que justificava as diferenças nacionais através de distinções relativas a questões de ordem climática. Assim, os povos que habitavam as regiões frias e temperadas do norte da Europa eram industriais e ordeiros, enquanto os das regiões quentes do sul do continente eram caóticos e passionais. Norteado por critérios aristotélicos de fisiologia-moral, os viajantes faziam um observações de cunho “etnográfico” sobre as características das cidades da Europa meridional — todas, em última instância, condicionadas pelo clima —, com ênfase nos contrastes que saltavam à vista entre o modo de vida da maioria da população miserável e o da pequena elite local. À indolência dos pobres correspondia a indiferença dos ricos, com seus requintes de distinção nas óperas e nos teatros.

Nesse sentido, Calaresu mostra os embaraços dos intelectuais de Nápoles do século XVIII. Divididos entre a identidade napolitana e o desejo de ser cosmopolita, igualando-se aos visitantes cultos da cidade, tinham de conviver com a pobreza, a indigência e o provincianismo ao seu redor. Essa autoconsciência leva-os a refletir sobre a urgência de reformas políticas, a fim de melhorar a imagem do reinado frente aos estrangeiros vindos do norte da Europa. Através de viagens, esses intelectuais buscavam inspiração nos modelos de reforma política implementada no restante da Europa, como as realizadas por Maria Teresa d'Áustria. Por outro lado, os intelectuais napolitanos nutriam um sentimento insurgente face aos relatos dos viajantes e não se contentavam em acatar as representações dos guias de viagem franceses e ingleses. A tradução de obras e a discussão de seu conteúdo faziam estes europeus da periferia manifestar também sua discordância e sua indignação face àqueles que pretendiam estigmatizá-los. Eles contestavam para isto o estereótipo de Nápoles como uma cidade bárbara, não civilizada, espécie de *outro* orientalizado no interior da Europa. Imagem e auto-imagem entravam em jogo assim nesse processo de discussão especular sobre a identidade daquela região.

O mérito de Calaresu em seu artigo consistiu na ênfase não apenas no olhar forasteiro sobre a Itália, mas no olhar interno de seus intelectuais, representantes de um iluminismo excêntrico que queria ao mesmo tempo se ajustar e se diferenciar do iluminismo parisiense e londrino. A discussão tinha por base a postura cosmopolita de seus membros, eles próprios viajantes, representantes da Academia Real de Nápoles, que iam a Londres e eram capazes de elaborar respostas fundamentadas aos estereótipos veiculados nos guias de viagem acerca da sua terra.

Era o caso de Michele Torcia, que depois de passar alguns anos na capital inglesa, escreveu o livro *Appendix containing a brief defense of our nation against the accusation of several foreign writers*. O mesmo sucedia com Pietro-Napoli Signorelli, autor de *Culture of the two Sicilies*, após passar uma temporada em Madri e de traduzir textos de Voltaire para o italiano. Já o escritor Carlo Vespasiano retrucava as críticas acerca da indolência italiana como fruto do clima de Nápoles, considerando a arrogância intolerante dos

viajantes franceses. Galanti, um outro ilustrado napolitano, autor de *New historical and geographical descriptions of the two Siciles*, empenhava-se em mostrar as falhas, as incoerências e os lugares-comuns não apenas dos *guidebooks* como também dos verbetes da própria *Encyclopédie*, além de acusar Montesquieu de plagiar trechos da *Ciência nova*, do italiano Giambattista Vico.

As dificuldades, pois, de implementação do ideal cosmopolita do Renascimento e do Iluminismo eram evidenciadas em situações concretas no encontro entre povos com histórias distintas. A viagem mostrava quão difícil era a viabilização desse projeto de tolerância universal e de respeito às diferenças. A “paz perpétua” acalentada por Kant parecia esbarrar nesses pequenos incidentes, nessas diminutas diatribes, nesses desentendimentos menores de comunicação, que geravam desconfianças, estigmas e em muitos casos ressentimentos mútuos. A experiência dos deslocamentos tornava perceptíveis os critérios dos viajantes para a representação do *outro*, ora elegendo determinados aspectos em detrimento de outros, ora tomando a parte pelo todo, ora realçando apenas os estereótipos negativos de uma mesma coletividade.

Essa questão sempre delicada e problemática teria continuidade ao longo dos séculos subsequentes, mesmo com a superação das teorias deterministas e fisiológico-climáticas. No que diz respeito ao período pós-Iluminista, a temática da alteridade voltaria a receber atenção, dessa vez por parte de um estudioso de origem palestina, Edward Said, em livro intitulado *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Publicada no final dos anos 70, a pesquisa realizada na Universidade de Stanford, Califórnia, se propunha a analisar a maneira pela qual se formou a representação de um grande *outro* no mundo ocidental, localizado vagamente no hemisfério situado ao leste do globo. Essa representação funcionou sobretudo como fonte legitimadora para o discurso colonialista da França e da Inglaterra, vigente tanto na Ásia quanto na África. A respeito deste último continente, o exemplo mais pungente era a obra literária de Joseph Conrad, *Heart of darkness*, com os relatos ficcionais deste escritor inglês acerca das situações-limite de experimentação da alteridade,

obra que iria marcar inclusive o estilo, a narrativa e o trabalho de campo do antropólogo polonês Malinowski<sup>165</sup>.

Apoiado em uma série de outros escritores, de outras narrativas e de outros fatos, Said concentrava-se nos empreendimentos coloniais e imperiais franceses e ingleses durante o período que ia do final do século XVIII, com a invasão napoleônica do Egito, atravessava o século XIX, com os apontamentos do ministro vitoriano Disraeli, e se estendia até a contemporaneidade, após a Segunda Guerra mundial, quando os norte-americanos passaram a dominar com mais força a região. Said mostra, amparado na noção de *discurso* de Foucault e de *hegemonia* de Gramsci, de que modo esse longo processo de construção de uma imagem do Oriente — verdadeiro jogo de olhares a que se consagrou também o estudioso norte-americano Richard Morse em *O espelho de Próspero*, abordagem das relações especulares entre a América do Norte e a América Latina<sup>166</sup> — passava ante de mais nada pela própria definição contrastiva com a identidade ocidental. O *nós* europeu se definia em oposição com o *eles* não-europeu, dizendo muito mais sobre o primeiro do que sobre o segundo.

O contraponto básico para isto era a superioridade da Europa frente à inferioridade constitutiva do oriental. Graças a esse dispositivo retórico, o *orientalismo* era pensado como um fato político, uma dominação cultural, “um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo Oriente na experiência ocidental européia.”<sup>167</sup>. A aparente homogeneidade daquele espaço ante os olhos europeus se esfacelava em uma disparidade de áreas geográficas – o Oriente Próximo, o Extremo Oriente, a Índia, etc. –, em uma complexidade de matrizes civilizatórias — árabes, hindus, chineses, japoneses — e em uma variedade de discursos históricos – os textos bíblicos e islâmicos, os relatos do comércio das especiarias, os diários de viajantes, as atas burocráticas da administração colonial, as seitas, a filosofia e a sabedoria da tradição oriental recontadas pelos europeus, entre outros.

<sup>165</sup> Cf. LIMA, L. C. **O redemunho do horror**: as margens do Ocidente. São Paulo: Planeta, 2003. Sobre a relação entre Conrad e Malinowski, ver James Clifford. Cf. CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

<sup>166</sup> Cf. MORSE, R. M. **O espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. Apresentação de Antônio Cândido. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>167</sup> Cf. SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13.

A ênfase no Oriente como um constructo da imaginação ocidental, como uma fronteira estabelecida pelo Ocidente, a partir de um campo de estudos eruditos que se formou nas universidades da Europa desde o século XIV — Oxford, Paris, Bolonha, Avinhon —, não nega a existência de uma realidade concreta, palpável, nem a efetiva correspondência entre a idéia e o real, entre a teoria e a prática, entre a cultura e a política, entre a ação e a representação. Said queria mostrar o papel desempenhado pelas idéias filosóficas e literárias, pelos livros e pelas instituições orientalistas nesse processo, pondo à mostra quem era o emissor daquele discurso, quem era o responsável por aquela elaboração, o que sugeria na epígrafe do livro com a passagem extraída de Marx em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*: “não podem representar a si mesmos; devem ser representados”. Articulado história, sociedade e textualidade, Said afirmava que o conjunto de textos dos orientalistas modernos formava uma base de análise para o entendimento daquela representação uniforme. Inspirado ainda na sociologia da cultura de Raymond Williams, Said sustentava a premissa de que Chateaubriand, Renan, Flaubert, entre outros, eram autores cujas obras individuais e cujos horizontes imaginativos se situavam no interior das circunstâncias históricas forjadas pela tradição dos três grandes impérios: o britânico, o francês e o americano.

A exposição feita acima permite a identificação de macro-questões, com alcance antropológico, histórico e sociológico. Elas constituem pontos-chaves para a circunscrição de um debate que pode ser estendido aos significados assumidos pela prática e pela representação dos esportes no século XX. Os ângulos até agora trabalhados podem ser resumidos em três: a experiência da viagem; a sua dimensão narrativa; e a questão da alteridade associada à tolerância.

A análise da história do futebol profissional permite observar como, à sua maneira, o universo esportivo reflete, incorpora e vivencia esses aspectos presentes na história da sociedade ocidental. Concebido em termos aristocráticos e burgueses, o futebol se desenvolveu e se popularizou como uma rede autônoma de associações desportivas, como um sistema auto-referenciado de ligas, federações e confederações, em princípio formadas apenas por grêmios e por clubes sociais distintos na segunda metade do século XIX. O desenvolvimento dessa modalidade de competição levou à ampliação da escala

de confrontos, tornando o futebol um espetáculo articulado à sua difusão pelos meios de comunicação de massa. Seu evento mais popular e magnânimo é a Copa do Mundo, epifenômeno da integração política, econômica e cultural no século XX, torneio que reúne os selecionados nacionais representantes, por sua vez, da diversidade de países do globo.

O ideal olímpico do futebol tem sua perfeição simbólica expressa na forma de um círculo, de uma esfera, cuja materialidade pode ser a bola ou a taça, ícones da esfericidade da Terra. Seu discurso se sustenta portanto na invenção de formas competitivas e de formas meritocráticas de superação e de auto-superação humanas, obtidas através de um sistema abstrato de pontuação, proporcionando sucessivos desafios que põem frente a frente homens, equipes e povos distintos. A instituição de campeonatos em escala local, nacional e internacional pôs em pauta a conquista de títulos como expressão da superioridade de uma nação sobre a outra. Em decorrência disto, a definição do espaço, do domínio territorial, do lugar de realização desses embates, se tornou decisiva. A composição de arenas não-neutras, expressão formal, geométrica e arquitetônica da magnitude nacional, determinou não só os deslocamentos espaciais como também a necessidade de excursões dos times ao estrangeiro, constituindo delegações e “embaixadas”.

A criação de campeonatos internacionais resultou em um sistema dotado de circularidade. Ele compreende partidas de ida e de volta, chaves com turno e com retorno. As alternâncias de sentido, com jogos realizados “em casa” e com jogos realizados “fora de casa”, implicam na pressuposição de uma específica metáfora espacial. O jogo “em casa” traz em seu bojo a imagem da residência e do lar, que desempenha na economia psíquica do jogo um lugar de centralidade, espécie de habitat natural, morada de um time, enquanto o jogo “na casa do adversário” associa-se à imagem do estrangeiro, do distante, do estranho. Ambas as imagens constituem no futebol, para utilizar as palavras de Bachelard, uma *poética do espaço*, responsável por construir e por acionar a imaginação em torno de uma interioridade e de uma exterioridade, de um dentro e de um fora, de um familiar e de um estranho, de um *nós* e de um *eles*.

O cosmopolitismo e o provincianismo não tardariam a aparecer como pólos constitutivos da dinâmica futebolística, com as obrigações recíprocas de receber e de ser recebido, com as regras de hospitalidade e de cordialidade. Ao

lado dos domínios da reciprocidade hospitaleira, constituída por visitantes e anfitriões, o significado do deslocamento territorial assinala um aspecto importante da vivência dessa alteridade. Ela abrange o contato com um *outro* em termos espacial, temporal e antropológico. Em tal processo, um fenômeno novo se somou à vida esportiva: os relatos e as histórias de viagem, referentes não só aos jogos “fora de casa” como às circunstâncias da recepção. Conforme sugere Simoni Guedes, seguindo autores como Lévi-Strauss e Benedict Anderson, esses relatos transformaram o esporte em um dos significantes mais eloqüentes da identidade: “...é característica inerente ao futebol a transformação dos inúmeros eventos que produz em eventos narrativos, cujo sentido nunca está dado. O processo semântico desencadeado pelo jogo constrói-se em um campo de debates no qual diversas posições se confrontam.”<sup>168</sup>

Se o surgimento de uma imprensa esportiva especializada é correlato à conversão do futebol em espetáculo de massas, como demonstra Leite Lopes, então não é difícil saber a quem coube a primazia na constituição dessas narrativas e desse campo de representações. A divisão social do trabalho no futebol profissional atribuiu desde cedo aos jornalistas na tarefa de imprimir uma narratividade a esses eventos. Como correspondentes e enviados especiais, os repórteres esportivos dos meios de comunicação de massa, junto a um complexo formado por fotógrafos e por demais assistentes técnicos, receberam a incumbência de informar o público seguidor de um clube ou de uma seleção sobre os acontecimentos de uma partida de futebol. As fotos das primeiras décadas do início do século XX mostram as imensas aglomerações humanas em frente às sedes dos jornais a fim de obter informações através dos telegramas que chegavam às redações sobre as partidas de times nacionais no estrangeiro. O papel, desempenhado de início pela equipe dos jornais, passaria em seguida às estações de rádio e por último às emissoras de televisão.

A apreciação geral da variada gama de narrativas permite a observação de uma oscilação estrutural entre os cronistas no crivo de suas reportagens esportivas. Por um lado, eles cumprem as prerrogativas morais de seu ofício na elocução e na narração do futebol, obedecendo a pelo menos quatro preceitos

---

<sup>168</sup> Cf. GUEDES, S. “De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade na Argentina e no Brasil”. In: GUEDES, S.; GESTALDO, E. (Orgs.). **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. Niterói: Intertexto, 2006, p. 128.



fundamentais: a imparcialidade; a afirmação do espírito olímpico; o discurso cosmopolita da comunhão amistosa entre os povos, fórmula retórica do respeito às diferenças nacionais; e a idéia da honra ao mérito traduzida no amadorismo dileitante do *fair play*. Por outro lado, a exacerbação do desejo de vitória, apanágio da afirmação nacionalista, levou à adoção de uma posição de parcialidade incorporada na prática por muitos jornalistas, desviando-os da mera função descritiva e aproximando-os da função judicativa. A mítica da neutralidade cai por terra e o “instinto de nacionalidade” dos jornalistas passa a sobressair. Seu papel se confunde então com o dos jogadores em campo e com o dos torcedores nas arquibancadas. O espírito provinciano mostrou-se poroso entre os comentaristas esportivos e fez com que as equipes adversárias fossem muitas vezes denegridas, as rixas, várias vezes justificadas e as rivalidades, com freqüência emuladas.

O material relativo a essa tensão constitutiva do discurso dos especialistas esportivos — ora paladinos da ética esportiva ora porta-vozes do ufanismo — é amplo e de difícil mensuração. Se nos ativermos à história do futebol no Brasil, vamos encontrar exemplos de atritos nos mais variados períodos e nas mais diversas situações. Eles podem ser verificados em diversas escalas de confrontos que envolvem relações vicinais: o bairrismo dos *derbys* locais, como os jogos entre Flamengo e Fluminense; o regionalismo dos selecionados dos estados, como as antigas disputas entre cariocas e paulistas; ou o nacionalismo de países vizinhos, como as partidas entre as seleções brasileiras e argentinas. A respeito deste último, a construção de estereótipos acerca dos dois países pode ser encontrada nas partidas válidas pelo campeonato sul-americano desde os idos da década de 1910. Os arroubos bairristas de ambas as partes da imprensa, a brasileira e a platina, já se verificavam à época, com o afloramento do “narcisismo das pequenas diferenças”, que seria ampliado e consolidado no decorrer do século. O relato dos distúrbios protagonizados por jogadores e por torcedores dos dois países é cristalizado nas versões dos cronistas, em suas apreciações dos acontecimentos. Assim, a rivalidade é tanto reportada quanto cultivada como um ingrediente atrativo pela própria imprensa esportiva.

O sociólogo Ronaldo Helal vem se dedicando nos últimos anos à análise da construção de tipificações sociais associadas a estilos nacionais de praticar o

futebol, com base na leitura de documentos extraídos dos meios de comunicação de massa. Em seu projeto de pós-doutorado, “Futebol, mídia e nação: as narrativas sobre a seleção brasileira de futebol na imprensa argentina”, realizado na Universidade de Buenos Aires, procurou captar por meio de estudos comparativos a tensa relação de alteridade entre Brasil e Argentina a partir justamente dos veículos midiáticos esportivos. Estes se afiguram centrais na elaboração da identidade de ambos os selecionados na contemporaneidade.

No artigo “Jogo bonito versus fútbol criollo: imprensa e ‘olhar’ argentino sobre nosso futebol”<sup>169</sup>, o pesquisador trata em específico das mutações da imagem do selecionado brasileiro nos periódicos portenhos, com o recorte do período que vai da Copa de 1970 à Copa de 2002, valendo-se de diários como *El Clarín*, *El Gráfico*, *La Nación* e *Olé*. Eivados de essencialismo homogeneizador, os atributos imputados aos brasileiros iam do fascínio pelo futebol-arte da seleção brasileira tricampeã no México, quintessência da individualidade, da beleza e da malandragem, à provocação e ao deboches feitos à campanha dos brasileiros no campeonato mundial de 2002, adotado por linhas editoriais de jornais de corte sensacionalista como *Olé*. Apesar da rivalidade contemporânea, o discurso da imprensa revelaria a ambigüidade de uma dependência recíproca entre brasileiros e argentinos, força-motriz de toda e qualquer sociabilidade, conforme pontuava de há muito Simmel, em que se mesclam sentimentos como admiração e inveja, repulsa e atração, amor e ódio.

Esses sentimentos ambíguos nada têm, entretanto, de exclusivos e hodiernos. A antiga tensão pode ser remontada à eclosão da modernidade no início do século XX, quando o discurso esportivo correlacionou a questão nacional à questão racial, através de um conjunto de pressupostos sobre a eugenia, a mestiçagem e a formação étnica dos povos latinos transplantados para a América. O orgulho nacional seria o sentimento mais forte a extravasar, por exemplo, quando da visita do selecionado argentino ao Rio de Janeiro em 1908, para uma série de três partidas amistosas<sup>170</sup>. Já a polêmica em torno da

<sup>169</sup> Cf. HELAL, R. “Jogo bonito versus fútbol criollo: imprensa e ‘olhar’ argentino sobre nosso futebol”. In: GUEDES, S.; GESTALDO, E. (Orgs.). **Nações em campo**: Copa do Mundo e identidade nacional. Niterói: Intertexto, 2006.

<sup>170</sup> Cf. PEREIRA, L. A. de M. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 103.

questão racial apareceria na terceira edição do Campeonato Sul-Americano, realizado em 1920 no Chile. A passagem da delegação brasileira por Buenos Aires fez um vespertino argentino referir-se aos brasileiros como *macaquitos*<sup>171</sup>, o que despertou reações de indignação da imprensa brasileira, com o estremecimento inclusive das relações diplomáticas entre os dois países. O episódio teria conseqüências no gramado, seguido de brigas entre os jogadores, e na arquibancada, com bandeiras brasileiras queimadas. Na época, os incidentes levariam um escritor como Lima Barreto a fundar a “Liga contra o Football”, insurgindo-se contra uma prática que a seus olhos embrutecia o intelecto e acirrava toda sorte de paixões, rancores e preconceitos.

Assim, a lealdade, princípio basilar na pena de vários homens do esporte, de Pierre de Coubertin a Jules Rimet, e que o jornalismo esportivo repetiria à exaustão, cedo teria de conviver com outra ordem de sentimentos, como o prazer em infligir a derrota ao adversário, a satisfação em desqualificar o perdedor e o regozijo com o sofrimento do rival. A experiência estética do esporte, que Gumbrecht associa ao prazer desinteressado pelo belo, presente na terceira crítica de Kant<sup>172</sup>, dificilmente seria encontrada em sua forma pura na vivência de significativa parcela dos espectadores de futebol. Esse tipo de comportamento que valoriza a beleza intrínseca de uma jogada por meio do aplauso é encontrável com mais freqüência em uma comedia platéia de ténis, enquanto os torcedores de futebol costumam fruir o jogo exaltando as virtudes nacionais e as moralidades masculinas — raça, virilidade, garra, força, etc. —, conforme sustenta com propriedade o antropólogo argentino Eduardo Archetti<sup>173</sup>. Valores burgueses como o respeito, a igualdade e a eficiência teriam de coexistir com valores aristocrático-populares como a vitória, a superioridade e a dominação simbólica do *outro*.

Não é difícil perceber que esse conjunto de características nacionais, raciais e morais encontraria grande ressonância entre as torcidas de futebol. Pode-se dizer que a bricolagem desses três elementos é a sua base fundamental. A experiência da viagem acionaria ainda mais a identidade contrastiva com

<sup>171</sup> Cf. FRANZINI, F. **Corações na ponta da chuteira**: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 42.

<sup>172</sup> Cf. GUMBRECHT, H. U. “La beauté”. In : **Éloge du sport**. Paris: Maren Sell Éditeurs, 2005.

<sup>173</sup> Cf. ARCHETTI, E. P. **Masculinidades**: fútbol, tango y pólo en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2003, p. 221.

torcedores rivais, seja de clubes seja de seleções. É sabido que já na final da Copa do Mundo de 1930, realizada em Montevideu, milhares de torcedores argentinos descolaram-se por mar e por terra para assistir à partida decisiva de sua equipe contra os bicampeões olímpicos uruguaios, o que desatou inúmeros distúrbios com os torcedores locais. As viagens se intensificariam e se tornariam mais sistemáticas na Europa e na América do Sul à medida que os torneios interclubes se desenvolveram, como os organizados pela UEFA e pela FIFA.

O ato de acompanhar um clube em uma partida fora de seu território, quer em outro estado, quer em outro país, quer em outro continente, se tornaria uma das mais importantes atividades em grupos de torcedores. O elemento identitário seria ainda mais acentuado nesse processo. Isto nos permite sugerir uma aproximação do sentido dessas práticas de acompanhamento com o modelo da experiência religiosa da viagem ressaltada em páginas precedentes. Mais do que a busca da diferença, estaria em jogo o encontro do mesmo, do igual, do *objet de croyance* que é um clube de futebol<sup>174</sup>. Mas o sacrifício expresso no sentido missionário não se constituiria em estado puro. Aquém de toda e qualquer experiência de ascese, transcendência ou elevação espiritual, o potencial religioso das torcidas de futebol se articula de igual maneira à idéia da aventura e do hedonismo proporcionado pelas viagens em grupo. Esta curiosa combinação entre fidelidade clubístico-religiosa e prazer epicuro-hedonista está presente no acompanhamento do clube a uma região distante, muitas vezes inóspita no que se refere à recepção dos torcedores locais, tornando-se ainda assim uma das marcas maiores da identidade dessas associações.

À inusitada combinação entre a ascese e o hedonismo, entre o ordinário e o extraordinário, se interpõe uma contraposição de sentidos. Quanto mais a experiência coletiva e popular da viagem torcedora pode ser assemelhada à descrição dos sacrifícios da missão peregrina cristã, mais ela pode, ao inverso, ser contraposta à experiência da viagem vivenciada por jovens aristocratas e burgueses na Europa dos séculos XVIII e XIX, a que se fez referência também acima. A formação do indivíduo, o aprimoramento da personalidade e o

<sup>174</sup> Cf. FAURE, J.-M.; SUAUD, C. “Le club comme objet de croyance”. In: **Sociétés et représentations**. Paris: CREHESS, 1998, n.º 7.

respeito à alteridade – virtudes precípua ressaltadas nas viagens do *Grand Tour* – parecem encontrar seus antípodas nos relatos de viagem dos torcedores durante o século XX. A década de 1970, em especial, assiste à consolidação dessa “cultura juvenil” de viagens em grupo e à intensificação desse tipo de descrição nos periódicos esportivos. Passa-se a acentuar os distúrbios, os casos de intolerância e os excessos protagonizados por torcedores em trens e em ônibus durante as excursões pelo interior da Europa. Na Inglaterra, berço do futebol, alcoolismo, vandalismo e degradação compunham a tônica dessas viagens.

A narrativa dos jornalistas, responsáveis pelas reportagens acerca das circunstâncias dos jogos no exterior, seria a mesma autorizada a transpor para o imaginário da sociedade o ambiente das viagens entre os torcedores. A licenciosidade e a extravagância dos *hooligans* no exterior seria um dos aspectos mais frisados pelos jornalistas esportivos, que se aventuravam nas viagens a fim de testemunhar a selvageria das ações antidesportivas nos meios de transporte e nos deslocamentos fora da Grã-Bretanha.

Os estudiosos da Escola de Leicester encontrariam nos escritos dos jornalistas esportivos algumas chaves para a compreensão da lógica da viagem instituída entre os torcedores de futebol na década de 1970. Dunning, Murphy e Williams se baseavam em trechos da entrevista concedida por um *hooligan* do Cardiff City ao jornalista Paul Harrison, publicada em 1974 no artigo intitulado *Soccer's Tribe War*, para a revista *New Society*. Os eliasianos se apropriavam de uma expressão cunhada pelo entrevistador para captar a forma como os grupos de torcedores rivais se relacionavam uns com os outros nesses encontros. A *síndrome de Beduíno* era o mote tribal que caracterizava o esquema silogístico das alianças e das associações, desviando a questão dos domínios da sociologia para o terreno da antropologia. As amizades e as inimizades entre torcidas visitantes e anfitriãs na Europa eram compostas com base em uma equação que parece primária: o amigo de um amigo é um amigo; o inimigo de um inimigo é um amigo; o amigo de um inimigo é um inimigo; e o inimigo de um amigo é um inimigo<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> Cf. DUNNING, E.; MURPHY, P.; WILLIAMS, J. “La violence des spectateurs lors des matchs de football: vers une explication sociologique”. In: ELIAS, N; DUNNING, E. **Sport et civilization**: la violence maîtrisée. Avant-propos de Roger Chartier. Paris: Fayard, 1994, p. 350.

O primeiro livro publicado por esses três autores, *Hooligans abroad* (1984), abdicava do relato de jornalistas e procurava aprofundar por si próprios a vivência direta dos pesquisadores nas viagens com torcedores. John Williams seria responsável por um trabalho de campo durante todo o ano de 1982, quando acompanharia os deslocamentos dos *hooligans* em pelo menos três oportunidades: a final da copa europeia de clubes, disputada entre o Aston Villa e o Bayern de Munique, na cidade de Roterdã; a partida decisiva pelo campeonato europeu de seleções entre Dinamarca e Inglaterra, disputada em Copenhague; e os jogos da seleção inglesa durante a Copa do Mundo realizada na Espanha. Àquela altura, os antecedentes dos *hooligans* já haviam feito espalhar sua fama pelo continente, compondo uma espécie de coleção de transtornos e horrores no exterior, desde pelo menos 1965, quando o Manchester United foi jogar na Alemanha Ocidental, passando por meados da década de 1970, quando o mesmo Manchester jogou no estádio do Feyenoord, na Holanda, até o início dos anos 80, quando foram registrados sucessivos incidentes em Luxemburgo, Copenhague, Turim e Oslo.

Os moradores das cidades onde ocorriam as partidas vivenciavam assim um clima de expectativa e apreensão, à espera da chegada dos “mindless English thugs”<sup>176</sup>, de modo que Williams tinha de lidar com essa condenação prévia e taxativa aos torcedores com os quais se envolvia. O *pânico moral* — tendência a responsabilizar um grupo social pelos problemas por que passa toda uma sociedade — parecia bem apropriado à situação. Para a observação participante, John Williams travestia-se de um torcedor comum do Aston Villa, viajando à Holanda no intuito de vivenciar aquela experiência de modo direto, a fim de melhor compreender as reais intenções daqueles *hooligans*, para além dos estigmas atribuídos de antemão. As conversas informais permitiam-lhe ainda a obtenção de informações referentes à idade, à ocupação e à orientação política daqueles torcedores. Esta última era a questão capital que se impunha na época, pois no início da década de 1980 sondava-se a suspeita de envolvimento de torcedores com partidos de extrema direita inglesa. Segundo a constatação do sociólogo, muitos dos viajantes eram desempregados,

---

<sup>176</sup> Cf. Id. **Hooligans abroad**: the behavior and control of English fans in continental Europe. London; New York: Routledge, 1984, p. XVII.

pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade e alguns deles tinham antecedentes criminais.

A etnografia de John Williams constituía parte de uma pesquisa sociológica voltada para o auxílio da polícia na elaboração de um programa de prevenção no curto e no longo prazo. Os eliasianos de Leicester buscavam uma alternativa para o impasse entre as ações das autoridades policiais, que se valiam apenas da repressão como forma de contornar as desordens, e os representantes dos meios universitários, que minimizavam a violência entre os torcedores, tornando-a secundária. Assim, nos ônibus e nos trens, o pesquisador inteirava-se das motivações dos torcedores para os jogos do clube fora do país, interrogava-se sobre as manifestações de hostilidade aos estrangeiros e ficava a par da importância das recordações de antigas viagens. Este último ponto era crucial: a lembrança das viagens passadas, espécie de ritual de iniciação e de provação nas excursões, proporcionava o compartilhamento de uma memória coletiva, com os relatos de histórias que compunham o imaginário e que punham à prova os padrões de “masculinidade agressiva”. Além das viagens, o pesquisador descrevia os incidentes fora dos estádios durante a Copa do Mundo de 1982, com confrontos que se davam entre os ingleses, a polícia e os hostis anfitriões espanhóis. Nestas ocasiões, o fervor nacionalista e a xenofobia se exacerbavam, discurso que facilmente poderia resultar em torcedores feridos, hospitalizados e presos.

O método de infiltração entre os *hooligans* adotado por John Williams na pesquisa inspiraria vários jornalistas. Eles adotariam a mesma estratégia no desvendamento daquele universo semi-secreto de confrontos, de transgressões e de viagens por diversos países da Europa. O relato mais notório do gênero, que se tornaria um *best-seller* editorial no mundo, graças à sua tradução em várias línguas, chama-se *Among the thugs*, de autoria de Bill Buford. Publicado em 1990, o livro descreve as impressões de um jornalista de origem norte-americana que conviveu durante seis anos com torcedores britânicos do Manchester United, seguindo-os em *pubs*, em trens, em estádios e em viagens por cidades européias tais como Cardiff, Cambridge, Sunderland, Turim, Düsseldorf e Sardenha. O jornalista dedicava-se a relatar, com filigranas literárias, os requintes de crueldade e os atos de selvageria de que eram capazes aqueles indivíduos, em nome da suposta paixão pelo seu clube de futebol.

A recepção, a curiosidade e o interesse despertado no grande público pela obra podem ser avaliados através da sua recepção internacional. Já em 1991, o livro era traduzido para o italiano, com o nome de *I furiosi della domenica: viaggio al centro della violenza ultra*. Em 1992, o livro aparece também em português, com o título de *Entre os vândalos – a multidão e a sedução da violência*, em edição que ficaria a cargo da editora Companhia das Letras. Dois anos depois, ele apareceria ainda em francês, com o título de *Parmi les hooligans*, além de uma versão em espanhol a que não tivemos acesso<sup>177</sup>.

Em verdade, o expoente dessa modalidade de jornalismo etnográfico nada tinha de especialista em esportes. Nascido em 1954 na Louisiana, Estados Unidos, Bill Buford vivera em Los Angeles até se radicar-se na Inglaterra em 1977, graças à obtenção de uma bolsa de pesquisa que lhe permitiu desenvolver pesquisas literárias em Cambridge, escrever para jornais ingleses e se tornar diretor da revista literária *Granta*. Em seu testemunho, como um típico norte-americano, o futebol era algo estranho à sua vida e nunca havia comparecido a um estádio até 1983. O fenômeno *hooligan* apareceu-lhe em uma situação cotidiana casual, quando regressava de Gales a sua casa, numa estação de trem de uma pequena cidade próxima a Cardiff. Naquela ocasião, Buford ficou impressionado com a chegada de um trem abarrotado de ruidosos torcedores. Tão logo o trem estacionou na gare, os torcedores protagonizariam uma série de depredações e de atrocidades que muito o impactaram. Em sua justificativa da obra, aquele incidente fora decisivo e desde então resolveu seguir e se infiltrar entre os fanáticos torcedores. Na primavera de 1984, autor partiu em viagem para assistir à semifinal da Recopa, disputada em Turim, em um jogo entre Juventus e Manchester.

Já naquela primeira oportunidade, o autor tomaria parte em um vôo e descreveria o ambiente da excursão cunhando a expressão “turista-escória” para designar aqueles tipos humanos aficionados pelo futebol:

---

<sup>177</sup> Cf. BUFORD, B. **I furiosi della domenica**: viaggio al centro della violenza ultra. Milano: Longanesi, 1991. Cf. Id. **Entre os vândalos**: a multidão e a sedução da violência. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Cf. Id. **Parmi les hooligans**. Préface de Bernard Comment. Paris: Christian Bourgois Éditeurs, 1994.



“Duzentos e cinquenta e sete torcedores do Manchester United chegaram na manhã de quarta-feira, por obra e graça de Bobby Boss, a fim de voar até Turim para um jogo ao qual estavam proibidos de comparecer. A maioria dos torcedores do avião se conhecia; era uma excursão de clube. Ninguém sabia onde íamos nos hospedar; ninguém possuía ingressos para o jogo. Mas todos estavam com uma disposição de férias; todos orgulhosos de fazer parte de um grupo de turistas-escória. Havia um bocado de fotos a tirar. Havia a foto de registro de chegada para o vôo, da garrafa comprada no *free shop* semivazia. E, embora eu admita que parecesse um pouco estranho ver tanta gente consumindo garrafas de um litro de vodca às 10 da manhã, nosso vôo para Turim foi bastante tranquilo – barulhento, bem-humorado, mas, afinal de contas, sem divergir o mínimo daquilo que eu imaginava que outras excursões inglesas deveriam ser. O grupo, no conjunto, parecia inofensivo e divertido, e descobri que tudo aquilo – meu esforço para levantar cedo, o desconforto de viajar de Londres para Manchester com um garoto que não podia se permitir comprar um lenço, a súbita exposição a tanta gente extravagante – estavam começando a terminar. Honestamente, eu estava me divertindo. O fato, no entanto, era o seguinte: o turista-escória estava a caminho para devastar o país que iria visitar. Por ora, ele chegava a Turim.”<sup>178</sup>

A coletânea de histórias se estende de 1984 até 1988, quando Buford acompanhou a Eurocopa realizada na Alemanha, junto aos briguentos fãs que foram à cidade de Dusseldorf, mesmo proibidos de participar de competições internacionais após a tragédia de Heysel. Dublê de etnógrafo, com uma escrita em dicção romanescas, Buford teria sua derradeira experiência com os *hooligans* em 1990, ocasião em que se dirigiu a Sardenha, cidade italiana, para acompanhar a Copa do Mundo. A minuciosa narrativa estruturada em três partes e narrada em primeira pessoa, com toques chocantes centrados naqueles tipos humanos para os quais não se poupavam juízos de valor – extravagantes, repugnantes, grosseiros –, parecia expor entretanto mais as sensações íntimas e as inquietações pessoais daquele jornalista do que o universo investigado em si. Se a motivação inicial revelada pelo autor era saciar as suas curiosidades sobre aqueles “abomináveis fanáticos” – “eu queria conhecer melhor aquilo”, “ser um deles” – ao fim e ao cabo de seu relato sobressaía mais o frisson vivenciado pelo autor e menos o conhecimento da *persona* dos vândalos. Os requintes de prazer nos pormenores das brigas e nas inúmeras situações de risco descritas por Buford faziam crer que seu objetivo último era hipostasiar as cenas, chocando o leitor com as sensações de perigo e medo por ele heroicamente vividas.

<sup>178</sup> Cf. BUFORD, B. **op. cit.**, p. 29 e 30.

O livro não obstante era revestido de credibilidade acadêmica na Inglaterra, uma vez que se tratava de um jornalista com formação literária e intelectual, dotado de uma considerável bagagem de leituras no assunto, seja o livro de Geoffrey Pearson — *Hooligans: a history of respectable fears* (1983) — seja a obra de Eric Dunning, John Williams e Patrick Murphy — *The roots of football hooliganism: an historical and sociological study* (1988) — seja o clássico de Georges Rudé — *The crowd in history*. Além disso, como se depreende dos agradecimentos do livro, o sociólogo John Williams havia lido os originais antes da publicação e havia feito sugestões ao trabalho, o que dava uma legitimidade universitária à obra. Ademais, Buford parecia ter feito uma sólida pesquisa prévia, com a demonstração incontestada de um largo conhecimento dos grandes teóricos da *psicologia das massas*, antes de enquadrar os torcedores no rol paradigmático das pulsões destrutivas.

Para além do sensacionalismo, a contribuição sociológica apresentada pelo jornalista era a crítica ao pressuposto corrente de que os *hooligans* eram jovens proletários sem perspectiva, provenientes das classes subalternas, frutos de uma juventude desfavorecida e frustrada. Ao refutar a explicação economicista, em certa medida defendida pelos eliasianos, Buford empenhava-se em mostrar a normalidade dos papéis sociais desempenhados por aqueles torcedores no cotidiano, que ocupavam as mais diversas e heterogêneas áreas do ponto de vista profissional: bancários, funcionários públicos, comerciantes, pais de família, etc. Em contrapartida, este dado levava o autor a reforçar as explicações etológicas e patológicas avalizadas pelos *psicólogos das massas* para entender a dupla personalidade daqueles indivíduos. Mesmo integrados no dia a dia da sociedade inglesa, os aficionados do futebol eram capazes de extravasar em grupo o ódio e a frustração, com manifestações racistas, nacionalistas, xenófobas, pautadas em toda uma mitologia da virilidade. Ao descrever na segunda parte do livro as festas do *National Front* a que compareciam os *hooligans*, Buford comprovava, com a autoridade de seu testemunho, as estreitas ligações ideológicas dos fãs de futebol com as diretrizes políticas dos movimentos de extrema direita, conhecidos à época pelos inegáveis traços neonazistas.

O sucesso do *voyeurismo* esportivo de Buford resultou em um *boom* editorial no mercado inglês com vários tipos de relatos do gênero, de livros de

memória e autobiografias a ficções e filmes. O escritor contemporâneo John King aventurou-se no romance *Football factory*, livro de quase quatrocentas páginas sobre o universo de um jovem torcedor do Chelsea e de seu grupo de amigos torcedores, versão ficcional que seria transposta também para as salas do cinema<sup>179</sup>. Nick Hornby, roteirista de *Alta fidelidade*, aficionado pelo Arsenal, publicou *Febre de bola: a vida de um torcedor*, que teria acolhida internacional, sendo também adaptado para o cinema. Escrito em forma de diário de bordo, o livro relatava suas memórias de adolescência e juventude nos estádios ingleses, divididos em três tempos: 1968-1975; 1976-1986; 1986-1992<sup>180</sup>. Esse conjunto de trabalhos passou a ser valorizado tão logo o hooliganismo se tornou um fenômeno sob maior controle na Inglaterra, desencadeando por outro lado polêmicas em torno da glamourização das brigas naquelas obras autobiográficas, literárias e cinematográficas. Elas contribuíram assim para a consolidação de um imaginário acerca dos *hooligans* na Europa e em boa parte do mundo.

Afora a explosão midiática internacional da obra de Bill Buford e suas congêneres, é preciso destacar o extenso livro do jornalista francês Philippe Broussard, publicado em 1990, com o título *Génération supporter: enquête sur les ultras du football*<sup>181</sup>. Sem tradução e sem repercussão fora da França, o criterioso trabalho era resultado de uma pesquisa de cinco anos, de 1986 a 1990, com o acompanhamento de inúmeras torcidas ao longo do continente europeu. Depois de viver com pelo menos uma dezena de associações de torcedores, o autor fornecia um verdadeiro mapa continental com a enumeração de centenas delas: os *Boixos Nois* do Barcelona, os *Ultras Sur* do Real Madrid, o *Kop of Boulogne* do Paris Saint-Germain, o *Commando Ultra* do Marselha, a *Brigate Rossonere* do Milan e os *Panther Boys* da Internazionale, em uma listagem com muitos outros. O viajante-jornalista percorreria de Marselha a Bruxelas, de Roma a Madri, de Atenas a Manchester, de Milão a Amsterdã, entre outras cidades, com o objetivo jornalístico de “dévoiler cette face cachée du football, donner la parole à des anonymes, vivre avec eux leur passion, parfois leur violence”. A idéia era, pois, devassar essas micro-sociedades

<sup>179</sup> Cf. KING, J. **Football factory**. Paris: Éditions de l'Olivier, 2004.

<sup>180</sup> Cf. HORNBY, N. **Febre de bola: a vida de um torcedor**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

<sup>181</sup> Cf. BROUSSARD, P. **Génération supporter: enquête sur les ultras du football**. Paris: Robert Laffont, 1990.

constituídas por jovens e adolescentes entre 15 e 25 anos, possuidoras de hierarquias, de ritos e de regras próprias, simuladoras de um jogo de guerra com a polícia e com os adversários.

O jornalista do *Le Monde* não negava a multiplicação de grupos extremistas de torcedores na Europa, mas considerava a incapacidade policial de controlá-los uma conseqüência do desconhecimento da sua visão de mundo. Em consonância com as explicações sociológicas, Broussard postulava os *hooligans* e os *ultras* como sintomas de um fenômeno cuja amplitude extravasava os domínios do futebol, revelando algo mais que um desvio de conduta esportiva. Diante do “vazio ideológico” a que se referia o autor, algo aproximado à *era do vazio* do filósofo Lipovetsky, a ausência de perspectivas e a panacéia consumista da época contemporânea faziam do futebol um lugar privilegiado para ver e para ser visto na sociedade do espetáculo. Assim, recorria-se a mais uma ambigüidade constitutiva das torcidas organizadas e da juventude na contemporaneidade: por um lado, os jovens ansiavam em explicitar o seu descontentamento com os valores vigentes na sociedade; por outro, expressavam de maneira indireta o seu desejo de integração e visibilidade social.

Esses breves alcances de ordem sociológica não impediam o autor de se concentrar na descrição jornalística das experiências contraídas nas viagens. Ao ampliar o escopo da Inglaterra para a Europa, a sua série narrativa de reportagens captava algumas variantes nacionais e apresentava uma realidade mais heterogênea do ponto de vista da formação interna dos grupos, o que por seu turno resultava na recusa à univocidade dos estereótipos tributados aos *hooligans*, tão caros à narrativa de Bill Buford. A ampliação do horizonte investigativo fez o jornalista considerar a existência de uma outra matriz de torcidas, originária do sul da Europa, o modelo italiano, em paralelo e em oposição ao modelo inglês.

Esse ponto, apenas apontado e descrito por Broussard, ia ao encontro por sua vez de uma pesquisa iniciada em 1986 pelo antropólogo francês Christian Bromberger, sendo sistematizada e publicada em livro no ano de 1995 com o nome de *Le match de football: ethnologie d'une passion partisane à Marseille*,

*Naples et Turin*<sup>182</sup>. Ao se afastar de uma visão reducionista e ao encampar as premissas do relativismo histórico-cultural, o autor realizava um estudo etnográfico comparativo entre de torcidas italianas e francesas, o que lhe permitiu erigir uma tipologia das torcidas européias com base em nuances existentes nas diferenças internas de conformação da história e da identidade continental. O primeiro aspecto, entretanto, era o afastamento de qualquer hipótese regressiva, tribalista ou arcaísta para a compreensão daquele universo. Conforme frisava Bromberger:

“Sous l’écume d’une emblématique archaïsante, transparaisent, en fait, des attitudes profondément modernes, voire avant-gardistes: sens aigu de la spectacularité et de la médiatisation, organisation managériale, volonté d’être acteur de son propre destin, etc.”<sup>183</sup>.

Segundo o antropólogo, o primeiro tipo de organização torcedora se irradiou a partir da Inglaterra, em fins da década de 1960, e estendeu seu arco de influência sobre a Europa setentrional, em especial sobre a Alemanha, além de ter atingido o norte da França. Sua formação social é homogênea, sua coesão interna é bem acentuada e associa-se com maior intensidade aos contingentes juvenis do proletariado. Seus membros são de difícil localização no cotidiano e avultam apenas nos dias de jogos, a fim de impedir sua identificação pela polícia. Já o segundo tipo foi difundido na Itália durante a década de 1970 e sua propagação se deu em maior grau na Europa meridional, com destaque para a Espanha e para o sul da França. Com um tecido social menos uniforme e com uma composição mais híbrida, as torcidas latinas procuraram se congregar através da institucionalização. A distribuição espacial em subgrupos, a fixação territorial em sedes, a veiculação de revistas próprias – os *fanzines* – e a ritualização de certas práticas e performances permitiram-lhes uma maior integração na sociedade.

Os contrastes acentuados pelo autor possibilitam ainda a observação da maneira pela qual se reproduzem as grandes clivagens históricas da formação

<sup>182</sup> Cf. BROMBERGER, C. **Le match de football**: ethnologie d’une passion partisane à Marseille, Naples et Turin. Paris: Éd. de la Maison des sciences de l’homme, 1995.

<sup>183</sup> Cf. Id. “Formes et sens de la passion partisane chez les ultras du football”. In: COMERON, M. (Org.). **op. cit.**, p. 18.

cultural do Mediterrâneo e do Norte da Europa. As contraposições faziam-se presentes e influenciavam à sua maneira a definição de estilos de vida e de formas de atuação por parte de determinados grupos sociais, bem como suas *passions ordinaires*<sup>184</sup>.

Ao largo das reflexões acadêmicas, as fórmulas fáceis destinadas tão-somente a impressionar o leitor campeariam na Europa, muitas vezes por meio de um consórcio entre jornalistas esportivos e os próprios torcedores em busca de notoriedade. Seria oportuno citar aqui o caso do jornalista português Felipe Bastos e seu recente livro *O líder: Fernando Madureira*. Baseado em inúmeras entrevistas gravadas com o chefe da maior torcida organizada do Porto, a claque dos *Super Dragões*, o jornalista traçou um perfil daquele torcedor, colocando-se na condição de seu porta-voz, de seu escrivão. O jornalista trouxe à luz assim uma série de depoimentos repletos de brigas, de transgressões e de casos escandalosos protagonizados com orgulho pelo torcedor. Em subtítulos indicadores do teor das histórias – “De Setúbal ao Porto em 14 horas”, “Dragões em Manchester”, “Turbulência em Turim”, “O assalto à área de serviço de Santarém”, “Inferno de Marselha deu o mote”, “Os Super em Yokohama”, “Viagem a Milão recheada de peripécias” e “Inimizade sobre rodas” – a apresentação do jornalista à obra explicitava as intenções do realismo narrativo da obra, em que a crueza dos relatos e a simplicidade da linguagem decorriam da honestidade do jornalista e da sinceridade do depoente, com a transposição integral, sem cortes e sem edições, dos causos do biografado:

“Quando combinei com o Fernando Madureira (Macaco) escrever esta obra, disse-lhe claramente: ‘Ao leitor só interessará um livro onde contes as histórias reais, vividas pelos Super Dragões, nos precisos termos em que elas aconteceram, usando, igualmente, a vossa linguagem própria. Se assim não for, não vejo nenhum interesse público para a edição do livro...’. O Macaco aceitou a idéia e foi debitando para o gravador as histórias com tal realidade que, confesso, as fui vivendo como se tivesse feito parte integrante delas! Estou certo que o leitor, ao ler o livro, vai sentir a mesma sensação... a de estar nos locais e nos momentos dos acontecimentos, de tão reais que são as histórias. Reais, com vocabulário próprio, porventura, demasiado

<sup>184</sup> Cf. Id. (Org.). *Passions ordinaires*: du match de football au concours de dictée. Paris: Bayard Éditions, 1998. Cf. também. Id. “Du public et des supporters”. In: **Football**: la bagatelle la plus sérieuse du monde. Paris: Bayard Éditions, 1998.

pormenorizadas. Desse modo, o leitor vai, com toda a certeza, envolver-se na obra. Vai sentir-se no centro dos acontecimentos, independentemente de estar ou não de acordo com o que é aqui narrado. O Macaco foi autêntico. Directo. Objectivo. Claro. Firme. Honesto. Abriu a sua alma até o limite. Aliás, desculpem lá, mas são assim, na maioria, as pessoas que nasceram na Ribeira. Talvez seja o Douro que lhes molde o carácter. Talvez seja das dificuldades que a vida geralmente propicia a quem lá nasce. Talvez seja dos becos, das vielas, das escadas íngremes do Barredo, das ruas feitas de calçadas gastas pelo tempo e húmidas pelas viagens que, de vez em quando, o Douro faz ao seu interior. Talvez seja da falta de condições de habitabilidade ou da necessidade precoce de substituir pelos seus próprios meios. Talvez... talvez... Mas, a verdade, crua, porventura ousada em alguns pormenores, que o Macaco aqui conta, é um contributo extremamente válido para o complemento do estudo do fenómeno futebol. A obra, apresentada de forma simples, sem qualquer pretensiosismo cultural rococó, é igualmente uma janela de oportunidade para sociólogos no estudo dos comportamentos e, simultaneamente, uma mostra aos apaixonados do futebol de uma de suas vertentes que hoje já ninguém pode olvidar. Deixe, pois, leitor amigo, que eu o guie nesta viagem ao interior da maior claque do futebol português, os Super Dragões, contada na pessoa do líder incontestado. E, como nós, viva-a apaixonadamente.”<sup>185</sup>

No Brasil, embora sem o êxito ou a expressão editorial verificada no ambiente europeu, os relatos referentes às caravanas de viagem das torcidas organizadas também constituiriam uma importante forma de imersão naquele universo, não apenas por parte dos jornalistas como também por parte dos estudiosos universitários. Conforme já mencionado na Introdução, o sociólogo Sérgio Miceli assinou no ano de 1978 o artigo “O Grêmio Gaviões da Fiel: torcida organizada do Corinthians”<sup>186</sup>, fruto de uma reportagem escrita a pedido do *Jornal do Brasil* para as finais do Campeonato Brasileiro de 1976, disputada em Porto Alegre. A meio caminho entre o jornalismo, a etnografia e a sociologia, Miceli viajara ao Sul com a caravana dos Gaviões, o que forneceria as bases para as suas breves considerações ensaísticas. O texto se iniciava curiosamente com a advertência contida no folheto *Lembrete aos corintianos*, distribuído antes da viagem: “Não corra, não mate e não morra”. Na viagem, acompanhado de um fotógrafo e de um repórter, sem disfarces portanto de identidade, o sociólogo fazia as vezes de observador participante, integrando-se em um dos vinte e cinco ônibus da caravana, que partia com cerca de mil

<sup>185</sup> Cf. BASTOS, F. **O líder**: Fernando Madureira. Porto: O Gaiense, 1995.

<sup>186</sup> Cf. MICELI, S. “O Grêmio Gaviões da Fiel: torcida organizada do Corinthians”. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1978, abril/junho.

componentes dos *Gaviões da Fiel* rumo ao Rio Grande do Sul, a fim de assistir à partida decisiva contra o Internacional.

O relato jornalístico-etnográfico de Miceli escalonava de forma sumária as cinco etapas principais do itinerário da excursão: a concentração em frente à sede da torcida e a saída da cidade de origem; o ambiente licencioso dentro dos ônibus e as paradas para as refeições na estrada; a chegada à cidade de destino e a entrada no estádio; o clímax, a razão última daquela viagem, isto é, a partida; e, por fim, seu anticlímax, o regresso para São Paulo.

Na primeira etapa, a concentração, o autor descrevia o clima de euforia dos corintianos com a classificação para a final e com a possibilidade concreta da conquista de um título após vinte anos de espera. Ao otimismo do reencontro em frente à sede, sucedia toda sorte de agitações e gritos após a partida dos ônibus e a passagem pelas principais autopistas de São Paulo, com a alternância de saudações e xingamentos aos transeuntes. O clima de grande descontração e de informalidade marcava o interior do ônibus, expresso com as bebidas, as conversas em tom alto, as cantorias obscenas e as piadas pornográficas. Na segunda etapa do percurso, as paradas para almoço na beira de estrada, já na altura de Curitiba, o Miceli registrava alguns incidentes que ocorriam em função de saques por parte de alguns membros da torcida aos produtos das lanchonetes. O caso gerou transtornos, pois a polícia rodoviária foi acionada e interceptou a caravana no meio da estrada, o que demandou um grande esforço de negociação das lideranças da torcida com os policiais para contornar o problema. Na terceira etapa, a chegada à cidade e a entrada no estádio, o sociólogo destacava a coesão ainda maior dos corintianos que saíam eufóricos dos ônibus e entoavam ainda mais alto o uníssono “– *Curíntia, Curíntia!!!*”.

Sem completar todas as etapas, o autor interrompe a descrição e dedica o restante do texto a interpretações, em linguagem bourdiana, acerca dos padrões internos de honorabilidade do grupo, e a apontamentos, em linguagem weberiana, sobre a ética e a visão de mundo dos torcedores organizados. A importância das viagens para a memória coletiva da torcida é assim considerada:



“Pertencer à torcida organizada implica forçosamente tomar parte das excursões – o tempo forte da prática corintiana, na medida em que as viagens constituem os marcos centrais de uma história comum e, em torno delas, alinham suas experiências enquanto torcedores qualificados e conscientes de sua contribuição ao grupo.”<sup>187</sup>.

À exceção desse ensaio, poucos estudos relativos às torcidas organizadas no Brasil contemplariam esse “tempo forte” da identidade torcedora, com o acompanhamento e com o relato do ciclo integral das viagens. A dissertação de mestrado de Luiz Henrique de Toledo, realizada no início da década de 1990, seria uma dessas exceções e conteria uma passagem em que se explora a experiência da viagem com a elaboração de um mínimo roteiro descritivo das etapas. O autor tomara parte em uma excursão das torcidas organizadas do São Paulo – Independente, Dragões da Real, TUSP – ao Rio de Janeiro, para assistir a uma partida contra o Vasco da Gama em São Januário. As fases principais relatadas por Toledo não diferiam muito das apontadas por Miceli, salientando apenas alguns pormenores relativos à distribuição dos viajantes e algumas especificidades atinentes a cada um dos ônibus fretados. Toledo mostrava como existia toda uma diferenciação interna dos ocupantes, não apenas referente a uma hierarquia das relações de poder dentro da torcida, mas também à idade dos torcedores e à disposição para a agitação já previamente demarcada na escolha dos ônibus. Havia portanto os ônibus reservados aos comandantes da torcida, componentes mais antigos no grupo; e aqueles destinados à “molecada”, aos integrantes mais moços e mais propensos ao barulho e à farra no interior do ônibus.

Ao longo da viagem, o autor descrevia os rituais de iniciação dentro do veículo. No ônibus, o “batizado” – uma série de socos, cascudos, pontapés e tapas desferidos contra os neófitos do grupo – era um divertido passatempo para os veteranos e uma dolorosa iniciação para os novatos. Já a chegada na manhã de sábado no Rio de Janeiro revelava um dado importante. Antes do jogo em São Januário, os ônibus se concentravam em frente à sede do Flamengo, na Gávea, com a autorização aos são-paulinos para a livre-circulação dentro do clube rubro-negro. A recente aliança dos torcedores do São Paulo com as torcidas organizadas do Flamengo permitia tal situação, com

---

<sup>187</sup> Cf. MICELI, S. “Os Gaviões da Fiel: torcida organizada do Corinthians”. In: **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: s.e., 1978, abril / junho, p. 44.

o reforço de componentes da Torcida Jovem à caravana ao estádio do Vasco. A partida da zona sul rumo à zona norte do Rio a fim de ver o jogo constituía um dos pontos mais tensos da viagem, com a possibilidade de represálias e de ataques de torcedores cruzmaltinos ao longo do trajeto. As desavenças entre as torcidas do Vasco e do São Paulo haviam se intensificado desde 1989, quando os dois clubes disputaram o título nacional, o que resultou em inúmeras brigas antes e depois da conquista do campeonato no Morumbi pelo time carioca.

Os vários confrontos haviam ficado na lembrança de ambas as torcidas e o receio para aquele jogo no ano seguinte era grande. A expectativa se ampliava uma vez que o acesso a São Januário era tortuoso, com ruas estreitas, e a caravana podia facilmente ser alvejada no caminho. Em um dos ônibus, o antropólogo relatava todo aquele misto de apreensão e ansiedade vivenciado pelos torcedores. A partida já transcorria enquanto os ônibus ainda tentavam entrar em São Januário, sob a precária proteção da polícia. À medida que se aproximaram do estádio, eles eram, como já previsto, recepcionados por paus e pedras arremessadas de dentro para fora do estádio. Na busca por proteção e abrigo, os torcedores saíam em disparada dos ônibus, dispersando-se no tumulto e perdendo-se uns dos outros na confusão. O mesmo sucedeu com o pesquisador que, um tanto assustado, somente depois de um bom tempo recobriria a calma e reencontraria os seus colegas de viagem. Enquanto o antropólogo não escondia seu temor diante dos riscos da situação, os são-paulinos que ele reencontrava, inclusive duas senhoras que viajaram em seu ônibus, pareciam achar tudo aquilo normal, algo até certo ponto divertido. Depois da confusão, os tricolores paulistas conseguiram finalmente adentrar nas arquibancadas de São Januário, quando já transcorria o segundo tempo da partida.

Os relatos de Toledo datam de um período em que as caravanas já se encontravam instituídas e as torcidas se relacionavam em um sistema de enfrentamentos mais duradouro. Um eixo nacional de alianças se estruturava, com o envolvimento de associações na região Sul, Sudeste e Nordeste do país. Tal quadro era, contudo, desdobramento de uma situação que começara a se esboçar e desenvolver ao longo da década de 1970, entre as primeiras gerações que se iniciaram nas viagens.

A busca por novos dados relativos ao surgimento das excursões em grupo, destinadas ao acompanhamento de um clube, foi um dos objetivos de nossa pesquisa. A procura por tais informações junto à imprensa esportiva norteou o recorte temporal do trabalho entre o final da década de 1960 e o início dos anos 80, quando os casos de distúrbios começam a ser notificados com mais veemência nos periódicos. Este enquadramento segue uma periodização que atende ao desenvolvimento de torneios em escala nacional, cuja rede torna sistemática a necessidade da viagem entre os torcedores para acompanhar os jogos de seus times. O ano de 1967 foi o escolhido para o começo das leituras do *Jornal dos Sports* na medida em que a data coincide com a instituição de um campeonato envolvendo os cinco maiores estados do Brasil, em substituição ao tradicional torneio Rio — São Paulo, disputado desde 1950. Em 1971, a malha clubística se amplia ainda mais, com a incorporação de novos estados e com a instituição do Campeonato Brasileiro, que seria conquistado, em sua primeira edição, pelo Atlético Mineiro.

Longe de ser um *marco zero*, o ano de 1967 foi apenas uma data balizadora de uma mudança maior que se implementa pouco a pouco. Dada a condição de periódico especializado, o acompanhamento seqüenciado do *Jornal dos Sports* foi a forma mais eficaz na procura por informações concernentes aos deslocamentos de torcedores. As manchetes de primeira página, as coberturas diárias, as colunas dos cronistas, as reportagens especiais e a seção de carta dos leitores foram os distintos setores do jornal averiguados em tal levantamento. O destaque do *Jornal dos Sports* à memória de seu mito fundador, Mário Filho, não deixaria de render-lhe tributo de tempos em tempos, em todas as áreas de atuação dos esportes. No âmbito da criação de atrações para os espectadores, além da invenção do *Duelo de Torcidas*, coube a ele a concepção da figura do torcedor como um “embaixador”. Espécie de relações internacionais, o chefe de torcida foi idealizado na década de 1930 como o representante do torcedor brasileiro no exterior. Conforme já mencionado no primeiro capítulo, a idéia foi iniciada já na Copa do Mundo de 1938, na França, quando uma votação popular criada pelo jornal escolheu um embaixador e uma embaixatriz para a ocupação do honorífico e metafórico posto destinado à representação da torcida brasileira na Europa, promoção que se repetiu algumas vezes nas edições seguintes das copas.

Quanto às viagens em grupo organizadas pelos próprios torcedores, informações esparsas são encontradas no *Jornal dos Sports* a partir do final da década de 1960. As matérias relativas a Jaime de Carvalho narravam alguns desses périplos aventureiros, em viagens de trem pela via férrea que ligava o Rio a São Paulo. Os cronistas mais antigos do jornal — havia alguns que estavam lá desde os idos de 1930 — eram depositários das lembranças desses eventos e desses acontecimentos extraordinários. Zé de São Januário, por exemplo, pseudônimo de Álvaro do Nascimento, tinha sido fundador do periódico, vendera-o a Mário Filho em 1936 e permanecera escrevendo no jornal mesmo depois da morte do proprietário em 1966. Era, portanto, voz autorizada na formação de uma memória dos esportes e na elaboração do próprio passado do periódico, embora o apelido evidenciasse sua filiação clubística ao Vasco. Vale notar que isto não chegava a ser uma novidade nem um empecilho. Segundo Milton Pedrosa, nos primórdios do futebol, por volta dos anos de 1910, os cronistas esportivos, ainda não especializados, espécies de coringas do jornalismo — eventualmente recrutados para a tarefa —, costumavam assumir sua preferência esportiva e usavam os distintivos do clube à lapela<sup>188</sup>.

No final da década de 1970, Zé de São Januário ainda se encontrava em ativa colaboração diária para o jornal e era responsável pela coluna chamada “Uma pedrinha na chuteira”. No ano de 1978, ele dava a conhecer a muitos leitores e a seus próprios colegas as origens mais remotas das excursões de torcedores. Sua revelação parecia surpreendente: as caravanas de torcidas haviam nascido antes do que se supunha, sendo anteriores mesmo ao futebol. Elas remontavam às regatas, com o deslocamento dos apreciadores de remo para assistir às competições em Niterói e em outras paragens mais distantes da Baía de Guanabara. O contraste de comportamentos entre aqueles primeiros excursionistas e os da época em que Zé de São Januário escrevia era flagrante, com a reificação de um *ontem* e de um *hoje* em quase tudo incompatíveis entre si:

“As caravanas de torcidas organizadas foram idealizadas pelos clubes de regatas de Santa Luzia. Essas caravanas participaram não só das regatas realizadas na enseada de Botafogo, como formavam excursões

<sup>188</sup> Cf. PEDROSA, M. “A crônica esportiva e o cronista de futebol”. In: **Olho na bola**. Rio de Janeiro: Editora Gol, 1968.

às ilhas da Baía de Guanabara para comemoração dos grandes feitos náuticos. As primeiras caravanas de torcedores de futebol foram organizadas pelo Vasco da Gama, com o aluguel das grandes composições dos trens da Central do Brasil, para jogos em São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Petrópolis. As torcidas organizadas, na época, exigiam dos torcedores o uso de gravata e colarinho e roupas de passeio. Possui uma fotografia, tirada há 40 anos passados, no campo do Flamengo, onde todos os componentes da “Caravana de torcedores vascaínos” aparecem com centenas de adeptos, todos elegantemente vestidos. Essa mesma caravana, em nossos dias, usaria calças desbotadas, camisas de carnaval e chinelo ‘cara-de-gato’. Há 40 anos passados, não era qualquer companhia que alugava ônibus para clubes desportivos. Há 40 anos passados, o torcedor trajava-se com esmero, pois não desejava rasgar a roupa de ninguém, ou sujá-la, arremessando garrafas, latas e outros detritos. Quando em 1939, os vascaínos alugaram seis ônibus para conduzir a sua torcida organizada, foi um acontecimento na cidade. O aluguel de seus ônibus, na época, representava mais que alugar 10 aviões em nossos dias. A ‘A Caravana da Torcida Vascaína’, no mesmo ano, levou a Bangu 10 ônibus. O entusiasmo dos vascaínos deu grande eficiência à torcida organizada, que aos poucos foi aumentando. Os pioneiros das torcidas organizadas foram os saudosos Polar, um dos maiores reclamistas do Rio de Janeiro, João de Luca e Olímpio Pio (falecidos). O tesoureiro da Caravana foi João Amorim. As antigas caravanas de torcedores vascaínos tinham o propósito da confraternização em todos os locais para onde se dirigiam. Agora a coisa mudou. Quando os jogos acabam, começa a luta de garrafas e latas de refrigerantes. Assisti ao desfile da ‘II Copa Arizona’ composta de centenas de clubes, no campo do Bonsucesso. Trata-se de certame amadorista de caráter nacional. Milhares de desportistas estiveram reunidos, sem se verificar o menor incidente. Não houve batalhas entre lateiros e garrafeiros. As bebidas eram servidas ao público em copos de plástico. Os torcedores não recebiam garrafas nem copos de vidro. O exemplo verificado no campo do Bonsucesso deve ser imitado pelos demais clubes. Dar bebidas em garrafas e latas aos torcedores é incentivar elementos desordeiros e malfeitores a atos criminosos. No campo do Bonsucesso, não houve uma só garrafa ou latada. Os clubes devem seguir o exemplo do Bonsucesso para salvar a integridade física dos jogadores, árbitros e do próprio público. O resto contarei depois. Devagar e sempre chegarei lá.<sup>189</sup>

Além das recordações de tempos pretéritos, a organização da Taça de Prata no ano de 1967 permitiria aos cronistas do jornal a percepção do alargamento desse fenômeno no seu presente. As excursões agora não eram a Bangu, a Madureira ou a outros campos do subúrbio. Se as viagens a São Paulo também não eram inéditas, começava ao menos a se desenvolver de modo mais regular a partir de então. Os jogos fora do Rio estimulavam as viagens entre os torcedores, que travavam conhecimento com os adeptos de outros clubes e,

<sup>189</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1978, p. 04.

desse contato, algum tipo de relação acabava por se estabelecer. A ida do campeão carioca, o Botafogo, a Belo Horizonte em outubro de 1967 para uma partida decisiva no Mineirão contra o Atlético Mineiro ocasionava encontros inusitados e situações atípicas. De acordo com o relato de uma matéria do *Jornal dos Sports*, a espontânea adesão de torcedores do América Mineiro e do Cruzeiro à equipe do Botafogo se verificava nas arquibancadas do estádio através de bandeiras e camisas verdes e azuis. A partida do clube carioca contra o rival local resultava na adesão circunstancial dos adversários do Atlético aos botafoguenses. A lógica das “rodadas duplas” se estendia da escala local à escala nacional e acarretava uma dupla tarefa: torcer a favor de seu time e contra seu oponente interno maior. Laços de simpatia entre cruzeirenses, americanos e botafoguenses se davam em virtude do adversário comum. Em contrapartida, da mesma maneira, alvinegros do Rio e de Minas poderiam desenvolver antipatias mútuas devido àquele confronto direto.

Os dois times voltariam a se encontrar poucos dias depois daquele jogo, para uma partida ainda mais importante. Em novembro de 1967, Botafogo e Atlético Mineiro disputariam uma seqüência de jogos válidos para uma vaga às finais da Taça de Prata. Após um primeiro embate em Minas, o segundo enfrentamento foi no Rio de Janeiro, mas a disputa permaneceu empatada, forçando um terceiro jogo em Belo Horizonte. A tensão da última partida decisiva acirrava os ânimos de todos: dirigentes, técnicos, jogadores e torcedores. Estes últimos resolveram organizar uma grande excursão e dezenas de ônibus foram alugados para ir a Minas. Desta vez, no entanto, além da derrota, os torcedores cariocas teriam uma recepção altamente hostil. A beligerância dos torcedores do Atlético resultaria na depredação dos veículos e no amedrontamento de seus passageiros. Ante a falta de informação sobre o caso, as razões poderiam ser apenas especuladas: talvez os atleticanos se sentissem desafiados desde o primeiro jogo na capital mineira, quando a torcida do Botafogo ganhou a adesão dos adversários do Atlético; talvez os atleticanos tivessem sofrido uma inamistosa recepção dos cariocas no jogo de volta no Maracanã; talvez ainda apenas no terceiro jogo, mais extremo e decisivo, aquilo efetivamente tivesse detonado. O fato é que parte da torcida atleticana resolveu manifestar daquela maneira seu descontentamento com a presença do Botafogo em sua cidade e em seu estádio.

Passados alguns dias, os incidentes seriam abordados pelo cronista Nelson Rodrigues. Este decidira escrever uma crônica sobre o assunto após haver recebido a visita de torcedores alvinegros que participaram da caravana. Assustados com os acontecimentos, eles queriam alertar os jornalistas do Rio de Janeiro acerca das agressões sofridas e da falta de desportividade manifestada pela torcida do Atlético. Com sua verve habitual, imaginativa e exuberante, Nelson assinava sem pestanejar a inflamada crônica “Página de terror”:

“1. Amigos, eis que apareceram, na redação do JORNAL DOS SPORTS, três torcedores que estiveram em Belo Horizonte. São eles: — Flávio Moreira Pinto (advogado), Antônio Henrique A. de Noronha (estudante) e Brás Francisco Pepe (professor). Foram a Belo Horizonte numa caravana de 25 ônibus. Era uma massa de torcedores de vários clubes — Botafogo, Fluminense, Flamengo, Vasco, etc., etc. 2. Por aí se vê que foi, realmente, um belo movimento. É rara essa cálida união de torcidas. Geralmente o que prevalece é o feroz egoísmo clubístico. Mas o Botafogo ia jogar em Belo Horizonte e o povo dos outros clubes se juntou aos alvinegros, com espontânea e generosa solidariedade. Mas o que jamais passou pela cabeça da caravana é que existisse, na capital mineira, um ambiente de guerra de secessão. 3. Os torcedores citados fazem questão de dizer que nem todos em Belo Horizonte se mobilizaram na guerra aos cariocas. Torcedores do Cruzeiro e do América, de lá, foram exemplares de simpatia, de hospitalidade, de confraternização. Já a legião atleticana recebeu os visitantes com paus e pedras. O ambiente era tão explosivo que a polícia teve que proteger os 25 ônibus. 4. Diz o advogado Flávio Moreira Pinto: — ‘Toda imprensa carioca fala do que houve em campo. Sim, foi um espetáculo inédito de selvageria. Ninguém fala, porém, do tratamento que nós, os torcedores daqui, recebemos. No jogo, o pênalti para apaziguar um pouco a fúria anticarioca. O jogador do Botafogo apanhou a bola, a mão ambas, e estou certo de que tal gesto, longe de ser suicida, foi salvador. Mas fora do estádio, depois do jogo, aconteceu o diabo’. 5. Simplesmente, os ônibus foram atacados a pau e pedra. Vidros quebrados. Ameaças horripilantes. Qualquer automóvel com a infamante placa de GB era cercado e apedrejado. Um pobre fusca foi virado e, lá ficou, de rodas para o ar. O terror instalou-se na pobre caravana. Lembro-me de uma senhora, carioca, cujo vestido foi esvaçalhado. 6. ‘Imagine a nossa ingenuidade lancinante. Fomos a Belo Horizonte na esperança de uma maravilhosa festa de futebol. Entramos na cidade cantando ‘Ó Minas Gerais’. Mas nosso riso morreu, e nosso canto parou, quando topamos com uma hostilidade feroz. Nunca se viu nada parecido na história do futebol brasileiro. Foi uma noite de puro terror’. 7. Aí está a palavra assombrada de três cariocas que se incorporaram a uma caravana que deveria ser da cordialidade. Por tudo que aconteceu dentro e fora do campo, uma coisa parece indiscutível: — o terceiro jogo não poderia ser na capital mineira. Ao mesmo tempo criou-se para o Botafogo uma situação trágica — ele está ameaçado de perder até o campeonato

carioca. O time voltou de Belo Horizonte marcado, física e psicologicamente.”<sup>190</sup>

No ano posterior a esses agravantes relatos, em setembro de 1968, os torcedores do Rio de Janeiro não pareciam ter esquecido o que ocorrera em Belo Horizonte. A recepção hostil aos torcedores do Atlético ocorreria em uma partida no Maracanã, contra o Vasco da Gama, válida também pela Taça de Prata. O numeroso deslocamento dos atleticanos ao Rio seria objeto de charges de Henfil, ele próprio um mineiro simpatizante do clube de sua terra, com a chamada: “A torcida do Atlético veio em 20 ônibus”<sup>191</sup>. Na matéria com título dúbio, “Galo cantou no estádio”, um repórter falava da presença marcante da massa atleticana e a reação pouco hospitaleira de setores da torcida cruzmaltina à sua presença. Os vascaínos tentavam intimidar e ameaçar nas arquibancadas os torcedores adversários, com ações antidesportivas que repugnavam aquele repórter.

Os revides podiam assim ser observados nos encontros e nos reencontros, o que acirrava as indisposições entre os torcedores visitantes e os anfitriões. Rompiam-se os limites da rivalidade em patamares toleráveis e baldavam-se os esforços de persuadir os torcedores com o discurso acerca dos princípios da cordialidade desportiva. Se através das reportagens convencionais do jornal não se conseguia saber o que de concreto havia acontecido, maiores informações sobre os tipos de ameaça e de intimidação sofridas pelos atleticanos podiam ser obtidas aqui e acolá, de maneira um tanto fragmentada e rasa no restante do periódico. Para completar esse *puzzle*, a seção Bate-Bola parecia mais uma vez um lugar privilegiado. Ela auxiliava na elucidação de fatos cujos elementos e relatos eram esparsos, fugidios, insatisfatórios, obscuros. Mas a coluna contribuía porque não eram apenas os leitores do Rio de Janeiro que remetiam cartas e se comunicavam por intermédio dela. Torcedores de São Paulo, de Minas Gerais, do Nordeste e de outros estados tinham acesso àquela seção e de igual maneira expressavam suas idéias, seus sentimentos e também seus ressentimentos.

Destarte, embora se continue sem saber o que aconteceu mais amiúde no encontro entre atleticanos e vascaínos naquela tarde de setembro de 1968, nem

<sup>190</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1967, p. 10.

<sup>191</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 22 e 23 de setembro de 1968, p. 04.



tampouco entre atleticanos e botafoguenses no final de 1967, é possível ter uma idéia da gravidade dos confrontos por meio da carta de um correspondente mineiro intitulada “Nem choro nem vela”, na qual articula com clareza memória e ressentimento:

“Estamos esperando a torcida do Vasco para o jogo contra o Cruzeiro aqui no Mineirão no próximo dia 27. Saibam os torcedores do Vasco que nós não nos esquecemos do que aconteceu aí no Estádio Mário Filho naquele jogo em que o Atlético perdeu. Fomos vítimas de uma verdadeira selvageria e estamos aguardando o troco para o próximo dia 27. Atenção torcedores do Vasco: venham quentes porque a torcida mais famosa e potente do Brasil – a do Atlético Mineiro – está à espera de vocês. Vocês ainda se lembram do que aconteceu naqueles jogos contra o Botafogo ? Pois é, vocês começam e depois não queremos choro nem vela. Vamos ver se os vascaínos são bons cabritos e não berram”. (Rômulo Brandão Torsequi, BH, MG).<sup>192</sup>

Enquanto torcedores de equipes de estados diferentes desenvolviam essa indisposição inicial e elevavam-na a um alto grau de intolerância, a ponto de relembra-la no ano seguinte, com uma seqüência de retaliações e de represálias que parecia cada vez mais se agravar, outras torcidas, ao revés, nutriam respeito e se consideravam umas às outras a cada jogo e a cada torneio anual em que voltavam a se encontrar. A criação de um sistema de apoios e de alianças mútuas dependia de um princípio evocador da *síndrome de Beduíno* de que falavam os jornalistas e estudiosos europeus: para ter um aliado num estado da federação era forçoso ter como oponente a torcida do clube rival da região a que se comparecia. Assim, por exemplo, se torcedores atleticanos recebiam mal os botafoguenses, poderiam a seguir receber bem os flamenguistas, e vice-versa. Em retribuição a um bom acolhimento no Mineirão, se seguia uma calorosa recepção rubro-negra aos atleticanos no Maracanã na partida seguinte. Os torcedores do Flamengo, por seu turno, pareciam eleger de modo quase automático os cruzeirenses como adversários, ao passo que estes por sua vez iam acolher os vascaínos como parceiros fraternais.

A simpatia também poderia ser contraída por processos denotativos de identificação. Por exemplo: Flamengo e Atlético identificavam-se como “times do povo”, times da massa, enquanto Vasco e Cruzeiro filiavam-se como clubes oriundos de colônias, portuguesa e italiana, respectivamente. É claro que isto

<sup>192</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1968, p. 04.

não era obrigatório, nem determinante para as alianças, mas em algum momento esse aspecto da identidade clubística poderia vir a ser ressaltado. A implementação desta lógica pode ser observada em duas cartas publicadas no *Jornal dos Sports* datadas 1969. Elas expunham as justificativas legitimadoras de tais atitudes no raciocínio e na versão dos torcedores. Alinhavadas essas cartas, podia-se chegar à gênese das filiações e dos desentendimentos:

“Solidariedade da massa”: “Em nome de toda a massa rubro-negra, agradeço ao chefe da charanga atleticana, o Júlio, que muito nos ajudou quando lá estivemos para o jogo Flamengo e Cruzeiro. A torcida atleticana provou que as massas são também grandes na educação e na gentileza. Mas a nota triste foi para dada pela torcida do Cruzeiro, à saída do Mineirão: fomos por ela apedrejados e não sofremos mais graças à intervenção de terceiros. Muito obrigado ao Júlio e toda a torcida do Galo. Isso serviu para que os poucos cruzeirenses que havia na torcida rubro-negra se tornassem fãs do Galo. (Mauro César, Copacabana, Rio, GB)”<sup>193</sup>.

\*

“Forra”: “Quero dizer ao colega Mauro César que ele não foi o único atingido pela torcida cruzeirense. Por ocasião do jogo Fluminense e Cruzeiro, aqui no Rio, eu e um colega fomos covardemente agredidos, mas a massa tricolor, irritada com a derrota de 3 a 0, baixou o pau neles. Depois dessa confusão, um torcedor do Cruzeiro gritou que ia baixar o pau nos rubro-negros lá no Mineirão. Por isso a torcida do Flamengo foi agredida em Minas. Mas isso não vai ficar assim, a massa rubro-negra vai à forra. (Leonardo Loppi, Copacabana, GB)”<sup>194</sup>.

Em 1969, o apoio dos rubro-negros aos atleticanos no Maracanã em uma partida contra o Botafogo, na qual se avistavam quatro bandeiras do Flamengo, era taxado por um missiva como “Conluio”<sup>195</sup>, cindindo a união dos cariocas na Taça Brasil, o que para outros poderia ser “Dor de cotovelo”<sup>196</sup>. Muitos correspondentes preferiam, ao invés de reclamar, convocar torcedores para as caravanas: “Vamos lá”<sup>197</sup>, “Presença na adversidade”<sup>198</sup>. Viagens mais distantes, como ao Rio Grande do Sul, podiam eventualmente trazer dissabores. Na carta “Guerra”, uma torcedora cruzmaltina se queixava da maneira pela qual havia sido tratada no Beira-Rio pela torcida do Internacional, com ofensas,

<sup>193</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1969, p. 06.

<sup>194</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1969, p. 06.

<sup>195</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1969, p. 06.

<sup>196</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 28 de março de 1973, p. 06.

<sup>197</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1969, p. 06.

<sup>198</sup> Cf. *ibid.* Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1969, p. 06.

pilhérias e desacatos. A leitora sugeria para Porto Alegre o que já havia sido adotado para o Maracanã: a separação das torcidas pela polícia, com a divisão de territórios que impedisse o contato entre os torcedores adversários<sup>199</sup>.

Enquanto as cartas forneciam grandes subsídios, eram raras as manchetes de primeira página referentes ao deslocamento de torcedores. Mas elas ocorriam, de quando em vez, em razão de algum acontecimento extraordinário ou desastroso. A 21 de novembro de 1968, por exemplo, uma grande manchete seguida de foto estampava: “Tragédia abala o Vasco: acidente com torcedores tratizou todo o time.”<sup>200</sup>. A reportagem informava sobre o desastre sofrido por um ônibus da Torcida Organizada do Vasco, no regresso de São Paulo ao Rio, após o jogo em que a equipe perdera de 2 a 1 para o Corinthians. Durante a noite, na Via Presidente Dutra, na altura da cidade de Cruzeiro, o ônibus com os torcedores desviou-se da auto-estrada e tombou na ribanceira, ferindo quinze passageiros, três deles em estado grave, inclusive a chefe da torcida, bem conhecida no meio esportivo e na cidade, Dulce Rosalina. No dia seguinte, nova matéria voltava a abordar o caso e a relatar a situação dos acidentados em “O drama dos torcedores”<sup>201</sup>. Na terceira página do jornal, acompanhava-se com mais atenção o sofrimento da líder cruzmaltina, hospitalizada, internada na Santa Casa de Cruzeiro, o que provocou seu afastamento dos estádios por vários meses.

Assim, já nos primeiros anos de realização da Taça de Prata, os torcedores de clubes do Rio de Janeiro criavam o hábito de se dirigir aos estados mais representativos da força econômica, política e futebolística nacional – São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul – a fim de assistir aos jogos de suas equipes. Tais viagens ensejavam contatos pessoais de torcedor a torcedor, de torcida a torcida, de liderança a liderança. O estabelecimento de relações cordiais e de civilidade, com a alternância entre receber bem e ser recebido cordatamente, era uma pré-condição para jogadores, jornalistas e dirigentes, modelo que em princípio tentava ser estendido aos torcedores. Não obstante, ao contrário da maior estabilidade na recepção entre os principais personagens esportivos, o universo dos torcedores desde o início parecia

---

<sup>199</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1968, p. 06.

<sup>200</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1968, p. 01.

<sup>201</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1968, p. 03.

vivenciar essa relação de maneira mais tensa e intensa. Como exposto acima, o acolhimento de torcidas adversárias era alvo de incidentes já no final da década de 1960. As poucas informações, que apenas salpicavam dos relatos jornalísticos, sem maiores esclarecimentos, permitiam com isto tão-somente uma idéia vaga das causas atuantes, dos fatores intervenientes, daquilo que concretamente ocorria nas viagens, dentro e fora dos estádios.

No intuito de dirimir essas dúvidas e de descrever a novidade daquele fenômeno, saciando a curiosidade de muitos leitores, um jornalista do *Jornal dos Sports*, Altair Baffa, consagraria uma grande reportagem acerca das caravanas. Para isto, ele se aventurara em uma excursão organizada por um recém-fundado grupo de torcedores do Flamengo, a Torcida Jovem. Em novembro de 1970, o jornalista publicava em matéria de página inteira a sua experiência de viajar com os componentes da Torcida Jovem do Flamengo para um jogo contra o Cruzeiro em Belo Horizonte. O título da matéria, “A longa viagem da tristeza”, aludia à melancolia e ao cansaço dos torcedores no retorno ao Rio, em razão da derrota do clube no Mineirão. O jornalista contrapunha dessa maneira o ambiente festivo da saída da caravana ao clima sorumbático da volta. Se sua estratégia narrativa era começar o artigo pelo desenlace final do jogo, para só depois começar a narração da história da viagem dos torcedores, o jornalista descrevia passo a passo o périplo, em formato de um diário. Além disso, o jornalista cronometrava a passagem do tempo em cada uma das suas etapas fundamentais – basicamente as mesmas a que se referiam Miceli e Todelo — e dava destaque especial às cenas curiosas, às anedotas pícaras e pitorescas que despontavam daquela jornada.

Talvez por não se tratar de partida decisiva, nenhum conflito mais grave com a torcida do Cruzeiro era registrado:

“Tostão entra pela área do Flamengo, dá uma ginga de corpo e tira Washington e Reyes da jogada. Leva a bola para a perna direita e chuta com violência, sem chance para Ubirajara. Cruzeiro 3 a 1. O Flamengo perde um jogo que começou ganhando e a invejável invencibilidade na Taça de Prata. As dezenas de bandeiras que a Torcida Jovem levou do Rio a Belo Horizonte arriam bruscamente. Os surdos param de tocar. Muitos torcedores não escondem as lágrimas. Termina ali uma alegria que durou 15h30m de uma viagem de ônibus e uma espera de 8h na cidade, nas quais não se come e não se dorme, embora não falem foguetes e batucada. As faixas colocadas no alambrado da arquibancada no Mineirão são retiradas. As bandeiras

saem do bambu e são enroladas. Os surdos deixam os ombros da meninada por determinação do Diretor de Bateria Antônio Rodrigues Nascimento e silenciam de vez. Os papéis picados de cinco sacos de 60 kg jogados à entrada do time estão coalhando o chão e compõem o quadro de tristeza que toma conta daquela arquibancada distante mais de 500 km do Mário Filho. Chove muito. A Torcida Jovem vai saindo aos pouquinhos, cabisbaixa, à procura dos ônibus que estão estacionados fora do Mineirão. Todo mundo molhado, ensopado mesmo. Vai começar a longa viagem de volta. Não pelo tempo, que foi inferior em três horas ao de ida. Mas pelo clima de tristeza existente. Todos alegam um cansaço que não teriam se o Flamengo vencesse e dormem. Há um pouco de alegria apenas quando um dos homens enguiça 30 km de distância do Rio. Tia Helena é a própria imagem que domina a torcida: — estou apaixonada, estou apaixonada.

**A espera.** Desde as 13h há gente chegando na Praça Serzedelo Correia, em Copacabana. É um sábado de tempo nublado, previsão de chuva. A saída da caravana da Torcida Jovem está prevista para as 15 h. As imensas bandeiras são estendidas ao longo dos bancos do jardim, enrolando as árvores, cobrindo o chão. Os sacos com papel picado num canto, ao lado de grandes caixas de papelão com morteiro. Os torcedores vão chegando, camisa rubro-negro bordada com Torcida Jovem no peito. Os quatro ônibus demoram e os grupinhos se formam para comentar a importância do jogo com o Cruzeiro. Só às 16h20m, depois de serem divididos os torcedores pelos quatro ônibus, a caravana sai. O primeiro carro denomina-se ‘Xepa’; o segundo ‘Ki-Zumba’; o terceiro ‘Bagaço’; o último, ‘Museu’, onde estão os jovens-velhos da torcida. O coro marca a saída da caravana e é acompanhado de foguetes e das buzinas de quatro ônibus. Minutos depois uma grande frustração: não poder soltar fogos em frente à sede do Botafogo, porque ao lado tem o Hospital Estadual Rocha Maia. Um pouco mais à frente, porém, grande euforia: a caravana passa em frente à sede nova do Flamengo e não se poupam foguetes. Frustração e alegria seriam substituídas, às 17h10m, por muita irritação: na entrada da Rio – Petrópolis, um dos ônibus dá defeito e fica-se esperando até às 18h55m que ele volte ou venha outro. Vem outro. Enquanto isso, a torcida, camisa do Flamengo e tudo, vai jogar uma ‘pelada’ num gramado em frente. A caravana está parada em frente à Sociedade dos Emaús do Brasil. Muitos dos que vivem ali internados vêm para o lado dos torcedores e pedem informações sobre o Flamengo. Um dos internos, Joel Guerra Lonato, conquista a todos ao cantar uma marchinha que fez em 1955, quando o Flamengo ganhou o tricampeonato carioca de futebol. O título é Flamengo do meu coração: — ‘Quando eu morrer quero ser enterrado/ com as cores do meu pavilhão/ com veludo preto e encarnado/ Flamengo do meu coração’.

**Polícia Rodoviária: Mengô.** Noite fechada e fria, às 20h15m, a caravana passa pelo posto da Polícia Rodoviária em Petrópolis. Os três guardas de plantão, depois de rápida inspeção, gritam ‘Mengô’ e vibram quando alguns foguetes explodem. O jantar foi em Areal às 20h50m. Na verdade, a expressão jantar é força de expressão. Alguns, ou muito poucos, jantam. O sanduíche e a média são o prato mais votado. Continua-se a viagem, velocidade máxima de... 70 km horários e a Três Rios, a próxima parada, chega-se às 10h50m. Juiz de Fora é lugar de um lanche reforçado, e a cidade acorda bruscamente, porque alguns foguetes explodem no ar. Paras-se no bar que parece o

da ‘onda’ em Juiz de Fora. É o bar do posto Elefantinho, e os rapazes da cidade, todos motorizados e bem vestidos, ficam atônitos com a manifestação: — ‘Uma vez Flamengo, sempre Flamengo...’ O hino do clube acorda, definitivamente, quem não estivesse. A saída para Conselheiro Lafaiete só ocorre às 24h40m e este trecho é coberto em 2h50m. Aí há uma pequena confusão: dois ônibus — ‘Xepa’ e ‘Museu’ — param num bar da Mantiqueira, enquanto os outros dois vão mesmo para Lafaiete. Por causa disso, a saída para a última parada — Belo Horizonte — só acontece às 5h35m. Ficou-se sabendo que o atraso se deu porque a turma do ‘Museu’ foi descansar para agüentar a virada. Tio Guima, porém, explica que a viagem é feita assim para que a caravana entre em Belo Horizonte dia claro, a fim de acabar de acordar os mineiros. E, às 7h20m, os ônibus entram na Avenida Afonso Pena. Papel picado, foguetes, bandeiras tremulando, o coro sonoro: ‘Mengô’, ‘Mengô’...

**A ocupação da Praça.** A delegação rubro-negra está hospedada no luxuoso Hotel Excelsior. É para lá que a caravana se dirige. Quando chega, acorda os jogadores com o foguetório que solta. Os ônibus ainda não estão totalmente vazios, e eis que um dos mastros da sacada do hotel recebe uma bandeira rubro-negra. A ‘ocupação’ é completada com a colaboração de uma faixa na grade da lanchonete, de frente para a Rua Caetés: ‘Flamengo até morrer’, escrito em branco, em cinco metros de comprimento. Os jogadores custam a descer e não são todos os que descem. Há grande expectativa, especialmente por parte das meninas para ver seus ídolos. Arílson, Caldeira e Ubirajara estavam no saguão, conversando com alguns torcedores, quando chega Iustrich, num táxi-mirim, e os chama para cima. — Vamos gente, porque o jogo é duro. Os jogadores sobem, os torcedores dispersam. Vão para o outro lado da rua. Pegam as bandeiras e a bateria. Fazem um verdadeiro carnaval: ‘Uma vez Flamengo, sempre Flamengo...’. O povo passa, ainda mal acordado, e fica atônito. A vibração aumenta a cada carro particular, placa da Guanabara, que chega com torcedores e bandeiras rubro-negras.

**Comer, dormir, prá quê.** Uma viagem de 15h30m, quando normalmente é feita em 9h. Uma viagem em que a única preocupação é cantar. Comer e dormir, pra quê? Este é o ponto de vista de César Roberto Pereira da Silva — o Betão —, um rapaz moreno e magro, 22 anos, que na metade do caminho não tem voz nem para pedir um cigarro. — O negócio é gritar o nome do Mengão do Rio a Belo Horizonte. Esse negócio de comer e dormir fica para quando a gente voltar para casa. Funcionário do Ministério do Exército (Fábrica do Andaraí). Betão — como gosta de ser chamado — ganha Cr\$ 198.00 mensais e diz que ‘isso não dá nem para as viagens nem as arquibancadas para ver o Mengão jogar’. Isso se passa com quase toda a delegação, especialmente com a rapaziada da bateria e do ônibus ‘Xêpa’. Nas paradas para jantar ou lanche, a turma se preocupa em cantar o hino rubro-negro, muito pouco em comer. Muitos vão sem dinheiro, como o caso de Frigideira, um crioulo magro e simpático, que não se separa de uma frigideira para ajudar no ritmo da bateria.

**É hora de ir ao estádio.** Quando a caravana chega em frente ao Hotel Excelsior, todos são avisados de que os ônibus sairão ao Mineirão às 13h, sem falta. Quem tiver vontade ou dinheiro para comer, que o faça até esta hora. Quem tiver sono, que durma. Mas muito poucos fazem isto. Na hora marcada saem os ônibus para o Mineirão. Mais foguetes, mais papel picado, todas as bandeiras nas janelas. O estádio é bonito

com o estádio bem tratado. A Torcida Jovem chega e vai logo para o lugar onde normalmente fica a torcida do Atlético: no meio do campo. Os atleticanos estão juntos. Afinal, o jogo é contra o Cruzeiro. Várias faixas são estendidas no alambrado da arquibancada, as bandeiras são agitadas, a bateria esquentada e toca samba com cadência e vibração. O coro é alucinante: ‘Mengô, Mengô...’. A torcida organizada do Cruzeiro é menor que a do Flamengo. Os mineiros só têm uma faixa no alambrado da arquibancada: — ‘Avante Cruzeiro’ — e nem uma dúzia de bandeiras. Bandeiras a Torcida Jovem tem mais de cinquenta, que são agitadas desde o momento em que o alto-falante anuncia a escalação da equipe. Quando Paulo Henrique aparece na boca do túnel, a chuva de papel picado dificulta a visão do gramado. O jogo começa e o Flamengo marca primeiro com Nei. Pois na rede de Raul e uma vibração de arrepiar. Sentados, lado a lado, dona Maria dos Santos, 60 anos, madrinha de José Ramon, um menininho membro da bateria; dona Helena Przewodovski, mãe de Vânia (Rainha do Mengô-70), e dona Terezinha Jardim. Elas não se contêm e gritam. Dona Helena chega a chorar de emoção: ‘Mengô, Mengô’. O Cruzeiro logo empata, com Dirceu Lopes, mas o que se ouve não é a comemoração da torcida mineira, mas o grito de incentivo da Torcida Jovem: ‘Mengô, Mengô’. Mas o Flamengo, melhor em campo, chega aos 3 a 1 e derruba o Flamengo. A tristeza impressiona qualquer um. Vai começar o longo caminho da volta.

**Rainha triste.** Vânia Przewodovski, 18 anos, Rainha do Mengô-70 com todos os méritos fica com o olhar parado no campo, enquanto o juiz acaba o fogo e Brito se desentende com Iustrich. — O Flamengo é a paixão de quase 90 milhões de brasileiros e nessa hora há muita tristeza no Brasil. Sua mãe, dona Helena, vem com os olhos cheios de lágrimas, abraça Vânia e começa a tirar-lhe a camisa rubro-negra. As duas têm os olhos fixos no campo, e lentamente vão saindo em direção aos ônibus. Vânia fala baixo: — Puxa, o time jogou bem. O azar foi o Cruzeiro empatar logo em cima. Se o Flamengo virasse com 1 a 0, tenho certeza que agüentaria o placar. E, quando o Cruzeiro vencia por 2 a 1, o Raul fez duas defesas milagrosas.

**Time do povo.** Os 14 anos de Paulo Ferraz são de muita inteligência e vivacidade. De cabeça baixa, sem querer falar muito ele vai saindo do Mineirão, camisa da Torcida Jovem: — Sou Flamengo por causa de tudo. O Flamengo não é o time do povo? Por isso sou Flamengo. Um pouco atrás vem Mônica Chaves, uma linda morena, tipo caboclo, 14 anos de idade. Está acompanhada do pai, um ‘coroa’ simpático e brincalhão, eu parece muito com Vinícius de Moraes: — Não merecíamos este placar. Jogamos bem e tivemos mais oportunidades do que o Cruzeiro. Monique, porém, mostra-se otimista e acredita demais no time: — Perdemos a invencibilidade mas não perdemos a Taça. Vamos partir para cima do Santos com toda força. Este aliás é o pensamento de Eni de Paiva, uma lourinha que sai da Ilha do Governador com qualquer tempo e em qualquer lugar para ver o Flamengo jogar: — O Flamengo está dentro de mim desde quando eu ouvi a gatinha do Ari Barroso numa irradiação de um jogo dele. Eu acabara de regressar dos Estados Unidos, onde havia morado e não mais esqueci daquele nome: Flamengo. Eni corre da chuva forte que cai ao término da partida e, ao entrar no ônibus, molhada, cansada e tristonha, desabafa: — Acabei de chorar por causa dessa derrota mas tenho certeza que vou chorar muito mais para comemorar bonitas vitórias e a conquista da Taça de Prata.

**Silêncio, os ônibus estão voltando.** Pouco depois das 18h a caravana deixa o Mineirão direto ao Rio. Não há motivo para parar no centro de Belo Horizonte. Não há foguetes, nem papel picado nem bandeiras do lado de fora das janelas. Há, isto sim, muita gozação de alguns poucos cruzeirenses: — Cadê o Mengão?... Os vidros dos ônibus estão fechados e ninguém responde. No ‘Bagaço’, um dos ônibus mais animados, não se ouve uma só voz. Antônio Carlos ‘Palavrão’, que foi o tempo todo falando ao som do microfone do cicerone do ônibus de turismo, está recostado na poltrona ao lado do motorista Andrada e, em dado momento, grita: — Eu quero dormir, pô. Vê se não faz barulho aí atrás. Quando o ônibus arrancando, aparece Frigideira, um mulato magrinho da bateria, a ‘velha’ frigideira debaixo do braço, pedindo uma carona. Ele tinha ido a Belo Horizonte num ônibus da carreira, porque não tinha os Cr\$ 32,00 da passagem de ida-e-volta. Foi com Cr\$ da passagem mais Cr\$ 6,00 da arquibancada e Cr\$ 3,00 para o resto. Está molhado feito um pinto. Numa cadeira do canto, Jomir Pereira da Cruz guarda com carinho um livro com todos os feitos do Flamengo em 70, desde o início das atividades da Torcida Jovem. Jomir queria registrar mais ‘uma grande vitória do Mengão’. — Eu quero dormir, pô. Vê se não faz barulho. Uma rápida parada na saída de Belo Horizonte, para abastecimento, e rumo a Conselheiro Lafaiete, onde se chega às 21h05m. E mais da metade da torcida, a esta altura, já está sem a camisa rubro-negra. E mais da metade, sem dinheiro e chateada, prefere ficar dormindo no ônibus porque não há razão especial que a faça sair na chuva. Não é preciso ficar em Lafaiete por isso mesmo. A caravana sai em direção a Juiz de Fora e não há parada para lanche. O sono alimenta e como todos estão dormindo, ninguém tem fome. Este parece ser o raciocínio dos quatro motoristas. Pé na tábua, vai a caravana, silenciosa, comendo a estrada rumo ao Rio. Só há uma parada antes da chegada ao ponto de partida. Uma parada forçada, porque o motorista Andrada, do ‘Bagaço’, na ânsia de comer — ele não disse por qual time torce — esqueceu de abastecer o ônibus. O enguiço ocorre a uns 30 km de distância do Rio. Eram 4h10 da manhã. Andrada parece não saber que seu engano vai proporcionar um pouco de alegria àquele grupo triste. O ônibus para e aos poucos vão acordando todos, menos Eni e Augusto que estão ferradas. Antônio Carlos ‘Palavrão’ volta aos seus melhores momentos, auxiliado por Onça. Paulo Afonso Almeida, encarregado do ônibus, fica num canto rindo sem parar das diabruras dos dois que soltam foguetes àquela hora e naquele local, espantando muitos roceiros. Com o barulho acorda também Elmo, um moreninho magro muito engraçado, que fica na estrada para parar os carros e pedir auxílio. Consegue seu intento várias vezes, mas o motorista diz que é melhor esperar um ônibus da caravana. Toca de esperar. O primeiro ônibus da caravana a aparecer foi o ‘Museu’, às 4h50m. Foi feita uma sangria de um para outro tanque e a viagem prossegue, às 15h15m. Andrada acelera com vontade, abastece mais adiante, e entra na Avenida Brasil às 6h10m. A esta altura todo mundo já estava acordado e procurando brincar para esquecer o que havia acontecido no dia anterior, tão longe. Antônio Carlos ‘Palavrão’ se encarrega das piadas, ao lado de Onça: — Perdemos, sim, mas fomos lá. A Torcida Jovem não deixa o Flamengo desprotegido em nenhum lugar. Perdemos, mas fomos lá, ouviram? Antônio Carlos ‘Palavrão’ dirigia-se com raiva ao povo que, comprimido nos ônibus suburbanos, ia



trabalhar, enquanto ele voltava de uma quase louca viagem de 28h para torcer, vibrar e acabar se entristecendo com o Mengão.

**Um grande exemplo.** Em suas ‘Histórias do Flamengo’, Mário Filho tem uma frase sábia: — Escolhe-se um clube como se escolhe uma mulher. Para toda a vida ou até que Deus separe. É mais difícil deixar de amar a um clube do que a uma mulher. Mas não basta apenas escolher um clube e ficar a adorá-lo platonicamente ou através de um cupido. Deve-se escolhê-lo e amá-lo participando de seus problemas e procurando resolvê-los. Por isso é grande o exemplo que dá a Torcida Jovem do Flamengo. Não que ela seja mais fanática que as outras, não. O torcedor, o seu fanatismo, é talvez mais importante que o jogador, o treinador ou o dirigente. Estes passam e se renovam. O torcedor, não. Continua na sua paixão a embelezar os estádios, a chorar de tristeza e alegria, a carregar bandeiras e a ficar na chuva para ver seu time ganhar e perder. O exemplo que dá a Torcida Jovem do Flamengo é que ela surgiu num dia em que somente se pensa em ir para casa, dormir e esquecer o ‘pesadelo da derrota’. A Torcida Jovem existe, como frisam seus responsáveis, não apenas para dizer ‘amém’ a todos os dirigentes, jogadores e treinadores. O apoio é irrestrito mas desde que se esteja trabalhando pelo engrandecimento do Flamengo. Seu lema diz tudo: NADA DO FLAMENGO, TUDO PARA O FLAMENGO. Veja-se, por exemplo, a situação da torcida do Vasco. Este ano, quando vinha bem e conquistou o campeonato perseguido há doze anos, ela só se fez presente com a força da sua força no último jogo. Na partida decisiva, contra o Botafogo, a renda não foi compatível com as tradições da torcida vascaína. Pouco mais de Cr\$ 250,00 mil, quando na final do ano passado o Fla-Flu rendeu.... Cr\$ 697,00 mil e quebrados. A torcida do Vasco precisa reviver os grandes dias de sua presença nos estádios. O futebol carioca, o futebol brasileiro tricampeão do mundo, enfim, não pode sentir a falta da força do Vasco nas arquibancadas. Que apareçam os jovens vascaínos para mostrar seu amor ao Vasco como fizeram os jovens rubro-negros. O amor ao clube está acima de tudo, seja na derrota, seja na vitória.<sup>202</sup>

Em realidade, esse alentado relato era a terceira parte de uma reportagem especial dedicada à Torcida Jovem do Flamengo. Na primeira matéria, ao abordar aspectos da fundação do grupo, o jornalista pontuava algumas informações colhidas com a líder, Tia Helena. Esta senhora prestara várias das informações que constavam nas três grandes reportagens especiais. Sendo caracterizada por Altair Baffa como “exigente, severa e dedicada”, Tia Helena discorria na primeira matéria sobre a idéia de ter representantes da Torcida Jovem em cada um dos estados da federação, a fim de desenvolver um trabalho de “boa vizinhança” com as demais torcidas. Em São Paulo, graças às viagens, estabelecera contato com Jorge Luís, um santista que em 1969, sob influência

<sup>202</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1970, p. 08.

de Tia Helena, resolveu fundar a Torcida Jovem do Santos. No Rio Grande do Sul, apesar da distância territorial, o que intensificava a troca de cartas particulares entre eles, as relações eram com José Ferrari, do Internacional. Já em Belo Horizonte, o contato se dava com Júlio, o tradicional chefe da charanga do Atlético, torcedor que fazia questão de receber e de saudar as caravanas da torcida do Flamengo.

A criação desse ambiente de amizades entre lideranças de torcida e o reconhecimento das caravanas como uma prática regular, não apenas espontânea e ocasional, repercutiam nas reportagens do próprio *Jornal dos Sports*. Pouco tempo depois da matéria especial de Altair Baffa, as excursões de torcedores chegavam à primeira página do jornal com um enfoque que salientava sobretudo seus aspectos festivos. A quatro e a cinco de dezembro de 1970, o *JS* dava cobertura em suas manchetes não ao jogo entre Flamengo e Corinthians, mas aos preparativos dos torcedores rubro-negros que viajariam a São Paulo: “Mengão prepara invasão: torcida vai em peso ao campo inimigo”<sup>203</sup> e “Avante Mengão: torcida carioca dá o grito de guerra em pleno Pacaembu”<sup>204</sup>. Na matéria correspondente, Tio Guima e Tia Helena previam cerca de quinze mil torcedores do Flamengo no jogo, que se deslocariam de diversas maneiras: ônibus fretados, ônibus de linha, carros particulares e até trens que sairiam da Estrada de Ferro Central do Brasil. As charges de Henfil completavam a cobertura do jornal, com o favorecimento de um clima de festa para a ida a São Paulo.

Se a campanha para a classificação do Flamengo às finais da Taça de Prata faria o jornal dar destaque à peregrinação dos torcedores rubro-negros para a capital paulista, seriam todavia os torcedores do Fluminense que assistiriam sua equipe chegar à disputa decisiva. Em meados de dezembro de 1970, o *Jornal dos Sports*, embora sem a chamada na primeira página, publicaria a movimentação dos tricolores para a final: “Torcida vai com o Flu”. Sérgio Aiub, um dos responsáveis pela caravana dos tricolores, cuja liderança era agora dividida com chefes de torcida de grupos que acabavam de surgir, como a Força-Flu e a Young-Flu, fazia a seguinte provocação aos cruzeirenses, no dizer do jornal: “A torcida do Fluminense vai fazer Belo Horizonte

<sup>203</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1970, p. 01.

<sup>204</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1970, p. 01.

explodir”<sup>205</sup>. Ao final, com uma vitória de dois a zero sobre a equipe local, na noite de 16 de dezembro, uma quarta-feira, o Fluminense conquistaria a Taça. Dois dias depois, em sua última página, o *JS*, que não abordara a ida a Minas Gerais, daria ênfase à alegria do regresso dos ônibus tricolores ao Rio de Janeiro. Na manhã do dia 17, os ônibus de tricolores atravessavam a Avenida Rio Branco, com buzinas, bandeiras desfraldadas e uma chuva de papel picado atirada dos prédios da avenida, em um desembarque festivo das torcidas organizadas do Fluminense, que se prolongaria na Cinelândia durante aquela manhã<sup>206</sup>.

Apesar da descrição do ambiente de festividade das caravanas, as expressões cunhadas pelo *Jornal dos Sports* eram reveladoras do imaginário bélico que se adejava ao discurso esportivo. Elas podiam ser aferidas em uma classe de palavras específicas: “invasão”, “campo inimigo”, “explosão” e “grito de guerra”, apresentado pelo periódico na manchete de sua primeira página. Embora não seja possível afirmar que esses termos eram de autoria dos repórteres do *Jornal do Sports*, pois pertenciam a um vocabulário esportivo mais amplo e mais antigo, pode-se especular o quanto essas metáforas eram apropriadas pelos torcedores em sua leitura das viagens. Segundo o psicólogo social norte-americano Anselm Strauss, a linguagem, a identidade e o ato de nomear compõem uma totalidade significativa, tríade da qual as *palavras* e as *coisas* não podem se desvencilhar. O significado de um termo sugestivo como “invasão”, o simples ato da sua nomeação, que se arraigaria na representação da viagem a uma outra região e a um outro estádio para torcer por um time, tem implicações cruciais na idéia de alteridade e de ocupação de um território alheio. Toda a sua força expressiva passa a se associar ao vocabulário das caravanas, não apenas por iniciativa dos jornalistas esportivos como também dos próprios viajantes que a adotam com rapidez.

Assim, no ano de 1971, quando o Campeonato Nacional de futebol no Brasil foi instituído, essas expressões se tornariam correntes. Elas passariam a descrever o deslocamento das torcidas, em especial nos momentos decisivos e nas partidas eliminatórias. Se até então as narrativas falavam da ida dos torcedores cariocas a São Paulo ou a Minas Gerais, desta feita invertia-se a

<sup>205</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1970, p. 07.

<sup>206</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1970, p. 14.

direção: falava-se agora da vinda dos torcedores desses estados ao Rio. A final do campeonato daquele ano teve por cenário o Maracanã, para a decisão entre Botafogo e Atlético Mineiro. A vitória do time mineiro, com um gol de Dario Pereira, o popular Dadá Maravilha, daria o primeiro título nacional ao Atlético. Na cobertura das comemorações, era a vez de descrever a presença atleticana na cidade, que não se restringia à ida ao estádio. Desde o alvorecer daquele domingo de 19 de dezembro de 1971, a caravana mineira movimentava, e em alguns casos tumultuava, diversas partes do Rio de Janeiro, realçando o contraste entre o moroso domingo de descanso dos moradores da cidade e a incontida euforia dos viajantes.

A repórter Marina Alves dava sua versão, do ponto de vista “nativo”, na matéria “Invasão da cidade começou de manhã”:

“— Galô, Galô, Galô... O grito tradicional da torcida do Atlético Mineiro foi ouvido como nunca ontem, no Rio, desde as 6 horas da manhã, quando começaram a chegar os torcedores que vieram dar o incentivo ao seu time. Foi uma verdadeira invasão da Cidade, por 140 ônibus e milhares de carros particulares. Em todas as direções que se olhava, eram bandeiras e mais bandeiras desfraldadas de ônibus, carros particulares, táxis, além daquelas trazidas pelos torcedores que vieram de avião, trem ou outro qualquer meio de transporte que os trouxesse ao Mário Filho. Até o Sol deu sua colaboração, permitindo que toda aquela massa fosse dar um mergulho na praia, e a mais procurada foi Copacabana. Depois de um giro turístico, onde não faltou nem o papel picado, todas as faixas e bandeiras foram conduzidas para o Mário Filho porque o Atlético – toda a motivação para eles – disputava o título de campeão brasileiro de clubes. Não eram apenas torcedores de Belo Horizonte. Surgiram no trânsito do Rio, ontem, veículos de diversas cidades do interior de Minas Gerais, que se juntaram aos 140 ônibus da Torcida Organizada, comandada por Júlio, ‘O Mais Amigo’.”<sup>207</sup>

A cena se repetia a cada final de temporada, que coincidia com o calendário de encerramento do ano, às vésperas do Natal e do Ano Novo, quando as partidas decisivas faziam as caravanas ganharem maior vulto. A dimensão que algumas delas atingiam às vezes extravasava as fronteiras futebolísticas, acionava boa parte da imprensa e alterava o cotidiano de parcela considerável da população. A repercussão dos deslocamentos nos jornais, é claro, dependia da colocação e da classificação dos clubes cariocas para as

<sup>207</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1971, p. 05.

finais. Em 1972, o Botafogo se classificaria para as finais contra o Palmeiras após um empate contra o Corinthians no Maracanã na noite de 20 de dezembro, uma quarta-feira à noite, quando nove ônibus dos Gaviões da Fiel se deslocaram ao Rio. A conquista do título pelos palmeirenses no Pacaembu, no domingo seguinte, impediu maiores destaques do *Jornal dos Sports* à caravana dos cariocas torcedores do Botafogo. Em 1974, Vasco da Gama conseguiria a inédita façanha de tornar-se Campeão Brasileiro, conquistado no Maracanã contra o Cruzeiro. Título inédito entre os cariocas, a cobertura da conquista por parte do jornal se restringiria a uma abordagem parcimoniosa da comemoração na cidade. Tendo em vista que os jogos foram disputados “em casa”, nenhuma grande notícia sobre caravanas para fora da cidade se verificou.

Mas, ao leitor incauto, as informações relativas ao fenômeno das viagens poderiam passar despercebidas, se acaso não fossem vasculhadas todas as demais seções do jornal. Isto porque as notícias podiam ser obtidas nos lugares mais imprevisíveis do periódico. Em meados do ano de 1972, em um dos cadernos especiais do jornal, em particular aquele destinado à preparação dos estudantes para o Vestibular, qual não foi nossa surpresa ao encontrarmos uma inusitada variação acerca do tema em tela. Dentre as perguntas formuladas para o simulado preparatório de Francês, elaboradas pelo Curso Hélio Alberto, achava-se uma curiosa questão sobre a “invenção social da viagem” no século XX. Com base em um trecho do livro do escritor francês Pierre Daninos, *Le sang des hommes*, localiza-se a passagem em que se correlaciona a ação das viagens à sua necessidade intrínseca de narração:

“Le XXe siècle a même des inventions sociales: le voyage en groupe, par exemple. C’était donc un brain de gens en groupe. Des gens qui parlent. Des gens qui font. Des gens qui notent. Des gens qui notent ce qu’il font. Parce qu’après il faut raconter. C’est très important de raconter. On fait même le voyage pour ce qui ne peuvent pas le faire et a qui on pourra raconter. Ils étaient tous, d’ailleurs, fort occupés. On dit – Vacances – c’est une illusion. Un voyage en groupe, ça représente bien du travail. Avec le guide, impossible d’oublier quelque chose. Car lui saient tout, avec les dates et les histoires et il voit tout, même ce qu’il n’y a l’air de rien et que vous n’auriez pas pensé à soulever tout seul.”<sup>208</sup>

<sup>208</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 21 de junho de 1972, p. 10.

Em que pesem essas citações, que contribuíam para revestir com foros literários certas apreciações das viagens em grupo, prática descrita como um misto de trabalho e lazer, de prazer e devoção, a realidade das caravanas entre torcidas organizadas parecia ser menos edulcorada na pena dos torcedores. Estes continuavam a relatar com preocupação suas experiências pessoais fora do Rio de Janeiro, em acompanhamento às partidas de seus clubes. As vendetas iniciadas no final da década de 1960 tinham prosseguimento nos primeiros anos da década de 1970, com uma série de queixas de torcedores acerca dos maus tratos de parte de torcedores de outros estados, conforme vinha relatado na seção cartas da coluna *Bate-Bola*.

Na primeira edição do campeonato nacional, em 1971, os tricolores descreveriam sua excursão ao Parque Antártica na carta intitulada “Praça de guerra”<sup>209</sup>, na qual se referiam ao tratamento hostil dispensado pelos palmeirenses. Por alguma razão desconhecida, os jogos em Belo Horizonte tinham uma especial recorrência. Na carta “Casório Fla x Galo”, em 1973, leitor assegurava a continuidade das amizades entre as torcidas do Flamengo e do Atlético<sup>210</sup>. Mas essa aliança e essa amizade pareciam ser a exceção, não a regra. A capital mineira tinha a peculiaridade de ser a que mais problemas trazia, segundo os missivistas. Estes apelavam para as autoridades locais e solicitavam maior proteção e maior atenção. Fustigados pelos mineiros, os torcedores dos principais clubes do Rio de Janeiro solidarizavam-se entre si contra os ataques às caravanas cariocas, conforme se pode observar nas quatro cartas transcritas abaixo:

“Escudo”: “Todo torcedor que faz excursão com a sua torcida deve ir bem prevenido contra os ataques dos índios, especialmente, se o cara sair do Brasil e for a Minas Gerais. O último caso valeu mais de dez pontos com operação e tudo no supercílio do meu colega e se não fosse o aviso de outro eu ia servir de escudo para uma pedrada que arreventou o vidro traseiro do ônibus. Pois é, Minas Gerais, quem te conhece não volta jamais. (Rafael Côrtes Carvalho, Guanabara)”<sup>211</sup>.

\*

“Olho por olho”: “A Torcida Flatuante está indignada com o tratamento que recebeu na saída do Mineirão. Os mineiros (torcida do Cruzeiro) começaram a dar pauladas e pedradas nos componentes da torcida e a polícia demorou cerca de quinze minutos para tomar

<sup>209</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1971, p. 06.

<sup>210</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1973, p. 02.

<sup>211</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1972, p. 02

alguma providência. Mas de tudo nos resta um consolo: um dia o Cruzeiro jogará no Mário Filho e a torcida do Mengo (Flatuante principalmente) saberá pagar na mesma moeda. (Beto, Torcida Flatuante, GB).”<sup>212</sup>.

\*

“A revanche”: “Depois de ter assistido ao jogo entre Vasco e Cruzeiro, tive o desprazer de ver aquilo que um torcedor brasileiro não deve fazer nunca. No final da partida houve de tudo, meus caros. O comportamento dos torcedores foi lamentável. Eu, como torcedor do Vasco da Gama, estive em BH por duas vezes para assistir aos jogos de classificação do Nacional e da Libertadores da América. Infelizmente o que se passou foi uma lástima, pois eu mesmo tive que vir de carona, pois meu ônibus foi completamente danificado. Isso para não falar dos torcedores que ficaram em situação pior. Tudo isso, onde se pratica o melhor futebol do mundo é vergonhoso, pois tanto lá como aqui, o comportamento das torcidas foi lastimável. Gostaria de fazer um apelo para que todos os torcedores do Brasil não se comportem dessa maneira, pois, agindo assim, o nosso bellissimo futebol cairá por completo. Temos que levar em conta que o Campeonato Nacional já está breve. E como será Vasco x Cruzeiro aqui ? Espero que a CBD tome uma solução no sentido de coibir essas bobagens pois, caso contrário, este clima de guerra vai continuar igual lá o do Oriente Médio, onde não há vencedor nem vencido. Quero também esclarecer a profunda alegria e grata satisfação que tive quanto à volta de Dé, pois sou fã desse garoto. Portanto, não escondo a alegria em vê-lo de volta ao Vasco. Um forte abraço desse torcedor que tanto ama o maior futebol do mundo que é logicamente o do nosso Brasil. (Admar Colodette, Bonsucesso, Rio de Janeiro)”<sup>213</sup>.

\*

“O repúdio”: “A torcida Unifogo vem por meio desta repudiar violentamente os atos de violência praticados contra a torcida vascaína no último domingo. Já está se tornando rotina entre nós torcedores cariocas e de outros Estados sermos apedrejados e surrados por alguns torcedores mineiros. Fazemos um apelo aos Srs. Governador, Prefeito e Secretário de Segurança de Minas Gerais para que enérgicas medidas sejam tomadas. Não importa se estes times tenham ganho ou perdido, a história é sempre a mesma, pedradas e garrafadas são usadas contra os torcedores visitantes. O nosso intuito não é o de prolongar essa onda de violência que já atingiu proporções calamitosas, mas sim de alertar as autoridades desportistas e membros dos órgãos de segurança do nosso país para o que se passa antes, durante e depois de um jogo no Mineirão. Confiamos nas autoridades do nosso país, para que esses lamentáveis incidentes nunca mais voltem a ocorrer em nenhum lugar do Brasil. (Fernando Mesquita – RJ)”<sup>214</sup>.

A publicação dessas cartas tornava pública uma série de incidentes que se desenrolavam antes e depois dos jogos interestaduais, sem receber a devida atenção das autoridades e de parte da imprensa, à exceção desse pequeno fórum

<sup>212</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1972, p. 02.

<sup>213</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 01 de abril de 1975, p. 02.

<sup>214</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1976, p. 02.

de opiniões do *Jornal dos Sports*. Desta maneira, o *JS* cumpria um papel até certo ponto ambivalente. Por um lado, ele contribuía, embora de modo indireto, para a disseminação de um conjunto de termos com conotações bélicas, estimulando a assimilação desse tipo de representação entre os torcedores. A palavra *invasão*, por exemplo, seria irradiada pelo periódico desde pelo menos dezembro de 1970, quando aparecia na primeira página do jornal para caracterizar a caravana da torcida do Flamengo a São Paulo. A mesma expressão se repetia no final do ano seguinte, quando o periódico mencionava a vinda de 140 ônibus dos torcedores atleticanos ao Rio de Janeiro. Em vista disso, no mês de dezembro de 1976, quando ocorreu a propalada *invasão corinthiana* ao Maracanã para as semifinais contra o Fluminense, o sentido do termo já parecia familiar e corriqueiro na linguagem do jornalismo esportivo havia pelo menos seis anos. Os jornalistas favoreceram assim a construção de um imaginário épico em torno da presença da torcida do Corinthians no Rio de Janeiro, que “tomava de assalto” as praias, as avenidas e o próprio estádio.

Por outro lado, o *Jornal dos Sports* poderia ser visto não apenas como agente incitador, como fator estimulante e contribuinte para as rixas e para a agressividade entre os torcedores. A belicosidade da linguagem esportiva não era nem exclusiva às torcidas nem única a este jornal. O *JS* apoiava as iniciativas das torcidas organizadas e propiciava o acompanhamento dos bastidores dessas associações, através de informações que outros periódicos nem sequer cogitavam em fornecer. A coluna *Bate-Bola*, por exemplo, permitia a livre opinião dos leitores e, com isto, mesmo sem o saber ou querer, ela dava a conhecer inúmeras situações, tais como os conflitos relatados nas cartas acima entre as torcidas de diferentes estados. Esses fatos, que de outro modo permaneceriam encerrados em uma inimizade pessoal, em uma rivalidade particular, de grupo a grupo, ganhavam um caráter público com a divulgação do jornal.

A cobertura das caravanas é exemplar nesse sentido, pois ela revelava os conflitos internos às facções. Em dezembro de 1973, uma série de cartas abordava as caravanas da Young-Flu. Segundo o relato de uma passageira, na carta “Um caso de polícia”, os líderes da Young eram jovens imaturos e despreparados, não tinham responsabilidade para conduzir uma excursão daquele porte. Uma semana depois, em “Polêmica barata”, voltava-se ao



assunto com a descrição dos chefes da torcida, tidos como irresponsáveis. Pela mesma época, a questão do financiamento das viagens era assunto também problemático para os vascaínos e missivas eram enviadas ao jornal com denúncias de torcedores que viajavam de graça, às custas do clube. Outros minoravam o problema com licenças poéticas, como em “Dá-lhe Vascão”, onde Moacir Vaz escrevia: “Eli e Dulce guiando as grandes caravanas da esperança, correndo pelas estradas dos sonhos adormecidos... no cordão puxado pela Força Jovem (o grande surgimento nestes últimos dez anos)”<sup>215</sup>.

Todos esses novos ingredientes que se agregavam às viagens faziam outro repórter voltar a abordar o assunto. Passados três anos da matéria assinada por Altair Baffa, “A longa viagem da tristeza”, um repórter importante do jornal dava acentuado destaque ao tema. Em outubro de 1973, José Antônio Genheim, publicava a grande reportagem intitulada “Paixão: com ela não há limite nem distância que uma caravana não separe”, conforme já mencionado no segundo capítulo. Desta vez, não era uma, eram duas páginas inteiras consagradas a narrar uma caravana de viagem junto aos torcedores botafoguenses. Se os “tempos fortes” da viagem eram os mesmos das etapas descritas pelo colega Baffa, algumas diferenças relativas ao comportamento dos torcedores podiam ser já notadas naquele breve intervalo de tempo. Uma maior licenciosidade no interior dos ônibus, alguns incidentes mais graves nas paradas de estrada e conflitos com a torcida adversária eram narrados por Genheim.

De sua narrativa, pode-se dizer que é cuidadosa na observação dos acontecimentos, preocupando-se em ressaltar os aspectos históricos das viagens entre os torcedores, em documentar com fotos a caravana e em sublinhar as principais características observadas na excursão, de forma ainda mais meticulosa que Baffa. A sua transcrição, conquanto longa, é sobremaneira importante para o dimensionamento da questão e para a apreensão do discurso dos jornalistas:

“O torcedor de verdade, aquele que faz das partidas de seu clube o programa insubstituível dos fins de semana; que aguarda o próximo jogo lendo os jornais, discutindo as suas chances e participando intensamente dos bate-papos nas esquinas, botequins e nas rodas dos

<sup>215</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 26 de julho de 1974, p. 02.

amigos, preparando-se, assim, para extravasar no estádio toda a sua paixão clubística, viu-se de repente desafiado por um problema trazido pela disputa do Campeonato Nacional: as grandes partidas que sua equipe predileta tem de disputar em outros campos, em outros Estados, priva-o, às vezes, durante quase um mês, de ver seus ídolos e do convívio quente e próximo que só encontra nas arquibancadas de futebol. Como encontrar uma solução? Sua imaginação começou logo a funcionar. E não foi difícil achar a solução. Ao contrário, além de fácil, ela foi até agradável. Basta juntar os amigos, formar o seu grupo, alugar um ônibus e sair por aí, levando toda a sua paixão, para explodir por esse Brasil afora. Se um ônibus não bastava, alugava-se outro, ou quantos fossem necessários. No fim, estava formada a caravana, fenômeno relativamente novo no Brasil, que vem se acentuando a cada ano de disputa do Campeonato Nacional. É só pegar as bandeiras, os tambores e tamborins, e partir cantando e curtindo a viagem, sonhando com as emoções que o esperam no campo distante. Sem esquecer, é lógico, da garrafa de batida. E a torcida do Botafogo.

**Um pouco de história** – Quando se fala em caravana, o torcedor do Botafogo se lembra logo, com orgulho, da maior delas já formada até agora no Rio, embora ela lhe traga também recordações amargas. Foi por ocasião do jogo contra o Atlético Mineiro, em Belo Horizonte, pela Taça Brasil, realizado no dia primeiro de novembro de 1967. O Botafogo havia vencido a primeira partida no Rio, dia 12 de outubro (3 a 2), com um ‘olé’ comandado por Gérson, que com suas declarações provocou muita revolta à torcida mineira, que prometera forra em Belo Horizonte. Mas a torcida do Botafogo, comandada por Tarzã – ainda não havia as atuais facções – não se intimidou com as ameaças e passou a se preparar para ir apoiar o time no Mineirão, já que bastava o empate para assegurar a classificação. Na véspera do jogo, 38 ônibus lotados e embandeirados de torcedores alvinegros, com toda espécie de instrumento musical e muita esperança de uma vitória. Mas a vitória não veio e, o que foi pior, os mineiros cumpriram a promessa. Belo Horizonte viveu, naquela noite, um verdadeiro clima de guerra: um ônibus foi incendiado e alguns torcedores cariocas foram parar em hospitais. A vitória foi triste, mas a idéia, lançada pela primeira e maior de todas as caravanas já formadas, estava formada. E a partir de então se expandiu e está disseminada por esse imenso Brasil, pois para quem ama um clube, a distância não é obstáculo. É verdade que hoje não há jogo, em qualquer parte, em que não se veja na porta do estádio um ônibus pelo menos conduzindo torcedores do clube visitante. Apesar da triste experiência a torcida do Botafogo tomou novamente a iniciativa e foi a primeira a levar seu grito, suas bandeiras, seus instrumentos e sua paixão para bem longe do eixo central do país (Rio – Belo Horizonte – São Paulo). Ela foi a Porto Alegre, ver de perto a primeira partida do Botafogo pela Taça de Prata de 1969, contra o Internacional lá no Beira-Rio, partindo com três dias de antecedência. O jogo foi no dia 7 de setembro e na noite do dia 4m, três ônibus saíam da porta do clube, numa longa viagem que durou 32 horas enfrentando o frio e a chuva do sul. Mas tudo foi vencido em busca da alegria de estar perto de seu time.

**Preparativos** – A história de uma caravana começa bem antes. Muitas vezes quando as tabelas são divulgadas o torcedor começa a se movimentar para não ficar muito afastado de seu clube. Antes de

entrar no ônibus, há muita coisa a ser feita. O primeiro passo é divulgar a caravana pelos jornais, rádios e pela televisão, e para isso são escolhidos um ou dois componentes da torcida. Diariamente, eles se dirigem aos repórteres que cobrem o clube, vão às redações, às estações, com o maior entusiasmo, pois para eles essa é uma missão sagrada. Feito isso, eles permanecem o dia inteiro nos postos de venda, procuram os dirigentes em busca de todo o tipo de ajuda, inclusive financeira, o que não é difícil de obter. Paralelamente, os líderes de diversas alas se reúnem, marcam um ponto comum para a saída, esquecendo suas diferenças e unidos em torno do mesmo ideal: o clube para o qual torcem. É bem verdade que até a hora da saída, cada líder disputa com o outro o privilégio de ser o que mais ônibus lotou. Mas isso faz parte somente do que denominam ‘disputa interna’, já que contra as outras torcidas, todas se unem. Com os pedidos de reserva de passagens, já se pode então fazer uma previsão de quantos estão dispostos a integrar a caravana. É aí que os líderes se reúnem, vão a uma empresa e alugam os ônibus necessários, sem jamais se esquecerem de deixar pelos menos mais um de reserva, já que na hora do embarque chegam os que deixam tudo para a última hora. E a pior coisa é deixar um torcedor, geralmente com a bandeira do time, frustrado por não poder viajar. Em pé não se pode viajar, já que as empresas não permitem. Chega a hora de polir os instrumentos, verificar os arreios, recolher as bandeiras, que a viagem já está marcada. Começa, então, toda uma nova emoção, que só quem vive sua intensidade pode sentir. E eu senti quando, comprando por Cr\$ 47,00 uma passagem reservei um lugar num dos ônibus da Torcida Unifogo – a ala mais recente – e continuei acompanhando o trabalho de seu líder na formação da caravana. O destino, São Paulo, para o jogo com o Corinthians.

**A Saída** – Muito antes da hora marcada para a saída – meia-noite de sábado, dia 6 de outubro, em frente ao portão principal do Mário Filho (o da estátua do Belini), muitos torcedores do Botafogo, com seus bumbos e bandeiras, já estavam lá em sua febril atividade. Nem davam a maior importância para os torcedores do Fluminense que chegavam para ver seu time jogar com o Esporte de Recife. Às 23 horas chegaram os ônibus alugados pela ‘Unifogo’ e pela ‘Força Fogo’ que se uniram também para a viagem, enquanto os ônibus da Torcida Jovem e da Organizada estavam em frente ao Portão 18. Manuel, líder da ‘Unifogo’, e Jorge Mau Mau, da ‘Força Fogo’, colocavam as bandeiras e instrumentos nos ônibus, distribuíam os lugares, que embora previamente marcados, sempre acabavam servindo para discussões, já que sempre há um que quer ir ao lado do outro. Mas no fim, depois de muito bate-boca, de muita agitação, tudo se ajeita, todos estão em seus lugares, aguardando ansiosamente a hora de sair. Até mesmo um garoto que, por não encontrar lugar em mais nenhum ônibus, conseguiu se esconder no vão que separa um banco do outro. Ficou ali, todo encolhido, com a cabeça entre as pernas de um outro rapaz que o encobria com um casaco, para que o motorista, atento a qualquer tentativa de um excesso na lotação, não pudesse vê-lo. Apesar do incômodo, do enorme calor, ele não reclamou e aguardou paciente e ansiosamente a partida. Finalmente, com um pequeno atraso, os seis outros ônibus se juntaram ao nosso, com todos cantando o hino do Botafogo, ‘Cidade Maravilhosa’ e agitando suas bandeiras fora das janelas. O meu companheiro de banco era um

rapaz, estudante de Direito (3. ano), inteligente e educado, de nome Luís Cláudio.

**Na Estrada** – Dos 37 que estavam no ônibus (uma mais que a lotação normal), a maioria era de jovens, com uma média de idade em torno de 20 anos. Também haviam alguns com mais idade, duas garotas, duas senhoras acompanhando seus maridos, uma delas totalmente integrada no ambiente, mal se importando com alguns excessos de manifestações. A outra, mostrava-se completamente desconcertada com um ou outro palavrão que escapou e acabou criando um caso. Aos poucos todos já se conheciam. As garrafas de batida, conhaque e cachaça começavam a rolar de boca em boca, os sambas enredos eram cantados, piadas, enfim, a alegria era geral. Mas de vez em quando o samba era interrompido, dando lugar ao grito de guerra: Fogo! Fogo! Fogo! Atrás, no último banco, ia Flávio, um ‘veterano’ em caravanas, fanático e conhecido torcedor do Botafogo. Como ele mesmo diz, nas horas vagas é um advogado. Ele não para um instante de incentivar o grupo, de se manifestar, de criticar alguma coisa – geralmente alguma figura conhecida, quando não o técnico Paraguaio: — Paraguaio não entende nada de futebol. Ele já perdeu vários títulos. Ele é quem escala o Ferreti. Ferreti, queremos Ferreti – gritava. Mas o samba voltava e abafava sua voz, enquanto ‘Vaquinha’, um rapaz gordo escorregava no corredor e reclamava por não ter lugar para sentar, ao que outro respondeu: — ‘Não tem porque você não para. Mas pode ir sentando no meu colo (o que provocou uma risada geral e um empurrão de outro fazendo com que Vaquinha de fato se sentasse no colo de quem gritou).

**Drama** – Em Itatiaia foi a primeira parada. Giovanni, um rapaz que aparentava uns 35 anos, viveu um verdadeiro drama, causado pela presença de sua esposa, que estava totalmente fora de si, nervosa, querendo retornar a todo custo. Chegou a ameaçar pegar um ônibus que se dirigia de São Paulo a Juiz de Fora. Giovanni, meio sem jeito, explicava no balcão do bar, os motivos do nervosismo de sua mulher: — Ela ficou desconfiada de que eu pudesse vir com outra mulher. Tentei convencê-la a não vir mas foi em vão. Ela fez pé firme e tive de trazê-la. Como não está acostumada com os palavrões, com a bagunça e o barulho tão comum nas caravanas, descontrolou-se. Por isso eu peço a vocês que maneiem um pouco, que evitassem as pornografias. Jorge Mau Mau, mostrando que era líder, concordou em pedir um pouco de compreensão ao pessoal. O balanço da parada no bar de Itatiaia era impressionante: uma incrível variedade de doces, frutas, garrafas de bebidas, chocolates, biscoitos, enfim tudo que se vende nesses locais era exibido como troféus, ou como dizia Flávio, *souvenirs*. Logicamente ninguém comprou ficha no caixa para obtê-los.

**São Paulo** – O dia já clareava quando se avistou a cinzenta São Paulo. Um pálido sol tentava vencer a barreira de nuvens e fumaça, mas seus raios chegavam timidamente, quase despercebidos. Na entrada da cidade, mais uma breve parada, a fim de esperar os demais ônibus. Assim, a caravana entraria unida. Todos desceram dos ônibus, empunharam as bandeiras, pegaram os tambores e tamborins, iniciaram o samba, cantado a uma só voz e despertaram logo a curiosidade nos paulistas que passavam. Se torcedores do Corinthians, faziam sinal com o polegar para baixo; se torcedores do Palmeiras ou do São Paulo, apontavam para cima, em sinal de apoio e incentivo. Finalmente os ônibus se encontraram e partiram rumo ao centro de

São Paulo, direto ao Pacaembu. Eram 9 horas da manhã quando chegaram ao estádio, onde torcedores do Corinthians já se movimentavam, em busca de estacionamento, um dos maiores problemas para quem quer assistir a um jogo lá.

**Passeata** – Os motoristas não aceitaram a idéia de levarem os torcedores pelas ruas de São Paulo, até o Hotel Normandie, na Avenida Ipiranga, onde a delegação do Botafogo estava hospedada. O motivo era mais que justo: cansaço. Mas o pessoal não desanimou e saiu mesmo a pé, dirigindo-se para o local, como se fosse o desfile de uma escola de samba. E, durante o percurso – não era tão longe assim – muitos paulistas não resistiram ao ritmo e à alegria da charanga e engrossaram a passeata. Ao chegarem ao hotel, despertaram os jogadores com a batucada (apenas Galdino estava acordado, no hall). Estava feito o contato com seus ídolos, que chegaram à janela, sendo saudados pela ‘massa’, que gritava o nome de cada um. Galdino chegou à calçada e não se conteve: – Acho muito bacana a torcida vir até nós, nos acompanhar. Mas será que eles não podiam ir fazer esse barulho, a essa hora da manhã, em frente à concentração do Corinthians? Afinal quem deve ser perturbado é o inimigo.

**No Estádio** – Aquele que parecia um número bem grande de torcedores, tal a sua agitação e a sua algazarra, tornou-se pequeno demais, nas arquibancadas do Pacaembu, ante a imensidão da torcida do Corinthians. Mas não se intimidou em momento algum, apesar do cerco. Quem viu todos eles gastarem a voz e a energia durante a viagem e durante toda a manhã, pelas ruas de São Paulo, custava acreditar que ainda tivessem pulmão suficiente para enfrentar uma torcida como a do Corinthians e gritar por seu Botafogo. Mas eles tinham reservas e não pararam um instante de incentivar o time, nem mesmo quando Roberto fez o gol paulista, faltando apenas 11 minutos para o jogo terminar. E a prova de que não estavam ‘mortos’ deram no momento em que Ferreti, no último minuto, empatou: aquela pequena torcida foi ouvida em todo o estádio com seus gritos: – Fogo, Fogo, Ferreti, Ferreti. Num verdadeiro carnaval, ao ritmo do samba da Portela, saíram do estádio, numa alegria que contrastava com a tristeza e a frieza da torcida paulista. E aquele polegar para baixo, recebido na chegada, agora era explicado: uma chuva de pedras foi lançada pelos componentes da chamada ‘Gaviões da Fiel’, ao samba e à alegria bem carioca dos torcedores do Botafogo. Mas evidente que houve a resposta.

**A volta** – Até a saída de São Paulo eles gritaram, cantaram, demonstravam sua alegria pelo resultado do time (o empate foi mesmo uma vitória, nas circunstâncias em que foi disputada a partida). Cantavam outra vez o hino do Botafogo, a ‘Cidade Maravilhosa’. Mas foi só o ônibus atingir a estrada, para que todos se deixassem finalmente dobrar pelo sono e pelo cansaço. O silêncio desejado pela mulher de Giovani, que revolveu voltar de ônibus de carreira, resolveu se impor. Um silêncio que permanecerá somente até a próxima caravana para ir torcer pelo Botafogo em outro campo do Brasil, enfrentar outra guerra, conhecer (para muitos) novas cidades, novos times, novas torcidas. E levar por esse imenso país afora o grito apaixonado da torcida que mais cresce no Brasil, a do Botafogo, demonstrando aos seus inimigos que o Botafogo não é uma ilusão, mas uma gostosa realidade, bem carioca, bem brasileira.”<sup>216</sup>

<sup>216</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1973, Caderno Segundo Tempo, p. 04 e 05.

A evidente simpatia do relato do jornalista às cenas descritas não impede a observação de uma série de pequenas transgressões nas caravanas que se somavam à ambiência de descontração e brincadeira imperante, seja o garoto que se escondia para viajar em um ônibus lotado, seja a crise nervosa da moça que tomara parte na excursão desavisada dos palavrões, seja o orgulho dos tripulantes com o surrupio dos lanches na beira de estrada. À medida que a narrativa se desenrola, o jornalista mais e mais se aproxima daquele universo juvenil de devoção e hedonismo clubista. Como Altair Baffa, o encerramento da matéria continha uma moral da história, “Um grande exemplo”, sem dúvida edificante, conforme observava Benjamin entre os narradores tradicionais. O saldo era, no fim das contas, positivo. Aquele ambiente de alegria, que só terminava no retorno da viagem em plena alta-estrada, após horas ininterruptas de farra e animação, era melhor representado de acordo com Genheim pela síntese que a torcida do Botafogo lograva fazer entre duas “paixões nacionais”: a música e o futebol.

Talvez por esse grau de camaradagem saído da pena do cronista, cinco dias depois da reportagem um dirigente da Unifogo escrevia em felicitação ao repórter:

“Apoio às caravanas: “A Torcida Unifogo quer, através do Bate-Bola, agradecer ao repórter do *Jornal dos Sports*, José Antônio Genheim, que focalizou as caravanas das torcidas (em especial a do Botafogo), tornando pública uma coisa sensacional, que pouca gente conhece em seus detalhes. Como ele mesmo disse em sua reportagem, não há distância que uma caravana não supere. Não há doença ou qualquer outra coisa que impeça um torcedor de levar o seu incentivo ao seu clube do coração. Todos os adeptos da Torcida Unifogo ficaram sensibilizados com a reportagem feita pelo José Antônio, e ainda pelo fato de ele ter escolhido a Unifogo para viajar e colher material. Queremos agradecer mais uma vez ao Genheim e ao *Jornal dos Sports* por nos ter enviado um repórter de sensibilidade e, principalmente, por ter sido o primeiro jornal a publicar as peripécias (são muitas e incríveis) de uma caravana de torcidas em suas viagens aos outros Estados (Fernando Eduardo Mesquita – Diretor da Torcida Unifogo).”<sup>217</sup>.

---

<sup>217</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1973, p. 02.

A saudação do torcedor não passaria despercebida pelo jornal e seria respondida por membros da redação:

“Fernando Eduardo, sua carta nos enche de alegria porque sentimos, através dela, que nosso objetivo foi inteiramente alcançado e entendido pelos torcedores. É por isso que vamos superando as dificuldades do dia a dia para oferecer sempre um jornal que seja do inteiro agrado dos leitores. O Zé Antônio também agradece e promete outras ‘bombas’ para o futuro.”<sup>218</sup>

A coluna assim não tinha por efeito apenas a provocação da discórdia e do dissídio inter-torcidas, mas a comunhão e o diálogo entre torcedores e jornalistas. Se muitas reclamações eram feitas e se muitas brigas eram registradas, a ida a outros estados ocasionava boas experiências de torcida a torcida, simpatia que se estendia à população da região como um todo. As promessas de retribuição eram imediatas e mesmo ressentimentos passados poderiam ser esquecidos após a retratação dos rivais:

“Agradecimento”: “A torcida Força Jovem do Vasco tem o prazer de agradecer ao simpático povo curitibano e em particular à torcida do Coritiba – MUC – pela maneira simpática e carinhosa como recebeu os integrantes da caravana da ‘Forja’, uma verdadeira lição de desportividade e hospitalidade. Daqui, só podemos dizer aos colegas de Curitiba que não vamos esquecer o carinho de vocês e apenas aguardaremos a oportunidade para retribuirmos. O mesmo aconteceu em BH, na quarta-feira, quando a Torcida Jovem do Cruzeiro apagou toda aquela mancha deixada por uma minoria irresponsável, na última vez em que estivemos em Belo Horizonte. (Torcida Força Jovem, Rio)”<sup>219</sup>.

Alguns leitores da seção de cartas poderiam ainda inspirar-se nas reportagens especiais dos jornalistas do periódico, como Baffa e Genheim, para descrever à sua maneira os pormenores da experiência de uma caravana, o que ocorreu também em função da ampliação do raio de distâncias das próprias viagens. No final da década — em 1978 e 1979 em especial — o Campeonato Nacional atingiu números nunca d’antes vistos, com quase uma centena de equipes disputando o torneio. Isto era decorrência de inúmeros interesses políticos por parte da confederação de desportos, cujas razões não cabe aqui

<sup>218</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1973, p. 02.

<sup>219</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1975, p. 02

tratar. Para além do eixo futebolístico mais tradicional, inúmeros clubes de regiões distantes e sem tradição em âmbito nacional foram incorporados à competição. Por via de consequência, as viagens mais prolongadas se impuseram aos torcedores e passaram muitas vezes a ser encaradas como excursões turísticas, uma vez que obrigavam os torcedores a ficar alguns dias na cidade e não apenas assistir ao jogo e ir embora.

Quanto maior a viagem, maior a sua narrativa, maior a proporção tomada pelas cartas. Isto fazia com que os editores dividissem-na eventualmente em duas partes, uma em cada dia, a fim de caber nos limites da coluna e de dar espaço para todos. O ‘relações públicas’ da Torcida Organizada do Vasco narraria uma viagem ao extremo sul do Brasil, que se estenderia por dois jogos consecutivos, em dois estados diferentes da federação. Se no ano anterior tinham ido à região central do Brasil – “Goiânia: a TOV te ama” – e também à região sul, na cidade de Londrina, Paraná, desta vez era a cidade de Caxias do Sul que os vascaínos tinham prazer de visitar:

“TOV Tour I”: “Vou procurar descrever o que foi a ida da TOV a São Paulo e Caxias do Sul acompanhando o Vasco. Saindo de São Januário no sábado com destino a São Paulo, começou aí mais uma das viagens da TOV. Sobre São Paulo nós não tivemos muito o que falar, pois chegamos lá às 9:00hs de domingo e tivemos pouco tempo para passear, fomos almoçar e voltamos para preparar nosso material e entrar no estádio onde fomos bem recebidos pelos Gaviões da Fiel e demais facções da Torcida do Corinthians. A Torcida do Vasco merece o apoio que recebe do Clube, porque caiu uma chuva torrencial em São Paulo antes do jogo e nenhum Vascaíno arredou pé das arquibancadas, ficando ali gritando o nome do Vasco até o final do jogo que infelizmente não pudemos vencer, não por culpa do time e sim por culpa do juiz que nos prejudicou durante o jogo, anulando 2 gols legalíssimos do Vasco. Foi isso que aconteceu em São Paulo e agora vou tratar o que foi o maravilhoso passeio a Caxias do Sul onde a TOV se fez presente em dois ônibus. Saímos direto de São Paulo para Caxias do Sul viajando mais de 19hs. Chegamos a Caxias do Sul na Segunda-Feira às 18:00hs e ficamos hospedados no Hotel Senador. Após o banho todos descemos e fomos conhecer a linda Cidade de Caxias, passeamos e voltamos para o hotel para jantarmos e assistir TV no salão do hotel enquanto outros componentes jogavam cartas. Terça-Feira após o café da manhã fomos bem recebidos pelo funcionário do Estádio Centenário e tiramos fotografias do estádio. Voltamos e após o almoço fomos visitar uma fazenda onde nós vimos desde cedo a uva cair da parreira e se transformar em vinho; à noite fomos procurados no hotel pelo chefe da TOSCA (Torcida Organizada Ser Caxias) que foi cordialíssimo conosco convidando-nos para que



no dia seguinte voltássemos ao estádio para visitarmos a sala da TOSCA e assim foi feito no dia seguinte, voltamos ao estádio.”<sup>220</sup>

\*

“TOV Tour II”: “Onde ele nos ofereceu várias flâmulas e adesivos do Caxias e mostrou o lugar mais adequado para nós ficarmos, inclusive colocando bambus para a colocação de nossa faixa. Depois o chefe da TOSCA nos levou ao melhor restaurante de Caxias onde saboreamos o melhor churrasco do Sul. Saímos do hotel às 14h e fomos visitar o Castelo Chateau Lacave onde se fabrica um dos melhores vinhos do Brasil, todos bebemos a valer o gostoso vinho Chateau, de lá seguimos pro estádio onde tudo já estava preparado para a nossa chegada, foi tudo facilitado pela torcida local, nos deram autorização para colocarmos os dois ônibus dentro do estádio e que seis componentes entrassem com o material e arrumassem tudo dentro do estádio, tudo isso foi feito antes dos portões serem abertos. Agora vou falar o que nos tocou todos no fundo do coração. Antes do início do jogo a charanga da TOSCA foi no seio da TOV e deu uma demonstração de sua bateria que de repente parou e sua banda começou a tocar o hino do Rio de Janeiro, Cidade Maravilhosa, foi realmente uma coisa emocionante que deixou todos os vascaínos sem saber o que fazer para agradecer este povo de Caxias que foi de uma gentileza fora do comum com o povo Carioca. Sobre o jogo o Vasco demonstrou mais uma vez que é um time forte, demonstrando um excelente futebol que culminou com a goleada de 5 a 1 sobre o time local. Com esta vitória as 25 horas de volta ao Rio foram suaves e quase não sentimos. Bem, foi isto de mais importante que eu tinha que falar sobre a ida da família TOV a São Paulo e a Caxias do Sul. A TOV está com o Vasco e não abre. A TOV é fiel ao Vasco e a TOV é TOUR (Paulo de Castro – Relações Públicas).”<sup>221</sup>.

No final da década de 1970 e início de 1980, o panorama não parecia à primeira vista mudar na seção de cartas do *Jornal dos Sports*. De um lado, havia missivas que acentuavam os bons tratos: “Obrigado, Macaca”, referência à recepção da torcida da Ponte Preta aos vascaínos em Campinas<sup>222</sup>; “Cordialidade”<sup>223</sup>, considerações do presidente da Unifogo à bela recepção cruzeirense; além de cartas como “Prudência e aventura”<sup>224</sup>. De outro, o inverso do civismo, como a carta “Animais irracionais”, sobre os incidentes desenrolados na ida do Flamengo ao interior de São Paulo para um jogo contra o XV de Piracicaba<sup>225</sup>; “Violência policial”, desta feita com a abordagem da truculência da

<sup>220</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1978, p. 02.

<sup>221</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1978, p. 02.

<sup>222</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1977, p. 02.

<sup>223</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1978, p. 02.

<sup>224</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de março de 1978, p. 02.

<sup>225</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 26 de maio de 1978, p. 02.

polícia contra torcedores na viagem a Campinas<sup>226</sup>; “Venham que a gente garante”, na qual os gremistas prometiam proteção aos vascaínos para o jogo contra o Internacional no Rio Grande do Sul<sup>227</sup>. A tônica principal da coluna *Bate-Bola* era ainda a utilização de seu espaço como local de anúncio, de divulgação e de convocação para o jogo.

A recém-fundada Raça Rubro-Negra falava de “invasão” a Volta Redonda na carta *Raça locomotiva*; em *Garra Rubro-Negra*, a Torcida Jovem do Flamengo mencionava a “caravana-monstro” rumo a São Paulo; já a TOV tomava agora o rumo do Nordeste em sua excursão, para um jogo contra o Bahia. A busca pela cooptação de mais adeptos fazia os líderes das torcidas concorrerem entre si na coluna, com o recurso à criatividade na convocação. Em linguagem descontraída, o presidente da Young-Flu convocava os tricolores para o interior do Estado do Rio:

“No caminho do Bi”: “Alô, moçada, a Young vai lá, por que não fazes o mesmo, mostrando que és tricolor e quem fica em casa é caracol. Vamos lá, malandro, sabes onde ? A Campos, é claro. Vamos invadir Campos e provar que amamos de fato o nosso querido Flusão. As passagens já se encontram à venda em nossa banca de jornais da av. Presidente Vargas com Rio Branco ou no Fluminense com o Zezé. O preço ? Rá, rá, vale a pena desembolsar esta grana e se amarrar numa linda gatinha, passear, ver o Flusão a caminho do Bi e gastar apenas 1.100,00, garanto que você não se arrependerá. A saída, é bom você anotar para não cair do galho e perder esta grande oportunidade. A caravana do bi sairá às 24 horas de sábado da porta do Edifício Central, com regresso logo após a nossa grande vitória. Vamos lá, galera. A hora é esta e quem viver verá. (Armando Giesta).”<sup>228</sup>.

O ano de 1980 assinalaria pelo menos três episódios significativos que apontariam para algumas transformações e reestruturações nas viagens na década seguinte: o redimensionamento da sua escala; a reordenação da lógica das alianças entre torcidas de diferentes estados; e a intensificação da hostilidade. Curioso é que isso não se deveria apenas à iniciativa das torcidas, mas também às ações dos dirigentes esportivos.

Em abril daquele ano o presidente do Flamengo, Márcio Braga, declara ao *Jornal dos Sports* apoio à equipe do Corinthians nos jogos no Rio de

<sup>226</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1981, p. 02.

<sup>227</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 17 de abril de 1980, p. 02.

<sup>228</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1981, p. 02

Janeiro, graças entre outros fatos à sua amizade com o presidente corintiano Vicente Matheus. Isto é consolidado no mês seguinte, quando Márcio Braga anuncia a “Fla-Fiel” para o jogo da rodada dupla entre Flamengo *versus* Bangu e Vasco *versus* Corinthians, quando ambos os presidentes vão juntos às arquibancadas e selam o pacto: “Uma vez Flamengo, sempre Corinthians. Uma vez Corinthians, sempre Flamengo”<sup>229</sup>. Tratava-se em verdade de uma estratégia de Márcio Braga a fim de ofuscar a atenção da imprensa quanto ao regresso do ídolo cruzmaltino Roberto Dinamite, que passara uma temporada no Barcelona. Com isso, num domingo chuvoso, o Maracanã era dividido novamente quase ao meio pelas torcidas, dentre os mais de cem mil cariocas e paulistas que presenciaram a partida, como ocorrera na *invasão corintiana* de 1976, quando se verificou a adesão espontânea ao Corinthians dos torcedores do Flamengo. A vitória acachapante do Vasco foi o destaque da partida, mas a amizade entre as torcidas do Flamengo e do Corinthians se solidificaria a partir daí.

Se no final da década de 1960 os rubro-negros tinham boas relações com os santistas – vide a amizade entre Tia Helena e Jorge Luís, respectivos líderes das Torcidas Jovens de cada clube –, e se no início da década de 1970 a torcida do Flamengo nutria relações de simpatia com a do Palmeiras, desde 1976 o quadro foi modificado. O argumento da solidariedade entre as “massas” ganhou força, com a retórica da aliança entre clubes populares como Flamengo e Corinthians. Ato-contínuo, em abril de 1980, uma carta no *Bate-Bola* começava a abordar os contatos iniciais entre a torcida do Vasco e a do Palmeiras. A excursão da TOV a São Paulo para um jogo contra o Corinthians teria a recepção de Arnaldo, presidente da TUP (Torcida Uniformizada do Palmeiras)<sup>230</sup>. Em contrapartida à retórica das “massas”, pode-se evocar o argumento da união de torcidas de clubes formados por imigrantes, lusitanos e italianos. A aliança se estreitaria em 1983, quando surge a torcida organizada Mancha Verde.

De parte da torcida do Flamengo e do Corinthians, a aproximação era maior entre duas torcidas organizadas: a Torcida Jovem do Flamengo e os Gaviões da Fiel. A amizade começara em 1978, quando o novo presidente da

<sup>229</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 05 de maio de 1980, p. 05.

<sup>230</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 11 de abril de 1980, p. 02.

Torcida Jovem, João Carlos da Silva, que substituíra a veterana Tia Helena, afastada dos estádios, passa a ressaltar a aliança com os Gaviões, sendo recepcionado com churrascos em São Paulo, na sede da torcida. Desde então, os jogos em São Paulo e no Rio não deixariam de permitir o contato entre elas, de modo que num jogo do Corinthians contra o Bangu no Maracanã em 1982, os jornais referiam-se às bandeiras do Flamengo que tremulavam junto às dos corintianos. Os gritos de “Mengô” e “Timão” sobressaíam até mesmo frente à sonoridade da pequena charanga banguense, contratada pelo patrono do clube, Castor de Andrade, que voltava ao clube depois de presidi-lo na década de 1960. A aliança se prolongaria até 1988, quando um desentendimento entre as novas lideranças leva a Torcida Jovem do Flamengo à aliança com a Torcida Independente do São Paulo.

Outra correlação de forças que se alteraria naquele ano de 1980 dizia respeito ao eixo Rio-Belo Horizonte. Tudo faz crer que o fim da amizade entre as torcidas do Flamengo e do Atlético – torcidas do “povo”, que se relacionavam desde pelo menos 1969 – se deva à partida decisiva disputada em maio/junho de 1980 pelo Campeonato Brasileiro. Se em janeiro de 1978 ainda se verificavam cartas na coluna da seção *Bate-Bola* onde se pontuavam as relações entre a charanga atleticana comandada por Júlio e Tia Helena, chefe da Torcida Jovem, o afastamento desta torcedora pode ter comprometido as simpatias mútuas entre as novas gerações. Sabe-se também que o contexto das partidas finais tenderia a acirrar os ânimos e a potencializar o confronto inter-torcidas, o que ocorreu primeiro no Mineirão e depois no Maracanã.

No jogo de ida, um clima de terror foi descrito, com torcedores nos hospitais e nas prisões de Belo Horizonte, inclusive o presidente da Torcida Jovem, João Carlos. Segundo os torcedores do Flamengo, os atleticanos apedrejaram os ônibus, enquanto os policiais mineiros jogaram os cavalos em cima dos torcedores do Flamengo. No jogo de volta, não seria difícil presumir o cenário. Mesmo o esquema de segurança montado pelo Tenente Siqueira, responsável pelo policiamento e pela proteção à torcida do Atlético, não se mostrou eficaz, com inúmeros distúrbios verificados antes, durante e depois da dramática partida vencida pelo Flamengo por 3 a 2. De maneira sintomática, já no ano seguinte, em março de 1981, os correspondentes rubro-negros escreviam ao *Jornal dos Sports* com agradecimentos à recepção amistosa e

civilizada dos cruzeirenses no Mineirão, em cartas tal como “Flamengo e Cruzeiro unidos”<sup>231</sup>. A iniciativa da hospitalidade era citada nominalmente, com menções especiais a Adailton, da Raça Azul; a Jorge, da Torcida Jovem Cruz Belo; e a Loy, da Força Atuante Celeste<sup>232</sup>.

As vitórias nas finais disputadas pelo Flamengo durante a década de 1980 seriam marcadas por extensas caravanas, cuja alegria pelo título não afastaria entretanto o relato dos incidentes e das brigas. Em 1982, o Flamengo venceu o Guarani nas semifinais e naquela oportunidade somente a Raça Rubro-Negra levou mil e duzentos integrantes a Campinas, conforme informava o jornal que cobria a concentração do grupo na Praça Mauá. Nas finais, os sucessivos jogos com o Grêmio no estádio Olímpico, em uma “melhor de três” partidas, com a terceira vencida pelo Flamengo, em jogo marcado pela dramaticidade, forçou a caravana de torcedores do Flamengo a ficar cerca de uma semana na cidade de Porto Alegre. O fato gerou inúmeros transtornos na cidade, haja vista a falta de dinheiro de muitos integrantes, incidentes que chegaram a ser alvo de reportagens televisivas.

Em 1983, o Flamengo se sagraria tricampeão brasileiro contra o Santos. Para a partida de ida, no Morumbi, as torcidas organizadas levaram mais de 150 ônibus, com o registro de inúmeros confrontos dentro do estádio. O *JS* relatava que, das arquibancadas, morteiros eram atirados pelos torcedores do Santos contra o setor da torcida do Flamengo, reforçada com o apoio dos corintianos. Por fim, a emocionante vitória de 3 a 2 obtida contra o Atlético Mineiro no Mineirão, na semifinal do Campeonato Brasileiro de 1987, registraria igualmente intensos distúrbios dentro e fora do estádio, numa narrativa jornalística impressionante, a computar inúmeros feridos. Em decorrência das pedradas arremessadas pela torcida do Atlético, os torcedores do Flamengo, cada vez mais imprensados e desesperados, tentavam pular das arquibancadas para as cadeiras especiais do Mineirão. Segundo denunciava o jornal carioca, as pedradas lançadas da torcida do Atlético tinham a complacência da polícia mineira<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 08 de março de 1981, p. 02.

<sup>232</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 01 de março de 1981, p. 02.

<sup>233</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1987, p. 02.

As caravanas assim começavam a ser cada vez mais conhecidas pelo signo da periculosidade, com a intensificação e a sistematização das brigas. O seu crescimento fazia com que qualquer indivíduo tomasse parte dela, mesmo sem a filiação à torcida organizada. O crescimento do clima de medo, mais e mais imperante, teria um desfecho trágico numa excursão no ano de 1981. Em uma grande caravana para uma partida decisiva no Morumbi, promovida pelas torcidas organizadas do Botafogo, em um total de 50 ônibus, quatro assaltantes disfarçados de torcedores embarcaram para a capital paulista com a caravana da TOB, no ônibus de número 5. Na altura de Japeri, um daqueles homens anunciou um assalto. O torcedor de nome José Rodrigues da Costa, conhecido pelo apelido de Xexéu, tentou reagir ao assalto e levou um tiro, morrendo pouco depois, enquanto os assaltantes conseguiram fugir do ônibus e escapar da perseguição<sup>234</sup>. A morte trágica teria repercussão nacional, sendo reportado não apenas pelo *Jornal dos Sports* como também pela revista esportiva *Placar*.

Se os incidentes nas caravanas se agravavam, a obtenção dos títulos nacionais pelo Flamengo possibilitou à sua torcida a elevação da escala das viagens a um âmbito internacional. A classificação à Taça Libertadores da América pôs em confronto o Flamengo com os clubes vizinhos sul-americanos e a necessidade de acompanhá-los nos jogos tornou-se um novo desafio às torcidas. No mês de agosto de 1981, durante a primeira fase classificatória, não foram verificadas viagens organizadas por torcidas para jogos contra equipes de países como o Paraguai, em uma chave com o Atlético Mineiro, o Cerro Portenho e o Olímpia, este último campeão da Taça em 1979. Na fase subsequente, em jogos disputados na Bolívia, também não se registraram caravanas organizadas, o que somente veio a ocorrer nas partidas decisivas no Chile, quando o clube disputou o segundo jogo contra o Cobreloa. A vitória do Flamengo no Maracanã foi sucedida pela derrota no norte do Chile, resultando uma terceira partida, poucos dias depois, em campo neutro, em Montevidéu. Sem dinheiro, cerca de metade da caravana que excursionou ao Chile voltou para o Rio de Janeiro, enquanto os demais prosseguiram a viagem à capital uruguaia. Do Rio, porém, um vôo da Varig anunciava a ida de sessenta torcedores ao Uruguai.

---

<sup>234</sup> Cf. **ibid.** Rio de Janeiro, 27 de abril de 1981, p. 12.

Em novembro de 1981, um total de quinhentos rubro-negros compareceria ao estádio nacional do Uruguai e assistiria à conquista inédita de um torneio internacional por seu clube. Alguns inveterados torcedores ainda teriam dinheiro e tempo para o périplo mais demorado, com destino ao Japão no mês seguinte, quando o time sagrou-se campeão intercontinental de clubes em Tóquio, ao bater o Liverpool por 3 a 0. À medida que esses títulos foram alcançados, os diversos jornais da cidade passavam a se interessar na cobertura dos sacrifícios de que eram capazes esses torcedores nas longas jornadas. Mesmo um grande jornal de circulação da cidade, *O Globo*, no mês de outubro de 1981, fazia uma reportagem com três integrantes da Raça Rubro-Negra que percorreriam as terras da Bolívia durante a disputa da Taça Libertadores da América. A matéria “Após cinco dias de uma viagem fantástica, uma faixa estendida na raça” é emblemática de uma narrativa extraordinária que acentua as agruras e as situações pitorescas:

“A idéia nasceu no Paraguai, quando o Flamengo esteve em Assunção para enfrentar o Olímpia e o Cerro Porteño. Empolgados com a iniciativa pioneira (acompanhar o clube, mesmo fora do Brasil, em caravanas) Cláudio César, César Lúcio e Francisco Moraes, todos da Raça Rubro-Negra, decidiram que, a partir daquela data, assistiriam aos jogos do Flamengo em qualquer lugar. Promessa feita, promessa cumprida. Após cinco dias de uma viagem fantástica – vieram por terra, de ônibus, na boléia de caminhões de açúcar e, em vários lugares, até de balsa – os três chegaram segunda-feira passada a Cochabamba mais mortos do que vivos, mas nem por isso menos animados. ‘– Foi duro, muito duro, mas valeu a pena. Não nos arrependemos nem um pouco e só esperamos agora como recompensa por isso uma vitória do Flamengo’. Camisa rubro-negra no peito, sorriso de satisfação a cada encontro com os jogadores, Cláudio (24 anos, funcionário público), seu irmão César (26 anos, bancário) e Francisco (26 anos, funcionário da Embrafilme), contavam ontem à tarde no hall do Hotel Cochabamba, onde se hospedou a delegação do Flamengo, as muitas peripécias da viagem: ‘– Viajamos na quarta-feira da semana passada, tão logo terminou o jogo Flamengo e Olaria. Saímos do Maracanã direto para a rodoviária. Dela para São Paulo – onde chegamos no dia seguinte às 7 da manhã. E daí para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde desembarcamos às 22 horas para pernoitar de quinta para sexta na casa de um amigo.’. Aí, na realidade, começava a aventura. De campo grande os três seguiram para Corumbá, em um ônibus ‘de condições precárias’ e ‘pelo meio do pantanal’: ‘– Que loucura, meu irmão. Era crocodilo, cobra, o diabo, passando ao lado, a menos de um metro. E os mosquitos? Ah, os mosquitos, pareciam até passarinhos de tão grandes. Cada picada era uma autêntica era uma autêntica sugada de vampiro. Que

horror!'. Neste trecho, a viagem teve que ser feita também por balsa. E, arrepiados, Cláudio, César e Francisco chegaram a sentir o sangue gelar nas veias quando um enorme pássaro, todo vermelho e preto, cantou no ar e se lançou contra a balsa. '– Pensamos que ele viria sobre nós. Mas, para alívio geral, mergulhou na água metros adiante e depois levantou, gritando, com uma enorme cobra presa nas garras. Um espetáculo incrível, destes que só se vê naquele programa da TV, Mundo Animal'. Passado o susto, sobrou a alegria: '– Acho até que não nos atacou por causa de nossas camisas vermelho e preto. Acredito que ele também era Flamengo.' Depois de um pernoite no hotel ('hotel?', riem os três) Santa Maria, um novo susto. Já estavam em Kijaro, na Bolívia quando César se deu conta de que esquecera a bolsa em um táxi, ainda em Corumbá. Quase um dia inteiro perdido no retorno, mas felizmente, o motorista – boliviano – foi encontrado e a bolsa – com dinheiro, documentos e tudo mais – devolvida. Novamente em Kijaro, reiniciava a maratona. E que maratona: '– Pegamos um trem de fazer inveja aos antigos da Central. Oh, coisinha terrível. Um cheiro insuportável, bancos de madeira e uma multidão a se espremer nos vagões. Isso sem falar nas batidas policiais a cada departamento, que é a divisão territorial deles. Um pesadelo mesmo.'. Pesadelo que durou 18 horas, nas quais, como diversão, só o som fraco e oscilante de um radinho de pilha: '– Nem para comer dava, pois o cheiro, o ambiente e a própria comida eram de lascar. O jeito foi ouvir, com enorme dificuldade, o jogo do Flamengo com o Madureira (Jorge Curi, locutor da Rádio Globo) ia e vinha, sumia às vezes por vários minutos, mas, de vez em quando, conseguíamos ou vir quanto estava a partida. E comemoramos aos gritos, a vitória e a goleada sobre o Madureira.'. Chegando a Santa Cruz de la Sierra no incrível trem, Cláudio, César e Francisco partiram para a etapa final da viagem. Uma etapa também inesquecível: '– Não havia outro jeito: para chegar a tempo de assistir ao jogo, só pegando Cochabamba. E carona paga. Cem pesos (cerca de Cr\$ 400) por cabeça. E tome de sacolejão, fome e, principalmente, frio. Chegamos a estar a 3.600 metros de altitude. Passamos por dentro de uma nuvem de chuva durante uns vinte minutos. Não havia agasalho que desse jeito'. Vinte e quatro horas a bordo do caminhão açucareiro e, finalmente, a chegada. Sem glória, sem grandes festejos, mas também sem arrependimentos: '– Gastamos, os três juntos, cerca de Cr\$ 80 mil. Mas o que compensou não foi a economia, mas a aventura e a paixão pelo Flamengo. Valeu muito, por exemplo, passar no meio do mato boliviano, parar em uma casinha para pedir água e ouvir o filhinho do camponês perguntar: '– Zico? Vocês são do time do Zico?'. '– Isso não tem preço. Essa paixão vale qualquer sacrifício – comentava Cláudio. Como reconhecimento, além do afeto dos jogadores, Cláudio, César e Francisco receberam, do dirigente Paulo Dantas, cadeiras para assistir ao jogo de ontem. E uma promessa que só hoje pela manhã se saberá se poderá ser cumprida: '– Nos disseram que talvez 'pintem' umas passagens no vôo de volta. Seria excelente, pois já estamos meio cansados. Se não der, porém, tudo bem. Botamos as mochilas nas costas e voltamos exatamente por onde viemos. Dizendo para todo mundo que o Flamengo é o maior. E que se ele for à final do Mundial, em Tóquio, ainda não sabemos como, mas



daremos um jeito de chegar até lá para estender a faixa da Raça Rubro-Negra.”<sup>235</sup>

Como se depreende da leitura, a reportagem fora feita por um repórter que conheceu os três torcedores no saguão do hotel no qual estava hospedada a delegação do Flamengo na Bolívia. Visivelmente encantado com a história e com a fidelidade dos torcedores, o jornalista publicou a matéria dando destaque para as situações anedóticas. Elas frisavam a ultrapassagem de uma série de adversidades por parte dos líderes da Raça em seus sacrifícios quase incompreensíveis para assistir à partida do Flamengo. A narrativa ressaltava a distância, o exotismo do mundo selvagem do interior do Brasil e a precariedade das condições de viagem para se chegar à fronteira com a Bolívia. Vale dizer que um dos três viajantes, Francisco Moraes, cumpriria a promessa final mencionada no artigo e levaria a faixa da Raça para Tóquio. No ano seguinte, em 1982, aquela saga dos três torcedores do Flamengo inspiraria o jornalista Carlos Eduardo Novaes a escrever o livro *Mengo: uma Odisséia no Oriente*. O livro era uma ficção em tom humorado, com ilustrações caricatas de Vilmar Rodrigues, e apareceria publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, em formato de folhetim, escrito em dez capítulos<sup>236</sup>.

A reportagem acima, que descreve a viagem dos torcedores como um conjunto de provas e superações por que têm de passar os aficionados de futebol, permite o encerramento dessa seção com algumas reflexões sobre as caravanas aqui enfocadas. Se já sugerimos uma certa proximidade da narrativa jornalística de Baffa e de Genheim com a idéia do narrador tradicional em Benjamin – o viajante aventureiro que conta suas impressões de terras distantes –, essa última reportagem transcrita de *O Globo* nos remete a uma outra possibilidade de aproximação com a teoria literária. Embora em outro contexto e em outro nível de abordagem discursiva, Mikhail Bakhtin trata da tipologia romanesca de grandes escritores do *Bildungsroman* europeu, com a circunscrição de quatro tipos principais: o romance de viagens, o romance de

<sup>235</sup> Cf. O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1981.

<sup>236</sup> Cf. NOVAES, C. E. **Mengo: uma Odisséia no Oriente**. Ilustrações de Vilmar Rodrigues. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

provas, o romance biográfico e o romance de aprendizagem<sup>237</sup>. No ensaio “Por uma tipologia histórica do Romance”, publicado no livro *Estética da criação verbal*, o autor associa os dois primeiros tipos ao herói cujo *telos* – meta – só é cumprido com a superação das etapas correspondentes à sua trama. O mesmo também havia assinalado por Jeanne Marie Gagnebin, no tocante à narrativa da Odisséia e à transposição de inúmeras provas e tentações por Ulisses no transcurso da viagem de retorno a Ítaca.

Com Simmel, sabe-se que a aventura é “a liberação de qualquer ponto definido no espaço”<sup>238</sup>, o descolamento da vida ordinária e o desregramento do tempo cotidiano, a submissão do homem ao teste de seus próprios limites em situações excepcionais e extremas. Com Bakhtin, sabe-se que toda viagem compreende uma *cronotopia*, ou seja, a articulação de um espaço a um tempo na conformação da experiência subjetiva. De forma diluída, rasteira e estereotipada, o repórter de *O Globo* assimilava alguns traços das grandes narrativas de viagem com a descrição de toda sorte de limitações enfrentadas pelos viajantes em sua peregrinação a um país da América do Sul, superando obstáculos físicos e naturais. A bricolagem pode ser estendida às ‘micro-narrativas’ dos torcedores, existentes nas cartas publicadas no *JS*. Elas acentuavam de modo recorrente a renúncia e o sacrifício, marcas das peregrinações cristãs. Outra dinâmica que se pode apreender dos deslocamentos por eles relatados é a oposição entre *hostis* e *hospis*, entre hostilidade e hospitalidade. O reconhecimento da alteridade nas viagens dependia dos julgamentos prévios de valor e da alternância entre o movimento de aproximação e de distanciamento frente à *outra torcida*.

Tal dualidade levou muitos estudiosos europeus à identificação de uma *síndrome de Beduíno* – a aliança regida pela lógica do amigo e do inimigo –, com base na classificação fornecida pelo jornalista inglês Paul Harrison em meados da década de 1970, no artigo *Soccer’s Tribal Wars*.

Para escapar a essa definição primitivista, pode-se lançar mão da antinomia amigo-inimigo verificada entre os Estados nacionais modernos, tal como propôs o jurista alemão Carl Schmitt em 1932, no seu livro *O conceito do*

<sup>237</sup> Cf. FREITAG, B. **O indivíduo em formação: diálogos interdisciplinares sobre educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 68.

<sup>238</sup> Cf. MORAES FILHO, E. de (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 182.

*político*. Em obra que ficaria no ostracismo durante algumas décadas em função da vinculação direta do autor com o nazismo, o livro seria revisto pela geração estudantil de maio de 68 na Europa e vem recebendo nova atenção nas últimas décadas no pensamento político contemporâneo, à direita e à esquerda, entre conservadores e marxistas<sup>239</sup>. Sem essencialismos, a esfera da política para Schmitt designa o campo geral das intensidades de luta que resultam das associações e das dissociações entre grupos humanos. Se o inimigo não pode ser definido *a priori*, a inimidade política é aquela que se refere ao momento no qual existe uma possibilidade concreta de enfrentamento com um oponente, pensada pelo autor no campo das relações internacionais. Uma das características principais desse confronto é o fato de ele ser público e direto. O inimigo não é o *inimicus* privado, particular, mas aquele identificado como *hostis* de maneira clara por todos. Em princípio difusa na sociedade, a política é o ponto de cristalização em que o conflito assume uma condição explícita, ampla e geral<sup>240</sup>.

A publicidade das cartas veiculadas pelo *Jornal dos Sports* tornou perceptível a forma pela qual se estabeleciam amizades e inimidades entre torcedores cariocas na visita a estados vizinhos. Se de início o caráter amistoso no relacionamento com uma torcida de outro território era configurado por processos de entendimentos situados na esfera pessoal, muitas vezes por parte das lideranças de torcida, as amizades e as inimidades saíam do terreno particular, de pessoa a pessoa, e adquiriam uma abrangência mais genérica, de torcida a torcida, à medida que as relações se intensificavam. Conforme sugeriu o pensamento schmittiano, não há uma natureza intrínseca e universal à política, porquanto ela só se concretiza na vivência entre grupos humanos que se reconhecem em algum grau como distintos. Da mesma maneira, como pudemos acompanhar nas partidas decisivas nos campeonatos nacionais das décadas de 1960, 1970 e 1980, foram esses momentos limítrofes que confrontaram as torcidas de cada time e as tornaram mais antagônicas, a ponto

<sup>239</sup> Cf. BORON, Atílio A.; GONZÁLEZ, Sabrina. “Resgatar o inimigo ? Carl Schmitt e os debates contemporâneos da Teoria do Estado e da Democracia”. In: BORON, Atílio A. (Org.). **Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania**. Buenos Aires/CLACSO; São Paulo/USP, 2006.

<sup>240</sup> Cf. FERREIRA, B. “Teoria amigo-inimigo”. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições, personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000, p. 434.

de conformar-se uma oposição pública entre as mesmas. Nessas ocasiões, a tendência a receber de maneira hostil as torcidas adversárias se potencializou e acabou por inviabilizar algum de tipo de aliança ou alguma experiência mínima de cordialidade, como recomendava o discurso esportivo oficial.

O alargamento sucessivo da escala das viagens – do âmbito local ao nacional e, deste, ao internacional – permite ainda uma breve consideração sobre a questão da identidade entre as torcidas e a delimitação de suas fronteiras. Esse ponto nos leva à obra do antropólogo norueguês Fredrik Barth: *Ethnic groups and boundaries* (1969)<sup>241</sup>. Ao defender o caráter dinâmico da etnicidade, o autor mostra como as identidades coletivas se operam através da interação de um conjunto de grupos sociais, que se incluem e se excluem entre si. A identificação dos limites entre um “nós” e um “eles”, entre um “eu” e um “outro”, que hoje pode parecer evidente para muitos, um *bêabá* das primeiras lições de antropologia cultural, ganhou naquele estudo clássico a sua conotação precursora, definida como algo não essencial nem estático. Assim, os processos de distinção entre os grupos não são estanques nem imutáveis na conformação dos “traços culturais diferenciadores”. Mais do que reproduzida em nível interno e circunscrita a uma unidade lingüística e cultural, a identidade é produzida sempre em relação com um “outro” bem específico, ainda que este seja, conforme estudou Edward Said, um genérico e lato *Oriente*.

O peso no significado dos valores atribuídos a cada grupo está sempre sujeito às mudanças do processo histórico. Essa condição mutável, flutuante, das fronteiras entre os grupos pode ser percebida também entre os torcedores no acompanhamento das cartas e das narrativas de viagem. A dinamicidade das alianças se deve a diversos fatores em jogo na conformação de uma diferença e de uma identidade. Alguns dos critérios expostos pelas torcidas foram aqui aludidos, embora outros, aquém dos discursos publicados nos jornais, poderiam ser também captados, caso fossem consultadas outras fontes. Com base em nosso escopo de observação, procurou-se salientar como, à ampliação de cada escala, novas interações se dão, com a constituição de inéditas combinações entre torcidas que antes pouco se conheciam ou que, por algum fator aparentemente idiossincrático, antipatizavam entre si. Uma abordagem

---

<sup>241</sup> Cf. POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

diacrônica possibilitou ainda a constatação de que as relações nada têm de perenes e podem ser modificadas no decorrer do tempo. Contextos e circunstâncias específicas vivenciadas pelos clubes ou pelas torcidas favorecem a aproximação de grupos em detrimento de outros, de modo que as amizades e as inimizades são alteradas em um fluxo contínuo, ininterrupto, ao sabor dos interesses particulares das sucessivas gerações. As lideranças emergentes representam uma possibilidade concreta de distintas configurações, com a alternância entre continuidade e ruptura nas alianças já estabelecidas, o que evidencia o traço sempre provisório, instável, semovente, das coligações e dos parentescos inter-torcidas.

### **3.3 A lira e o bumbo** (Canto coletivo, cultura de massa e paródia)

O profissionalismo é um fenômeno até certo ponto recente na história do futebol, expressão da dinâmica das relações fetichistas e monetaristas do capitalismo moderno. Em suas imagens mais arquetípicas, porém, o futebol costuma ser remontado pelos especialistas esportivos à atmosfera da Grécia antiga. Ao bel-prazer da erudição e das associações livres, os cronistas elegeram ao longo do século XX uma série de elementos míticos e ritualísticos do mundo greco-romano para caracterizar a função dos esportes na sociedade contemporânea. Além da *catharsis* na tragédia grega e o seu paralelo com as sensações provocadas por um gol – tensão seguida de uma descarga coletiva de energia humana que gera alívio e prazer –, o imaginário futebolístico aponta para outros rituais da mitologia, em especial os referentes ao culto a Dionísio. A obra do jovem Nietzsche foi em parte responsável pela valorização das festas dionisíacas na tradição ocidental, forma de celebração por meio do canto e da dança das forças instintivas originárias anteriores ao aprisionamento racional-idealista do homem platônico. Sob o signo da embriaguez, esse ente divino vindo da Trácia infunde alegria, orgia e êxtase por onde passa até encontrar equivalente em Roma na figura de Baco. Ambos protagonizam festins noturnos consagrados ao vinho, “bebida úmida e aveludada”<sup>242</sup>, cujos efeitos são os

<sup>242</sup> Cf. MEUNIER, M. **Nova mitologia clássica: a legenda dourada**. Rio de Janeiro: IBRASA, 1976, p. 105.

excessos típicos de um culto orgiástico que compreende “cantos âmbicos” de zombaria e escárnio, de crueldade e promiscuidade<sup>243</sup>.

O caráter festivo dos rituais de sacrifício do mundo antigo apresenta a sua contrapartida violenta, ambivalência constitutiva da maioria dos mitos gregos. O tema recebeu, décadas atrás, a atenção do antropólogo francês René Girard no livro *A violência e o sagrado* (1972). Este autor parte de uma crítica à perspectiva da psicossociologia contemporânea, que reduz a ação ritual à imagem do “relaxamento das tensões” nas religiões primitivas, uma maneira de expiar a culpa interior da coletividade através de um *pharmakós* (veneno e remédio a uma vítima sacrificial) e de reencontrar o equilíbrio social. Fórmula a seu ver vazia, alheia ao cerne do rito original, Girard opta por uma interpretação do “jogo da violência” presente nas festas e nas encenações das crises sacrificiais descritas por Sófocles em *Édipo Rei* e por Eurípidés em *As Bacantes*. Se as festas báquicas constituem a supressão geral das diferenças hierárquicas, momento especial do desacato à autoridade e às diversas formas de obediência familiar e social, o autor observa que elas são apenas o estágio preparatório inicial para os paroxismos do sacrifício. Nele, delírio e dor, vida e martírio, festa e guerra vêm conjugados em um mesmo espaço de exaltações. Nesse momento, o desaparecimento das diferenças, ou a exposição de sua arbitrariedade, se manifesta através de uma tripla indiferenciação: entre homens e mulheres, entre homens e animais, entre homens e deuses.

A despeito dos reparos de um antropólogo mais atento e acurado, é forçoso restringir-nos aqui à imagem usual de Dionísio tal como assimilada por uma determinada vertente do campo jornalístico. No final da década de 1940, a obra magna do jornalismo esportivo, *O negro no futebol brasileiro*, de Mário Filho, apresentava uma definição do estilo nacional de jogo com base em um contraponto entre Apolo e Dionísio. O primeiro era encarnado na forma racional de jogar de um atleta como Domingos da Guia, zagueiro “álvido”, esguio e autocontrolado, que desarmava o adversário na grande área e conduzia a bola na defesa com a cabeça e a postura eretas, à maneira solar de Apolo. O segundo era representado por um jogador como Leônidas da Silva, irracional e explosivo, primitivo e surpreendente, capaz de inventar o ‘gol de bicicleta’,

<sup>243</sup> Cf. ROSENFELD, A. “O futebol no Brasil”. In: **Revista Argumento**. São Paulo: Paz e Terra, 1974, n.º 4, p. .

entre outros floreios acrobáticos que aproximavam o jogo de futebol à dança de Dioniso. Esse duo caracterizador do estilo nacional, que também poderia ser relacionado ao binômio literário ‘clássicos *versus* românticos’ – ou ainda à taxonomia aristotélica ‘sangüíneo *versus* colérico’ –, fora estabelecido por Mário Filho em sua leitura de Gilberto Freyre. Este, por sua vez, ao prefaciá-la obra de 1947, colhe a divisão em Nietzsche, o que tornava compreensível o emprego daquele termo de comparação oriundo da mitologia antiga.

Sem entrar no mérito das imprecisões conceituais e do caráter de livre apropriação de Gilberto Freyre, importa assinalar que o futebol assumiu com rapidez essa dimensão festiva no discurso esportivo. Aos olhos dos cronistas, a similitude do futebol com a dança e com a música deu esse contorno singular a um produto civilizador importado da Inglaterra. Graças à herança rural e colonial, o legado sincrético africano e indígena no Brasil permanecia vivo nas manifestações urbanas contemporâneas, atenuando o peso disciplinador e modernizador da pedagogia esportiva européia, com a sua reinvenção na esfera da cultura popular. Ao dar um colorido especial à prática dos esportes em solo tropical, a mestiçagem atuava como componente transfigurador capaz de preservar o sentido lúdico-mágico em um ambiente de progressiva seriedade, racionalização e utilitarismo. O profissionalismo continha assim uma faceta intrigante, apenas a princípio paradoxal, uma vez que ele permitia a entrada das classes populares no futebol, mas seu valor-trabalho era redimensionado. Estes jogadores proletários de origem negra, mesmo tornados mercadorias, imprimiram um cunho lúdico e genial ao jogo da bola, dispensando treino e exercício metódico em função de uma tradição local e de uma ‘técnica corporal’ que remontava à malandragem presente no samba, na capoeira e no carnaval.

O caráter festivo-carnavalesco não advinha somente do discurso em torno da criatividade e da genialidade dos jogadores mestiços. Sua atmosfera se devia em grande parte à ambiência proporcionada pelas torcidas nos estádios, outra promoção da imprensa esportiva na década de 1930. A carnavalização das torcidas era promovida pelos jornalistas esportivos, porquanto ela contribuía para a conversão do futebol em um espetáculo de massas, congruente com a estrutura do carnaval, organizada também naqueles moldes. A introdução da música nos estádios apresentava a mesma ambigüidade metafórica das forças

libertadoras e controladoras da vida do homem em sociedade, associadas por alguns cronistas a Dionísio e a Apolo. Por um lado, a música era introduzida com vistas à liberação da energia psíquica dos torcedores, por intermédio da drenagem das tensões compartilhadas no acompanhamento dos jogos; por outro, a admissão das orquestras musicais tinha por finalidade regrar de algum modo a conduta verbal dos fãs nos estádios, com a instituição de uma cadência rítmica coletiva que abafava os gritos, os palavrões e os comentários considerados inapropriados e deselegantes de alguns torcedores.

O futebol assistiu assim a um processo de transferência para as suas arenas do tipo de institucionalização dos concursos de carnaval no Rio de Janeiro, patrocinado pelos mesmos jornalistas e mediado por sambistas como Paulo da Portela, conhecido como “Príncipe Negro”. Entre 1935 e 1951, a Praça Onze se tornaria o primeiro reduto oficial dos desfiles, local onde as classes subalternas costumavam celebrar o carnaval, sob o incentivo do prefeito Pedro Ernesto e sob a chancela do Conselho de Turismo da cidade<sup>244</sup>. O cronista Vargas Netto, presidente da Federação Metropolitana de Futebol e braço-direito de Mário Filho no *Jornal dos Sports*, refletia sobre o assunto nos primeiros anos de surgimento das charangas nos estádios:

“A Charanga”: “O carioca é o cidadão mais engraçado do Brasil, quando quer ser engraçado, quando faz ironia, quando põe apelidos, quando cria ditados, quando inventa slogans!... E esse cidadão, quer viva no arranha-céu, na vila elegante, no palacete ou no barraco, quer seja da praia ou do morro, entra no mesmo ritmo espiritual, no mesmo clima de alma, quando escarnece ou se distrai! Dizem que o samba nasce no morro, mas desce para a cidade, onde cresce e morre, onde se faz notável ou insignificante, como parcela, porque o todo é a massa musical, é o grande coro das desditas e das tristezas, das profundas mágoas que os homens das favelas aprenderam a cantar, a chorar por música... O carioca recebe, como indivíduo, dentro da grande alma coletiva, o fluido nostálgico do morro, pela emanção musical dos seus sambas. Três fatores são constantes no panorama geral das predileções: o carnaval, o *football* e o samba. O carnaval já se amalgamou com o samba de tal maneira que é difícil distingui-los. Agora o samba foi levado para as torcidas de *football*. O *football* com torcida de bloco e com o samba já é uma espécie de carnaval, que faria corar qualquer súdito de Sua Majestade Britânica... É preciso distinguir, no arranjo sonoro das charangas, a intenção real das suas influências no setor esportivo. Pode ser um elemento de perturbação sonoro das charangas no panorama do *match*, confundindo o apito do juiz, servindo de ‘chave’ para o *team* da charanga, como aviso ou voz

<sup>244</sup> Cf. SOUZA, T. de. (et al). **Brasil musical**. Rio de Janeiro: Art Bureau, 1988, p. 148.



de comando. Isso só o juiz da partida poderá saber. Mas também poderá ser, apenas, uma demonstração interessante da alma lírica do povo.<sup>245</sup>

Ao tematizar a sonoridade das orquestras musicais como “perturbação” da ordem do jogo ou como reflexo da “alma lírica” do povo, esse cronista tentava encontrar um ponto de convergência entre as forças de controle e as de liberação necessárias ao equilíbrio da ambiência festiva do futebol. Em *A alma encantadora das ruas*, o cronista João do Rio comentava sobre o carnaval nestes termos: “A ordem na desordem ? – É um lema nacional.”<sup>246</sup> A ordem, entretanto, seria pouco enfatizada pelos cronistas posteriores ao tratar desse período de eliminação temporária das hierarquias, fazendo com que muitos estudiosos celebrassem a entrada do carnaval na vida esportiva pela imagem anárquica do puro desregramento da festa popular pagã. Enraizados na vida coletiva brasileira desde pelo menos meados do século XIX, com os entrudos, os maxixes e os corsos, os folguedos populares seriam marcados pela desordem carnavalesca, embalada pelo estrondoso e enorme bumbo do *zé-pereira*, e só iriam adquirir uma forma mais organizada com o aparecimento dos ranchos e dos cordões, que por sua vez se inspiravam no modelo das procissões religiosas. Este processo de legitimação e de enquadramento à ordem não se faria sem a repressão policial ao batuque africano e, depois, a um instrumento popular como o violão.

O rancho e seu formato de passeata estariam na raiz de gêneros musicais urbanos que se bifurcariam no século XX em marcha e em samba. A primeira apareceria com *Ó abre alas* (1899), da maestrina Chiquinha Gonzaga, e o segundo com *Pelo telefone*, em letra com menção à repressão da polícia à jogatina. Gravado pela primeira vez em 1916, este samba seria o início de uma linhagem, decantada pelo pensamento *nacional-popular*, constituída por Donga, João da Bahia, Sinhô, Heitor dos Prazeres, Assis Valente, Monsueto, entre muitos outros, e antecederia a era das escolas de samba, de onde deriva por sua vez a estirpe de Cartola, Nelson Cavaquinho, Ismael Silva, Candeia, Babaú da Mangueira e outros compositores de morro. Estes seriam igualmente

<sup>245</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1945.

<sup>246</sup> Apud AUGRAS, M. “A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de motivos nacionais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

admirados por jornalistas e intelectuais nacionalistas, detentores de uma memória musical cujo fio condutor também poderia ser alinhavado na longa listagem: Almirante, Jota Efegê, Lúcio Rangel, Eneida, Edgar de Alencar, Tinhorão, Lena Frias, Sérgio Cabral, João Máximo, Zuza Homem de Melo, Nelson Mota, Tárík de Souza, Nei Lopes, entre outros.<sup>247</sup>

Assim, somente na década de 1930, por iniciativa de Mário Filho, cujo ecumenismo inter-classista é ressaltado por Leite Lopes, as escolas de samba tomariam a forma mais regrada dos desfiles carnavalescos, deixando a estrutura informal de *blocos*, com vista grossa da polícia que discriminava a arraia-miúda da sociedade carioca, e adquirindo um status mais elevado, como a própria conotação pedagógica de ‘escola’ e de ‘academia’ do samba subentendia. Formalizavam-se então concursos com pontuação baseada em critérios estéticos, performáticos e esportivos, que estavam na origem do samba de enredo – letra escrita com a imposição de um tema histórico-nacional. As competições de originalidade de fantasia, de coordenação coreográfica e de musicalidade apresentariam um cenário já mais delimitado e afeito aos padrões de um espetáculo urbano produzido nas ruas para ser não apenas vivido como visto. Nas palavras de José Ramos Tinhorão, os desfiles das escolas de samba consistiam em uma espécie de “ópera-balé ambulante”<sup>248</sup>.

Se em 1936 Mário Filho tivera a idéia de lançar o *Duelo de Torcidas* no estádio das Laranjeiras, passados quinze anos, em 1951, o *Jornal dos Sports* renovaria a idéia, realizando um concurso no Maracanã em um Fla-Flu. Segundo o mesmo cronista Vargas Netto, àquela altura, o futebol e o carnaval já pareciam associados de maneira definitiva:

“Dez mil bandeiras drapejaram no setor do Fluminense! Flâmulas em braços penduradas, faixas com frases alusivas à contenda, blusas, lenços, distintivos, toda uma série de papéis e de tecidos, para todos os lados agitados, faziam uma policromia em salões de noite de carnaval.”<sup>249</sup>

<sup>247</sup> Em período recente, a linhagem de estudos universitários também vem sendo abordada. Cf. NAVES, S. C.; COELHO, F. de O.; BACAL, T.; MEDEIROS, T. “Levantamento e comentários críticos de estudos acadêmicos sobre música popular no Brasil”. In: **BIB** – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais. São Paulo: EDUCS, 2001, n.º 51.

<sup>248</sup> Cf. TINHORÃO, J. R. **Pequena história da música popular**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 173. A maioria das informações sobre as escolas de samba descritas a seguir foi colhida nesse livro.

<sup>249</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1951, p. 05.

O princípio ruidoso e policrômico do carnaval conteria ainda, para muitos, características similares às festas dionisíacas – ou mesmo às lupercais, às antigas saturnálias e aos bacanais romanos –, com o caos gerado pela inversão dos papéis sociais, com a abolição de fronteiras hierárquicas e com a total transgressão à ordem fixada no cotidiano. Isto faria nos anos 80 um antropólogo como Roberto DaMatta, seguidor em parte do viés culturalista freyreano, derivar parcialmente o futebol do carnaval, situando o primeiro em uma zona de confluência híbrida entre o espetáculo erudito e a festa popular tradicional. A praça pública esportiva estaria a meio caminho também da dança e do teatro, sendo responsável por recriar um espaço de indistinção entre atores e espectadores nos estádios. Tal grau de fusão carnavalesca – os cultos a Dionísio antecederam a divisão entre palco e platéia na tragédia grega –, teve como efeito dar um sentido ativo à idéia de torcida, com a imagem daquele que não apenas assiste ao jogo, mas também participa dele de maneira envolvente e calorosa<sup>250</sup>.

Em linha de abordagem análoga, Nicolau Sevcenko faria uma reflexão sobre o papel da música na comunicação ritualizada primitiva. Na conferência intitulada “No princípio era o ritmo: raízes xamânicas da narrativa”<sup>251</sup>, o historiador sublinha a importância mnemônica dos cânticos coletivos na história da humanidade. O autor investiga a função social da narrativa na pré-história, centrando sua reflexão sobre a figura do xamã, em um estudo cuja heterodoxia chegou a causar um certo incômodo ao historiador Francisco Iglesias, em seus comentários críticos ao final da palestra<sup>252</sup>. Deve-se ressaltar também o caráter pioneiro desta conferência, que antecedeu em alguns anos a pesquisa do historiador italiano Carlo Ginzburg sobre o xamanismo e sobre as práticas de feitiçaria na Europa pré-moderna, em seu livro *História noturna*. Nicolau Sevcenko sustenta a idéia de que a comunicação pelo coro precedeu a comunicação pela fala, de que a música é anterior à conversa, de que o rumor da palavra nasce subordinado à dança, à cadência e ao ritmo. Canto e conto confundem-se neste mesmo processo em que se irmanam mito, canção e

<sup>250</sup> Cf. DAMATTA, R. “Antropologia do óbvio – notas em torno do significado social do futebol brasileiro”. In: **Revista USP**. São Paulo: s.e., 1994. n. 22, p. 15.

<sup>251</sup> Cf. SEVCENKO, N. “No princípio era o ritmo: origens xamânicas da narrativa”. In: RIEDEL, D. C. (Org). **Narrativa: ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1988.

<sup>252</sup> Cf. *Ibid.*

narrativa. No desenvolvimento do seu argumento, o historiador procura pensar em algumas características do xamanismo, como a excitação das emoções coletivas e a produção dos estados de transe.

Ao situar as origens sombrias do canto na pré-história, algo não muito distante do transe dionisíaco, deve-se acrescentar que a música seria redimensionada *a posteriori* pela tradição órfica e platônica, quando se passa a atribuir ao canto o poder de produzir luz e harmonia, tal como evidenciava a escala e a linguagem matemática das notas musicais<sup>253</sup>. Mas, à medida que seu interesse pontual se voltava aos cânticos gregários e percussivos, Sevcenko frisava a possibilidade de estabelecer paralelos entre o xamanismo e as diversas religiões de possessão ao longo da história.

Ao estender essa análise à cultura brasileira e à sua disseminação em diversas esferas da religiosidade das classes populares, o autor reconhecia a insuficiência de estudos, conquanto não seja-nos difícil lembrar as pesquisas sobre dança dramática de um Mário de Andrade ou sobre música negra religiosa de um Roger Bastide. Nesta linha de raciocínio, observa-se a sua pertinência ao próprio futebol e aos grupos aqui enfocados. Embora situadas comumente nos antípodas da cultura popular e do folclore, as torcidas têm no ruído e no som um elemento primordial de articulação de sua comunidade. Conforme assinala Nicolau Sevcenko, “a canção narrativa catalisa as energias do grupo” e este ponto parece condizente com o fenômeno das torcidas de futebol nos espetáculos esportivos modernos e contemporâneos. Embora assimilando seu repertório da cultura de massas, as torcidas organizadas operam com a mesma estrutura de funcionamento da cultura popular e adaptam toda sorte de estribilhos e refrões parodísticos, de hinos e marchas de carnaval, de jingles radiofônicos e pontos musicais os mais variados. Calcados na oralidade, os torcedores apropriam-se do repertório que integra seu universo cultural, em um sistema de adaptação e improviso. Assim, é possível notar de que maneira as músicas massificadas nos estádios seguem também mecanismos semelhantes de reprodução extraídos da música popular.

A relação entre música, religião e coesão social foi alvo de atenção de uma obra clássica do pensamento sociológico, escrita por Émile Durkheim em

---

<sup>253</sup> Cf. BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 2003, p. 122.

1912: *As formas elementares da vida religiosa*. Ao marcar diferença frente aos estudos de etnografia e história, que atribuíam um caráter falso e supersticioso a diversas religiões primitivas, Durkheim buscou nestas um denominador comum, uma célula *mater* da estrutura religiosa humana, subjacente a todos os discursos sobre explicações sagradas, independente das suas colorações específicas e do seu estágio de desenvolvimento particular. De maneira mais nítida que as religiões das sociedades complexas, o sistema totêmico australiano punha a nu o fundamental da religiosidade, apartando-se do acessório, bem como do sistema interpretativo das origens mitológicas e teológicas. Aferrado a seu método sociológico de investigação, que atribuía aos fenômenos sociais o estatuto de *coisas*, Durkheim tratava as manifestações religiosas como representações coletivas que reificavam uma realidade social objetiva.

Nesse sentido, os ritos constituíam parte integrante dos cultos, informando maneiras de agir no mundo e contribuindo para reforçar os estados mentais de uma coletividade. *Grosso modo*, as cerimônias eram os meios pelos quais os grupos se reafirmavam de tempos em tempos. Mais do que uma integração cósmica, os rituais facultavam o estreitamento dos laços sociais intramundanos. Embora à primeira vista apontasse para o transcendente, a religião tratada por Durkheim não desconsiderava um importante aspecto: a sua dimensão recreativa e estética. Esta era vivenciada porquanto a estrutura ritual se aproximava das representações dramáticas, com a adoção dos mesmos procedimentos e com o objetivo similar de fazer os homens se esquecerem temporariamente do mundo real. Destituídos de fins utilitários, os ritos representativos e as representações dramáticas abriam-se igualmente à recreação, à distração e à compensação. Se as principais formas de arte e de jogo descendiam da religião, então não estranha o paralelo feito pelo sociólogo entre o caráter efervescente dos ritos comemorativos e a concepção mais geral de festa:

“... a idéia mesma de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços de cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os

indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, buscas estimulantes que elevem o nível vital, etc. Foi assinalado com frequência que as festas populares levam aos excessos, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito; também há cerimônias religiosas que determinam como que uma necessidade de violar as regras, ordinariamente as mais respeitadas.<sup>254</sup>

Já a tradição carnavalesca, inscrita originalmente no calendário religioso da Europa medieval, recebeu atenção mais aprofundada por parte da historiografia no final da década de 1970, com a obra de Mikhail Bakhtin: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Nela, a obra literária de François Rabelais foi tratada sob um prisma distinto do cânone moderno, que segundo Bakhtin não se atinha às especificidades histórico-culturais do autor. O trabalho possibilitou ao estudioso russo penetrar nos meandros da formação da cultura popular daquela época, opondo suas formas cômicas à solenidade da cultura oficial da Igreja e do Estado, durante o período medievo-renascentista. Com base na riqueza vocabular de um expoente literário da Renascença, Bakhtin identificou a chave da cultura popular na comicidade, em oposição à seriedade das cerimônias litúrgicas e religiosas. A revelação do avesso ritual da ordem estabelecida, em contraposição àquilo que no cotidiano era vivido como grave, solene e distanciado, punha em foco o que ocorria nas praças, nas feiras, nas ruas e nas festividades públicas, dando a conhecer os mecanismos concretos de vivência do folclore e da cultura popular. O riso, o lúdico, o jocoso, o grotesco, o ridículo, o satírico, o escatológico e todos os aspectos relacionados à irreverência típica do carnaval obedeciam aos ritos de inversão, à transformação cíclica da estrutura social.

O estabelecimento de um regime de classes contribuiu para aguçar uma *dualidade do mundo* entre a cultura popular e a cultura oficial, regida por sentimentos e cosmovisões em tudo antagônicas, segundo Bakhtin, que no entanto não deixava de ressaltar a circularidade cultural. Os festejos carnavalescos tinham apenas parcialmente relação com o teatro popular

<sup>254</sup> Cf. DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico da Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 417 e 418.

medieval, uma vez que naquele carnaval não havia representação e, portanto, não se conhecia separação entre atores e espectadores. Articulada aos “fins supremos” da vida – os ciclos de renovação e ressurreição da existência humana –, a festa da carne celebrava a abolição provisória das relações de hierarquia e de privilégio vigentes no regime feudal, chegando a perdurar naquele período durante três meses ao ano. A supressão temporária das barreiras permitia também a criação de um local de integração e de conagração na praça pública, o que favoreceu o desenvolvimento de um tipo particular de comunicação, franco e aberto, sem as convenções e as etiquetas do cotidiano, a colocar a paródia e a sátira no centro do universo lingüístico carnavalesco. A liberdade da linguagem na praça pública ensejou com isso o uso de expressões grosseiras e insultuosas, de palavrões e obscenidades, enfim, de todo um “reservatório verbal” com inúmeros aspectos proscritos pela comunicação oficial.

A predominância de imagens materiais no povo, com ênfase na bebida, na comida, nas satisfações fisiológicas e na vida sexual, faz Bakhtin caracterizar o universo de Rabelais como *realismo grotesco*. Seu traço característico seria o rebaixamento cósmico e corporal, em uma topografia que se desloca de alto a baixo, quer seja do céu a terra, quer seja do rosto aos órgãos genitais. Essa degradação topográfica, da parte superior à parte inferior do cosmo e do corpo, encerra uma ambivalência simbólica, pois possibilita de igual modo a imagem de uma regeneração e de um recomeço do ciclo vital. Uma concepção do tempo cíclico biológico na cultura popular é salientada, com as metáforas do princípio e do fim, do antigo e do novo, do nascimento e da morte. Em contraposição ao classicismo artístico renascentista, o realismo grotesco exalta a imperfeição do corpo humano, seu inacabamento estético, constituindo-se na “quintessência da incompletude”<sup>255</sup>. O corpo grotesco não é uno nem indiviso, transpõe suas próprias fronteiras e comunica-se com o mundo por meio de seus orifícios e protuberâncias. Nele se imiscuem, por conseguinte, as formas animais, vegetais e humanas.

---

<sup>255</sup> Cf. BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo; Huicitec: Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 23.

De acordo com Bakhtin, a plenitude de sentido da cultura popular encontra-se diluída na época moderna. A situação começa a se modificar na segunda metade do século XVII, quando ocorre uma “estatização” e uma “formalização” da vida festiva. A visão de mundo cômica, seu caráter regenerador, fragmenta-se em simples humor; o riso deixa de ser jocoso e alegre para se transformar em ironia, sarcasmo e recreação. A cosmovisão carnavalesca perde o horizonte utópico que o enviava à idade de ouro de Saturno. A ousadia perante o ponto de vista dominante já não apresenta a mesma capacidade contestatória e corrosiva. O corpo burguês se mostra individualizado, com contornos precisos, sem relação com a heterogênea corporeidade popular. As grosserias típicas do realismo grotesco dissolvem seu caráter positivo e se conservam como sobrevivências apenas negativas. Eis que vida e morte, dia e noite não se encontram mais integrados dialeticamente, superpostos como outrora. A feiúra acede à beleza e o sublime relega o homem rabelaisiano à categoria de horrendo, monstruoso e disforme.

Mesmo com a conservação de alguns traços burlescos e bufônicos na literatura do Romantismo – vejam-se as observações de Goethe sobre o carnaval romano em sua *Viagem à Itália* –, vários aspectos da cultura popular medieval e renascentista são nela desfigurados. A representação da loucura é indicativa disso – vide também a sátira renascentista de Erasmo de Roterdã, *O elogio da loucura* –, pois o louco festivo subtrai sua condição de alegria e inconseqüência para contrair um significado sombrio, obscuro, estranho. A despeito das mutações da representação do grotesco no período romântico e moderno, o riso popular é concebido nos seguintes termos universalistas por Bakhtin:

“... a função do grotesco é liberar o homem das formas de necessidade inumana em que se baseiam as idéias dominantes sobre o mundo. O grotesco derruba essa necessidade e descobre seu caráter relativo e limitado. A necessidade apresenta-se num determinado momento como algo sério, incondicional e preceptivo. Mas historicamente as idéias de necessidade são sempre relativas e versáteis. O riso e a visão carnavalesca do mundo, que estão na base do grotesco, destroem a seriedade unilateral e as pretensões de significação incondicional e intemporal e liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, que ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades. Daí que uma certa ‘carnavalização’ da



consciência precede e prepara sempre as grandes transformações, mesmo no domínio científico.<sup>256</sup>

Em face do que foi exposto, a questão a saber é a seguinte: até que ponto o modelo das festas dionisíacas, da religião primitiva ou do carnaval medieval, passadas em revista acima, pode ser utilizado para se pensar o comportamento musical e lingüístico das torcidas de futebol ? Seriam essas conexões apenas *tours de force* a que costumava recorrer um jornalista do naipe de Nelson Rodrigues, carnavalizador por excelência da polifonia esportiva (a forma de escrita sendo coetânea à forma de espetáculo<sup>257</sup>) ? Se não, em que medida o futebol, como espetáculo de massas, pode ser lido na chave da fusão carnavalesca que abole, ao menos de modo figurativo, atores e espectadores ? Em que grau é possível identificar na fidelidade torcedora um ambiente de *efervescência* nos estádios, à maneira da coesão religiosa descrita por Durkheim? Em que medida a praça pública esportiva pode ser o lugar privilegiado para exprimir a licenciosidade grotesca e a riqueza vocabular da linguagem do povo, tal qual abordada por Bakhtin no contexto histórico europeu ?

O reconhecimento de uma carnavalização do futebol não implica a aceitação de uma imagem apenas anárquica, sem conseqüências ou condicionamentos histórico-políticos. Embora o próprio Gilberto Freyre ressaltasse o caráter institucional do futebol, que foi capaz de não enveredar para o gansterismo, para a capoeiragem ou para a malandragem puramente negativa, os cronistas e os estudiosos tributários do viés freyreano se mostraram seduzidos pela visão dionisíaca desse esporte, para muitos profano, desordeiro, vulgar. O *desideratum* jornalístico – carnavalizar o futebol – acabou por toldar ou fazer esquecer a importância do lado apolíneo do jogo. O valor conferido à organização da festa por Mário Filho, com o estabelecimento de critérios explícitos na definição de uma competição sonora e coreográfica entre os torcedores, foi decisivo na busca de tal equilíbrio. Assim como Bakhtin identificava uma “formalização” e uma “estatização” do carnaval após o

<sup>256</sup> Cf. *ibid.*, p. 43.

<sup>257</sup> Cf. LOPES, J. S. L. “A vitória do futebol que incorporou a pelada”. In: **Revista USP**. São Paulo: s.e., 1994, n.º 22, p. 82.

Renascimento, as décadas de 1930 e 1940 no Brasil assinalam mudanças estruturais na forma de celebração momesca. Isto vinha expresso não apenas na espetacularidade dos desfiles, mas também nas transformações dos meios de difusão tecnológicos que possibilitaram a propagação da música popular, com advento do rádio na Era Vargas.

A elocução radiofônica de um Ary Barroso, cuja duplicidade de atuação na música e no futebol parece categórica dessa intercessão, na qual o próprio locutor se fundia à figura do torcedor, marcava essa época de inovação técnica e de configuração de uma sociedade de massas. Foi no programa de rádio *Trem da Alegria* que Lamartine Babo renovou a tradição do hinário clubístico, com a popularização dos hinos nos estádios. Ainda que não perca de todo o tom épico, os hinos populares carnavalizaram o caráter até então parnasiano, sublime e marcial das letras compostas nos distintos saraus dos sócios dos clubes esportivos de início do século. As estações de rádio dos anos 30 e 40 foram também responsáveis pela organização das primeiras “torcidas” ou claques em torno de cantoras. O crescimento dos admiradores das grandes intérpretes musicais, transformadas com rapidez em estrelas nacionais, acabava por dividir os auditórios em uma crescente rivalidade e idolatria, tal como sucedia nas frenéticas platéias que assistiam às disputas entre Marlene e Emilinha, entre Dalva de Oliveira e Ângela Maria, na Rádio Nacional, onde os programas eram comandados por Almirante, estudioso de música popular. Os fãs-clubes das “Rainhas do Rádio” seriam o vestíbulo de um movimento maior em torno da MPB que despontaria nos anos 60, com o aparecimento de torcidas musicais nos Festivais Internacionais da Canção, organizados pelas emissoras de televisão.

Para a melhor compreensão da relação entre a indústria cultural e a criatividade popular, convém recorrer a um pequeno porém percuciente ensaio do professor José Miguel Wisnik: “Algumas questões de música e política no Brasil”<sup>258</sup>. Sem decalcar o contexto político do texto musical, e vice-versa, Wisnik aborda as sutis maneiras pelas quais se inscrevem o papel e o lugar social da música na história brasileira. Ao lembrar que a harmonia musical foi muitas vezes utilizada como metáfora da ordem e da engenharia social, o autor

<sup>258</sup> Cf. WISNIK, J. M. “Algumas questões de música e política no Brasil”. In: BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 2003.

remete sua análise para além das letras e das composições, procurando surpreender os sentidos políticos na métrica, no ritmo e na melodia das canções nacionais. Tendo o Rio de Janeiro como epicentro para o qual convergem várias manifestações musicais, ele mostra de que modo, na virada do século XIX para o século XX, o contraste entre a música oficial e a música popular era evidenciado por meio de clivagens melódicas e harmoniosas que atribuíam à primeira o bom gosto e a elevação, e à segunda a degradação bárbara e ruidosa. A metáfora do alto e do baixo, do som e do ruído, servia de base para uma separação entre a música da elite e a música do povo, distância que parecia em princípio incontornável.

A situação se modifica com a industrialização do som através do disco e do rádio, no momento em que os processos de gravação e de reprodução mecânicas convertem a música em mercadoria, levando a meditações filosóficas niilistas de um Adorno sobre a reificação musical na modernidade. Conquanto não abrande as contradições, a massificação da música introduz uma série de cruzamentos entre essas fontes matriciais que possibilitam sínteses antes impensáveis. As combinações entre a tradição e a vanguarda, o rural e o urbano, o erudito e o popular, o nacional e o estrangeiro, entre outros pares dicotômicos, estariam na base de movimentos culturais no Brasil da segunda metade do século XX, como a Bossa-Nova e a Tropicália. Mas a sutileza da análise não se restringe ao reconhecimento dessas intercessões inovadoras. A pulsão sonora vem associada a uma rede de significações políticas, tais como Wisnik verifica no cotejo dos permutáveis significantes musicais do Hino Nacional e do samba *Com que roupa ?*, de Noel Rosa.

Se cada uma das músicas possuía uma configuração pulsional própria, a primeira a marcar o ritmo cívico do hino, a segunda a marcar a síncopa deslizante do samba, o autor mostrava como a alteração do acento melódico teria efeito em ambas, alterando a sua totalidade de sentido. Deste modo, os significados de uma e de outra poderiam ser intercambiados consoante a acentuação rítmica que se lhes imprimisse. Como no *ethos grego*<sup>259</sup>, o caráter da música sulcava uma qualidade mimética e uma potencialidade ética. Assim,

---

<sup>259</sup> Cf. ARAÚJO, R. B. de. “O mundo como moinho: prudência e tragédia na obra de Paulinho da Viola”. In: CAVALCANTI, B.; STARLING, H.; EISENBERG, J. (Orgs.). **Decantando a República**: inventário histórico-político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Ed. Fundação Perseu Abramo / Faperj, 2004, vol. 1.

ele era definido mais por sua melodia e por seu estilo do que por seu conteúdo, de tal maneira que a composição de Noel Rosa poderia ser codificada como cívica e o hino pátrio, como samba. As incongruências entre letra e música no Brasil eram evidenciadas pelo autor no período do Estado Novo, sobretudo quando se tratava de abordar as relações entre trabalho e malandragem. As composições de Wilson Batista eram emblemáticas neste sentido, pois mostravam de que modo a exaltação oficial do trabalho (“O bonde de São Januário”) convivía com o elogio da figura do malandro na obra do mesmo compositor, capaz de expressar a sinuosidade da malandragem tanto na letra quanto no ritmo sincopado: “eu passo gingando/ provoço e desafio/eu tenho orgulho em ser tão vadio”<sup>260</sup>.

À luz dos apontamentos de Wisnik, que se ampara nos domínios da teoria musical em Platão e Aristóteles<sup>261</sup>, pretende-se aqui um acompanhamento mínimo e uma tentativa de reflexão sobre o fenômeno ruidoso e polifônico dos estádios. A atenção inicial vai para as torcidas de futebol dos anos 40 e 50, sobre as quais se pode dizer que apresentam dos dois estilos sonoros principais: o *ethos* épico e o *pathos* carnavalesco. Embora a Charanga de Jaime de Carvalho, por exemplo, vá associar sua dimensão simbólica a um instrumento apolíneo – a lira –, bordada como escudo na camisa da torcida, posicionada acima mesmo do dístico do clube, sua tradição musical descende da hínica dos esportes, da épica portanto, expressa no refrão melódico composto em 1920 por Paulo Magalhães, bacharel e ex-atleta do clube: “Flamengo, Flamengo/ tua glória é lutar/ Flamengo, Flamengo/ campeão de terra e mar”, em letra pomposa que dizia ainda: “Lutemos com valor infindo/ Ardentemente com denodo e fé/ Que seu futuro ainda será mais lindo/ Que o seu presente, que tão lindo é.”. Entoadado com instrumentos de sopro, de metal e de percussão, este estribilho, que enfatizaria a dimensão agonística, a glorificação da luta e da conquista nas modalidades esportivas marítimas e terrestres, seria repetido ritualisticamente pela torcida durante décadas na

<sup>260</sup> Cf. VASCONCELLOS, G. F. SUZUKI JR., M. “A malandragem e a formação da música popular brasileira”. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986, tomo 3, vol. 4.

<sup>261</sup> Cf. WISNIK, J. M. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

entrada da equipe em campo, no transcorrer da partida e após a comemoração do gol.

À exceção desse hino, pode-se dizer, no entanto, que são escassas as fontes indicativas do repertório musical das charangas, como de resto o são todas aquelas informações referentes à linguagem dos torcedores nos estádios. A pouca importância creditada à cultura oral fez com que apenas umas raras expressões da fala torcedora, passadas de geração a geração, fossem incorporadas à tradição. Se a praça pública esportiva do século XX não teve o seu Rabelais, teve ao menos alguns cronistas sensíveis e talentosos que aqui e ali, de quando em vez, se dedicaram a registrar algumas dessas manifestações lingüísticas e sonoras. Um Mário Filho no Rio de Janeiro e um Thomaz Mazzoni em São Paulo são figuras consensuais da construção de uma memória coletiva na identidade do futebol em cada um desses estados.

Enquanto o primeiro sublinhava a interjeição de apoio observada no estádio do Fluminense no decênio de 1910, o estrangeirado *hip-hip-hurrah!*<sup>262</sup>, o segundo narrava o surgimento do primeiro hino de guerra entre os torcedores do Paulistano. O cronista ítalo-paulista referia-se ao *ale-guá-guá*, um abasileiramento onomatopaico do grito francês *allez-gohack*, que significava “para frente, avante”. Pouco se sabe de que maneira a interjeição foi aclimatada no Brasil, embora seu traço de paródia e de onomatopéia fique evidente. De todo modo, segundo Mazzoni, o grito surgira entre os torcedores em um treino do clube no Velódromo, onde então se realizavam as partidas. Naquela tarde, conforme o cronista, chovia a cântaros e, após uma repentina estiagem, Olavo de Barros e Renato, dois assistentes, desceram da arquibancada em direção à linha divisória do campo e pronunciaram esse dizer que logo seria seguido pelos demais espectadores lá presentes<sup>263</sup>.

Marco de fundação do “comportamento verbal” dos torcedores, para utilizar a expressão de Luiz Henrique de Toledo<sup>264</sup>, esse brado é considerado o estopim de um processo de comunicação coletiva direcionado das arquibancadas para o campo de jogo, que subverteria o aplauso contido e as

<sup>262</sup> Cf. RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 59.

<sup>263</sup> Cf. MAZZONI, T. **História do futebol brasileiro (1894-1950)**. São Paulo: Editora Leia, 1950, p. 26.

<sup>264</sup> Cf. TOLEDO, Luiz Henrique de. “Por que xingam os torcedores de futebol?”. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo: s.e., 1993, n.º 3, p. 20.

regras de etiqueta incorporadas pelas platéias artísticas, como observa Elias. Sem um caráter ainda, por assim dizer, musical, a brevidade daquele uníssono lancinante aponta para uma característica que se verificaria ao longo do tempo entre os slogans e as palavras de ordem criadas, glosadas ou parodiadas nas praças de esporte do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Esse traço rudimentar da fala torcedora nos endereça às variações pré-literárias de que trata o teórico alemão André Jolles, em seu livro clássico de 1930: *As formas simples*<sup>265</sup>. Se a ciência da literatura até o começo do século XX tinha se restrita quer a identificar os principais gêneros literários, o romance e a epopéia, o drama e a comédia, a elegia e a ode, quer a estipular uma galeria de grandes poetas, cuja idéia de genialidade se iniciara no romantismo inglês e culminara no *Sturm und Drang* alemão, quer a abordar a fenomenologia da *Gestalt* nas criações do espírito, pouca atenção havia sido dada à morfologia de sistemas poéticos menores – a lenda, a saga, o mito, a adivinha, o ditado, o caso, o memorável, o conto, o chiste –, tidos como subgêneros de somenos importância para a crítica científica. Ao situar sua investigação aquém da estilística, da retórica e da poética tradicionais, Jolles se debruça sobre os aspectos morfológicos provenientes de uma linguagem que não se consolidou em formas literárias acabadas, anteriores portanto à elaboração artística de um poeta erudito.

Se esse campo de estudos foi negligenciado pela crítica estético-literária, o autor procura examinar esse terreno até então destinado pela tradição à etnografia e ao folclore. Simples e breves, os ditados e as canções de gesta, as máximas e os provérbios eram exemplos de *gestos verbais* cuja forma fundamental o estudo da linguagem e da língua podia decompor.

A ênfase na idéia de *gesto verbal* pode ser aproximada, ainda que de modo tangencial, do conceito de *performance* de Paul Zumthor, espécie de evento comunicativo, notadamente o desempenho relacionado à poesia oral européia, de origem medieval. Esta tradição literária destaca a importância da *corporeidade* presente em todo ato de ler em público, com a articulação entre a dimensão escrita e a dimensão falada na literatura popular. O traço-de-união entre o gesto e a fala na recitação das poesias, no qual desponta o sentido

<sup>265</sup> Cf. JOLLES, A. **As formas simples**: lenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

cênico e teatral da cultura popular, recuperaria a questão da totalidade da percepção sensorial, reunindo aspectos antes isolados, fragmentados e tratados à parte pela metafísica, com considerações exclusivas que se atinham ao conteúdo ou ao texto gráfico em si. Para o estudioso suíço da Idade Média, o caráter indissociável entre “a letra e a voz”, entre o corpo e a fala, entre a vocalidade da palavra e a poética vocal no Ocidente, tal como estabelecida antes da invenção da imprensa por Gutemberg e antes da inauguração da modernidade que hipostasiou a dimensão *grafocêntrica* da literatura. Em Zumthor, o lugar de uma obra extrapola os limites do registro textual e passa a salientar “a pessoa e o jogo do intérprete, o auditório, as circunstâncias, o ambiente cultural e, em profundidade, as relações intersubjetivas, as relações entre a representação e o vivido”<sup>266</sup>.

Conquanto não seja possível, a rigor, adequar nenhum dos nove subgêneros analisados por André Jolles ao caso das expressões vocabulares dos torcedores, os *hurrahs* e os *aleguais* eram espécies de *formas simples* que primeiro despontariam nos estádios do início do século e que depois seriam estilizadas em lemas, em ditados morais das torcidas, mimetizadas por sua vez das palavras de ordem dos clubes. A título de exemplo provisório, lembre-se a inscrição da faixa da Charanga, dependurada nas arquibancadas durante várias décadas: *Avante, Flamengo*. Por ora, cabe dizer que tais expressões verbais seriam parcialmente ofuscadas com o advento das orquestras musicais nos estádios. O repertório musical concorreria com os gritos e com as falas dos torcedores que visavam por um lado orientar e incentivar os jogadores do seu time, e por outro, atrapalhar, vaiar e ofender os atletas do da equipe adversária. Se já foi dito que, dos dois estilos principais das charangas, o *ethos* épico se filiava diretamente à tradição bélica de onde se originavam as sublimações esportivas, o *pathos* carnavalesco curiosamente também tinha uma vinculação militar na história musical carioca.

Isso porque a maioria das bandas militares, fonte de inspiração para as torcidas organizadas, havia sido um grande local para a formação musical de negros das camadas pobres no Brasil<sup>267</sup>. O baiano Hilário Jovino, junto à Tia

<sup>266</sup> Cf. ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 18.

<sup>267</sup> Cf. SANTIAGO, J. J. P. **Liras e bandas de música entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura / PUC-Rio, 1992.

Ciata um dos personagens mais lendários da história do carnaval, responsável por animar e por paganizar os primeiros ranchos, pertenceu à Guarda Nacional. Foi no Exército e na Marinha que se formaram vários músicos populares, como os pertencentes à Banda Marcial dos Fuzileiros Navais e à Banda do Corpo de Bombeiros. É sabido que, para a composição da Charanga, Jaime de Carvalho recrutou Gama, um soldado da PM que tocava clarim e que, por sua vez, trouxe para o grupo mais dois clarinistas, um trompetista e um pistonista do quartel<sup>268</sup>. O sentido explícito de ordem dessas corporações se traduzia na nomenclatura dos grupos de torcedores, intitulados Torcidas Organizadas no Rio de Janeiro e Torcidas Uniformizadas em São Paulo.

Se o projeto de Mário Filho era transpor o paradigma dos desfiles carnavalescos para as torcidas de futebol, mediante critérios plásticos e rítmicos extraídos das escolas de samba da Praça Onze, cumpre assinalar que nas décadas de 1940 e 1950 não seria o gênero sambístico o adotado pelas charangas. Dos dois estilos musicais legados pelo carnaval carioca, a marcha e o samba, seria o primeiro o mais executado na fase inicial das torcidas organizadas no Rio de Janeiro. De início, a marchinha carnavalesca se incorporaria ao futebol com mais facilidade que a letra de samba-enredo, gênero, no dizer de José Miguel Wisnik, cuja origem estava justamente na junção entre a tradição da malandragem e o pastiche do discurso cívico, o que levaria o humorista Sérgio Porto a ironizar as complicadas letras compostas por sambistas semi-analfabetos. Em 1968, Stanislaw Ponte, pseudônimo de Sérgio Porto, lançava *O samba do crioulo doido*, no qual zombava do embaralhamento das informações históricas de compositores que buscavam informações nas cartilhas dos livros de História ginásial. Na letra, a atônita princesa Isabel acabava por proclamar a escravidão.

Feita a digressão quanto à canhestra pomposidade dos sambas-enredo, cumpre dizer que nas décadas de 1940, 1950 e 1960, quando não se ouvia o hino original ou o hino popular do clube, o repertório das charangas era embalado por machinhas, mais simples e acessíveis, que possuíam à época maior divulgação radiofônica. Entre as toçadas pelas torcidas, pode-se citar a premiada “Cidade Maravilhosa” (1934), de André Filho, que mais tarde se

---

<sup>268</sup> Cf. AQUINO, W; CRUZ, C. **Acima de tudo rubro-negro**: o álbum de Jayme de Carvalho. Rio de Janeiro: C. Cruz, 2007, p. 34.



tornaria Hino Oficial do Estado da Guanabara, e “O teu cabelo não nega” (1931), de Lamartine Babo, entre outras<sup>269</sup>.

A escassez de informações nos periódicos impede um aprofundamento dos modos de assimilação e de escolha das canções naqueles grupos. A visibilidade da figura de Jaime de Carvalho fez com que as rarefeitas informações se voltassem para a sua Charanga, haja vista também as várias páginas dedicadas a ele por Mário Filho no livro *Histórias do Flamengo* (1945). Além das “armas carnavalescas” – o confete, a serpentina e os porta-estandartes –, era frisada a tradição das passeatas, dos corsos e dos festejos carnalizados nos bondes para a comemoração dos títulos, como sucedeu no tricampeonato de 42/43/44. Sua orquestra apresentava um repertório que podia incluir uma música clássica como “Cisne Branco”, um “Hino a Gilberto Cardoso”, criado pelo próprio grupo para evocar a memória do ex-presidente do Flamengo, ou ainda a famosa marcha “Tá chegando a hora”. Para a sua execução, uniam-se instrumentos de sopro e de metal – clarins, sirenes, cornetas, pratos e sinos – com instrumentos de percussão: tambores, cuícas, taróis e bumbos.

Os periódicos também informam que, após a construção do Maracanã, os alto-falantes do estádio passaram a fazer as vezes de animadores do público, amplificando músicas como o baião “Paraíba”, de Alberto Ribeiro e João de Barros<sup>270</sup>. Este último compositor, conhecido popularmente como Braguinha, ficou cravado na memória jornalística pela anedota segundo a qual ele se encontrava na semifinal da Copa do Mundo de 1950, quando no Maracanã a seleção brasileira derrotou de maneira acachapante a seleção da Espanha, à época conhecida como *fúria espanhola*. O elástico placar de seis a um fez, de modo espontâneo, a torcida brasileira lembrar a marchinha dos mesmos João de Barros e Alberto Ribeiro, “Touradas em Madri” (1937) – um tributo ao país acometido pela Guerra Civil. Diz-se que Braguinha, ao ouvir as duzentas mil vozes entoando sua composição, chorou copiosamente ante aquele cenário de júbilo.

<sup>269</sup> Cf. LAPICCIRELLA, R. **As marchinas de carnaval**: antologia musical popular brasileira. São Paulo: Musa Editora, 1996, p. 24 e 58.

<sup>270</sup> Cf. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 01 de março de 1992, p. 20.

A relação entre a marcha de carnaval e o samba-de-enredo iria se inverter na década de 1960, com a prevalência do segundo entre as torcidas de futebol. O movimento das torcidas dissidentes, também chamadas Torcidas Jovens, no final dos anos 60, teria como efeito uma diferente acentuação rítmica nas arquibancadas, com o aumento do peso dos instrumentos percussivos sobre os instrumentos metálicos e de sopro típicos das Charangas. Tal modificação se condicionava de igual forma pelo destaque conferido pelas rádios a cada um dos gêneros e pelas transformações ocorridas no interior da indústria fonográfica. Se mudanças nas escolas de samba já se verificavam com a passagem dos desfiles da Praça Onze para a Avenida Rio Branco e, desta, para a Avenida Presidente Vargas, o pesquisador Roberto Moura identifica duas novidades carnavalescas no ano 1967: a aproximação das classes médias com as escolas de samba, dando um perfil novo aos freqüentadores de ensaios nas quadras, e o fato inédito do sucesso de um samba-de-enredo nos salões dos bailes: *O mundo encantado de Monteiro Lobato*, da Estação Primeira de Mangueira, cantado na voz de Jamelão.

Esse samba era o segundo de uma série que desbastava o verniz pesado de exaltação pedagógico-patriótica dos desfiles e incorporava uma diversidade temática, a começar por enredos baseados em obras da literatura brasileira. Antes do samba consagrado ao mestre do romance infanto-juvenil, Monteiro Lobato, o compositor Paulinho da Viola compusera em 1966 para a Portela um samba cujo tema era o romance clássico de Manuel Antônio de Almeida: *Memórias de um sargento de milícias*. Já a Mocidade Independente de Padre Miguel adaptaria a obra literária de José Mauro de Vasconcelos, *Meu pé de laranja lima*, em enredo que terminava com a cantiga de roda: “Ai eu entrei na roda/ Ai eu entrei na dança”. Mário de Andrade, Jorge de Lima, Euclides da Cunha e muitos outros literatos seriam agraciados na década de 1970. Em 1968, porém, a gravação de um primeiro elepê exclusivo com sambas-enredo foi outra inovação decisiva que impulsionou a popularização dos sambas-enredo e tal fato possibilitou ao público conhecer as letras antes de chegar à Candelária para o desfile<sup>271</sup>.

---

<sup>271</sup> Cf. MOURA, R. “As escolas de samba”. In: SOUZA, T. de. (et al). **Brasil musical**. Rio de Janeiro: Art Bureau, 1988, p. 153.

Enquanto Roberto Moura registra a entrada do samba-enredo nos salões carnavalescos, a leitura do *Jornal dos Sports* a partir de 1967 possibilita semelhantes conclusões acerca do ingresso desse gênero musical nos estádios de futebol. O periódico de Mário Filho, por razões evidentes, sempre dera destaque ao carnaval e em específico aos desfiles carnavalescos. Entre o final e o início de cada ano, a cobertura se intensificava em colunas como “O Rio é Carnaval”, em matérias de página inteira sobre os preparativos nas quadras das escolas e em seções que punham à disposição do público leitor as letras dos sambas que seriam cantados na Presidente Vargas. As arquibancadas refletiam, à sua maneira, esse ambiente em que se envolvia a cidade. Em outubro de 1967, em mais uma de suas rodadas duplas, um repórter descrevia o cenário carnavalizado do Maracanã, graças à torcida de um pequeno clube que se organizava para o incentivo ao time. Em uma descrição que parece apontar para uma transição do estilo das charangas ao das torcidas dissidentes, dizia a reportagem:

“Torcida vai agitar com ‘Avante, Bonsuça’”: “Cerca de sessenta sambistas empunhando trinta bandeiras com as cores do Bonsucesso e duas faixas — uma delas com os dizeres Avante Bonsuça — estarão hoje à noite no estádio Mário Filho para incentivar os jogadores do seu clube no jogo contra o líder Botafogo. Hamilton de Oliveira, que comanda a torcida uniformizada do Bonsucesso, decidiu que ficará instalado junto com a torcida do América, à esquerda das cabines de rádio. (...) A bateria comandada por Hamilton consta de três bumbos, três taróis, sinos e outros instrumentos musicais para ritmar o ‘verdadeiro samba carioca’. O velho Hamilton não se esqueceu de mandar confeccionar papel picado que será jogado do alto da arquibancada, quando o time entrar em campo. Nesse momento, as trinta bandeiras se agitarão e a bateria entrará em ação, tocando músicas do repertório especialmente preparado para essa festa.”<sup>272</sup>.

A divulgação prévia das letras dos sambas nas rádios, nos discos e nos jornais permitia que ele fosse apropriado de antemão pelas torcidas. Estas não se restringiam a repetir o enredo tal qual ele havia sido composto, mas a alterar a letra e a adaptá-la ao sabor da preferência clubística. A paródia seria assim consagrada como sua apropriação preferencial. Se o ano de 1968 é representativo do aparecimento do primeiro LP dedicado aos sambas-de-

<sup>272</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1976, p. 10.

enredo, o ano posterior assistiria à gravação das letras que ecoariam com mais força nas arquibancadas do Maracanã, ao menos pelo que é possível depreender da leitura do *JS*. Entre as composições que se destacavam naquele ano, a Mocidade Independente de Padre Miguel limitava-se a seguir a temática ufanista habitual das escolas, enaltecendo pessoas, datas e acontecimentos pátrios oficiais – Guararapes, Inconfidência, Abolição e Independência eram temas considerados batidos –, com um samba dedicado ao historiador Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Ouro Preto.

Já a Vila Isabel consolidava a inovação de temas dedicados à negritude, tradição iniciada pelo Salgueiro em 1963 com o vitorioso “Chica da Silva”, do compositor Anescarzinho, e cantava o samba do jovem Martinho da Vila, “Iaiá do Cais Dourado”, que inovara desde 1967, com “Carnaval de ilusões”, letra na qual adaptava estribilhos de música folclórica: “Ciranda, cirandinha/ Vamos todos cirandar.”. O Império Serrano, por seu turno, apresentava o samba “Heróis da Liberdade”, letra antológica que começava com um solfejo e terminava com um lamento. Segundo os jornalistas, a letra de autoria de Silas de Oliveira e Mano Décio da Viola – dois ases na composição de sambas-enredo – enfrentaria problemas com a censura no pós-AI-5, já que além de parodiar um trecho do Hino da Independência – ato proibido por lei – a música referia-se a “alunos e professores”, uma alusão às passeatas estudantis do final do ano anterior. O grande vencedor do desfile de 1969 seria o samba-de-enredo do Salgueiro, que contagiaria o universo do futebol no início de 1969, com uma música fiel à temática a um só tempo regional, negra e religiosa: “Bahia de Todos os Deuses”, composta pelo engraxate João Nicolau, mais conhecido pelo apelido de Bala.

O sucesso se devia a dois fatores principais. Por um lado, ele adotava a estratégia de Martinho da Vila, com a incorporação de rimas oriundas do folclore nacional. Assim, em vez de sambas com melodias épicas complicadas, os versos finais dele terminavam com uma quadrinha dos capoeiras baianos: “Zum, zum, zum/ capoeira mata um”. Por outro, ele se valia da sua difusão em disco, o que contribuía para o seu conhecimento prévio. Deste modo, o samba seria adotado e parodiado pela torcida do Flamengo de maneira a repercutir ao

longo de todo o ano. De acordo com a informação do *JS*, em junho de 1969, a torcida ainda cantava o samba do Salgueiro nos estádios<sup>273</sup>. Assim, em vez de se restringir apenas aos primeiros meses que antecediam o carnaval, como antes, a letra perduraria na memória das torcidas nas arquibancadas do Maracanã por meses a fio. O cotejo do original com a versão anônima dos torcedores permite acompanhar o processo parodístico:

Bahia/ os meus olhos estão brilhando/ Meu coração palpitando/ De tanta felicidade/ És a rainha da beleza universal/ Minha querida Bahia/ Muito antes do Império/ Foste a primeira capital. Preto Velho Benedito já dizia/ Felicidade também mora na Bahia/ Tua história, tua glória/ Teu nome é tradição/ Bahia do velho mercado/ Subida da Conceição./ És tão rica em minerais/ Tens cacau, tens carnaúba/ Famoso jacarandá/ Terra abençoada pelos deuses/ E o petróleo a jorrar/ Nega baiana/ Tabuleiro de quindim/ Todo dia ela está / Na igreja do Bonfim, oi/ Na ladeira tem, tem capoeira/ Zum, zum/ zum, zum, zum/ Capoeira mata um!	Flamengo/ os meus olhos estão brilhando/ Meu coração palpitando/ De tanta felicidade/ És uma garra com uma força sem igual/ Ó meu querido Flamengo/ Cada jogo uma vitória/ Cada vitória um carnaval./ Preto Velho já dizia meninada/ Existe um time que sacode a arquibancada Sua história, sua glória/ O seu nome é tradição/ A minha maior alegria/ É ver o Mengo campeão/ Sou urubu, mas não faz mal/ Sou do time mais querido/ Daquele que faz vibrar/ É o time consagrado pelo povo/ E a galera a cantar/ Bola pra frente/ Lá na Gávea é assim/ Na vitória ou na derrota/ Sou Flamengo até o fim/ Ó, ó, ó. Sou Flamengo sim/ Por toda vida/ Zum, zum/ zum, zum, zum/ A torcida quer mais um! <sup>274</sup>
---	--

A transição, por suposto, não se dava de maneira tão abrupta e automática como poderia parecer. Embora as gravadoras não investissem mais nelas, as marchinhas continuavam vigorosas nos estádios. Em 1963, Antônio Almeida e Oldemar Magalhães comporiam a “Marcha do Remador”, mais conhecida como *Se a canoa não virar*. A torcida botafoguense, às vésperas da

<sup>273</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1969, p. 12.

<sup>274</sup> Cf. AQUINO, W; CRUZ, C. *op. cit.*, p. 56.

comemoração do bicampeonato carioca do time, a levaria para as arquibancadas: “Se a canoa não virar, ôlêê, ôlêê, ôláá, o Botafogo chega lá.”<sup>275</sup>, em letra que nos anos seguintes teria várias versões de baixo-calão. Mesmo marchas da década de 1950 permaneciam vivas nos cânticos adaptados com ironia pelas torcidas. “Piada de Salão”, cantada por Blecaute em 1954, cantor este que chegara a freqüentar a Charanga de Jaime de Carvalho, tinha a seguinte adaptação da torcida do Vasco, em gozação à torcida do Flamengo: “É ou não é/ piada de salão/ um time de urubu/ querer ser campeão”<sup>276</sup>. A torcida vascaína se valia também de vinhetas e jingles típicos das emissoras de rádio: “Ôlêê, ôláá/ o nosso Vasco/ tá botando pra quebrar!”<sup>277</sup>.

A alusão pejorativa ao “time de urubu”, com que se caracterizava a torcida do Flamengo, reconhecida com timidez inicial pelos próprios rubro-negros na adaptação do samba-enredo *Bahia de Todos os Deuses* (“Sou urubu, mas não faz mal...”), referia-se a estereótipos recém-criados pelos torcedores entre si. Antes do urubu, o mascote do Flamengo era o Popeye. Símbolo da fibra e da energia, o marinheiro das revistas em quadrinho norte-americanas era uma transposição do cartunista Molas, da equipe do *Jornal dos Sports* dos anos de 1940, momento também em que foram transpostos outros personagens da indústria cultural e do universo infanto-juvenil para o futebol carioca, como o Pato Donald, atribuído ao Botafogo. Em fins dos anos 60, símbolos menos ingênuos e mais provocativos surgiam como o sujo Urubu (Flamengo), o zoomórfico Bacalhau (Vasco), o chato Cri-Cri (Botafogo), o afeminado Popó (Fluminense) e o diabólico América. O cartunista Henfil era em parte responsável por fixar essas figuras, ao adotá-los em suas charges do *Jornal dos Sports*, e, por intermédio dessa nova simbologia, os torcedores dialogavam entre si.

Isso acarretava prolongadas polêmicas na tradicional coluna de cartas do *JS*. Ainda em 1968, um botafoguense escrevia à seção indignado com o termo “cachorrada”, que era atribuído à sua torcida pelos rivais, sendo incorporado na pena de Henfil. Com bom-humor, a redação do jornal respondia-lhe:

<sup>275</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1968, p.

<sup>276</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1968, p. 12.

<sup>277</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1968.

“Meu caro Aquiles, o negócio é esportividade. E esta coluna reflete o espírito do torcedor carioca que, a cada jogo, encontra sempre meios de adjetivar a torcida contrária – prática iniciada justamente pela torcida botafoguense, ao chamar de bacalhau a torcida vascaína. Depois, foi a vez da torcida do Flamengo, que passou a ser chamada de urubu. Finalmente, chegou a hora dos botafoguenses – que foram batizados de cachorrada pelos vascaínos. Nós aqui procuramos exprimir o sentir do povo. E porque julgamos que tudo não passe de uma forma de rivalidade – altamente válida – entre as torcidas, pegamos o carro andando. Veja meu caro Aquiles: o urubu, saneador de cidades; o bacalhau, um dos peixes mais saborosos; o cachorro, o maior amigo do homem.”<sup>278</sup>

A atribuição de predicados desonrosos de um grupo a outro dava origem a um processo em cadeia de invenções de estribilhos e de concorrências sonoras inter-torcidas, de modo que era difícil precisar quem os criava e quem os adaptava em formato de resposta. Ditados relativamente simples como “Um, dois, três, o Vasco é freguês”<sup>279</sup> eram permutados de torcida a torcida. Tal fato ensejava uma competição pela originalidade das adaptações, sendo que não raro as trocas de acusação eram feitas na mesma coluna de cartas, em função da imitação e da apropriação indébita. Em “Torcida invejosa”, um missivista vascaíno acusava a prática da cópia pelas torcidas rivais não apenas em relação às músicas, como também no que diz respeito aos dizeres estampados nas faixas:

“Venho notando nos jogos realizados no Estádio Mário Filho a pobreza de espírito e a falta de imaginação de certas torcidas, como a do Botafogo e a do Fluminense, a imitarem a do meu Vasco. Exemplo: a do Botafogo colocou uma faixa com os seguintes dizeres: ‘Felicidade mesmo é torcer pelo Botafogo’, quando o Vasco já tem, há muito tempo, a sua, que diz assim: ‘Felicidade, teu nome é Vasco’. Quanto ao Fluminense, vem cantando todo empolgado também nosso estribilho: Olê, olá, toma cuidado pra canoa...’. Senhores invejosos: mais imaginação e menos imitação porque bom mesmo, ficou evidenciado, é torcer pelo Vasco. (Belarmino dos Santos, Rua Catumbi).”<sup>280</sup>

A disputa pela originalidade era noticiada no *Jornal dos Sports*, que se transportava até o estado São Paulo para mencionar uma invenção curiosa na “guerra das torcidas”. Na matéria, dizia-se que a torcida uniformizada do São Paulo havia encontrado um modo original de provocar a do Corinthians, cuja

<sup>278</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1968, p. 04.

<sup>279</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1969, p. 04.

<sup>280</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1969, p. 04..

equipe havia anos não ganhava títulos. Durante o clássico paulistano, “num coro infernal”, os são-paulinos gritavam os números de 1 até 8. Ao final da contagem, cantavam um irônico “Parabéns pra você” direcionado aos corintianos<sup>281</sup>. Acrescente-se que na década de 1980 a tradição seria exportada para o Rio de Janeiro, com os botafoguenses encarnados pelos rivais devido às duas décadas sem conquistas. Logo após a Copa do Mundo de 1970, cujo televisionamento a cores teve conseqüências nas assimilações e nas adaptações quanto às formas de torcer, um grito típico da torcida mexicana apareceria nos estádios brasileiros. Era o tradicional “Ôléé”, maneira de reverenciar um drible de um jogador da equipe da torcida contra o adversário<sup>282</sup>. O unísono, por sua vez, como é bem sabido, era oriundo das touradas espanholas, mais precisamente, da capacidade do toureiro em sair ileso à investida do touro, no tirocínio corporal de ludibriar o animal. A perícia levaria ao delírio a inflamada platéia das touradas, em um frêmito coletivo cuja dimensão antropológica e poética foi captada por Michel Leiris em seu ensaio sobre a tauromaquia<sup>283</sup>.

No ano de 1970, segundo relato de Tinhorão, em meio às transformações por que passava o gênero do samba-enredo, uma equipe de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro publicaria um estudo na *Revista do Livro*, pertencente ao Ministério da Educação e Cultura, intitulado “A retórica do samba-enredo”. O grupo de estudiosos reunira dezoito letras entre 1963 e 1970 e analisara as suas principais figuras de linguagem. Elas eram basicamente quatro: a anástrofe (inversão da ordem natural das palavras), o hipérbato (quebra da ligação imediata entre as palavras), a perífrase (forma eufemística de referir-se ao fato citado) e a sinédoque (emprego do abstrato pelo concreto, e vice-versa). Como também acontecia na literatura de cordel, os letristas de escolas de samba seguiam regras de composição da poesia clássica, com o longo encadeamento de versos que resultavam em verdadeiros poemas épicos<sup>284</sup>. Se essa seria a marca das composições que vigoraram até a década de 1960, as músicas do decênio seguinte seriam analisadas pela pesquisadora Raquel Valença, na dissertação de mestrado

<sup>281</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1971.

<sup>282</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1971, p. 03.

<sup>283</sup> Cf. LEIRIS, M. **O espelho da tauromaquia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

<sup>284</sup> Cf. TINHORÃO, J. R. **op. cit.**, p. 178-180.



defendida na UFF com o título de *Palavras de purpurina: estudo lingüístico do samba-enredo 1972-1982*.

No ano de 1970, a publicação da pesquisa precursora da UFRJ seria representativa de um modelo de composição que parecera ter se esgotado. Após aquele carnaval, quando a Portela se sagrou campeã com a letra “Lendas e Mistérios do Amazonas” e a Imperatriz ganhou projeção com “Oropa, França e Bahia”, o desfile do ano seguinte assistiria a um acontecimento decisivo no estilo das composições. Em 1971, a escola vencedora, o Salgueiro, despontava com a letra empolgante “Festa para um Rei Negro”, do capixaba Zuzuca, o que evidencia em parte a continuidade com a temática racial da agremiação. Mas, para recordarmos as observações de José Miguel Wisnik, os fatores fundamentais da música não seriam nem o tema nem a letra. O traço marcante da composição era o andamento musical, em um ritmo mais veloz que terminava com um refrão forte e facilmente memorizável. O paradigmático estribilho “Ôlêlê, ôlálá/ Pegá no ganzê/ Pegá no ganzá” se afiguraria um estouro carnavalesco-comercial não somente ao longo daquele ano, como durante toda aquela década. Antes extenso, o tamanho das letras encurtaria a partir de 1971, sob o impacto da letra que tanto contagiara o público. O refrão passa a modular aquilo que vem a ser chamado de “samba de empolgação” ou “samba de embalo”, fórmula que teria grande adesão desde então, inclusive no fortalecimento do pagode no final dos anos 70, vertente também conhecida à época como *sambão-jóia*<sup>285</sup>.

Em realidade, era como se a letra de samba-de-enredo perdesse a sua conotação cívica, caindo nas malhas das demandas da indústria fonográfica, por um lado, e regressasse a um tipo de composição que lembrava a estrutura das marchinhas, por outro lado, com o rudimentar tatibitate: “ôlêlê/ôlálá”. De fato, o samba-enredo distanciava-se da feitura antiga com quarenta e até cinqüenta versos – a letra era chamada de *lençol* – e se aproximava das rimas folclóricas e das suas melodias mais redundantes. A segunda parte de *Pega no ganzê*, por exemplo, era a transposição de uma marcha de Folia de Reis. O samba vencedor da Portela em 1970 terminava desta forma: “Ô esquindô lá lá,/ Ô

<sup>285</sup> Cf. VASCONCELLOS, G. F. **Música popular**: de olho na fresta. Prefácio de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

esquindô lê lê/ Olha só quem vem lá/ É o saci pêrêê”. Já a Mangueira rimava parecido em *No reino da mãe do ouro*: “ôbêê/ ôbáôbábá/ é a mãe do ouro/ que vem nos salvá”. Mas aqui também não se deve afirmar que a mudança modernizadora empalidecia por completo a força da tradição, cujo símbolo nas escolas de samba era o surdo de marcação introduzido por Bide em meados dos anos 30. Sambas-enredos cadenciados ainda tinham destaque, como “O mundo melhor de Pixinguinha”, da Portela (1974); “Os Sertões”, da Em Cima da Hora (1976); “A criação do mundo na tradição Nagô”, da Beija-Flor (1978); “A cigana”, da União da Ilha do Governador (1978); e “Bumbum baticumbum purugundum”, do Império Serrano” (1982).

Escusado dizer, todavia, que os *sambas de empolgação*, também chamados *valentes*, encontrariam alta receptividade entre as torcidas cariocas, sendo adaptados de maneira quase imediata por elas e repercutindo por decênios em seu estoque musical<sup>286</sup>.

Em seqüência ao filão aberto pelo Salgueiro, a Beija-Flor de Nilópolis, no final dos anos 70, venceria o carnaval de 1976 com o samba-enredo polêmico “Sonhar com Rei dá Leão”, um tributo ao universo do jogo do bicho, atividade naquele momento associada à contravenção. Seu artífice seria o carnavalesco Joãozinho Trinta que, sob as inovações ainda mais radicais, fora recrutado junto à mesma escola salgueirense depois da conquista do bicampeonato em 74/75. Autor da célebre frase segundo a qual pobre gostava de luxo e intelectual, de pobreza, Joãozinho encarnava a espetacularidade e a modernização coreográfica por que passava o universo dos desfiles, com o afastamento de muitos sambistas tradicionais. Concebido como um espetáculo despojado de demonstração da proeza e da habilidade do baixo corporal, isto é, da rapidez do movimento dos pés em coordenação com a cintura – o meneio dos corpos –, o carnaval tornava-se peça de luxo, ornamentada e paramentada pela dimensão grandiosa e ostensiva dos carros alegóricos e das fantasias emplumadas.

---

<sup>286</sup> O refrão de *Pega no ganzê* é cantado até hoje, a ponto de até mesmo torcidas organizadas da Europa reproduzirem sua melodia.

Em meio ao novo cenário, em 1977, a mesma Beija-Flor de Nilópolis, subvencionada por Anísio Abraão David, desbancaria por uma contagem mínima a menos poderosa e tradicional União da Ilha do Governador, que ao apresentar o enredo “Domingo” empolgou muito mais o público presente. A letra era uma homenagem explícita à figura do torcedor, com o objetivo direto e intencional de que o samba fosse cantado nos estádios. Com efeito, gravado em seguida na voz de Neguinho da Beija-Flor, ele se tornaria um grande *hit* na cidade: “Domingo.../ Eu vou ao Maracanã/ Vou torcer pro time que sou fã/ Vou levar foguetes e bandeiras/ Não vai ser de brincadeira/ Ele vai ser campeão/ Não quero cadeira numerada/ Vou sentar na arquibancada/ Pra sentir mais emoção/ Porque meu time/Bota pra ferver/ E o nome deles são vocês que vão dizer/ Ôôôô...”.

O estreitamento dos laços entre as escolas de samba e as torcidas organizadas, iniciado em fins da década de 1960, se consolidava portanto no final dos anos 70. Isto não significava apenas a assimilação do repertório musical da primeira pela segunda. As torcidas vinham se estruturando também fora dos estádios, em torno dos blocos e das atrações carnavalescas. Em 1971, a bateria da Torcida Jovem do Flamengo tomava parte na Banda do Machado, uma agremiação criada por jornalistas no Largo do Machado, o que se repetiria nos anos seguintes. Em 1973, a seção Bate-Bola publicava a carta “Mengão no Carnaval”, com informações sobre um bloco rubro-negro no Largo do São Francisco, no centro do Rio organizado por Jaime de Carvalho e por Ricardo Muci, da Flamante. Este bloco acompanhava a proliferação de bandas na cidade – eram catorze criadas naquele ano – que se revigorava depois do declínio dos carnavais de bonde<sup>287</sup>. Por outro lado, em 1974, o *Jornal dos Sports* destacava a presença do Bafo da Onça em plena torcida do Flamengo, da mesma maneira que os Boêmios do Irajá se encontravam no seio da bateria da torcida do América.

A identificação com as escolas de samba também passava pela adoção, embora parcial, da linguagem e da morfologia dos desfiles. Cada torcida organizada passava a se autodenominar uma “ala” no conjunto de grupos de torcedores de cada time. Em 1974, quando o Vasco conquistou o inédito

<sup>287</sup> Cf. JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 03 de março de 1973.

Campeonato Nacional, uma torcida organizada, a Força Jovem, promoveu a comemoração do título na quadra da Vila Isabel<sup>288</sup>. No mês seguinte ao título, membros da torcida anunciavam por carta no jornal a ‘união’ da Força Jovem com a escola de samba Unidos de Vila Isabel, através de um ‘batismo’ da Ala “Jovem Vasco”, que participaria do desfile no ano seguinte.<sup>289</sup> Enquanto torcidas como a Jovem-Flu chegavam ao ponto de se integrar na passarela da Presidente Vargas, fundindo a imagem da torcida do Fluminense com a escola de samba da Portela, agremiações tricolores de menor porte, como a Fluminante, de Madureira, desfilava em Vista Alegre, formando para isto uma “ala gigantesca”, segundo seus promotores, com cerca de 450 pessoas.

Em 1975, um missivista informava a criação da escola de samba Arrastão de Cascadura, que tinha as cores vermelha e preta. Em razão desta afinidade pictórica, a torcida Flamor divulgava na seção Bate-Bola a constituição de uma ala junto à escola novata<sup>290</sup>. No mesmo ano, por seu turno, a torcida Vascachaça recebia a homenagem do Bloco Carnavalesco Feras do Rei Sol<sup>291</sup>. Já Russão, novo líder da Torcida Organizada do Botafogo, ia em 1974 à sede do *Jornal dos Sports*, acompanhado do botafoguense Tolito, solicitar o apoio dos alvinegros à Mangueira no carnaval daquele ano<sup>292</sup>.

O próprio lema de conagração entre as escolas de samba era incorporado pelas torcidas organizadas na década de 1970. Em carta endereçada ao *Jornal dos Sports*, o líder da torcida Vasco Real aclamava seu slogan, extraído do carnaval: “nem melhor nem pior que as suas coirmãs; é apenas uma torcida diferente”<sup>293</sup>. Em que pese o preito de humildade enunciado por aquela torcida, esta não parecia ser a tônica dos ditados dos torcedores. Em uma torcida do mesmo clube, ao invés do reconhecimento do adversário, sobressaía a auto-exaltação: “Vasco, na vitória te idolatramos; na derrota ainda mais te amamos”, o que fazia lembrar as *formas simples*, de André Jolles. Enquanto a torcida Fiel Tricolor falava em “Tradição e Evolução”<sup>294</sup>, a Força Jovem do Vasco apresentava um dito mais elaborado: “Vibração, incentivo,

<sup>288</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1974, p. 02.

<sup>289</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1974, p. 02.

<sup>290</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1975, p. 02.

<sup>291</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1975, p. 02.

<sup>292</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1974, p. 02.

<sup>293</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 01 de março de 1978, p. 02.

<sup>294</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 12 de março de 1978, p. 02.

fidelidade e amor puramente vascaínos, eis alguns predicados que comporta a consagrada Torcida Força Jovem”. Ou ainda: “Presente, passado, futuro. Força Jovem é isso.”<sup>295</sup>.

De todo modo, as sentenças morais contidas nos dizeres publicados pelo *JS* não deixariam de sublinhar repetidas vezes a superioridade e o sentimento de desdém perante as demais. Vejam-se os lemas de cada torcida:

“Vasco é Vasco. O resto é resto.”<sup>296</sup>.

“Fogo é Fogo. O resto é cinzas.”<sup>297</sup>.

“Flamengo é Raça. O resto é fumaça.”<sup>298</sup>.

Havia vezes em que o lema da torcida era um pouco mais desenvolvido e se convertia em cantiga. A Força Jovem, por exemplo, referia-se ao seu próprio hino, cuja agressividade é patente na transcrição: “– Auê, auê, auê, / Se não der pra mim, não vai dar pra você / Maracanã, eu quero ver / Quem é fraco se arrebrantar, eu não vou tremer / Sou batizado, vacinado, o que é que há / Eu sou da Força Jovem, ninguém vai me segurar.”<sup>299</sup>. Este padrão mais agressivo, que se acentua no início da década de 1980, vinha sendo notado por torcedores desde o limiar dos anos 70. Em 1971, já existiam leitores queixosos na coluna do *Jornal dos Sports*, com reclamações acerca dos palavrões e com apelos para a sua abolição dos estádios<sup>300</sup>. O efeito parece ter sido irrisório, pois em 1973 um outro missivista mencionava as “músicas pornográficas”, com “rimas degradantes”<sup>301</sup>, que imperavam nas arquibancadas. As ofensas se generalizam por fim na segunda metade daquela década, quando se passa a escutar no Maracanã os seguintes coros obscenos coletivos: “Eu, eu, eu, o Fluminense se fudeu!”<sup>302</sup>; “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos que o Flamengo vá pra puta que o pariu!”; e “Ê, ê, ê... eu quero ver o Vasco se fuder!”.

<sup>295</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1977, p. 02.

<sup>296</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1973, p. 03.

<sup>297</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1977, p. 02.

<sup>298</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1977, p. 02.

<sup>299</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1982, p. 02.

<sup>300</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1971, p. 02.

<sup>301</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1973, p. 02.

<sup>302</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1977, p. 02.

O padrão ofensivo não era o único adotado no segundo lustro daquele decênio e muitas torcidas se orgulhavam de criar formas de expressão inovadoras. Os botafoguenses, por exemplo, inventavam a vaia ininterrupta ao adversário, quando este estava com a posse da bola, a fim de atrapalhar o concorrente e de ajudar o seu time. Os flamenguistas, por sua vez, arvoravam a criação de uma “bossa”: cantar o nome dos jogadores, um a um, de modo a reverenciá-los individualmente antes da entrada da equipe em campo. Em contrariedade às normas oficiais, uma torcida organizada do Flamengo, a Raça Rubro-Negra, parodiava o Hino da Semana da Pátria. Se na letra original constava “Ó meu Brasil/ Eu gosto de você/ Quero cantar ao mundo inteiro/ A alegria de ser brasileiro/ Conte comigo, Brasil/ Acima de tudo brasileiro”, o ufanismo pátrio transfigurava suas cores em uma outra sorte de idolatria: “Ó meu Mengão/ Eu gosto de você/ Quero cantar ao mundo inteiro/ A alegria de ser rubro-negro/ Conte comigo, Mengão/ Acima de tudo rubro-negro.”<sup>303</sup>

Os tricolores não ficavam atrás no quesito originalidade. Além de entoar sem interrupção o sufixo do clube – “Nêêense, Nêêense, Nêêense”<sup>304</sup> –, eles faziam uma paródia espirituosa do samba da União da Ilha em 1980, com referência aos técnicos respectivos de Botafogo, Flamengo e Fluminense: “Não tem Zagalo, não tem Coutinho/ O campeão é o time do Nelsinho”. Já o verso “Recordar é viver/ Eu ontem sonhei com você”, do mesmo samba da União da Ilha, convertia-se na glosa “Recordar é viver/ O Fluminense acabou com você”<sup>305</sup>. Sem embargo, a maior surpresa reservada pelos tricolores do ponto de vista da inovação musical seria a invocação ao Papa João Paulo II. A coincidência entre a visita do sumo pontífice ao Rio de Janeiro – ao Maracanã em particular – e a conquista do campeonato carioca naquele ano faria os torcedores do Fluminense reverenciá-lo com um cântico em sua homenagem. Desta feita, a reverência não alteraria qualquer palavra da música sacrossanta, limitando-se à sua aclamação numa cidade majoritariamente católica: “A

<sup>303</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1978, p. 02.

<sup>304</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1980, p. 03.

<sup>305</sup> Cf. Ibid. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1980, p. 12

benção, João de Deus/ O nosso povo te abraça/ Tu vens em missão de paz/ Sê bem-vindo!/ E abençoa/ Esse povo que te ama.”<sup>306</sup>.

Em linhas gerais, esse é o panorama acústico dos estádios de futebol do Rio de Janeiro nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quando se constituiu uma comunicação através dos gritos e dos coros entre as torcidas – espécie de coral das arquibancadas, sem a parte solística –, baseados em mecanismos coletivos de invenção, adaptação e cópia diante das rivais. Se não foi possível uma *musicologia* mais exaustiva das torcidas, à maneira das relações entre música e sociedade contidas no ensaio etnomusical de Anthony Seeger<sup>307</sup>, o repertório selecionado se restringe à exposição de um número mínimo de canções e expressões vocabulares, que por sua vez são representativas do período. Da mesma maneira que Seeger e Toledo, seria o caso de perguntar: por que cantam os torcedores? A que *mana* tributam seu canto?

A nossa abordagem, mais histórica que antropológica, teve por delimitação as fontes escritas, de onde extraímos esse material: as páginas diárias do *Jornal dos Sports*. Por certo, as fontes orais aprofundariam a análise, mas ao mesmo tempo elas introduziriam uma série de novas variáveis que comprometeriam a estrutura e a metodologia geral adotada pelo trabalho. A descrição feita parece-nos suficiente por ora para a observação de algumas constantes do universo expressivo, performático e rítmico do torcedor de futebol. Das cantigas e dos refrões selecionados, o denominador comum que salta à vista é o seu canal de origem: os meios de comunicação de massa. Ao sorver seu repertório musical das rádios e da indústria fonográfica, as torcidas de futebol se valem das músicas que estão mais em voga no momento.

A facilidade de sua difusão torna mais viável a repetição e a repercussão nos estádios, uma vez que já se encontra ativada no imaginário da maioria dos torcedores em seu cotidiano. Se nos anos 40 as marchinhas carnavalescas dominavam o cenário, nos anos 60 as canções privilegiadas passam a ser as letras de samba-enredo. No final dos anos 80, o ritmo dos bailes *funk* chegaria

<sup>306</sup> Cf. *Ibid.* Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1980, p. 02.

<sup>307</sup> Cf. SEEGER, A. “Por que os índios Suyá cantam para as suas irmãs?”. In: VELHO, G. (Org.) *Arte e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

aos estádios do Rio de Janeiro, o que acarretaria o fim da hegemonia dos sambas-enredo. Um unísono mais possante, o “– *Uh! Têrêrê!*”, onomatopéia da batida norte-americana tocada nas rádios (“– *Uh! That it is!*”), corresponderia às novas demandas de arregimentação das torcidas naquele período. Tal fato poderia levar um pesquisador afeito à égide das teorias críticas *frankfurtianas* a assinalar o caráter de manipulação e de ingerência dos objetos culturais massificados sobre as manifestações populares. A afirmação subestimaria a constatação de um processo criativo de escolha e de adaptação das músicas, o que desconstrói a suposição do repertório musical como sendo meramente impingido aos torcedores pelos *mass media*. Ao eleger o refrão que lhe parece melhor, as torcidas estabelecem critérios que se afeiçoam ao *ethos* épico e ao *pathos* carnavalesco do futebol. Aliás, embora a maioria varie ao sabor das modas musicais, há cantigas duradouras no estoque de ritmos dos grupos, que por alguma razão tão especial quanto aleatória acabam por se incorporar à tradição e são reforçadas na memória coletiva de geração a geração.

A bricolagem das paródias já constitui por si só uma mostra de criatividade na tradição oral das torcidas, a compatibilizar estilos e tempos distintos, aparentemente incompatíveis entre si. As disputas entre os grupos em prol da originalidade são estabelecidas por intermédio da livre-apropriação, típica do *bricoleur* que cola de maneira aleatória, ao contrário do engenheiro, que constrói de modo metódico e programado, conforme comparava Lévi-Strauss<sup>308</sup>. A contrapartida negativa da invenção é a imitação, que denota falta de imaginação e atitude considerada pouco escrupulosa por parte da torcida adversária. Destarte, nos concursos inter-grupos, valoriza-se o ativo e o inventivo, mesmo que este derive do ato parodístico, por meio do qual se filtram as músicas veiculadas pela indústria cultural.

---

<sup>308</sup> Apud. NAVES, S. C. **O violão azul**: modernismo e música popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.